

MARTHA VICENTA DOBLADO ANDARA

A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA
EM FIRMAS DE AUDITORIA NO BRASIL

- UM ESTUDO DE CASOS -

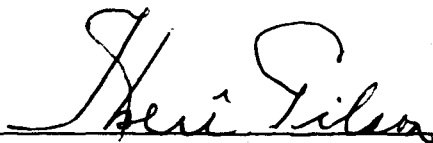
ABRIL DE 1989

A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍ
TICA EM FIRMAS DE AUDITORIA NO BRASIL -
UM ESTUDO DE CASOS

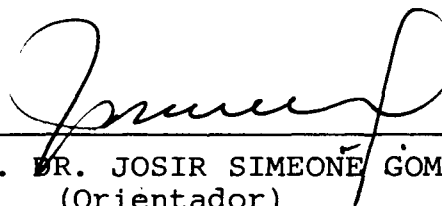
MARTHA VICENTA DOBLADO ANDARA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO SUPERIOR DE
ESTUDOS CONTÁBEIS - ISEC - DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS COMO PAR-
TE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (M.Sc.)

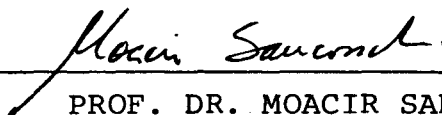
APROVADA POR:



PROF. DR. IBERÊ GILSON
(Presidente)



PROF. DR. JOSIR SIMEONE GOMES
(Orientador)



PROF. DR. MOACIR SANCOVSCHI

RIO DE JANEIRO, R.J. - BRASIL
ABRIL DE 1989

DOBLADO ANDARA, Martha Vicenta

A utilização de técnicas de revisão analítica em firmas de auditoria no Brasil: um estudo de casos / Martha Vicenta Doblado Andara; orientador: Josir Simeone Gomes. - Rio de Janeiro: FGV, ISEC, 1989.

x, 327f.

Dissertação (Mestrado) - Instituto Superior de Estudos Contábeis, 1989.

Bibliografia: f. 302-308.

1. Auditoria - Brasil. I. Instituto Superior de Estudos Contábeis. II. Fundação Getulio Vargas. Instituto Superior de Estudos Contábeis. III. Título.

CDD-657.450981

Aos meus Pais, Andres e Enedina,
que sempre me possibilitaram a
obtenção de conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela benção de sentir Sua presença em todos os momentos da minha vida.

A meu pai, pelo grande exemplo de vida que me deu e pelo manancial de força e compreensão que encontro na sua lembrança. A minha mãe e irmãos, que sempre me estimularam e ajudaram nesta ausência do meu lar.

Ao povo brasileiro, que nunca fez com que me sentisse uma estrangeira.

A Marcio Castellón, por ter lançado, as sementes que me direcionaram aos estudos de pós-graduação.

A Ivandi Silva Teixeira, pelo apoio, carinho e amizade com que me brindou desde o início desta caminhada que juntos empreendemos.

À Fundação Getulio Vargas, que através do Instituto Superior de Estudos Contábeis - ISEC, me deu a oportunidade de fazer o mestrado.

Ao Prof. Josir Simeone Gomes, tanto pela dedicação, boa vontade e estímulo à criatividade com que orientou a elaboração deste trabalho, quanto pelos seus ensinamentos transmitidos desde a sala de aula, que me iniciaram na caminhada pesquisa e me incentivaram a querer sempre lutar pela obtenção do saber. A ele, meu maior respeito, admiração e eterna gratidão.

Ao prof. Moacir Sancovski, pela discussão de idéias e o estímulo recebido.

À equipe de trabalho da Fundação Getulio Vargas - professores, funcionários e colegas do ISEC e pessoal da biblioteca, pelo estímulo excelente trato e confiança dispensados.

Aos executivos das firmas de auditoria, pelo tempo e atenção dedicados no fornecimento de informações para a concretização deste trabalho.

Ao prof. Egon Handel, pelo material bibliográfico fornecido.

À CAPES, que com sua ajuda financeira viabilizou a realização deste trabalho.

A Jayr e à Andréa, pela dedicação e carinho com que executaram a datilografia e revisão final deste texto.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi pesquisar a utilização de Técnicas de Revisão Analítica na prática das firmas de auditoria no Brasil (Capítulo I).

Na revisão da literatura que fundamentou o estudo, apresenta-se o estado da arte e as principais pesquisas sobre Revisão Analítica (Capítulo II).

A escolha do método de estudo de casos, a forma como foram coletados os dados e as limitações da pesquisa são apresentados no Capítulo III.

A descrição dos casos estudados é apresentada no Capítulo IV.

A análise dos casos através de confronto com o plano de referência teórico é apresentada no Capítulo V.

Finalmente, relacionando-se os resultados obtidos com a literatura estudada, são apresentadas conclusões, formuladas recomendações e sugeridas novas pesquisas (Capítulo VI).

ABSTRACT

This study aims at analysing the use of Analytical Review Techniques as practiced by auditing firms in Brazil (Chapter I).

The framework for the study is set in the literature review chapter where the state of the art and the most important research results in the field are presented (Chapter II).

The choice of the case study method of research, data collection techniques and research limitations are presented in Chapter III.

The cases studied are described in Chapter IV. Case analysis by comparison with the theoretical framework previously presented is developed in Chapter V.

Finally, after comparing the results with the literature, conclusions are presented, recommendations are developed as well as suggestions for future research (Chapter VI).

INDICE

p.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	1
2. IMPORTÂNCIA DO ESTUDO	2
3. OBJETIVOS DO ESTUDO	4
4. DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO	5
5. ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	5

CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS.

1. INTRODUÇÃO	7
2. ASPECTOS GERAIS SOBRE AUDITORIA	8
2.1 Definições de Auditoria	8
2.2 A Necessidade de Auditoria das De- monstrações Contábeis	9
2.3 O Processo de Auditoria e as Normas de Auditoria	11
3. TESTES DE DETALHE DAS TRANSAÇÕES E SALDOS	17
4. GENERALIDADES SOBRE A REVISÃO ANALÍTICA	19
4.1 Breve Histórico sobre Revisão Analí- tica	19
4.2 Definição de Revisão Analítica	22
4.3 Natureza dos Procedimentos de Revi- são Analítica	23
4.4 Utilização dos Procedimentos de Re- visão Analítica	24
4.5 Tempestividade e Objetivos dos Pro- cedimentos de Revisão Analítica	28
4.6 Extensão dos Procedimentos de Revi- são Analítica	29

4.7 O uso do Microcomputador na Execução dos Procedimentos de Revisão Analítica	30
5. MÉTODOS DE REVISÃO ANALÍTICA	33
5.1 Análise de Risco	37
5.2 Análise de Tendências	67
5.3 Análise de Relações	77
5.4 Testes de Razoabilidade	91
6. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA APLICÁVEIS AS FASES DA AUDITORIA	93
6.1 Fase de Planejamento	93
6.2 Fase de Trabalho de Campo	95
6.3 Fase de Revisão Final	97
7. PESQUISAS REALIZADAS NO BRASIL E NO EXTERIOR	98
8. IMPLICAÇÕES DA REVISÃO DE LITERATURA .	105

CAPITULO III - METODOLOGIA DA PESQUISA

1. INTRODUÇÃO	106
2. DEFINIÇÃO DAS PERGUNTAS DA PESQUISA ..	106
3. HIPÓTESES	107
4. PLANO DE REFERÊNCIA	108
5. VARIÁVEIS DA PESQUISA E DEFINIÇÕES OPERACIONAIS	112
5.1 Variáveis da Pesquisa	112
5.2 Definições Operacionais	114

6. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS EMPRESAS	123
7. MÉTODO DE COLETA DE DADOS	126
8. PRÉ-TESTE E REVISÃO FINAL DO QUESTIONÁRIO	128
9. TRABALHO DE CAMPO	130
10. ANÁLISE DE DADOS	133
11. LIMITAÇÕES DA PESQUISA	134

CAPITULO IV - RESULTADOS OBTIDOS

1. INTRODUÇÃO	135
. Empresa "A"	136
. Empresa "B"	157
. Empresa "C"	187
. Empresa "D"	207
. Empresa "E"	227

CAPITULO V - ANALISE DOS RESULTADOS

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS EMPRESAS DE AUDITORIA	241
2. TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA	246
2.1 Cálculo do Risco de Auditoria	246
2.2 Procedimentos de Revisão Analítica que fazem Parte da Análise de Risco de Auditoria	253
2.3 Procedimentos de Revisão Analítica Utilizados como Teste Substantivo de Auditoria	265
2.4 Procedimentos de Revisão Analítica Utilizados na Fase de Revisão Final da Auditoria	272

	P.
CAPITULO VI - SUMÁRIO, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS, FUTURAS	285
BIBLIOGRAFIA	302
ANEXO I	309
ANEXO II	310
ANEXO III	311

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

I.1 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O Parecer de Auditoria que complementa as Demonstrações Contábeis divulgadas pelas empresas, em especial as de capital aberto, é um elemento informativo de importância fundamental na ampliação da capacidade de predição dos diversos tipos de usuários.

A Opinião do Auditor deverá estar fundamentada em elementos comprobatórios necessários e suficientes, reunidos durante a execução dos trabalhos, através da aplicação de uma série de procedimentos, dentre os quais figura a Revisão Analítica.

À medida que os Auditores Independentes emitem o Parecer, oferecem um certificado de garantia da veracidade das informações divulgadas, tornando-se necessário uma consideração adequada sobre os riscos envolvidos, que precisam ser muito bem avaliados.

As técnicas de Revisão Analítica se caracterizam por reduzirem o tempo e os recursos empregados pelo Auditor na realização do exame, além de possibilitarem julgamentos mais precisos. O uso dessas técnicas, direciona a atenção do Auditor, podendo resultar na decisão de aplicar mais procedimentos de auditoria ou reduzir a extensão de outros procedimentos. A sua aplicação poderá ocorrer nas três fases da auditoria: planejamento, trabalho de campo e revisão final.

Apesar das vantagens provenientes da aplicação das Técnicas de Revisão Analítica, Blocher e Willingham, mencionam que*:

"Muitos Auditores consideram que todo o potencial da Revisão Analítica não tem sido utilizado. A explicação comum para isto é a falta geral de entendimento sobre o que é Revisão Analítica, sua aplicação correta e o grau de confiabilidade"**.

Assim, o problema identificado acima e a carência de pesquisas na área de Auditoria no Brasil, são os fatores que motivaram a efetuar o presente trabalho.

1.2 - IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

"Muitos Auditores acham que a Revisão Analítica é necessária em todas as Auditorias, a fim de se poder reunir material comprobatório suficiente para fundamentar o Parecer. Isto pela dificuldade em detectar alguns tipos de erros ou irregularidades através de qualquer outra técnica de auditoria"***.

Com o desenvolvimento econômico e a conseqüente complexidade operacional das empresas, tem surgido a necessidade de aprimorar e desenvolver técnicas de auditoria. Em parte, isto tem se viabilizado através da aplicação de Técnicas de Revisão Analítica que abrangem a análise de informações relativas à organização e aos negócios do cliente, a

*Todas as citações de autores estrangeiros apresentadas neste trabalho foram traduzidas pela pesquisadora buscando atender à ótica do leitor não habituado à leitura de outros idiomas que não o português.

**BLOCHER, Edward & WILLINGHAM, John J., Analytical Review, New York, McGraw-Hill, 1985, p. ix.

***COOK, John W. & WINKLE, Gary M., Auditoria: Filosofia e Técnica, São Paulo, Editora Saraiva, 1983, p. 362.

aplicação de técnicas de análise financeira e de métodos matemáticos estruturados, inclusive, com o auxílio do computador.

A análise das relações esperadas entre as operações de uma organização e os dados contábeis, permite que o Auditor ao aplicar seu conhecimento contábil e experiência profissional, reúna as evidências de auditoria, com as quais não somente poderá fundamentar seu Parecer, como também, direcionar melhor os esforços de auditoria e apresentar sugestões construtivas ao cliente, a partir da aplicação das Técnicas de Revisão Analítica.

Nos EUA foi efetuado um estudo de 281 erros que exigiram ajustes nas Demonstrações Contábeis em 152 auditorias realizadas por uma das maiores firmas desse país*.

O estudo demonstrou, entre outras coisas, que das oito categorias por eles utilizadas para classificar os procedimentos de auditoria, eventos ou circunstâncias que sugeriram a ocorrência de erros, uma delas, a Revisão Analítica, assinalou a maior quantidade de erros. Através desses procedimentos 27,1% do total de erros foram detectados, mostrando-se igualmente efetiva para detectar erros considerados pequenos ou grandes.

Recentemente, a National Commission on Fraudulent Financial Reporting declarou que:

*HYLAS, Robert E. & ASHTON, Robert H. Audit Detection of Financial Statement Errors. The Accounting Review, Menasha, Wisconsin, LVII(4): 751-65, Oct. 1982.

"procedimentos de Revisão Analítica devem ser enfatizados porque provaram ser efetivos na detecção de fraudes nas Demonstrações Contábeis"*.

Pelo exposto, pode-se notar que a utilização incrementada das Técnicas de Revisão Analítica pode aumentar a eficácia e eficiência** do Auditor em detectar erros ou irregularidades*** nas Demonstrações Contábeis examinadas. Consequentemente, ele terá maior suporte para cumprir dentro dos melhores padrões as suas responsabilidades, e com isto, os benefícios se estenderiam às organizações empresariais e demais usuários das Informações Contábeis.

1.3 - OBJETIVOS DO ESTUDO

Os objetivos deste estudo são:

1) Explorar a relação existente entre a literatura sobre Técnicas de Revisão Analítica e as atuais práticas adotadas pelas firmas de auditoria no Brasil. Para tal, serão analisados os procedimentos que as mesmas utilizam nas fases de planejamento, trabalho de campo e revisão final da auditoria.

*COOK, Michael J. Two Years of Progress in Financial Accounting and Reporting - February 1985 To January 1987. Journal of Accountancy, New York, 163(6):100, June 1987.

**Para os propósitos deste estudo define-se "eficácia" como sendo o tempo e esforço de auditoria e "eficiência", como sendo a segurança que os procedimentos podem proporcionar ao Auditor. Conceitos do American Institute of Certified Public Accountants - AICPA (1986).

***"Erro" aqui, é utilizado no sentido de engano involuntário e "irregularidade", no sentido de engano intencional. Conceitos do AICPA (1986).

2) Verificar se existem diferenças entre as Técnicas de Revisão Analítica utilizadas pelas empresas de auditoria de origem nacional ou estrangeira que atuam no Brasil.

3) Preencher, sem a pretensão de esgotar, a lacuna notada no cenário brasileiro, no que diz respeito à carência de literatura nacional sobre as Técnicas de Revisão Analítica passíveis de aplicação no exame das Demonstrações Contábeis, assim como, à falta de estudos empíricos que visem verificar o seu grau de utilização pelas firmas de auditoria no Brasil e os possíveis fatores que influenciam o mesmo.

I.4 - DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

O âmbito desta pesquisa limita-se exclusivamente à obtenção de informações sobre as Técnicas de Revisão Analítica utilizadas pelas empresas de auditoria no exame das Demonstrações Contábeis que tem por finalidade emitir Parecer a respeito de sua adequação em relação aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

I.5 - ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo está organizado da seguinte forma:

O capítulo I, é uma tentativa de introduzir o assunto partindo da definição do problema, descrevendo-se a importância, objetivos e a abrangência deste estudo e sua forma de organização.

O capítulo II, procura mostrar o estado da arte relacionada às Técnicas de Revisão Analítica para uso do Auditor, assim como, algumas descobertas evidenciadas por pesquisas sobre a prática da Revisão Analítica. No final do capítulo estão resumidos os fundamentos teóricos que nortearam este estudo.

O Capítulo III, apresenta a metodologia, justificando-se as razões de seu emprego neste tipo de pesquisa, descrevendo-se os métodos usados na coleta de dados, a forma como foi realizada a pesquisa de campo e as principais limitações do estudo, de modo a possibilitar a sua utilização em estudos posteriores.

O capítulo IV, apresenta os resultados obtidos junto aos entrevistados descrevendo-se os casos estudados, onde são evidenciadas as Técnicas de Revisão Analítica empregadas pelas empresas de auditoria externa na prestação de serviços de Auditoria Financeira.

O capítulo V, relata a análise dos resultados obtidos à luz dos fundamentos teóricos abordadas no capítulo II, para assim responder às questões formuladas pela pesquisa.

Finalmente, o capítulo VI, apresenta um sumário da pesquisa, algumas conclusões importantes sobre o assunto e, indicações para pesquisas futuras.

Nos anexos são apresentadas as cópias das correspondências expedidas e do questionário utilizado na pesquisa.

CAPITULO II

REVISÃO DA LITERATURA E

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

II.1 - INTRODUÇÃO

Neste capítulo é apresentado o arcabouço teórico que servirá de base ao desenvolvimento desta pesquisa, abordando-se inicialmente os aspectos gerais que norteiam a prática da Auditoria, para focalizar a seguir a matéria relativa ao objeto deste estudo, ou seja: As Técnicas de Revisão Analítica.

Na parte relativa às generalidades sobre Auditoria, é enfocado o aspecto conceitual da Auditoria, assim como, as responsabilidades do Auditor no exame das Demonstrações Contábeis.

Subseqüentemente são mencionados os aspectos teóricos e normativos das Técnicas de Revisão analítica, discutindo-se os diferentes métodos que fazem parte deste tipo de procedimentos de auditoria, ressaltando-se as implicações que cada um deles tem quanto à sua aplicação.

Ainda em relação aos Métodos de Revisão analítica, é discutida a forma de utilização de microcomputadores pelo Auditor para efetuar Técnicas de Revisão Analítica na execução de uma Auditoria.

II.2 - ASPECTOS GERAIS SOBRE AUDITORIA

1. DEFINIÇÕES DE AUDITORIA

Em decorrência das diversas finalidades da Auditoria, várias são as suas definições. O Comitê da American Accounting Association (A.A.A.) emitiu a seguinte definição que engloba todos os tipos de Auditoria:

"Auditoria é um processo sistemático de obtenção e avaliação objetiva de evidências relativas a afirmações sobre fatos ou eventos econômicos, a fim de determinar o grau de correspondência entre essas afirmações e critérios estabelecidos, e comunicar os resultados aos usuários interessados".*

Em relação às Auditorias executadas por Auditores Independentes ou Externos, Kell** menciona que a mais comum é a Auditoria das Demonstrações Contábeis, que é feita para diversos tipos de entidades. Tal Auditoria é assim definida por esse autor.

"A Auditoria das Demonstrações Contábeis envolve um exame das informações da entidade com o propósito de expressar opinião sobre se estão apresentadas adequadamente conforme critérios estabelecidos, usualmente, os Princípios Fundamentais de Contabilidade"***.

* ROBERTSON, Jack C. & DAVIS, Frederick G., Auditing, Plano, Texas, Business Publications, Third Edition, 1982, p. 3.

** KELL, Walter G., et alii, Modern Auditing, New York, John Wiley & Sons, Third Edition, 1986, p. 36.

*** Idem, p. 5.

2. A NECESSIDADE DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em se tratando de uma Auditoria das Demonstrações Contábeis, a administração da empresa é responsável pela elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis, sendo o Auditor Independente o responsável pelo exame dessas demonstrações e pela expressão de opinião sobre sua adequação.

A evidenciação das Informações Contábeis visa auxiliar os diferentes usuários na tomada de decisão. Porém para que tais informações possam ser úteis à tomada de decisão devem ter as seguintes qualidades: relevância e confiabilidade. Os usuários das Demonstrações Contábeis se asseguram do cumprimento dessas qualidades a partir do Parecer do Auditor Externo, devido à influência de certos fatores.

Segundo o A.A.A.*, há quatro condições em que a Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis se faz necessária. Essas condições são explanadas a seguir:

I) Conflito de Interesses: Estes conflitos dizem respeito aos interesses diferenciados dos grupos de usuários pelas Demonstrações Contábeis, que são basicamente os seguintes:

* Auditing Concepts Committee. Report of Committee on Basic Auditing Concepts. The Accounting Review, 47:25, 1972. Suplementar.

- a) Conflitos de interesses entre os usuários das Demonstrações Contábeis e os preparadores das mesmas. Isto possibilita que as Demonstrações Contábeis e os dados que as acompanham possam conter distorções causadas pela administração. Dessa forma, os usuários consideram necessária a auditoria para se garantirem de que os dados estão livres de distorções provocadas por conflitos de interesses atuais ou futuros;
- b) Conflitos de interesses entre os usuários das Demonstrações Contábeis. Para que as Demonstrações Contábeis sejam confiáveis para o usuário potencial é fundamental a neutralidade dos dados. Entretanto, nem sempre, as políticas da empresa (exemplo política de dividendos) favorecem toda a gama de usuários. Em função disto, na emissão do Parecer, espera-se que o Auditor considere as necessidades de informação de cada grupo de usuários.

II) Conseqüências: Dado que as Demonstrações Contábeis publicadas são um instrumento importante e as vezes único para a tomada de decisão, os usuários precisam que tais demonstrações contenham o maior número possível de dados relevantes*. Neste sentido, o Parecer do Auditor assegura que as

* A necessidade de evidenciação foi enfatizada no Brasil com o advento da Lei 6404 de 15/12/76. Além disso, a CVM e o BACEN também reconhecem isso através das disposições que emitem para as sociedades por elas reguladas.

Demonstrações Contábeis foram elaboradas conforme os Princípios Fundamentais de Contabilidade e que em matéria de evidência, fornecem o necessário para o usuário adquirir um conhecimento razoável da empresa.

III) Complexidade: A complexidade de certa matéria objeto de contabilização pode permitir a interpretação indevida ou erros não-intencionais. Outro fator que pode causar problemas é o processo de preparação das Demonstrações Contábeis. Neste contexto, os usuários encontram segurança no Parecer do Auditor, quanto à qualidade das informações.

IV) Afastamento: Normalmente, são poucos os usuários que têm acesso direto aos Registros Contábeis que servem de base para a elaboração das Demonstrações Contábeis da empresa. Por outro lado, embora as empresas coloquem seus Registros Contábeis à disposição dos usuários para serem examinados, tais revisões podem ser pouco significativas devido às limitações de conhecimento Contábil, de tempo e de custo. Devido a isto, o afastamento evita que os usuários possam determinar diretamente a qualidade daqueles relatórios, e consequentemente, as suas opções ficam restritas a: aceitar a qualidade das Demonstrações Contábeis colocadas a sua disposição ou confiar no atestado de intermediários, no caso, Auditores Independentes. Das duas, esta última opção é a mais praticada.

3. O PROCESSO DE AUDITORIA E AS NORMAS DE AUDITORIA

De acordo com o *Statement on Auditing Standards*

nº 1 (SAS Nº 1):

"O objetivo do exame normal das Demonstrações Contábeis pelo Auditor independente, é a emissão de Parecer sobre a adequação com que as demonstrações apresentam a posição financeira, o resultado das operações e as modificações na posição financeira em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. O relatório do Auditor é o meio pelo qual ele expressa seu Parecer, ou o nega, se as circunstâncias assim o exigirem. Em qualquer dos casos, ele declara se os exames foram realizados conforme as Normas de Auditoria Geralmente Aceitas"*.

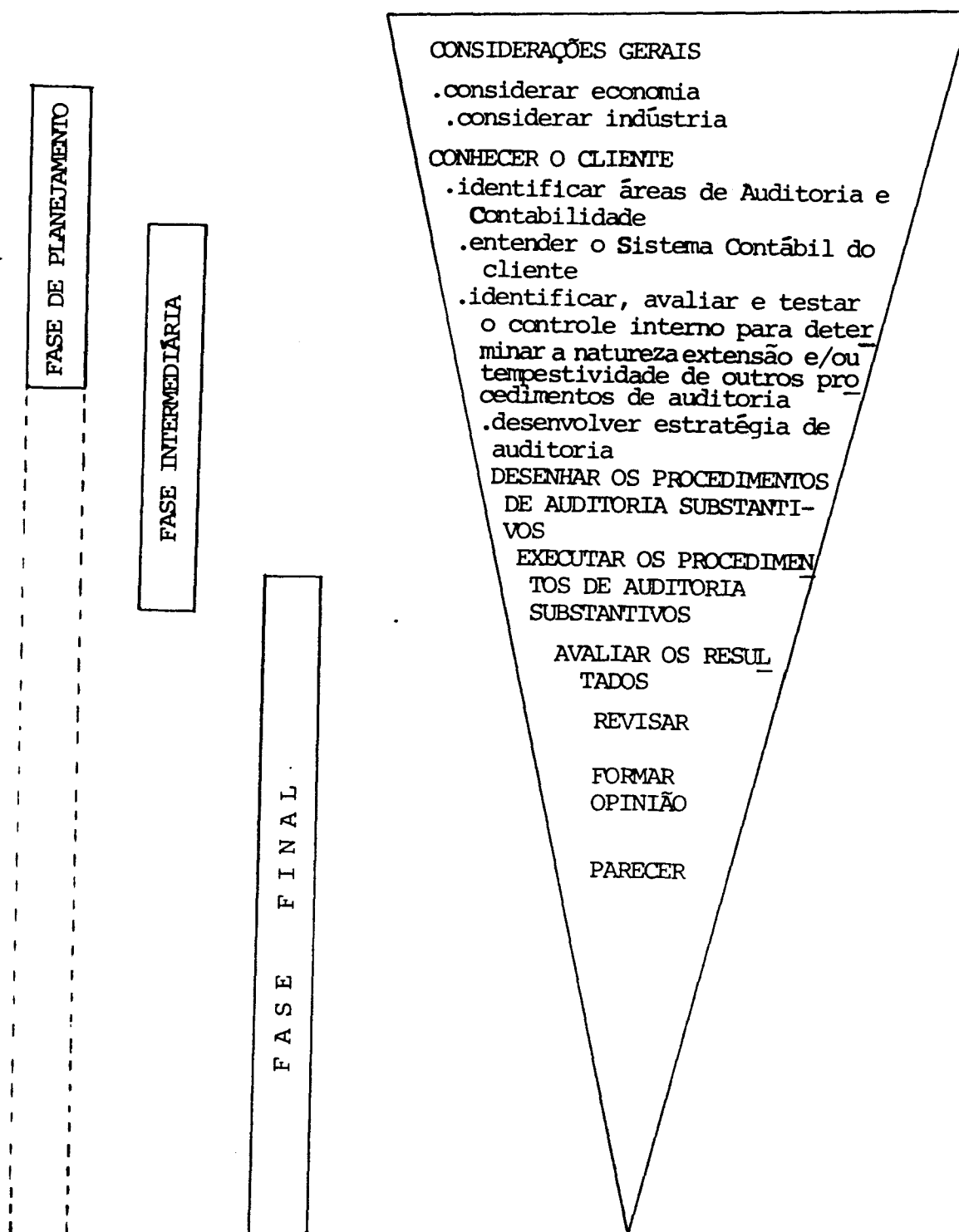
Embora na execução de uma Auditoria o objetivo primordial do Auditor Independente seja expressar opinião sobre as Demonstrações Contábeis auditadas, no decorrer do processo de formação de opinião através da verificação das contas, o Auditor tem como objetivos intermediários certificar-se a respeito da apresentação das informações, da validade das transações, da propriedade, periodicidade, avaliação e existência das afirmativas Contábeis. Estes objetivos guiam o Auditor na aplicação prática das Normas de Auditoria, e são operacionalizados por meio dos Procedimentos de Auditoria.

Na consecução daquele objetivo, o Auditor desenvolve uma série de atividades através das três fases da auditoria: Fase de planejamento, fase intermediária ou de trabalho de campo e fase final. O processo de execução de uma Auditoria das Demonstrações Contábeis é mostrado na Figura 1.

* AMERICAN Institute of Certified Public Accountants (AICPA), Professional Standards, New York, Vol.A, Seção 110.1, 1986, p. 1.

Figura 1

FASES E ATIVIDADES DA AUDITORIA



Em suma, uma Auditoria financeira inclui o estudo e a avaliação do controle interno e a obtenção e a avaliação de evidências relativas às Demonstrações Contábeis. A auditoria culmina com a emissão do Parecer de Auditoria, onde o Auditor expressa sua opinião.

O processo de auditoria das Demonstrações Contábeis é efetuado pelo Auditor Independente de acordo com as Normas de Auditoria, ou seja, com os critérios a serem observados pelo Auditor na realização da Auditoria.

Wallace diz o seguinte:

"Pelo uso das normas, um Auditor pode determinar a qualidade profissional necessária à execução efetiva de uma Auditoria, os critérios pelos quais a condução do exame será planejada e desenvolvida, e a forma pela qual os descobrimentos da auditoria podem ser efetivamente comunicados".*

As Normas de Auditoria que vigoram no Brasil, são similares às emitidas pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) dos EUA. No entanto, neste último as normas são constantemente aperfeiçoadas através da emissão de novos pronunciamentos.

Segundo Franco e Marra:

"No Brasil, as primeiras Normas de Auditoria foram compiladas em 1972, com base na experiência de outros países mais desenvolvi-

*WALLACE, Wanda A. Auditing, New York, McMillan Publishing, 1986, p. 13.

dos. Esse trabalho foi elaborado pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e as Normas foram oficializadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução 321/72, e confirmadas pela Resolução 220, de 15.05.72, do Banco Central do Brasil".*

Para o AICPA, as Normas de Auditoria estão dividas em três grupos:

"Normas Gerais, Normas de Trabalho de Campo e Normas de Preparação de Relatórios".**

Quanto à qualificação do Auditor para executar uma auditoria das Demonstrações Contábeis, a primeira Norma de Auditoria compreendida na categoria "Normas Gerais", estabelece:

"O exame deve ser executado por pessoa ou pessoas que tenham treinamento técnico adequado e reconhecida capacidade como Audito-res".***

Toda auditoria deverá ser planejada, conforme a primeira Norma de Auditoria, que integra a categoria "Normas de Trabalho de Campo":

"O trabalho deve ser planejado de forma adequada e os assistentes devem ser supervisionados apropriadamente".****

* FRANCO, Hilário & MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil, São Paulo, Editora Atlas, 1982, p. 46.

** ROBERTSON, Jack C., & DAVIS, Frederick G., op. cit., p. 30.

*** AICPA - Professional Standards, op. cit., Seção 210.01.

**** Idem, Ibid. Seção 311.03-10.

O estudo e avaliação do controle interno é requerido pela segunda Norma de Trabalho de Campo, ao determinar que:

"Devem ser feitos estudos e avaliações apropriados do controle interno da empresa, como base para a confiança que nele se possa depositar, para determinação da extensão dos testes aos quais se devem restringir os Procedimentos de Auditoria".*

Por outro lado, a Terceira Norma de Trabalho de Campo estabelece:

"Devem ser obtidos elementos comprobatórios suficientes e adequados por meio de inspeção, observação, indagação e confirmação a fim de proporcionar uma base razoável para a emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis examinadas".**

Assim, pode-se notar que segundo a Terceira Norma de Trabalho de Campo, o Auditor também é responsável pela reunião de evidências para respaldar a revisão, teste e avaliação do controle interno contábil, e pela avaliação da razoabilidade com que são apresentadas as Demonstrações Contábeis sob exame. Essas evidências são acumuladas e arquivadas nos papéis de trabalho do Auditor.

Segundo Kell:

"Em Auditoria, as evidências ou elementos comprobatórios compreendem os Dados Contábeis básicos (exemplo: Contabilidade básica e registros financeiros) e todas as informações correlatas que estiverem à disposição do Auditor".***

* AICPA - Professional Standards, op. cit., Seção 320.01.

** Idem, Ibid. Seção 326.01.

***KELL, Walter G. et alli, op. cit., p. 101.

As evidências reunidas com o propósito de testar se o sistema de controle interno contábil do cliente está sendo aplicado de acordo com o indicado nos manuais pertinentes da companhia, são obtidas através dos procedimentos de auditoria denominados Testes de Observância.

Por outro lado, os procedimentos que envolvem a verificação das afirmações da administração em relação aos saldos das contas individuais apresentadas nas demonstrações são denominados Testes Substantivos. Há dois tipos de Procedimentos Substantivos: 1) Testes de Detalhe das Transações e Saldos e 2) Revisão Analítica. Através destes procedimentos são obtidos os elementos comprobatórios exigidos pela Terceira Norma de Trabalho de Campo.

Na figura 2, podem ser vistos os procedimentos aplicados para reunir as evidências de auditoria, as relações entre os Testes de Observância e os Testes Substantivos, e as categorias em que estes últimos se dividem.

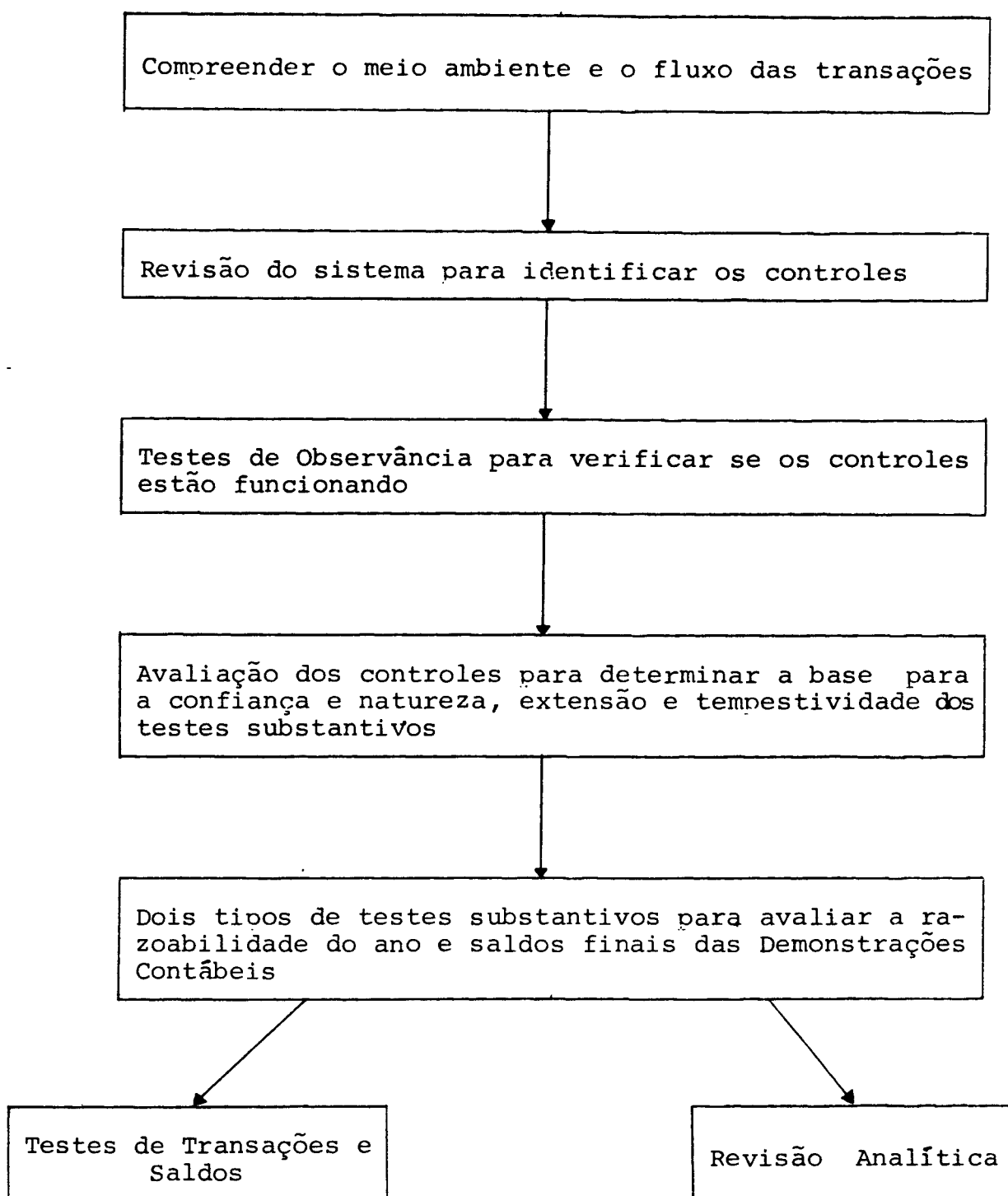
II.3 - TESTES DE DETALHE DAS TRANSAÇÕES E SALDOS

Conforme Kell, estes procedimentos são desenhados para:

"Obter evidências sobre a validade e propriedade do tratamento contábil dado às transações e saldos ou, ao contrário, sobre a existência de qualquer erro monetário ou irregularidades contidos nos mesmos".*

*KELL, Walter G. et alii. Op. cit., p. 112.

FIGURA 2



Os Procedimentos de Auditoria, comumente usados na execução dos testes de transações e saldos são os seguintes: inspeção, observação, confirmação, indagação, recálculo, contagem etc.

II.4 - GENERALIDADES SOBRE A REVISÃO ANALÍTICA

1. BREVE HISTÓRICO SOBRE REVISÃO ANALÍTICA

Kinney (1979)* sustenta que a Revisão Analítica vem sendo usada pelo Auditor há muito tempo como uma ferramenta de planejamento e um meio para reunir evidências de auditoria, mencionando inclusive, que tal uso já fora citado em 1935 no Manual de Auditoria da firma Deloitte Haskins & Sells.

Entretanto, a primeira menção sobre Técnicas de Revisão Analítica, contemplada nas Normas de Auditoria, parece ter ocorrido em 1972 através do *Statement on Auditing Procedure* nº 54, o qual, atualmente está incluído na *Codification of Statements on Auditing Standard* emitida pelo AICPA.

Em outubro de 1978, o AICPA emitiu o *Statement on Auditing Standards* (SAS) nº 23, intitulado, Procedimentos de Revisão Analítica, fornecendo as guias correntes para aplicação dos Procedimentos de Revisão Analítica no exame das De-

*KINNEY JR., William R. The predictive Power of Limited Information in Preliminary Analytical Review: An Empirical Study. Journal of Accounting Research, Baltimore, 17: 148-65, 1979. Supplement.

monstrações Contábeis feito pelo Auditor Independente com a finalidade de opinar sobre tais demonstrações em observância às Normas de Auditoria.

Outros pronunciamentos têm sido emitidos, no sentido de orientar a utilização dos Procedimentos de Revisão Analítica pelo Auditor Independente em outros contratos que não o de Auditoria Financeira. Esses pronunciamentos são os seguintes:

- 1º) *Statements on Standards for Accounting and Review Services* (SSARS) 1, intitulado, Compilação e Revisão das Demonstrações Contábeis;
- 2º) SAS Nº 36 de abril de 1981, intitulado, Revisão de Informações Financeiras Intermediárias;
- 3º) SAS Nº 35 de abril de 1981, intitulado, Relatórios Especiais - aplicação de procedimentos limitados previamente acordados à elementos, contas ou itens específicos de uma Demonstração Contábil.

Neste trabalho, somente será abordada a utilização de Revisão Analítica na Auditoria Financeira.

Como foi visto, as primeiras diretrizes dadas oficialmente para o uso de Técnicas de Revisão Analítica na Auditoria Financeira datam de aproximadamente 10 anos atrás.

Segundo Tabor e Willis:

"Em anos recentes, as pressões econômicas, sociais e competitivas têm afetado as firmas de auditoria. Como resultado, tem aumentado a atenção para importantes dimensões de auditoria: eficiência e eficácia".*

Face às fortes pressões competitivas e à demanda dos clientes por serviços de auditoria com uma melhor relação custo-benefício, Biggs, diretor nacional de pesquisa da *Price Waterhouse* em New York, observa que:

"A tendência atual do processo de auditoria é incrementar a confiança na indagação, observação e análise, ao invés de fixar-se na inspeção de documentos que sirvam de suporte a um número significativo de transações individuais. O valor das Técnicas de Revisão Analítica para identificar áreas de ênfase no processo de planejamento da auditoria e para testar a razoabilidade dos resultados financeiros registrados para o período, tem obtido grande reconhecimento. Pode-se esperar que esta tendência acelere a auditoria do futuro, que provavelmente poderá consistir em grande parte, de dois elementos: Revisão dos Controles e Procedimentos de Revisão Analítica. Se isto ocorrer, métodos mais avançados de análise usando as capacidades do computador, poderão ser essenciais".**

Efetivamente, como será abordado neste capítulo, as Técnicas de Revisão Analítica possibilitam: identificar áreas de riscos potenciais para dirigir melhor o esforço de auditoria; empregar menor tempo na auditoria em comparação aos Testes de Detalhe; e aplicá-los, em grande parte, com o auxílio de microcomputadores.

* TABOR, Richard H. & WILLIS, James T., Empirical Evidence on the Changing Role of Analytical Review Procedures. Auditing: A Journal of Practice & Theory", 4(2): 93, Spring 1985.

**BIGGS JR., Sheridan C. Perspectives in auditing for The 1980s and beyond. Journal of Accountancy, New York, 153(5): 102, May 1982.

2. DEFINIÇÃO DE REVISÃO ANALÍTICA

De acordo com o *Statement on Auditing Standards*

Nº 23:

"Os Procedimentos de Revisão Analítica são Testes Substantivos das informações financeiras elaborados através do estudo e comparação das relações entre os dados".*

A partir do pronunciamento do AICPA através do SAS Nº 23, outras definições têm sido dadas por diversos autores.

Segundo Blocher e Willingham:

"Revisão Analítica é a denominação dada a uma variedade de técnicas para reunir evidências de auditoria por meio da análise das relações esperadas entre os dados financeiros e operacionais da organização, utilizando relações, tendências, testes de razoabilidade e procedimentos correlatos".**

Na maioria das definições que tem sido propostas para Revisão Analítica, estão implícitos três elementos comuns: previsão, comparação e julgamento.

PREVISÃO: É o primeiro passo seguido no processo de aplicação da Revisão Analítica. Para tal, o Auditor baseado em séries temporais, dados de orçamento, dados operacio-

* KINNEY JR., William R., & FELIX JR., William L. *Analytical Review Procedures*, Journal of Accountancy, New York, 149(10): 98, October 1980.

**BLOCHER, Edward & WILLINGHAM, John J., op. cit., p. 1.

naís ou em dados externos determina através de certo instrumental o valor provável de uma determinada conta das Demonstrações Contábeis ou prevê a possível relação entre as contas que figuram em tais Demonstrações.

COMPARAÇÃO: O provável valor da Conta objeto de análise ou a relação prevista pelo Auditor é comparada com a respectiva conta não auditada ou com a respectiva relação ou índice apurado a partir das Demonstrações Contábeis do período sob exame.

JULGAMENTO: Finalmente, com base nas duas etapas supracitadas o Auditor julga a integridade, validade e exatidão do saldo da conta ou da relação ou índices que apresentem as Demonstrações Contábeis da Empresa.

3. NATUREZA DOS PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA

O SAS Nº 23, parágrafo seis, estabelece que os Procedimentos de Revisão Analítica incluem os seguintes cinco tipos gerais de estudos ou comparações:

- " . Comparação das informações financeiras com as informações de períodos anteriores comparáveis;
- . Comparação das informações financeiras com resultados previstos (por exemplo, orçamentos e previsões).

- . Estudo das relações de elementos de informações financeiras que se esperaria estarem de acordo com um padrão previsível baseado na experiência da entidade;
- . Comparação das informações financeiras com informações similares sobre o setor em que a entidade opera;
- . Estudo de relações das informações financeiras com informações não-financeiras relevantes".*

Os procedimentos mencionados acima poderão ser executados pelo Auditor através do emprego de diversos métodos, podendo ainda, fazer uso de valores monetários, quantidades físicas, índices financeiros ou porcentagens.

4. UTILIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA

Quando o Auditor decide aplicar os Procedimentos de Revisão Analítica, deverá partir da premissa de que ele pode razoavelmente esperar que as relações entre os dados existam e continuem na ausência de condições em contrário conhecidas.

O SAS Nº 23, parágrafo três, determina que os

*DEFLIESE, Philip L., et alli, Montgomery's Auditing, New York, John Wiley & Sons, Tenth Edition, 1984, p. 438.

Procedimentos de Revisão Analítica podem ser usados para "indicar a necessidade de mais procedimentos ou a redução da extensão de outros procedimentos de auditoria".*

No primeiro caso, a Revisão Analítica direciona a atenção do Auditor para áreas com elevado potencial de inexactidões materiais. Neste sentido, é importante primeiramente considerar, que na aplicação dos Procedimentos de Revisão Analítica pelo Auditor, estão implícitas as suas expectativas sobre os valores que deverão estar registrados nos Livros Contábeis, e sobre a variação ou o intervalo em que um possível valor poderia se situar.

Assim, quando o Auditor utiliza a Revisão Analítica compara o valor auditado esperado ao valor que consta nos livros, dedicando atenção especial às grandes diferenças encontradas.

Segundo Kinney e Felix, grandes diferenças entre o valor nos livros e a previsão feita pelo Auditor podem ser causadas pelos seguintes fatores:

- ". Presença de Erros Contábeis;
- . Presença de Irregularidades Contábeis;
- . Uma mudança nos Princípios Contábeis usados;
- . Mudanças nas condições dos negócios;
- . Ocorrência de eventos extraordinários durante o período".**

*KINNEY JR., William R., op. cit., p. 148.

**KINNEY JR., William R., & FELIX JR., William L. op. cit., p. 98.

Desta forma, nota-se que o direcionamento da atenção do Auditor está subordinado a uma causa. Uma vez que esta é identificada, o Auditor pode decidir que um determinado ciclo de transações ou saldos demanda maior atenção do que a originalmente planejada.

Em Auditoria, a atenção referida anteriormente, pode resultar na execução de maior número de Testes de Detalhe ou na aplicação adicional de Procedimentos de Revisão Analítica. Finalmente poderá resultar, num ajuste, numa evidenciação adicional nas Demonstrações Contábeis ou na emissão de Parecer com Ressalva.

Kinney sustenta, que o fundamento da literatura sobre o direcionamento da atenção do Auditor através do uso dos Procedimentos de Revisão Analítica, "dá a impressão de estar relacionado ao conceito de homeóstase".* (Homeóstase é a tendência à estabilidade do meio interno do organismo).**

O conceito de homeóstase também parece estar presente no ambiente empresarial já que as organizações tendem a ajustar seus recursos de forma a obter sua combinação ótima ou equilibrada (Lev, 1974, p. 48-49).

* KINNEY JR., William R., op. cit., p. 150.

** HOLANDA, Aurélio Buarque de, Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2a. edição, 1986, p. 904.

Por ocasião da aplicação dos Procedimentos de Revisão Analítica, a comparação do valor nos livros com os valores auditados esperados, pode indicar uma ruptura do equilíbrio devida a erros ou irregularidades contábeis, ou ainda, indicar novas condições que demandem alterações na determinação do equilíbrio, devido à inconsistência na aplicação dos Princípios Contábeis, à mudança nas condições dos negócios ou à existência de eventos não recorrentes durante o período.

O segundo uso dos Procedimentos de Revisão Analítica, como substituto dos Testes de Detalhe é aplicável, quando o Auditor planeja utilizar tais procedimentos para mudar a natureza, a tempestividade ou reduzir a extensão dos Testes de Detalhe. Normalmente, este tipo de aplicação se dá quando o risco e a materialidade são baixos e quando o Auditor pode se satisfazer com os resultados dos Procedimentos de Revisão Analítica.

De acordo com o SAS Nº 47, se entende por Risco de Auditoria:

"O risco do Auditor falhar inconscientemente em modificar sua opinião oportunamente sobre Demonstrações Contábeis que estão materialmente erradas"*.

Já a materialidade, é definida pelo *Financial Accounting Standard Board* (FASB), como sendo:

*AICPA. Audit Risk and Materiality in Conducting an Audit. New York, Dec. 1983. p. 1, (Statement on Auditing Standards, 47).

"A magnitude de uma omissão ou erro das Demonstrações Contábeis, que à luz das circunstâncias existentes, torna provável que o julgamento do usuário sobre a informação, mude ou seja influenciado pela omissão ou erro".*

O SAS Nº 47** também define que tanto o Risco de Auditoria como a Materialidade, devem ser juntamente considerados no planejamento de uma auditoria e na avaliação dos resultados obtidos na aplicação dos procedimentos planejados.

Além dos dois usos explanados nos parágrafos precedentes, Blocher e Willingham mencionam que na execução de uma Auditoria Financeira os Procedimentos de Revisão Analítica também têm a seguinte aplicação:

"Como um teste de compensação em lugar dos testes de observância do controle interno; e na revisão final dos papéis de trabalho do Auditor para determinar a razoabilidade total das Demonstrações Contábeis".***

5. TEMPESTIVIDADE E OBJETIVOS DOS PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA

A época em que os Procedimentos de Revisão Analítica podem ser aplicados está relacionada com os objetivos do Auditor. Tais procedimentos, poderão ser executados nas três

* AICPA. Audit Risk and Materiality in Conducting an Audit. New York, Dec. 1983, p. 3, (Statement on Auditing Standards, 47).

** Id. Ibid., p. 3.

***BLOCHER, Edward & WILLINGHAM, John J., op. cit., p. 4-5.

fases da auditoria: planejamento, trabalho de campo e revisão final.

Na fase de planejamento a Revisão Analítica pode ser empregada para auxiliar o Auditor na determinação da natureza, extensão e tempestividade de outros procedimentos de auditoria, identificando, entre outras coisas, fatos significativos que devem ser considerados durante o exame.

Na fase de trabalho de campo, a Revisão Analítica é aplicada junto com outros procedimentos a cada elemento das Demonstrações Contábeis.

Na fase final da auditoria, isto é, na conclusão ou próximo à conclusão do exame, a Revisão Analítica é aplicada como uma revisão geral, para determinar a razoabilidade das Demonstrações Contábeis tomadas como um todo.

6. EXTENSÃO DOS PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA

Dentre os fatores que influenciam a extensão em que os Procedimentos de Revisão Analítica vão ser aplicados, em qualquer tipo de auditoria, constam os seguintes: risco, materialidade, relação custo benefício e aplicabilidade da Revisão Analítica em relação a outros procedimentos. Porém, na realização de uma Auditoria Financeira, o principal fator que determina a extensão do uso da Revisão Analítica é a disponibilidade e eficiência dos procedimentos substitutos, que no caso são os Testes de Detalhe das Transações e Saldos.

7. O USO DO MICROCOMPUTADOR NA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA

Atualmente o microcomputador vem sendo utilizado como uma ferramenta para automatizar o processo de auditoria, possibilitando não somente aumentar a produtividade, mas também incrementar a eficiência na prestação de serviços de auditoria.

Segundo White*, na utilização do computador como ferramenta de auditoria há quatro fases envolvidas. Estas são apresentadas a seguir:

Fase 1: Automação do Processo de Auditoria

Nesta fase o microcomputador é utilizado pelo Auditor para manipular e registrar grandes quantidades de dados, que por outros meios normalmente demandariam maior parte do tempo. Assim, o microcomputador é usado basicamente, para classificar dados financeiros agregados do cliente e a partir dos mesmos, desenvolver papéis de trabalho, gerar folhas gerais de trabalho, documentar as etapas da auditoria, desenvolver ajustes e produzir Demonstrações Contábeis finais.

Fase 2: Funções Básicas de Auditoria

*WHITE J.R., Clinton E. The Microcomputer as an Audit Tool. The Journal of Accountancy, New York, 156(6): 116-20, Dec. 1983.

Na segunda fase, o uso do microcomputador objetiva a reunião de evidências de auditoria. Dentre os *softwares*, ou as funções utilizadas neste sentido, encontramos: procedimentos simples de Revisão Analítica, desenho de programas de auditoria e, seleção de amostra e análise de resultados.

Fase 3: Funções Avançadas de Auditoria

Esta fase se caracteriza pela utilização de sofisticas funções computadorizadas que contribuem para uma melhor eficiência da auditoria. Estes *softwares* são utilizados para: executar sofisticados Procedimentos de Revisão Analítica, extrair dados apropriados diretamente dos arquivos do cliente, etc.

Fase 4: Funções Módulo de Auditoria

Esta fase representa uma nova abordagem para a auditoria. O objetivo principal deste novo nível de aplicação do microcomputador, que inclusive se encontra em fase de desenvolvimento, é o monitoramento contínuo dos controles internos computadorizados existentes e a criação de arquivos de auditoria sob o controle do Auditor.

As fases mencionadas anteriormente mostram a forma como pode ser elaborado um planejamento no sentido de informatizar o processo de auditoria. Com a utilização do microcomputador como uma ferramenta de auditoria, o Auditor além de entrar na era da nova tecnologia, poderá prestar serviços

de melhor qualidade, e provavelmente, a custos reduzidos.

Com relação à utilização do microcomputador para auxiliar o Auditor na execução de procedimentos de auditoria específicos, o AICPA emitiu recentemente um pronunciamento intitulado: "Uso de Microcomputadores por Auditores".

A partir desse pronunciamento, Fenton e Davis* escreveram um artigo mencionando alguns tipos de Procedimentos de Revisão Analítica que podem ser executados com o auxílio do microcomputador. Esses procedimentos são os seguintes:

. Comparação das informações financeiras do período corrente com as informações relativas a períodos anteriores. O microcomputador pode ser usado para comparar os dados financeiros em base mensal, trimestral, semestral ou anual, requerendo apenas que a entrada de dados para cada período seja efetuada num formato consistente de modo a identificar os dados que serão usados nas comparações. Quando as informações estão arquivadas no computador do cliente, o Auditor pode ter acesso aos arquivos do cliente e copiá-los no seu microcomputador.

. Comparação das informações financeiras internas com as informações similares do ramo em que o

*FENTON JR., Edmund D. & DAVIS, Michael P. Micros in Accounting. Journal of Accountancy, 161(6): 134-41, June 1986.

cliente opera. Neste sentido, é viável fazer comparações dos dados que constam no Balanço Patrimonial e na Demonstrações de Resultados com as médias das indústrias.

- . Desenvolvimento de relações financeiras. As informações financeiras são arquivadas no microcomputador para gerar relações ou índices financeiros. Tais índices podem ser comparados aos similares do setor industrial em que o cliente opera.

Com o uso do microcomputador para auxiliar a aplicação dos Procedimentos de Revisão Analítica, o Auditor pode aumentar consideravelmente o escopo de tais procedimentos, já que comparado a outros meios, o microcomputador oferece a vantagem de processar com maior rapidez grande volume de informações.

II.5 - MÉTODOS DE REVISÃO ANALÍTICA

Diversos Métodos de Revisão Analítica têm sido propostos por alguns autores. Kinney e Felix (1980) fazem uma classificação desses métodos em função dos seguintes fatores: objetividade da previsão, confiabilidade na previsão e, quantidade, qualidade e tipo dos dados utilizados. A figura 3 a seguir mostra tal classificação.

FIGURA 3

SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DOS MÉTODOS DE REVISÃO ANALÍTICA			
<u>Método</u>	<u>Informação Usada</u>	<u>Previsões Determinadas</u>	<u>Confiabilidade das previsões Determinadas</u>
Julgamental	Quaisquer Informações Disponíveis	Subjetivamente	Subjetivamente
Regras de Relações	Valores Auditados Passados	Objetivamente	Subjetivamente
Tendências	Valores Auditados Passados	Objetivamente	Subjetivamente
Modelos Estruturados (Regressões)	Valores Auditados e Informação Ambiental Quantificável	Objetivamente	Objetivamente

Fonte: KINNEY, William R., & FELIX, William L., op. cit. p. 102.

Wallace* critica a classificação dos Métodos de Revisão Analítica feita por Kinney e Felix, baseando-se nos seguintes fatores:

*WALLACE, Wanda A. Analytical Review: Misconceptions, Applications and Experience - Part I. CPA Journal, Jan. 1983, p. 26.

19 - A classificação dada reflete uma superavaliação do método julgamental quando afirmam que este pode incluir quaisquer tipo de dados disponíveis. Por outro lado, o uso de informações excessivas acaba afetando o processo de tomada de decisão.

29 - Ao considerarem que os modelos estruturados para Revisão Analítica se utilizam somente de informações ambientais quantificáveis, Kinney e Felix es tão subavaliando as capacidades de tais modelos, já que existem técnicas de modelação multivariáveis que podem considerar atributos qualitativos através da criação das chamadas "variáveis simula das". Dentre os atributos que podem ser incorporados ao modelo temos: a localização geográfica e a sazonalidade dos bens ou serviços.

Além da classificação anterior, Blocher e Willingham (1985), classificam as Técnicas de Revisão Analítica em dois grandes métodos: Análise de Risco e Procedimentos de Revisão Analítica. Estes autores justificam esta distinção já que os dois métodos requerem do Auditor conhecimento e experiência que diferem em natureza e extensão, e também, deman dam diferentes formas de reunião, avaliação e análise das in formações. Na figura 4 a seguir são mostradas as principais características desses métodos.

Considerando os problemas apontados quanto à classificação dos Métodos de Revisão Analítica de Kinney e

Figura 4

DOIS MÉTODOS PRINCIPAIS DE REVISÃO ANALÍTICA

CARACTERÍSTICAS DOS DOIS MÉTODOS	ANÁLISE DE RISCO	PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA
Objetivo primário	Analisar o potencial de inexatidões materiais nas Demonstrações Contá- beis tomadas como um to- do.	Analisar o potencial de inexatidões materiais nu- ma conta particular das Demonstrações Contábeis.
Procedimento	Indagação sobre os pon- tos críticos como por exemplo, rotatividade de pessoal, que diversas vezes indicam um poten- cial para inexatidões ma- teriais. Executados por auditores ao nível de gerência.	Aplica um ou mais dos três procedimentos compu- tacionais: (1) análise de tendências; (2) análise de relações ou; (3) testes de razoabilidade. Executa- dos por auditores com cargo ao nível de "staff".
Conhecimento requerido	Um substancial conheci- mento sobre: (1) organi- zação e negócios do cli- ente, e (2) relações fi- nanceiras e operacionais do cliente.	Um bom conhecimento de trabalho sobre: (1) orga- nização e negócios do cliente, e (2) relações financeiras e operacio- nais do cliente.
Informação requerida	(1) dados financeiros e operacionais do cliente, e (2) outros dados do cliente: correspondên- cia, minutas das reu- niões, etc..	Dados financeiros e ope- racionais do cliente.
Avaliação e análise re- querida	Normalmente insignifi- cante.	(1) Cálculos simples, em- bora as vezes volumosos, e (2) desenvolvimento de uma previsão sobre qual deveria ser o saldo de u- ma conta, comparação da previsão com o valor nos livros, e análise das di- ferenças.

Fonte: BLOCHER, Edward & WILLINGHAM, John J., op. cit. p. 9.

Felix, e devido ao maior suporte encontrado na literatura em relação aos métodos propostos por Blocher e Willingham, neste trabalho serão discutidos os Métodos de Revisão Analítica destes últimos autores.

1. ANALISE DE RISCO

No processo de execução de uma auditoria, uma das tarefas do Auditor é a determinação do Risco de Auditoria. Alguns dos riscos a serem considerados pelo Auditor independem da execução de uma auditoria, no entanto, outros são inerentes a este processo.

Dentre as causas de riscos que independem de uma auditoria poderíamos identificar: a potencialidade de apropriação indevida e de perdas de certos itens do ativo, a utilização por parte da empresa de estimativas contábeis, as limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno contábil (SCIC) ou ainda, a influência de fatores externos como é o caso do desenvolvimento tecnológico, altas taxas de juros sobre os empréstimos etc.

Os riscos inerentes à execução de uma auditoria são aqueles relacionados com as limitações de ordem temporal e econômica que na maioria das vezes impossibilitam o exame da totalidade dos Registros Contábeis. Porém, mesmo que o exame não seja efetuado por amostragem, o Auditor está exposto a outros riscos decorrentes da escolha, aplicação e interpretação de resultados dos procedimentos de auditoria.

O Risco de Auditoria segundo o SAS Nº 47*, pode ser avaliado de forma qualitativa ou quantitativa, com o uso de percentagens ou termos como: baixo, moderado ou alto, respectivamente.

O AICPA, através do SAS Nº 39** apresentou um modelo para avaliar o Risco de Auditoria quantitativamente. A utilidade do modelo parece estar no fato de permitir um planejamento dos níveis de risco apropriados para os procedimentos de auditoria, possibilitando dessa forma, que o Auditor obtenha o Risco de Auditoria desejado. Este risco é determinado levando em conta fatores tais como: o risco de inexatidões materiais nas Demonstrações Contábeis, a relação custo benefício de reduzir o risco e o efeito das possíveis inexatidões sobre o usuário das informações.

Posteriormente, através do SAS Nº 47*** o AICPA fez algumas considerações sobre o Risco de Auditoria, sugerindo a inclusão de outra variável no modelo, de forma que o risco seria o produto de quatro riscos independentes: risco inerente, risco do SCIC e risco de detecção****. Assim, o modelo seria o seguinte:

* AICPA. Audit Risk and Materiality in Conducting an Audit. op. cit. p. 3.

** AICPA. Audit Sampling. New York, June 1981, p. 12 (Statement on Auditing Standards, 39)

***AICPA. Audit Risk and Materiality in Conducting an Audit. op. cit., p. 1-13.

****Risco de Detecção (RD) engloba o risco para os dois tipos de testes substantivos, porém na literatura comumente o risco para cada procedimento é destacado separadamente.

$$RA = RI \times RC \times PRA \times TD$$

onde:

RA = Risco de Auditoria de que as Demonstrações Contábeis possam conter inexatidões materiais não detectadas pelo Auditor.

RI = Risco de que ocorram inexatidões materiais não relacionadas com o SCIC (risco inerente).

CI = Risco de que inexatidões materiais não sejam evitadas ou detectadas oportunamente pelo SCIC.

PRA = Risco de que inexatidões materiais não sejam detectadas pela Revisão Analítica.

TD = Risco de que inexatidões materiais não sejam detectadas pelos Testes de Detalhe.

O risco inerente e o risco do SCIC são determinados pelo Auditor para concluir sobre a probabilidade de erro material que existe no saldo de uma conta e, baseado nisto, elaborar um programa de auditoria detalhado para cada conta. Estes riscos, embora avaliados pelo Auditor, dizem respeito à administração. Já o risco associado aos procedimentos de audi

ditoria é controlado diretamente pelo Auditor.

Cada um desses elementos de risco poderá vir a compensar os outros, à medida que um alto risco associado a um elemento possa implicar num baixo risco para outro. Assim, se o risco associado aos controles é alto, o risco de erro que o Auditor poderá aceitar dos procedimentos substantivos deverá ser relativamente baixo.

Quanto ao critério para determinar a percentagem a ser atribuída a cada variável do risco, o SAS nº 47 indica que este faz parte do julgamento profissional do Auditor e que dependerá da sua abordagem de auditoria, ou seja, o Risco de Auditoria é determinado subjetivamente.

Conforme Guy e Carmichael:

"Uma abordagem frequentemente usada na prática é associar a percentagem a um nível qualitativo de determinação. O máximo é obviamente 100%. A especificação da percentagem associada com o mínimo é um ponto crítico no julgamento do Auditor.... Na prática, as percentagens associadas a níveis qualitativos, na maioria das vezes, são estabelecidas de acordo com as políticas das firmas de auditoria".*

Em relação ao valor de "RA", isto é, ao risco aceitável pelo Auditor, a literatura sugere que poderá ser considerado relativamente baixo quanto se situar entre 5% e 10%.

* GUY, Dan M. & CARMICHAEL, D.R., Audit Sampling: An Introduction to Statistical Sampling in Auditing. New York, John Wiley & Sons, Second Edition, 1986, p. 139.

Vale ressaltar, que segundo as Normas de Auditoria, as considerações sobre o "RA" poderão variar em função do tamanho e complexidade da empresa, da experiência do Auditor com a empresa, e do seu conhecimento dos negócios da empresa. Inclusive, nos casos em que o Auditor recebe proposta para prestar serviços de auditoria a cliente novo, Carmichael e Willingham*, chamam a atenção para o fato de que as considerações sobre o Risco de Auditoria deverão levar em conta a necessidade de se conhecer a situação do cliente e de se fazer averiguações junto ao Auditor Predecessor antes de aceitar o contrato. O primeiro e segundo procedimentos também são válidos para decidir sobre a continuação dos trabalhos e para avaliar o potencial de erro material nas contas do Balanço respectivamente.

Face ao já exposto, parece que o cálculo do risco da forma determinada pelas Normas de Auditoria apresenta alguns problemas, tendo em vista que se parte do pressuposto de que o Auditor é capaz de determiná-lo através do método julgamental. Provavelmente, uma razoável segurança seria obtida através do emprego de método alicerçados na estatística ou na matemática, embora se reconheça que alguns fatores ambientais que afetam o risco inerente, dificilmente possam ser quantificados.

*CARMICHAEL, D.R. & WILLINGHAM, John J., Auditing Concepts and Methods: A guide to current Auditing Theory and Practice, New York, McGraw-Hill, Fourth Edition, 1987, p. 100.

Uma das formas em que poderiam ser minimizados os riscos de se emitir um Parecer sobre Demonstrações Contábeis que contenham erros ou irregularidades materiais não-detectados seria a utilização de amostragem probabilística, a utilização incrementada de métodos matemáticos estruturados de Revisão Analítica, ou ainda, a exemplo de outros países como os Estados Unidos, submeter os Auditores, a programas de reciclagens periódicas e a exames para que possam exercer a profissão.

Outro problema que pode ser apontado quanto ao modelo do Risco de Auditoria, é que tais componentes são considerados como independentes. No entanto, as mesmas Normas de Auditoria determinam que os testes substantivos a serem executados dependam da avaliação do Auditor sobre o SCIC, consequentemente, o risco associado a este influencia o risco aceitável para os outros, já que, quanto maior for o "RC" menor o risco que o Auditor pode aceitar para "PRA" e "TD".

Feitas essas considerações cabe agora mencionar que a avaliação do risco inerente é feita através de certas análises que se utilizam de Técnicas de Revisão Analítica, as quais, abrangem os procedimentos não-quantitativos classificados por Blocher e Willingham (1985) como análise de risco e outros tipos de procedimentos como análise de relações e suas tendências.

O risco inerente é afetado basicamente por fatores ambientais, pelas características das contas relacionadas

nas Demonstrações Contábeis e pelos erros do ano anterior.

Cabe ressaltar que recentemente, Carmichael Willingham*, mencionaram que as Técnicas de Revisão analítica para avaliar o risco inerente podem ser usadas numa primeira fase, com o objetivo de se obter conhecimento dos negócios do cliente para efeito de planejamento geral da auditoria e, numa segunda fase, com o objetivo de auxiliar no planejamento do programa de auditoria através da quantificação das relações entre contas e dos efeitos de mudanças nas condições e circunstâncias identificadas no planejamento geral. Estes últimos estão sendo denominados de Procedimentos de Revisão Analítica Detalhada. Seus resultados são incorporados no julgamento do Auditor sobre a probabilidade de erro material e se caracterizam basicamente por serem aplicados a detalhes das formações financeiras e operacionais do cliente.

Para quantificar o risco dos Procedimentos de Revisão Analítica quando estes forem aplicados como um teste substantivo de auditoria, o Auditor deverá também considerar a materialidade dos possíveis erros ou irregularidades individuais ou agregados das contas das Demonstrações Contábeis em exame.

A habilidade de um Procedimento de Revisão Analítica em detectar erros é associada primeiramente ao impacto

* CARMICHAEL, D.R. & WILLINGHAM, John J. op. cit., cap. 6.

em moeda do erro ou a alguma característica incomum do erro, do que ao tipo de erro. Se os erros, não estão sistematicamente associados a grandes quantias em moeda ou características incomuns, um Procedimento de Revisão Analítica poderá ser igualmente apropriado para cada tipo de erro.

Quanto às irregularidades ou fraudes, a Revisão Analítica pode permitir a sua detecção, pois certos desvios materiais podem ser identificados a partir dos saldos das contas e das relações entre as contas, indicando desta forma, que uma fraude já ocorreu ou está para ocorrer. Entretanto, se a fraude está presente e houver manipulação das contas envolvidas, é provável que a fraude não seja detectada. Algumas evidências positivas quanto à confiabilidade da Revisão Analítica para detectar fraudes, já foram encontradas, e deram lugar, entre outras, à recomendação da *National Commission of Fraudulent Financial Reporting*, já mencionada neste trabalho, de que tais procedimentos sejam enfatizados nas Auditorias Financeiras.

Com a utilização dos Procedimentos de Revisão Analítica o Auditor poderá incorrer nos seguintes tipos de erros e consequentes riscos relativos:

Tipo 1: Os resultados da Revisão Analítica indicam ao Auditor que uma inexatidão material está presente, quando na verdade não está.

Tipo 2: Os resultados da Revisão Analítica indicam para o Auditor que uma inexatidão não está pre-

sente quando de fato está.

O custo que acarreta o erro do tipo 1, refere-se ao trabalho adicional desnecessário executado pelo Auditor. Já o erro do tipo 2, propicia um risco de custos posteriores quando o Auditor emite um Parecer Limpo e a inexatidão material é subsequentemente detectada. Em função disso, o Auditor não pode confiar exclusivamente na Revisão Analítica quando o risco e a materialidade forem altos.

O Risco de Auditoria ao ser calculado em termos quantitativos, nada mais é, do que o produto dos riscos individuais de erros do tipo 2. O risco é expresso por uma percentagem ou probabilidade entre 0 e 1.

Para avaliar o Risco de Auditoria o Auditor deverá determinar o grau de confiabilidade que pode depositar na Revisão Analítica, fazendo as seguintes avaliações:

- 1º - Considerar a segurança do método de Revisão Analítica. A segurança é diretamente proporcional à precisão do método e à previsibilidade da conta ou da relação.
- 2º - Avaliar a materialidade e o risco relativo de uma conta. Se ambos forem baixos, o Auditor poderá depositar maior confiança na Revisão Analítica.
- 3º - Se os controles internos da empresa são eficientes

tes e seguidos na prática, a segurança na Revisão Analítica deverá ser maior.

4º - Avaliar a natureza e eficiência de outros procedimentos de auditoria. Se estes procedimentos são efetivos, a Revisão Analítica pode proporcionar maior segurança.

Quanto ao risco que o Auditor poderá correr com a utilização de Procedimentos de Revisão Analítica, Guy e Camichael, sustentam que:

"Em geral, seria conservadoramente estimado e provavelmente deveria ser raramente menor que 50%. Se, por outro lado, uma firma de auditoria usa um modelo matemático bastante robusto para Revisão Analítica, o risco com estes procedimentos pode ser menor que 50%".*

No entanto, a visão conservadora em relação à eficiência da Revisão Analítica, provavelmente será suplantada, pois vários autores e pesquisas recentes efetuadas no exterior, algumas das quais já mencionados neste trabalho, têm reconhecido a sua eficiência na detecção de erros ou irregularidades.

De maneira geral, relacionado ao critério para calcular o Risco de Auditoria considera-se que: "o único componente do Risco de Auditoria que pode ser objetivamente quan

* GUY, Dan M. & CARMICHAEL, D.R., op. cit., p. 142.

tificado é o risco de amostragem associado à amostragem estatística.* Como será visto, ao abordar os Métodos de Revisão Analítica, os únicos procedimentos deste tipo que podem ter o seu risco quantificado de forma objetiva, são aqueles baseados em técnicas sofisticadas, por exemplo, análise de regressão.

Assim, a importância do modelo para cálculo do Risco de Auditoria, demonstra a interação entre cada um dos fatores que contribuem para a existência desse risco. A respeito da sua utilidade prática, Kell afirma:

"Embora os Auditores atualmente discordem sobre os critérios ou a praticabilidade da quantificação dos componentes de risco, o estudo do modelo quantitativo é muito útil pois propicia a compreensão da interação entre cada um dos elementos de risco".**.

Para determinar o Risco de Auditoria de forma não-quantitativa, Carmichael e Willingham, mencionam que há uma variedade de abordagens e destacam as seguintes:

"Determinação Qualitativa Combinada. O Auditor considera a informação obtida sobre risco inerente e risco de controle e os resultados de qualquer Procedimento de Revisão Analítica Detalhada aplicado, e julga se a probabilidade de erro material na conta do Balanço afetado, é alta moderada ou baixa. Se a probabilidade de erro material é julgada baixa, os Testes de Detalhe podem ser minimizados. Se a probabilidade de erro material é alta, os Testes de Detalhe poderão ser extensivos.

* CARMICHAEL, D.R. & WILLINGHAM, John J., op. cit., p. 203.

** KELL, Walter G. et alii, op. cit., p. 92.

Determinação Qualitativa Separada. O Auditor faz uma determinação qualitativa separada e chega a conclusão que o risco inerente é de um nível mínimo, moderado ou máximo e que o risco de controle é de um nível mínimo, moderado ou máximo. Essas determinações são então combinadas junto com os resultados de qualquer Procedimento de Revisão Analítica Detalhada, aplicado para fazer o julgamento sobre a probabilidade de erro material na conta do Balanço afetada".*

1.1. RISCO INERENTE

O risco inerente é a possibilidade de que as Demonstrações Contábeis da empresa auditada contenham erros materiais. A avaliação total do risco inerente poderá incluir a consideração de cinco fatores: risco operacional risco financeiro, risco de mercado, integridade da gerência e o sistema de controle da empresa.

A análise de risco operacional, financeiro e de mercado deverá ser feita individualmente, e a presença de qualquer um deles, sugere ao Auditor que a administração ou o pessoal da empresa pode ter sido motivada a cometer erros ou irregularidades Contábeis. Uma característica fundamental destes riscos é a de que não são estritamente independentes, sendo que a existência de um deles poderá permitir que outro ou o resto estejam também presentes.

A partir da avaliação do risco financeiro, operacional e de mercado, o Auditor deverá avaliar separadamente

*CARMICHAEL, Dr. & WILLIHANGM, John J., op. cit., p. 202.

a integridade da administração, que pode influenciar positiva ou negativamente no risco inerente.

A combinação das avaliações mencionadas anteriormente dará como resultado o risco inerente inicial. Este risco é reduzido pela administração, através de dois níveis de controle:

1º) Controles Organizacionais. Estes reduzem simultaneamente o risco de erros ou irregularidades em muitas ou na totalidade das contas, itens ou elementos das Demonstrações Contábeis.

2º) Controle Interno Contábil. Através dele se reduz o risco somente para uma conta, item ou elemento que consta nas Demonstrações Contábeis.

A seguir, serão abordados cada um dos fatores que contribuem na formação do risco inerente, com exceção do controle interno contábil, pois a sua abordagem foge aos propósitos deste trabalho. A este respeito, segundo Blocher e Willingham, dos dois níveis de controle existentes numa empresa, somente:

"A revisão dos Controles organizacionais é frequentemente considerada como sendo Revisão Analítica, já que esta é direcionada para que o Auditor obtenha compreensão da organização e dos negócios do cliente".*

*BLOCHER, Edward & WILLINGHAM, John J., op. cit., p. 20.

1.1.1 Risco Operacional

Este risco está associado à possibilidade de os lucros ou a posição de liquidez da empresa, isoladamente ou em conjunto, poderem variar de forma extraordinária, por motivos relacionados com a natureza do meio ambiente dos negócios de uma organização. Dentre os fatores que poderiam contribuir para o risco operacional figuram: a sazonalidade e outros altos riscos dos produtos ou serviços, a alta concorrência, e as condições econômicas do país.

Visto que as características operacionais da empresa podem ameaçar a sua continuidade, devido à erosão que podem causar nos seus lucros ou na sua posição de liquidez, o Auditor deverá identificar e avaliar tais características para determinar de que forma contribuem para o risco inerente.

As características operacionais da empresa podem contribuir para o risco inerente de duas formas:

- 1º) Podem motivar os empregados ou a administração da firma auditada, a causar e não evidenciar uma inexatidão nas contas. Tais características podem estar relacionadas com a posição e o desempenho financeiro da empresa ou com as necessidades de um empregado;
- 2º) Podem tornar mais difícil para a administração prever ou detectar qualquer erro ou irregularidade independentemente da efetividade do sistema de con-

trole empregado. As características neste caso, estão relacionadas com a complexidade da empresa, isto é, diversificação, descentralização, dispersão geográfica, etc.

As características operacionais deverão ser identificadas pelo menos nas seguintes cinco áreas.

- "1. Vendas;
2. Produção e distribuição;
3. Estrutura organizacional;
4. Matéria legal ou regulamentar; e
5. Outras obrigações restritivas".*

Para analisar as características relevantes de cada área, o Auditor pode utilizar "Checklist"** em formato de questionário, focalizando os seguintes aspectos:

ÁREA DE VENDAS

Neste setor, são analisados primeiramente os indicadores negativos, ou seja, os indicadores de uma acentuada deterioração atual ou a curto prazo na "performance" das vendas. Em segundo lugar, os aspectos positivos são investigados, como no caso de aumentos significativos nas vendas.

* BLOCHER, Edward & WILLINGHAM, John J., op. cit., p. 23.

**Roteiro, destacando os quesitos a serem analisados.

A análise dos indicadores negativos tem os seguintes objetivos:

- 1º) determinar a possibilidade de mudanças significativas na tendência das vendas do setor industrial em que a firma auditada opera. Para tal, é analisado o meio ambiente em que a empresa opera, seja este local, regional ou internacional;
- 2º) avaliar a "performance" das vendas para os meses vindouros. Neste sentido o Auditor analisa a eficiência da empresa no planejamento das vendas;
- 3º) determinar a existência de fatores externos que afetem a capacidade competitiva da entidade auditada. Dentre as questões a serem analisadas figura: publicidade desfavorável, falta de competitividade dos produtos ou serviços, etc.

Os indicadores positivos também devem ser analisados, já que um crescimento significativo das vendas poderá fugir ao controle da administração, e com isto, as possibilidades de erros nos Registros Contábeis são incrementadas e consequentemente também o risco inerente. Nos casos em que o aumento das vendas não se justifique pelas condições da indústria ou do mercado, suas causas devem ser investigadas.

ÁREA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Analisando o setor de produção e distribuição da empresa, o Auditor pode inferir questões que hoje ou futuramente afetem negativamente as operações da empresa. Assim, a análise da disponibilidade e preços das matérias-primas, a consideração de mudanças nos processos de produção ou na localização da fábrica, auxiliam o Auditor na determinação do risco operacional.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O risco associado à estrutural organizacional de uma empresa é identificado através da consideração de dois fatores:

- 1º) Expansão da Empresa. Esta análise consiste na avaliação da habilidade da administração para controlar as atividades de expansão, e a mesma poderá ser executada especialmente através do método de expansão e dispersão geográfica. Cabe notar que o crescimento de uma empresa poderá dar-se por expansão interna ou por fusão e aquisição, apresentando este último, maiores riscos, devido à possibilidade de queda nos padrões de qualidade, à descontinuidade das políticas administrativas e à falta de consistência no Sistema de Informações Contábeis. Ambos os tipos de expansão poderão ser

altamente perigosos, em se tratando de participação em mercados internacionais, especialmente quando a administração não os conhece com profundidade suficiente.

- 29) **Diversificação dos Produtos ou Serviços.** Esta análise visa determinar a habilidade da administração para controlar as operações da empresa auditada. O Auditor considera: se a administração controla e avalia as operações em cada linha de negócios, se cada setor de negócios tem autonomia, se os Registros Contábeis são feitos de maneira uniforme para cada setor, a contabilização de operações descontinuadas, etc.

MATERIA LEGAL OU REGULADORA

A análise dos aspectos legais torna-se importante, uma vez que, alguns destes, podem representar um risco significativo para as operações da empresa. As matérias legais a serem analisadas incluem: marcas e patentes, licenças, legislações atuais ou pendentes a nível federal ou estadual relacionadas à indústria e aos processos judiciais em que a empresa possa estar envolvida.

OUTRAS OBRIGAÇÕES RESTRITIVAS

Algumas restrições advindas de certos compromissos assumidos pela empresa auditada com empregados, clientes ou

arrendadores, podem afetar o risco operacional, na medida que tais restrições podem reduzir a flexibilidade da empresa em negociar perante condições competitivas dentro do setor industrial em que opera. Assim, torna-se necessário que o Auditor identifique os indicadores de risco operacional decorrentes daqueles compromissos ou contratos.

Uma vez identificados os indicadores de risco operacional em cada uma das áreas examinadas, o Auditor formula a sua avaliação dos riscos, apresentando-a de forma agregada. Os indicadores que constituam riscos poderão ser analisados isoladamente ou em conjunto para determinar a necessidade de se fazer ajustes no escopo dos testes de auditoria planejados.

Além da avaliação anterior, a análise dos índices de lucratividade da empresa nos últimos três anos, poderá servir de base para o Auditor determinar a tendência dos indicadores de risco operacional descobertos nas diferentes áreas analisadas. Também poderá comparar tais índices com estatísticas industriais setoriais, embora, este tipo de comparação seja menos relevante devido à existência de fatores únicos que afetam cada empresa.

De acordo com Blocher e Willingham, os índices em geral mais utilizados na avaliação da lucratividade são os seguintes:

- "1. Lucro por ação;
2. Retorno sobre o ativo;
3. Retorno sobre o Patrimônio Líquido;
4. Margem líquida"*.

*BLOCHER, Edward & WILLINGHAM, John J. op. cit., p. 26

Quando a comparação dos índices de lucratividade em relação à própria empresa ou em relação aos de outras empresas do mesmo setor mostra deteriorações significantes, o risco operacional da entidade torna-se maior.

1.1.2 Risco Financeiro

O risco financeiro está associado à habilidade da empresa em cumprir as dívidas contraídas e sua avaliação torna-se importante uma vez que pode comprometer a continuidade da empresa.

Para determinar o risco financeiro normalmente são analisadas as informações relativas à participação de capital de terceiros na empresa, às dívidas de curto prazo, assim como, a natureza de todas as dívidas e o fluxo de caixa a partir das operações.

A análise do risco financeiro poderá ser feita através de dois métodos: previsão de falência e previsão de desastre financeiro (*Financial Distress*). Para o primeiro método pode ser usada a abordagem de indicadores-chave ou a abordagem denominada análise fundamentalista. Na predição de desastre financeiro poderão ser utilizados certos indicadores-chave.

Antes de abordar cada um dos métodos de avaliação do risco financeiro é importante mencionar que a análise fundamentalista é baseada em índices financeiros e seu uso

pode tornar-se mais efetivo considerando-se os seguintes aspectos:

- 1º) O Auditor deverá dar prioridade à análise do desempenho da empresa ao longo do tempo*, em detrimento da análise baseada na comparação dos índices da empresa com os de outras indústrias do mesmo ramo**, devido a que diversos fatores podem afetar tais indústrias;
- 2º) O tempo de atuação das empresas deverá ser considerado ao interpretar os resultados das comparações entre indústrias;
- 3º) A comparação dos índices financeiros em função de séries temporais, pode ser afetada por Inconsistências Contábeis. Assim, o Auditor deverá observar se a empresa trata consistentemente os itens mais relevantes;
- 4º) Os dados para calcular os índices devem estar em valores atuais;
- 5º) Os efeitos das estimativas contábeis representam um fator limitador no uso de indicadores financeiros.

PREVISÃO DE FALÊNCIA

De acordo com Altman:

* Análise de séries temporais.

**Análise Setorial.

"O objetivo básico das Demonstrações Contábeis é fornecer informação útil para a tomada de decisões econômicas. Se as incertezas de eventos futuros prejudicam a utilidade da informação, o Auditor tem a responsabilidade de chamar a atenção do leitor em relação àquelas incertezas. O julgamento fundamental do Auditor em relação ao futuro de uma empresa é sua habilidade para operar como uma empresa em andamento"*.

Sabendo-se que o Auditor tem a responsabilidade de opinar se as Demonstrações Contábeis da entidade auditada, estão apresentadas conforme os Princípios Fundamentais de Contabilidade entre os quais se inclui o princípio da continuidade, poderá utilizar para detectar possíveis problemas financeiros, os seguintes indicadores-chave sugeridos no *Auditing Research Monograph* nº 1, intitulado - "Obrigações de informar do Auditor":

- "1) Deficiência de Liquidez - O passivo circulante da empresa excede o seu ativo circulante, resultando assim em dificuldades no pagamento das obrigações correntes.
- 2) Deficiência do Patrimônio Líquido - A solvência da empresa é questionável por causa do déficit nos Lucros Acumulados ou em casos mais extremos, de excesso dos Passivos Totais sobre os Ativos Totais (Patrimônio Líquido Negativo).
- 3) Inadimplência das Dívidas - A companhia tem sido incapaz de cumprir com os pagamentos programados das dívidas ou tem violado um ou mais convênios de seus empréstimos contratados.

*ALTMAN, Edward I., Corporate Financial Distress: A Complete Guide to Predicting, Avoiding, and Dealing With Bankruptcy, New York, John Wiley & Sons, 1983, p. 209.

- 4) Deficiência de Fundos - A empresa tem fundos limitados ou não possui habilidade para obter fundos adicionais a partir das várias fontes de capital".*

Entretanto, o uso de indicadores-chave e/ou a análise financeira pode comprometer o julgamento do Auditor devido a limitações inerentes à classificação das contas no Balanço Patrimonial em Circulante e Não-Circulante e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade. O Capital de Giro de uma empresa, como convencionalmente apresentado, não obedece a um critério consistente para classificar as contas em Circulantes e Não-Circulantes em função dos seus atributos. Por outro lado, os critérios de avaliação utilizados pela Contabilidade nem sempre refletem o provável valor realizável da maioria dos itens que figuram no Balanço.*

Se esses indicadores são identificados sem que se considere os problemas mencionados, as previsões decorrentes da análise não seriam confiáveis, visto que tais ativos não refletiriam o que a empresa dispõe para pagar suas dívidas. Porém esses problemas são passíveis de solução, especialmente para o Auditor, uma vez que para poder desempenhar suas funções parte do pressuposto que possui suficiente conhecimento contábil e acesso a informações relevantes do cliente.

Outro fator a ser destacado na utilização de análise financeira para fins de auditoria ou outros, é o que diz respeito à existência no Brasil, de diversos índices econômio

* ALTMAN, Edward I., and McGough, Thomas P. Evaluation of a Company as a going Concern. The Journal of Accountancy, New York, 138(6): 51, nov. 1974.

**McCULLERS, Levis D. & SCHROEDER, Richard C., Accounting Theory, New York, John Wiley & Sons, 1982, cap. 5, p. 201-42.

cos que afetam as Demonstrações Contábeis, como é o caso da OTN, URP, CIP, IGP, etc. Neste contexto, se não são tomados os devidos cuidados, as análises realizadas poderão conter grandes distorções.

Dentre as possíveis soluções figuram: a reclassificação das contas em itens monetários e não-monetários ou com base nas diferentes fontes de créditos que a empresa possa ter e, a consideração dos atributos de cada conta para efetuar a análise. Neste sentido, reconhece-se a iniciativa tomada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ao instituir o uso da correção integral para as companhias de capital aberto, através de Instrução nº 64/87.

Adicionalmente, o Auditor deverá tomar outros cuidados para analisar os indicadores de problemas financeiros, pois podem existir certos fatores que mitiguem as possibilidades de uma empresa descontinuar as suas operações.

Já o método de previsão de falência através do uso da abordagem fundamentalista é baseado principalmente na análise de relações financeiras. Segundo Blocher e Willingham (1985), um dos estudos proeminentes sobre relações financeiras, usado para prever falências, é o desenvolvido por Altman (1968).

O Estudo desenvolvido por Altman* consiste na seleção de indicadores eficientes na detecção de falência potencial. Para tal, o autor utilizou uma metodologia estatística denominada de análise discriminante múltipla. O estudo resultou na seleção de cinco variáveis ou índices a partir de uma

*ALTMAN, Edward. Financial Ratios, Discriminant Analysis and The Prediction of Corporate Bankruptcy. The Journal of Finance, New York, XXIII (4): 589-609, Sept. 1968.

amostra de vinte e dois. Os índices da amostra foram classificados em cinco categorias: liquidez, rentabilidade, alavancagem, endividamento e atividade. Adicionalmente, o modelo possibilitou o cômputo de uma classificação numérica da tendência falimentar da empresa. Altman, também avaliou a contribuição de cada variável dentro do modelo.

No modelo desenvolvido por este autor a função discriminante seria a seguinte:

$$Z = .012X_1 + .014X_2 + .033X_3 + .006X_4 + .010X_5$$

onde: X_1 = Capital de Giro Líquido/Ativos Totais

X_2 = Lucros Acumulados/Ativos Totais

X_3 = Lucro antes dos Juros e Imposto de Renda/Ativos Totais

X_4 = Valor de Mercado do Patrimônio Líquido/Valor do Passivo Total

X_5 = Vendas/Ativos Totais

Z = Índice Total.

Cada uma das relações anteriores deverá ser expressa em termos de percentagens absolutas. Quando o Valor de "Z" for maior que 2.99, as possibilidades de falência de uma em-

presa são remotas. Já uma classificação numérica menor que 1.81 indica um forte potencial de falência dentro de um período de dois anos. O intervalo de 1.81 e 2.99 é denominado de "Zona de ignorância", devido à susceptibilidade de cometer erros de classificação, quando a firma se situar nessa faixa.

O modelo de Altman foi desenvolvido para indústrias Manufatureiras. Em 1974 foi novamente testado incluindo empresas não-manufatureiras, e as conclusões quanto à sua eficiência foram as seguintes:

"... O modelo previu falências em 82% dos casos, baseados nas últimas Demonstrações Contábeis disponíveis anteriores à falência... Por outro lado, o modelo previu falências corretamente em 58% dos casos, dois anos antes da falência".*

Segundo os resultados dessa pesquisa, o modelo é mais preciso em prever uma possível falência para um ano do que para dois anos.**

Quanto à contribuição de cada indicador na predição de falência, na Figura 5 a seguir, estão relacionadas cada uma das variáveis com a sua respectiva classificação de acordo com a sua importância.

* ALTMAN, Edward I., & McGOUGH, Thomas P. op. cit., p. 53.

** O Modelo de Altman apresenta algumas limitações por considerar somente variáveis microeconômicas.

FIGURA 5

RELATIVA CONTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS

VARIÁVEL	CLASSIFICAÇÃO
X_1 (Capital de Giro Líquido/Ativo Totais)	5
X_2 (Lucros Acumulados/Ativos Totais)	4
X_3 (Lucro antes dos Juros e Imposto de Renda/Ativos Totais)	1
X_4 (Valor de Mercado do Patrimônio Líquido/Valor do Passivo Total)	3
X_5 (Vendas/Ativos Totais)	2

Fonte: Adaptado de Altman, Edward I. Financial Ratios, Discriminant Analysis and The Prediction of Corporate Bankruptcy. The Journal of Finance, New York, XXIII (4): 597, Sept. 1968.

O Auditor poderá basear-se no modelo descrito anteriormente, para escolher indicadores financeiros relevantes de acordo com a categoria a que pertencem, com o objetivo de obter indícios de prováveis problemas que possam contribuir para o risco financeiro da empresa. Porém o Auditor deverá considerar as falhas que a Contabilidade ainda apresenta em matéria de evidenciação.

Um outro fator eficiente na previsão de falência

é a análise do fluxo de caixa da empresa, gerado a partir das operações. Largay e Stickney* mostraram ao analisar uma empresa norte-americana, que o fluxo de caixa dá sinais de falência com maior antecipação do que a análise de indicadores financeiros.

PREVISÃO DE DESASTRE FINANCEIRO

O desastre financeiro pode ser caracterizado como uma condição menos severa que a falência, diferenciando-se desta, em que os problemas normalmente podem ser corrigidos. A existência desta condição dentro de uma empresa constitui um risco, pois, poderá levar à administração a introduzir inexactidões nos Registros Contábeis da empresa. O Auditor poderá encontrar indícios de desastre financeiro atual ou próximo, quando um ou mais dos seguintes indicadores estiver presente:

- 1) Tendência desfavorável no fluxo de caixa;
- 2) Violação das restrições impostas pela contratação de um empréstimo.
- 3) Rompimento de relações com banqueiros e corretores;

*LARGAY III, James A., & STICKNEY, Clyde P. Cash Flows, Ratio Analysis and The W.T. Grant Company Bankruptcy. Financial Analysts Journal, New York, 36 (4): 51-4, July/Aug. 1980.

- 4) Dívidas vencidas ou dilatação dos prazos de pagamento.

Com base nos resultados da aplicação do método para prever casos de falência e de desastre financeiro, o Auditor faz a sua avaliação do risco financeiro. Quando o andamento da empresa está ameaçada, o risco financeiro será maior.

O auditor também poderá considerar a tendência dos indicadores financeiros relevantes de cada categoria, o montante, época e certeza das entradas e saídas de caixa.

1.1.3 Risco de Mercado

Este risco está associado às oscilações no preço das ações da empresa em relação à totalidade das ações do mercado, às mudanças no controle acionário da empresa e aos casos de *Insider Trading**. A ocorrência de sinais negativos nesse sentido poderá ser considerada como risco, pois podem influenciar o comportamento dos acionistas da empresa e conseqüentemente o da administração.

A participação do risco de mercado na determinação do risco inerente não é tão significativa, devido ao fato de normalmente não constituir uma ameaça à continuidade da empresa.

**Insider Trading*, é quem utiliza informações privilegiadas e desconhecidas pelo público em geral, em benefício próprio.

1.1.4 Integridade da Administração

Anteriormente foi discutido que o risco operacional, financeiro e de mercado podem motivar a administração a manipular os Registros Contábeis. No entanto, independente disso, o Auditor poderá avaliar a tendência da administração em atuar de forma íntegra e imparcial. Para fazer suas inferências, o Auditor poderá aproveitar o trabalho desenvolvido junto à administração para planejar a auditoria. Nesse sentido, será muito útil a aplicação de seus conhecimentos em matéria de fraudes da administração. A seguir estão relacionados alguns fatores que podem afetar negativamente o risco inerente de uma empresa:

- . A decisão da administração de mudar para o diferido itens geralmente consumidos;
- . A tendência de realizar transações ou acumulações de valor questionável;
- . Mudanças na política de descontos para estoques invendáveis;
- . Mudança na política de créditos para devedores duvidosos.

1.1.5 Controles Organizacionais

Devido ao fato dos controles organizacionais con

sistirem em políticas e procedimentos administrativos implantados com a finalidade de reduzir inexatidões materiais dentro das Demonstrações Contábeis, o risco inerente poderá diminuir em função da eficiência de tais controles.

Na avaliação dos controles organizacionais o Auditor deverá aplicar seus conhecimentos quanto a: quais as características da empresa que criam dificuldades à gerência na implementação de controles eficientes e, quais as políticas e procedimentos que tornam um sistema de controle eficiente. Subseqüentemente o Auditor deverá revisar os resultados de auditorias passadas da empresa e o sistema de Contabilidade, com o objetivo de identificar problemas que poderão dar sinais de um fraco controle organizacional.

É de ressaltar, que a Revisão da história da auditoria de uma empresa é particularmente importante na avaliação do risco, já que através dela poderá ser analisada a receptividade da administração quanto às recomendações feitas pelo Auditor em relação aos problemas encontrados durante as auditorias realizadas.

2. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

Dentre os Procedimentos de Revisão Analítica, a análise de tendências figura como o método mais usado pelos Auditores. A análise de tendências pode ser feita através de diversos métodos com o objetivo de analisar as mudanças de uma dada conta, item ou elemento das Demonstrações Contábeis, con

siderando períodos Contábeis passados, usualmente anuais ou mensais. A aplicabilidade de cada método está relacionada basicamente com a natureza e a qualidade dos dados disponíveis para efetuar a análise.

Conforme Wallace:

"Uma pesquisa experimental demonstrou que 75% dos Gerentes e Sêniores das oito maiores firmas de auditoria consideram a análise de tendências como a ferramenta analítica-chave para testar a razoabilidade da folha de pagamentos".*

Com vistas a aplicar de forma efetiva a análise de tendências, o Auditor deverá:

- 1) Compreender quais os fatores causadores da tendência da conta sob análise, para elaborar a previsão que será comparada com o valor que consta na Demonstração Contábil do período. Este procedimento é denominado de abordagem causal e através dele, o Auditor poderá identificar problemas potenciais em contas cujas mudanças sejam pequenas ou nulas em relação ao período anterior, mas, que poderiam ter mudado significativamente em decorrência de alterações nos fatores causais relacionados.

- 2) Avaliar o erro que pode conter a previsão, decorrente da qualidade do processo de previsão

*WALLACE, Wanda A., op. cit., p. 217.

e dos dados utilizados. Este erro pode ser calculado de forma objetiva ou subjetiva conforme os métodos a serem utilizados na análise de tendências.

Os métodos para análise de tendência podem ser distribuídos em: modelos de variáveis simples e modelos de variáveis múltiplas. Os primeiros predizem uma quantia com base somente nos dados de séries temporais para a conta objeto de análise. Já os segundos, fornecem uma previsão para uma variável simples usando dados de séries temporais para duas ou mais variáveis no processo de previsão.

A seguir serão abordados os métodos gráfico, das mudanças período a período, da média ponderada, da média môvel, de regressão linear simples e de regressão linear múltipla, dos quais, somente o último corresponde à categoria de modelos de variáveis múltiplas.

2.1. MÉTODO GRÁFICO

A avaliação da tendência de uma determinada conta através deste método, consiste no ajustamento de uma reta ou curva de tendência a partir da inspeção visual dos dados condensados num gráfico (observações). Para tal, o Auditor se utiliza de um diagrama de dispersão.

O diagrama de dispersão é um "diagrama constituído do eixo das coordenadas e pontos destinados a mostrar rela

ções entre duas ou mais variáveis".*

O método gráfico é simples de aplicar, porém apresenta três limitações:

- 1) A estimativa é de precisão limitada, salvo quando os dados usados são bastante regulares;
- 2) A previsão poderá conter viés significativo, devido à influência de uma ou mais observações não usuais nos dados. Para contornar esta limitação é recomendável omitir tais observações no diagrama de dispersão, se estas não são relevantes dentro da totalidade dos dados;
- 3) Viés causados pela escala escolhida na construção do diagrama de dispersão. Porém, este problema pode ser evitado se o Auditor utilizar papel gráfico padronizado para todas as auditorias.

2,2, MÉTODO DAS MUDANÇAS PERÍODO A PERÍODO

Segundo Blocher e Willingham (1985) este método é o mais usado na prática de auditoria. Consiste no cálculo algébrico da tendência de uma série temporal, a partir das mu-

*KOHLER, Erick L. Dicionário para Contadores, México, Editora Uthea, 1974, p. 195.

danças entre um ou mais períodos de tempo anterior. Tais mudanças, isto é, os aumentos ou diminuições ocorridas, podem ser expressos em termos absolutos ou percentuais.

O método das mudanças período a período poderá ser aplicado com os seguintes objetivos:

- 1) Para predizer o período seguinte com base na mudança absoluta ou percentual do período anterior para o período corrente. A predição obtida desta forma poderá ser satisfatória quando a série temporal for aproximadamente linear. Em se tratando somente das mudanças absolutas, é de apontar que quando a tendência é mais ou menos acentuada que a linear, o valor previsto poderá estar subavaliado ou superavaliado respectivamente, sendo a magnitude do erro, diretamente proporcional ao desvio da série temporal da direção linear. Já o método de mudanças percentuais, sempre superavalia os resultados independentemente da tendência dos dados, e o grau de erro é sempre mais alto que o do método das mudanças absolutas, motivo pelo qual, somente deverá ser usado quando em função dos dados, o método ofereça a possibilidade de obter melhores resultados.

- 2) Para predizer o período seguinte com base na média das mudanças dos "n" períodos da série

temporal;

- 3) Para predizer o período seguinte considerando as flutuações sazonais dos dados.

2.3. MÉTODO DA MÉDIA PONDERADA

Para obter predições através do método da média ponderada, podem também ser utilizadas as mudanças absolutas ou percentuais. Este método pode ser usado quando o Auditor deseja ponderar os dados de uma série temporal em função do seu grau de relevância. A determinação de tal ponderação constitui um aspecto crítico no uso deste método, e para tal, o Auditor aplica o seu julgamento profissional.

Normalmente, os dados mais recentes são considerados mais importantes, assim, um procedimento comum é ponderar cada período atribuindo-lhe valores crescentes a partir de um, seguindo a ordem dos mais antigos aos mais recentes.

2.4. MÉTODO DA MÉDIA MÓVEL

As predições obtidas por este método são influenciadas pelos dados mais recentes. O emprego da média móvel, quando considera as mudanças absolutas ou percentuais, é particularmente útil na obtenção de predições mensais ou trimestrais, pois, possibilita o manejo de flutuações sazonais* ou

* Oscilações que se estendem sobre muitos meses.

cíclicas* e facilita a atualização dos dados já existentes quando outros são incluídos.

Ao empregar o método da média móvel podem ser eliminadas as variações cíclicas ou sazonais das séries temporais, mantendo-se, desse modo, somente o movimento de tendência. O Auditor, deverá contudo, ter em mente, ao escolher os períodos das médias móveis, que este método apresenta a limitação de "poder gerar movimentos cíclicos, ou de outra natureza, que não existem nos dados originais"**. Assim, poderá ser escolhido um período maior quando os dados apresentam flutuações insignificantes ou um período menor no caso das flutuações serem significativas.

2.5. REGRESSÃO LINEAR SIMPLES

A análise de regressão é uma técnica utilizada para elaborar predições. Segundo Stevenson, esta técnica compreende:

"A análise de dados amostrais para saber se, e como, duas ou mais variáveis estão relacionadas com a outra numa população"***

Basicamente o modelo de regressão ajusta uma linha a um conjunto de pontos em um diagrama de dispersão. A li

* Oscilações de poucos meses.

** SPIEGEL, Murray R., Estatística, São Paulo, McGraw-Hill, 1984, p. 362.

***STEVENSON, William J. Estatística Aplicada à Administração, São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1981, p. 341.

nha de regressão recebe a denominação de melhor ajustamento já que minimiza a soma total dos desvios quadrados.

A regressão linear simples constitui uma tentativa de se encontrar uma equação matemática linear (linha reta) que descreva o relacionamento entre duas variáveis. Dessa forma, o Auditor poderá empregar esta técnica para prever os valores de uma variável com base nos valores conhecidos de outra variável.

Uma aplicação prática deste modelo poderá consistir em estimar os custos da folha de pagamento em função das horas de mão-de-obra direta avaliando-se o valor da variável dependente, a partir de uma curva de mínimos quadrados que se ajuste aos dados amostrais.

O benefício que o Auditor poderá auferir com o uso da regressão linear simples é fundamentalmente a precisão matemática da previsão.

Quanto as relações entre as variáveis no modelo de regressão, o Auditor deverá ter presente, que nem sempre estas são lineares, devendo portanto, determinar preliminarmente se um modelo linear é adequado. Nos casos em que os dados não possam ser aproximados por um modelo linear, poderão ser consideradas as seguintes alternativas:

"Procurar um modelo não-linear conveniente, ou transformar os dados para a forma linear".*

* STEVENSON, William J., op. cit., p. 343.

2.6. ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

O método de regressão linear múltipla envolve a utilização de três ou mais variáveis, das quais, uma é a variável dependente e as outras são variáveis independentes. As variáveis independentes escolhidas deverão estar forte e totalmente relacionadas com a variável dependente.

Quando o Auditor usa um modelo de regressão linear múltipla, o ajustamento dos dados amostrais também poderá ser feito através do método dos mínimos quadrados.

Este método comparado ao de regressão linear simples, proporciona a vantagem adicional de possibilitar um incremento na precisão dos resultados obtidos pelo fato de usar mais variáveis preditoras.

2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

Há alguns anos, dois trabalhos foram desenvolvidos no exterior para avaliar o desempenho dos modelos simples e complexos na análise de tendência. Embora neste trabalho não sejam discutidos todos os modelos que serviram de base para essas pesquisas, suas principais conclusões serão apontadas por fornecerem informações interessantes.

No primeiro trabalho, Hogarth e Makridakis*, ba-

*HOGARTH, Robin M., & MAKRIDAKIS, Spyros. Forecasting and Planning: An Evaluation, Management Science, Providence, Rhode Island, 27(2):115-38.

seados em vários estudos, compararam o desempenho dos modelos simples e complexos constatando que os primeiros apresentam, na maioria dos casos, um melhor desempenho do que os segundos.

O segundo trabalho foi desenvolvido por Makridakis e Winkler*, com a finalidade de indagar sobre a precisão que poderá ser obtida a partir da combinação de várias técnicas de previsão. O estudo mostrou que ao se considerar a média das previsões finais feitas por vários métodos individuais, os resultados são mais precisos.

Quanto às formas de apurar o valor que deveria apresentar uma determinada conta, é de destacar que dadas as facilidades de acesso a microcomputadores que marcam esta época, torna-se viável o uso de *softwares* de planejamento e previsão para análise de tendências. Tais *softwares* podem ser desenvolvidos pelo Auditor ou adquiridos no mercado para executar os cálculos envolvidos na aplicação dos modelos simples, e em especial, na aplicação dos modelos complexos, agilizando desta forma o processo de Auditoria e possibilitando ainda, uma redução de custos.

Os resultados obtidos através da análise de tendências são comparados aos valores correspondentes registrados nos Livros Contábeis. Para avaliar os resultados decorren

*MAKRIDAKIS, Spyros & WINKLER, Robert L. Averages of Forecast: Some Empirical Results. Management Science, Providence, Rhode Island, 29 (9): 987-96, Sept. 1981.

tes de tal comparação, o Auditor deverá determinar o limite no qual uma diferença em termos percentuais ou monetários será aceitável. As contas cujas diferenças excedam esse limite, deverão ser investigadas. A escolha de tal limite faz parte do julgamento do Auditor, mas, via de regra, é usado um limite de cinco por cento (5%) do lucro antes do imposto de renda ou dez por cento (10%) do lucro depois do imposto de renda.

Ainda em relação aos métodos expostos, cabe dizer, que a estimativa do erro de previsão, isto é, o intervalo do valor previsto em que o valor auditado poderá se situar, é calculado na maioria dos casos de forma subjetiva, excetuando-se apenas aqueles em que as previsões são obtidas por meio de análise de regressão. A mensuração objetiva deste intervalo de confiança é denominada de erro-padrão da estimativa.

3. ANÁLISE DE RELAÇÕES

Este método consiste na comparação das relações entre as contas das Demonstrações Contábeis. Em alguns casos poderá incluir a análise da tendência da relação.

A análise de relações como Procedimento de Revisão analítica é aplicada com o objetivo de avaliar certas contas das Demonstrações Contábeis, no sentido de determinar se os saldos que apresentam são razoáveis ou não. Para isto, o Auditor usa o seu conhecimento sobre as relações entre as contas.

Também, deverão ser tomados alguns cuidados, para aplicar este método de forma eficiente, conforme já foi abordado neste capítulo.

A análise das relações poderá ser usada para comparar o desempenho atual da empresa auditada com o seu desempenho no passado ou para comparar o desempenho da firma em relação a seus concorrentes num dado ponto no tempo, recebendo respectivamente a denominação de análise da série temporal e análise setorial.

O maior benefício da análise de relações segundo Blocher e Willingham, reside no fato de ela "isolar as relações estáveis (através do tempo) ou comuns (entre firmas dentro de um dado setor) entre as contas do balanço"*.

O Auditor poderá detectar alguns problemas de auditoria por meio da análise de relações pois alguns índices da empresa mantêm um comportamento estável ao longo do tempo. Da mesma forma, poderá também considerar aqueles índices que apesar das diferenças no tamanho das empresas comparadas, tendem a ser similares a todas elas.

A análise de séries temporais e a análise setorial poderão ser efetuadas principalmente através de dois mé-

* BLOCHER, Edward & , WILLINGHAM, John J. p. cit., p. 73.

todos de análises de relações: Análise de Índices Financeiros e Análise Vertical. A seguir cada um deles é discutido*, focalizando-se o seu uso na avaliação de algumas Contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados.

3.1. ANÁLISE DE ÍNDICES FINANCEIROS

Os índices financeiros são apurados comparando-se os itens do Balanço Patrimonial, os itens da Demonstração de Resultados, ou os itens desta última aos do Balanço Patrimonial. A inter-relação entre as contas das Demonstrações Contábeis nem sempre é delineável claramente, como é o caso da Conta Caixa, que representa o efeito líquido de fluxos provenientes de várias contas. Assim a utilização de indicadores financeiros pelo Auditor, é considerada apropriada nos casos em que tais relações entre as contas são claramente perceptíveis.

Este método é útil ao Auditor no exame das Demonstrações Contábeis na medida em que pode ser esperado que as relações entre certas contas mantenham um comportamento estável no decorrer do tempo e/ou similar entre as empresas do ramo, e desta forma, a partir das comparações pertinentes, detectar problemas de auditoria.

* Para um estudo mais detalhado, consultar os livros de autoria de Leopold A. Bernstein: Financial Statement Analysis, Irwin, Homewood, 1978, e A Ratio change and Trend Analysis: Handbooks for Auditors, New York, McGraw Hill, 1971.

Os índices financeiros em geral são agrupados em: índices de liquidez, endividamento, alavancagem, rentabilidade e atividade.

Quando uma análise de indicadores financeiros ou quaisquer outra técnica de Revisão Analítica vai ser aplicada, é fundamental determinar os objetivos da auditoria em relação à conta sob análise, de forma a obter o máximo de eficiência e eficácia na execução do exame.

A seguir são apresentados alguns exemplos de análise de algumas contas do Balanço Patrimonial que poderão ser utilizadas.

Em se tratando de Contas a Receber, vários objetivos de auditoria podem ser alcançados através da aplicação de índices financeiros. Da comparação do índice de rotação de Contas a Receber do período sob exame em relação ao ano anterior ou à média do setor, poderá resultar a detecção de problemas de incobrável de certas Contas a Receber, quando este índice for baixo. Também, poderá refletir fraude dos empregados, praticada através da omissão do registro correspondente na conta do cliente, por ocasião do seu recebimento.

Se o resultado da comparação demonstrar que o índice de rotação das Contas a Receber é baixo, o Auditor poderá fazer uma investigação mais profunda através da análise

dos saldos das Contas a Receber, a partir das datas de seus vencimentos ou pela revisão da Provisão para Devedores Duvidosos.

No caso de se observar nas comparações do índice de rotação de Contas a Receber, que este sofreu um decréscimo, o Auditor poderá ficar atento para possíveis Vendas a Prazo fictícias.

Na comparação da rotação de Contas a Receber com a média do setor poderão ser encontradas diferenças significativas, mas, que para serem interpretadas adequadamente, o Auditor deverá considerar se as indústrias diferem quanto à natureza dos seus processos de produção, uma vez que normalmente os prazos de crédito estão relacionados com a durabilidade do produto e seu valor unitário.

Outro indicador importante é obtido através da relação entre a Provisão para Devedores Duvidosos e o total das Contas a Receber ou das Vendas a Prazo. Por meio dele, pode ser detectado que a Provisão para Devedores Duvidosos é inadequada, nos casos em que o indicador for significativamente menor ao do ano anterior ou à média do setor.

Para avaliar a Conta de Estoques, o índice mais utilizado é o giro de Estoques. Nos casos em que a Auditoria seja efetuada numa empresa manufatureira também pode ser muito útil o cômputo do giro das Matérias-Primas. Estes indicadores podem ser comparados em relação ao tempo ou às médias do setor.

Se o índice de rotação de Estoques for rápido, poderá dar indícios de uma política eficiente de Estoques ou de Estoques não-registrados, caso contrário, poderá refletir problemas de obsolescência, superavaliação ou Estoques invendáveis. Já um índice baixo de rotação de Matérias-Primas pode denotar superestocagem, superavaliação ou materiais que entram em desuso.

Na análise do giro de Estoques em relação ao(s) período(s) anterior(es), pode ser de grande valor para o Auditor, a consideração da política de redução adotada pela empresa, já que este item está sujeito a baixas por causa de: obsolescência, perdas, etc. A importância desta análise conjunta está em poder dar lugar à identificação de roubo de Estoques, especialmente quando as variações no índice de um ano para outro, encontram respaldo em ajustes anormais na conta de Estoques no fechamento do Balanço.

Embora o índice de rotação de estoques seja muito útil, o Auditor para usá-lo efetivamente deverá considerar que a comparabilidade deste índice é afetada pelos seguintes fatores:

- . utilização de métodos diferentes para avaliação de Estoques.
- . diferenças significativas na natureza dos processos de produção das indústrias.

. diferenças nas políticas de Estoques adotadas pelas empresas, que normalmente ditam seus níveis atendendo a fatores sazonais, de demanda, de preços temporários, de custos de armazenagem etc.

Além dos índices mencionados, nas empresas manufatureiras também podem ser usadas as relações dos Materiais Diretos, da Mão-de-Obra Direta e, dos Custos Indiretos de Fabricação, com os Custos Totais de Produção, para detectar a partir de comparações, classificações impróprias dos componentes de Custo dos Produtos.

Para se examinar os saldos do Passivo de uma empresa, através da análise de relações, iremos focalizar as Contas a Pagar. Assim, vale notar, que o principal objetivo do Auditor para esta conta é determinar se está evidenciada no Balanço Patrimonial de forma completa e com propriedade, isto porque a administração pode ser motivada a subavaliar esta conta para melhorar a posição financeira da empresa.

Os índices financeiros utilizados em função desse objetivo, e que representam uma tentativa de obter evidências a partir das necessidades de caixa da empresa, são basicamente, o índice de liquidez seca e o intervalo defensivo*, dos quais, o primeiro é bastante conhecido.

*Intervalo defensivo = Caixa + Títulos Negociáveis de Curto Prazo + Contas a Receber/Previsão de Caixa Diário para Despesas Operacionais (excluída a Depreciação).

Um outro índice que pode ser utilizado numa análise comparativa em relação ao período anterior é o giro das Contas a Pagar. Segundo Kell:

"Um incremento anormal no giro das Contas a Pagar poderia ser devido a contas a pagar não-registradas".*

A análise de índices financeiros quando empregada na Demonstração de Resultados inclui:

a) o índice de certas Contas de Receita e Despesa para as Contas de Ativo relacionadas. Neste caso, podem ser computadas as seguintes relações com o objetivo de descobrir erros Contábeis: Despesas de Juros para Dívidas, Receitas de Investimentos para Investimentos, Despesas de Depreciação para Ativo Bruto sujeito à Depreciação, etc. No caso em que os investimentos recebam remunerações diferentes significantes ou em que os métodos de depreciação para os ativos não sejam iguais, o Auditor deverá separá-los por grupos a fim de efetuar o cálculo dos índices sem que estes sejam afetados por problemas de comparabilidade.

b) o índice de certas Contas de Despesa para as Contas de Receita e de Despesa relacionadas. Como exemplos de índices deste tipo podem ser citados: os Encargos Sociais para as Despesas

*KELL, Walter E. et alli. op. cit., p. 330.

com Folha de Pagamento e o Imposto de Renda para o Lucro Antes do Imposto de Renda. Tais índices normalmente permanecem estáveis ao longo do tempo, entretanto, o último poderá ser afetado por mudanças na política fiscal do governo ou por decisões não recorrentes da administração. Se durante o ano não houverem estes ou outros problemas que possam afetar o índice, qualquer variação significativa poderá ser causada por erros Contábeis.

3.2. ANÁLISE VERTICAL "COMMON SIZE STATEMENT ANALYSIS"

De acordo com este método, cada conta é mostrada como uma percentagem de algum valor agregado relevante, tal como: Total de Ativos, Total de Vendas, etc.

A análise vertical poderá ser preparada para o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados com o objetivo de efetuar comparações para analisar os Ativos, a Estrutura de Capital e as mudanças relevantes na composição das Despesas de uma firma. Segundo Matarazzo:

"A elevada inflação que se tem vivido no Brasil, as alterações de Procedimentos Contábeis em função da legislação comercial, fiscal ou do mercado de capitais e a própria dinâmica da economia brasileira não têm estimulado os Analistas a usarem mais intensamente as possibilidades da análise vertical... Entretanto, pesquisas efetuadas recentemente com insolvência de pequenas e médias empresas têm ressaltado a utilidade da análise vertical..."*.

*MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica, São Paulo, Editora Atlas, 1984, V. I, p. 34-5.

Conforme mencionado, a análise vertical poderá ser preparada tanto para o Balanço Patrimonial como para a Demonstração de Resultados, mas, para fins de Auditoria, parece ser mais útil quando aplicada a esta última devido a diversas Contas de Receita ou Despesa manterem alguma relação com as Vendas Totais. Desta forma, quando as Vendas aumentarem o Auditor poderá esperar que o mesmo ocorra com grande parte das Contas de Despesa. Normalmente a análise vertical do Balanço é mais utilizada para obter subsídios na determinação do risco inerente, do que para identificar erros potenciais nas contas.

Em auditoria, a análise vertical é significativa quando as percentagens do ano corrente são comparadas às de anos anteriores ou às de outras indústrias do mesmo ramo.

Através de tais percentagens podem ser analisadas diversas Contas de Receita e Despesa e dessa forma, detectados erros contábeis ou até irregularidades. Já que a Demonstração de Resultados inclui uma variedade de contas que podem ser analisadas de forma similar, será mostrada a forma em que a conta Custo dos Produtos Vendidos pode ser analisada.

Para Blocher e Willingham, "a relação Custo dos Produtos Vendidos para Vendas é a mais comum das relações utilizadas pelos Auditores... Esta é mais útil quando computada por linha de produto".*

*BLOCHER, Edward & WILLINGHAM, John J., op. cit., p. 89.

De fato, em empresas com várias linhas de produtos, os componentes do Custo e as Margens de Lucro, normalmente, não são os mesmos para todas elas. Assim, quando as percentagens são apuradas com base em valores agregados, poderão ficar afetadas pelas diferenças dos vários produtos.

Nos casos em que a relação de cada linha de produto apresenta variações não esperadas e significantes poderá indicar inconsistências no tratamento de Estoques ou de certos componentes de Custo, especialmente, quando tais variações não se justifiquem numa mudança nos preços ou na produtividade.

3.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A ANÁLISE DE RELAÇÕES

Neste tópico serão tratados inicialmente e de forma geral, os problemas e as limitações inerentes à análise de relações para depois serem abordados os problemas específicos ligados a comparações entre setores e à maneira como o Auditor pode evitá-los através do uso de microcomputadores.

Os problemas e limitações no uso da análise de relações baseada em séries temporais e/ou em dados setoriais, são agrupados por Blocher e Willingham em três categorias:

- "1 - O efeito das diferentes Convenções Contábeis;
- 2 - A natureza pressumida da relação fundamental do índice;

3 - A determinação do que seja um desvio significativo".*

Dentro da primeira categoria se situam: a maneira como os Índices são computados e as Políticas Contábeis adotadas por uma empresa para reconhecer e avaliar as contas das Demonstrações Contábeis. Estes fatores se constituem numa limitação na análise de relações na medida que afetam a comparabilidade dos dados.

Um outro fator limitante, relativo à utilidade do índice, é a natureza da relação existente entre as contas que servem de base para computá-lo. Assim, para que o Auditor aplique o método de análise de relações com eficiência quanto à interpretação do índice e com eficácia quanto ao cálculo de índices expressivos, é importante que identifique se a relação entre o numerador e o denominador é estritamente variável, linear, completa, ou estável em relação ao tempo e consistente entre as firmas.

A última categoria, isto é, a determinação do que seja um desvio significativo, é considerada uma limitação no uso efetivo da análise de relações para fins de Auditoria dado a carência de diretrizes que indiquem como fazê-lo.

A este respeito, Cattán recomenda em relação aos Procedimentos de Revisão Analítica, de maneira geral, que:

*BLOCHER, Edward & WILLINGHAM, John J. op. cit., p. 84.

"Uma possível solução a tal problema, pode consistir na determinação de um limite de precisão para cada uma das empresas sujeitas a exame; este limite de precisão poderia fixar-se em função da importância relativa da empresa e da qualidade dos controles internos da mesma".*

Para o método de análise vertical, especificamente, a literatura recomenda, que seja usado um limite de precisão entre cinco e 10% do montante do índice.

Além dos problemas e limitações mencionados, há outros fatores que afetam as comparações entre indústrias baseadas em índices financeiros, a começar pelas divergências quanto ao que seja uma indústria.

Hilário Franco, reconhece esse problema ao mencionar que:

"... O conceito de indústria diverge nos diversos autores, em virtude das várias acepções em que a palavra pode ser tomada".**

Dentre os critérios adotados no Brasil para classificar as atividades das empresas temos: os do IBGE, da Sersa, da Receita Federal, das publicações "Melhores e Maiores", da Exame; "Balanço Anual", da Gazeta Mercantil; "Quem é Quem", da Visão; "Conjuntura Econômica", da FGV, etc..

* CATTÂN, Heffes Gabriel. Um Enfoque Moderno Aplicado a la Auditoria de Estados Financeiros, México, Editorial Diana, 1981, p. 48.

**FRANCO, Hilário. Contabilidade Industrial: Com Apêndice de Contabilidade Agrícola. São Paulo, Editora Atlas, 1982, p. 13.

Adicionalmente, outros problemas podem surgir devido aos fatores únicos que afetam as indústrias classificadas dentro de uma mesma categoria. Como exemplos desses fatores temos: a localização geográfica, as diferenças na estrutura do capital, a existência de elementos não-operacionais no Balanço Patrimonial e/ou na Demonstração de Resultados, o tipo e a quantidade de clientes, etc.

Face ao anteriormente exposto, pode-se notar que a análise setorial apresenta várias dificuldades ou problemas, os quais são difíceis de serem evitados, quando o Auditor baseia a sua análise em dados disponíveis a partir de publicações. No entanto, a maioria deles são passíveis de solução, sendo um dos caminhos, a utilização de microcomputador para desenvolver um catálogo próprio de índices setoriais. Obviamente, que para isso o Auditor deverá dispor de um banco de dados confiável e considerar a relação custo-benefício.

Seguindo esse caminho, o Auditor efetua as seguintes atividades:

- 1) Obter acesso a um banco de dados confiável, onde estejam arquivados as Demonstrações Contábeis e outros dados operacionais sobre empresas que atuam no mercado.
- 2) Desenvolver programa para acessar o banco de dados e para apresentar as análises no formato desejado. Neste sentido poderá ser utilizada

uma programação interativa, a qual permite a formulação de perguntas do tipo "e se", com obtenção rápida das respostas, facilitando desta forma, a seleção de firmas que sejam comparáveis com a do cliente e subsequentemente obter os índices desejados. Os índices que são comparados aos da firma sob auditoria, são denominados de índices padrões, e estes normalmente são obtidos através de um tratamento estatístico, devido a maioria das distribuições dos índices financeiros não ser simétrica. Dentre os métodos estatísticos utilizados para que o índice das empresas selecionadas seja representativo figuram, a média simples e a mediana.

- 3) Para efetuar a análise supracitada com objetividade e consistência, é importante que o Auditor adote uma estratégia que inclua a forma como serão tratados os casos em que falem dados sobre um item para uma das firmas que foi selecionada ou as situações em que, dentro das firmas selecionadas alguma(s) apresente(m) índices bastante diferenciados em relação às outras.

4. TESTES DE RAZOABILIDADE

Segundo Blocher e Willingham (1985) os testes de razoabilidade consistem na combinação de variáveis com o obje

tivo de obter estimativa do valor que deveria apresentar uma determinada conta sob exame. A estimativa poderá ser feita utilizando modelos de variável simples ou de variáveis complexas, sendo a variável dependente a conta do Balanço, ou, a mudança na conta do Balanço em relação ao ano anterior.

As variáveis independentes podem incluir dados operacionais e financeiros, e são combinadas por meio de multiplicações, adições ou ambas. As estimativas fornecidas pelos dois modelos podem estar baseadas em cálculos modestos ou em métodos estatísticos como a análise de regressão e probabilidade. Estes últimos podem ser aplicados através de microcomputador e apresentam a vantagem de serem mais precisos, como foi mencionado ao se abordar a análise de tendências.

Os testes de razoabilidade utilizam dados financeiros, porém, se caracterizam por incorporarem como variáveis independentes em especial os dados operacionais. Assim, são mais aplicados na Demonstração de Resultados do que no Balanço Patrimonial, haja visto, que este último apresenta estoques de Ativos, Passivos ou de Patrimônio Líquido.

As Contas de Resultados, via de regra, estão relacionadas com certos dados operacionais, sendo portanto passíveis de estimativas, como é o caso dos custos com combustíveis que estão relacionados ao número de veículos, ao consumo por veículo para cada quilômetro rodado e ao tipo de combustível que usam.

Em algumas indústrias manufatureiras o Auditor também poderá usar modelos de Índices para prever os Custos dos Produtos. Os modelos de Índices normalmente são utilizados por Engenheiros ou Administradores para fazer estimativas de custos e se aplicam àqueles casos em que são fabricados diversos produtos de tamanho diferente, mas de modelo similar.

Os fatores que afetam as estimativas obtidas a partir dos testes de razoabilidade são basicamente a identificação imprópria de variáveis independentes relevantes e a identificação incorreta das relações existente entre as variáveis, isto é, quando multiplicativa e/ou aditiva.

A estimativa da conta obtida pelo Auditor deverá ser comparada ao valor apresentado na Demonstração Contábil sob exame para determinar a sua razoabilidade.

II.6 - PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA APLICÁVEIS AS FASES DA AUDITORIA

A aplicação dos Procedimentos de Revisão Analítica está ligada aos objetivos que motivam sua utilização, aos tipos de contas a serem analisadas e às circunstâncias existentes.

1. FASE DE PLANEJAMENTO

Na fase de planejamento da auditoria, as Técnicas de Revisão Analítica ajudam o Auditor a determinar a estraté-

gia de auditoria, por permitirem conhecer a empresa e identificar questões significantes que devem ser considerados durante o exame, direcionando desta forma a atenção do Auditor para as contas ou grupos de contas com alto risco inerente.

Blocher e Willingham (1985) recomendam que durante o planejamento podem ser aplicados os métodos de análise de risco, análise de relações e análise de tendências, que uma vez combinados fornecem uma avaliação total do risco inerente. Esta avaliação serve de base ao Auditor na determinação da extensão do trabalho de campo. Cattán, acrescenta que:

"Frequentemente, com base num sistema de controle interno eficiente, podem ser dispensadas uma série de provas de relativa pouca importância, quando a sua inexatidão não afetar de forma relevante a situação financeira da empresa".*

Por outro lado, como mencionado no tópico de análise de risco, na literatura está começando a ser citada a possibilidade de usar a Revisão Analítica na fase de planejamento em dois níveis. A este respeito Carmichael e Willingham, observam que:

"Os Procedimentos de Revisão Analítica usados para conhecer o cliente podem influenciar na determinação pelo Auditor do risco inerente. Procedimentos de Revisão Analítica mais detalhados, aplicados como parte do planejamento do programa de auditoria podem influenciar o Julgamento do Auditor sobre a probabilidade de erro material na conta do balanço e o julgamento resultante sobre o risco de detecção aceitável para um Teste de Detalhe".**

* CATTÁN, Heffes Gabriel. op. cit., p. 77.

**CARMICHAEL, D.R. & WILLINGHAM, John J., op. cit., p. 212.

Estes dois níveis de procedimentos, embora sejam basicamente os mesmos, apresentam algumas diferenças. Por exemplo, para se obter conhecimento a respeito do cliente, o Auditor poderá computar o índice de lucratividade bruta com base nas Demonstrações Contábeis anuais do ano corrente e compará-lo com o índice do ano anterior, o orçamento anual do cliente e a média das indústrias. Já os Procedimentos de Revisão Analítica Detalhados, por focalizarem a composição detalhada de contas do Balanço e índices operacionais relacionados às contas específicas do Balanço, poderão incluir o uso da análise do lucro bruto por produto e localidade numa base mês a mês; para planejar o programa detalhado para Estoques.

2. FASE DE TRABALHO DE CAMPO

Na fase intermediária ou de trabalho de campo, os Procedimentos de Revisão Analítica poderão ser aplicados para examinar as contas relacionadas nas Demonstrações Contábeis com a finalidade de reunir evidências comprobatórias.

Como foi mencionado no decorrer deste trabalho, tais evidências podem sugerir a diminuição dos Testes de Detalhe ou a necessidade de efetuar investigações mais profundas. Adicionalmente, a Revisão Analítica poderá auxiliar o Auditor na elaboração de estimativas sobre contas das Demonstrações Contábeis para propósitos de ajustes ou para assistir o cliente a fazer uma acumulação. Também, estes procedimentos poderão ser utilizados pelo Auditor como substitutos dos Testes de Detalhes, mas, "os Procedimentos de Revisão Analítica usados

para substituir e não para reduzir Testes de Detalhe devem produzir matéria evidencial persuasiva que seja essencialmente equivalente à persuasão produzida pelos Testes de Detalhe".*. Entretanto a literatura é sumamente escassa em mostrar os tipos de Procedimentos de Revisão Analítica que possam produzir essas evidências.

Os métodos que podem ser aplicados na fase de trabalho de campo, são os de análise de tendências, análise de relações e testes de razoabilidade. A eficiência destes métodos em relação a cada conta, é resumida na Figura 6 a seguir:

FIGURA 6

USO DOS MÉTODOS DE REVISÃO ANALÍTICA

Tipo de Conta	M É T O D O		
	Análise de Tendências	Análise de Relações	Teste de Razoabilidade
	De		De
Conta do Balanço Patrimonial	Utilidade** limitada	Útil	Utilidade limitada
Conta de Receita e Despesa	Útil	Muito Útil	Muito Útil

Fonte: Blocher Edgard, & Willingham, John J., op. cit., p. 119.

*CARMICHAEL, D.R. & WILLINGHAM, John J. op. cit., p. 212.

**O termo "útil" indica o custo-benefício e a precisão relativa de cada método.

3. FASE DE REVISÃO FINAL

Nesta última fase do processo de auditoria, o Auditor emprega a Revisão Analítica para detectar problemas não identificados nas fases anteriores e determinar a razoabilidade total das Demonstrações Contábeis. Além disto, como Cattán expressa:

"O Auditor está em excelentes condições de obter uma série de dados relevantes e informações muito úteis que lhe permitam opinar sobre deficiências de caráter administrativo em geral ou financeiro em particular; e ainda, está em condições de poder apresentar recomendações construtivas à gerência, que sejam úteis para o bom andamento da empresa".*

Os trabalhos de Revisão Analítica que o Auditor executa nesta fase, consistem basicamente na revisão e recálculo dos resultados obtidos pelos métodos de Procedimentos de Revisão Analítica. Isto é feito após os ajustes e correções pertinentes, para descobrir problemas não localizados nas fases anteriores. O Auditor também poderá reavaliar a posição de continuidade da empresa através do método de Análise de Risco.

Todas as Técnicas de Revisão Analítica aplicadas no processo de auditoria são registradas nos papéis de trabalho do Auditor. Na fase de revisão final este deverá considerar se as evidências obtidas durante o exame, são suficientes e sobretudo, se são válidas quanto às suas características qualitativas.

*CATTÁN, Heffes Gabriel. op. cit., p. 83.

II.7 - PESQUISAS REALIZADAS NO BRASIL E NO EXTERIOR

A maioria dos métodos que foram discutidos neste trabalho, não somente podem servir de ferramentas úteis a Auditores Externos, mas também, a Auditores Internos, Analistas de Mercado, Administradores, etc., diferenciando-se quanto aos objetivos que tais profissionais têm ao aplicá-los. Em se tratando do uso das Técnicas de Revisão Analítica na auditoria externa, deve-se salientar, a carência de estudos especialmente nacionais que se observa na atualidade.

No Brasil, os estudos localizados, embora não direcionados para o campo da Auditoria, têm sido desenvolvidos particularmente na área de previsão de insolvências, em que temos os de: Elisabetsky.(1976), Kanitz (1978), Matias (1978), Damião (1984).

Algumas pesquisas efetuadas nos EUA, sobre o assunto discutido neste trabalho serão explanadas a seguir:

Altman e McGrough (1974), realizaram uma pesquisa que consistiu na aplicação do modelo Altman às Demonstrações Contábeis de 34 empresas norte-americanas que foram a falência no período de 1970-73. O grau de acerto do modelo quanto à previsão de falência foi comparado ao grau de acerto dos Auditores, refletido nos Pareceres que emitiram sobre tais empresas. Esta comparação revelou que com a aplicação do modelo de Altman o nível de acerto do Auditor sobre a posição de continuidade dessas empresas teria sido maior.

Em outra pesquisa, Kinney (1979), baseado em papéis de trabalho fornecidos por sete firmas de auditoria, pesquisou a eficiência de usar ajustes de anos anteriores e Técnicas de Revisão Analítica para assinalar problemas em auditorias correntes. A amostra utilizada corresponde a 44 firmas manufatureiras, cujas vendas se situavam na faixa de cinco a 10 milhões de dólares por ano, e os papéis de trabalho se referiam a três períodos consecutivos auditados.

O estudo mostrou basicamente a eficiência da Revisão Analítica em detectar a necessidade de ajustes nos Registros Contábeis e a frequência e extensão de tais ajustes.

As medidas utilizadas incluindo Técnicas de Revisão Analítica foram as seguintes:

- 1) A materialidade foi definida em 10% dos lucros normais, com base na média dos três anos de Receitas Líquidas Auditadas;
- 2) A diferença absoluta no saldo de uma conta particular de um ano para outro;
- 3) A diferença absoluta no saldo de contas individuais em relação ao lucro normal;
- 4) A proporção de cada saldo de uma conta para o total das contas a que pertence na Demonstração Contábil (análise vertical); e

- 5) Índices Financeiros aplicados a contas selecionadas. Para Contas a Receber: Contas a Receber/Vendas; para Estoques: Estoques/Custo de Vendas; para Custo de Vendas: Custo de Vendas/Vendas.

Essas medidas em conjunto detectaram cerca de 66% dos ajustes dos anos subsequentes, mas 16% do total dos possíveis problemas assinalados eram alarmes falsos.

O Estudo também permitiu inferir que a Conta Caixa raramente demanda um ajuste de auditoria. Porém, o mesmo não ocorre com a conta de Estoque, outros Ativos Circulantes, outros Passivos Circulantes, outras Dívidas de Longo Prazo, Custo de Vendas, Despesas Gerais e Administrativas, outras Receitas e Despesas e Receitas Líquidas, uma vez que, frequentemente demandam ajustes materiais.

Hylas e Ashton (1982), descrevem os resultados de um estudo empírico sobre 281 erros que exigiram ajustes em 152 auditorias efetuadas pela firma Peat, Marwick, Mitchell & Co. em empresas de diferentes tamanhos e ramos de atuação. Para tal foram enviadas cartas aos sócios responsáveis de cada auditoria solicitando a compilação de certos dados que surgiriam durante a execução das mesmas.

Os resultados da pesquisa indicam que os meios pe

los quais os erros foram detectados, são os seguintes: Expectativas a Partir de Anos Anteriores 10,3%; Discussões com o Pessoal do Cliente 8,2%; Revisão Analítica 27,1%; Procedimentos Gerais de Auditoria 2,1%; Testes de Detalhe - análise e revisão 17,4%; Testes de Detalhe - obtendo evidências 26,7%; Testes de Detalhe - Scan 3,2%; e Estimativa de Valor 5,0%.

Os Procedimentos de Revisão Analítica incluem: comparação dos saldos não-auditados com os de anos anteriores, previsões do saldo das contas para o ano corrente com base em dados exógenos, análise das inter-relações entre os saldos das contas, testes de razoabilidade, estimativas dos saldos das contas e revisão das Demonstrações Contábeis na fase de planejamento de auditoria.

Também foram relatadas as causas dos erros detectadados e a magnitude dos mesmos. Os erros foram classificados da seguinte forma: problemas de pessoal 26,3%; insuficiente conhecimento contábil 15,0%; erros de julgamento 15,3%; erros de corte ou de acumulações 38,1%; erros mecânicos 12,5%; inadequados controles 9,3%; e fatores diversos 19,2%.

Do total de erros detectados, 10 foram considerados intencionais e ocorreram em empresas relativamente pequenas. Destes erros, sete foram causados pela administração.

Segundo os autores, as evidências mostradas por esta pesquisa são importantes na medida que fornecem bases para efetuar o planejamento de contratos de auditoria de maneira mais eficiente e eficaz. Por outro lado, ressaltam a eficici

ência da Revisão Analítica como ferramenta de auditoria.

Recentemente, Tabor E Willis (1985) realizaram uma pesquisa que requereu a cooperação de uma das oito maiores firmas de auditoria no sentido de permitir o acesso a sete de seus Gerentes de Auditoria que tivessem efetuado trabalhos em dois clientes durante os anos de 1978 e 1982. Esta pesquisa utilizou-se dos papéis de trabalho de auditoria para cada cliente correspondentes a esses dois anos. Os clientes incluídos operavam em vários setores e tinham duas características comuns: 1) amplo tamanho de ativos e receitas; e, 2) SCIC bastante forte.

Os autores procuravam entre outras, respostas às seguintes perguntas:

a) Como tem mudado o uso dos Procedimentos de Revisão Analítica no processo de auditoria no período de 1978 a 1982? Para tal, partiram das hipóteses de que: 1) tais procedimentos foram usados com maior extensão em 1982 do que em 1978; 2) o uso dos mesmos em cada área tivesse aumentado; e 3) foram usados mais procedimentos quantitativos avançados em 1982 devido ao incremento e desenvolvimento de métodos quantitativos.

A primeira hipótese foi totalmente confirmada. Em relação à segunda hipótese descobriram que houve um aumento significativo no uso de Revisão Analítica nas três áreas analisadas: planejamento, substantiva detalhada e revisão final.

Entretanto na primeira e última área não foram empregados Procedimentos de Revisão Analítica em três e nove clientes respectivamente. Quanto à última hipótese observaram um incremento entre 1978 e 1982 para as áreas de planejamento e substantiva detalhada, entretanto, três das cinco firmas que usaram Revisão Analítica na área de revisão final apresentaram um decréscimo no uso de procedimentos não-quantitativos com respectivo acréscimo nos procedimentos quantitativos simples, enquanto as outras duas apresentaram incrementos nestes dois tipos de procedimentos. Deve-se ressaltar que durante a fase de revisão final, nenhuma das cinco firmas de auditoria usou Procedimentos de Revisão Analítica quantitativos avançados.

b) Qual é a perspectiva para os procedimentos de revisão analítica em auditorias futuras? Neste sentido, os pesquisadores esperavam que as entrevistas com os gerentes de auditoria revelassem uma tendência ao uso de modelos relacionados ao computador.

Para testar esta hipótese, foi pedido aos entrevistados que comentassem as suas expectativas no uso de Revisão Analítica para os seguintes cinco anos.

Descobriu-se, que todos os sete Auditores acreditam que o uso dos Procedimentos de Revisão Analítica possa aumentar no futuro devido às seguintes razões:

- . Facilidades e custos menores com o uso de microcomputadores;

- . Pressões relacionadas a honorários;
- . Sistemas de controle interno contábil eficientes;
- . Frequentemente a Revisão Analítica se mostra mais eficiente que Testes de Aderência adicionais.

Os Gerentes de Auditoria também consideram que os seguintes tipos de Técnicas de Revisão Analítica poderão desempenhar um maior rol nas auditorias do futuro:

- . a análise de regressão devido ao desenvolvimento e uso de microcomputadores que pode torná-la de fácil aplicação.
- . comparações do desempenho dos clientes com os de outras empresas do mesmo setor, devido à ajuda que fornecem ao Auditor no sentido de conhecer o setor e qualquer risco que a ele possa estar associado.
- . análise de tendências e análise de variância, especialmente, na fase de planejamento.

II.8 - IMPLICAÇÕES DA REVISÃO DE LITERATURA

Os pontos discutidos ao longo deste capítulo possibilitaram uma maior reflexão sobre a importância da utilização das Técnicas de Revisão Analítica nos trabalhos desenvolvidos pelos Auditores.

As principais implicações das diversas abordagens sobre a utilização destas técnicas seriam:

a) Até que ponto poderia se pensar em certificar as Demonstrações Contábeis sem uma análise cuidadosa do risco a ser assumido pelo Auditor?

b) Os dados fornecidos pelo cliente e aqueles obtidos de fontes externas podem ser amplamente explorados pelo Auditor sem fazer uso de Técnicas de Revisão Analítica?

c) Sob o ponto de vista da Continuidade da Entidade pode o Auditor deixar de considerar como relevante a análise de tendências e de relações?

d) Sob o aspecto da eficiência e da eficácia poderia o Auditor omitir o emprego de Técnicas de Revisão Analítica Não-Quantitativas e Quantitativas Simples ou Avançadas?

Estes pontos são enfocados no capítulo seguinte no que tange à construção do plano de referência conceitual que norteou a análise dos dados que fundamentam esta pesquisa.

CAPITULO III

METODOLOGIA DA PESQUISA

III.1 - INTRODUÇÃO

Nos últimos anos parecem ter ocorrido algumas mudanças no processo de auditoria como resultado do reexame a que este tem sido submetido. Este assunto é uma das mais novas tecnologias da auditoria moderna que vem ganhando destaque no meio profissional, no entanto, observa-se uma carência de pesquisas a seu respeito.

Vislumbrando-se a possibilidade de aprofundar o tema, optou-se pelo método de estudo de caso. Gomes, em sua tese de doutorado faz referência a este, como sendo "aquele que possibilita maior riqueza de detalhes permitindo assim maior conhecimento sobre o assunto"*. Adicionalmente, o método de estudo de casos, permite efetuar comparações com a teoria.

III.2 - DEFINIÇÃO DAS PERGUNTAS DA PESQUISA

A pesquisa procura respostas para as seguintes questões básicas:

1. Existe relação, em termos de proximidade ou afastamento, entre as técnicas de Revisão Analítica mencionadas na literatura e as utilizadas pelas firmas de auditoria no Brasil?

*GOMES, Josir Simeone. Um Estudo Exploratório Sobre Controle Gerencial em Empresas Estatais Brasileiras, COPPEAD/UFRJ, Rio de Janeiro, Out. 1983, p. 62, Tese de Doutorado.

2. Existe diferença entre as Técnicas de Revisão Analítica utilizadas pelas firmas de auditoria de origem estrangeira e as de origem nacional?

Respondendo a essas questões pode-se verificar os tipos de Técnicas de Revisão Analítica e as fases do processo de auditoria em que estão sendo utilizados pelas empresas de auditoria no Brasil, assim como sua relação com as sugeridas pela literatura. Complementarmente, permitiram identificar variáveis explanatórias que pudessem auxiliar na tentativa de explicar eventuais diferenças encontradas entre os procedimentos utilizados por firmas de auditoria de origem estrangeira em relação às empresas de origem nacional.

III.3 - HIPÓTESES

- 1) Acredita-se que as Técnicas de Revisão Analítica aplicadas ao exame das Demonstrações Contábeis, recomendadas na literatura, não estão sendo amplamente aplicadas pelas firmas de auditoria no Brasil;
- 2) As firmas de auditoria de origem estrangeira utilizam Técnicas de Revisão Analítica mais sofisticadas do que as de origem nacional;
- 3) O grau de utilização das Técnicas de Revisão Analítica está relacionado com a qualificação do Auditor, o treinamento que o Auditor recebe na

firma de auditoria e a sofisticação dos recursos materiais disponíveis naquela última.

A confirmação ou negação destas hipóteses nos dará bases para formar uma opinião fundamentada sobre o grau de evolução das empresas de auditoria radicadas no Brasil, no uso desta moderna técnica de auditoria, além de permitir a identificação do impacto que a esse respeito poderia ter sido causado por características intrínsecas a cada uma dessas empresas.

III.4 - PLANO DE REFERÊNCIA

Para alcançar os objetivos propostos por este estudo, faz-se necessário a elaboração de um plano de referência que sirva como guia para reunir dados relevantes que permitam:

- a) Identificar e informar sobre as Técnicas de Revisão Analítica que estão sendo usadas pelas firmas de auditoria no Brasil.
- b) Verificar como a teoria e a prática se relacionam, analisando os prováveis fatores que contribuem para essa relação.

Para isso é necessário que o esquema conceitual leve em consideração que certas características inerentes a cada empresa de auditoria poderão influenciar os tipos e a

ênfase no uso das Técnicas de Revisão Analítica na prestação de serviços de Auditoria Financeira.

O processo de execução de uma Auditoria Financeira deverá incluir a consideração sobre o meio ambiente da empresa, a análise das características inerentes a ela, o estudo e avaliação do sistema de controle interno existente e a verificação das contas que integram as Demonstrações Contábeis, de forma que o Auditor possa determinar o Risco de Auditoria, planejar a execução do exame e reunir os elementos de prova necessários à fundamentação do Parecer de Auditoria.

As Técnicas de Revisão Analítica, embora não exigidas pelas Normas de Auditoria, são passíveis de utilização durante as fases de planejamento, trabalho de campo e revisão final em que é desenvolvido o processo de auditoria. Estas têm como objeto de análise os dados financeiros e operacionais do cliente, possibilitando ao Auditor, através do estudo e comparação das relações entre esses dados, basicamente as três condições seguintes:

- 1) A obtenção de indícios de problemas potenciais de auditoria, subsidiando a tomada de decisão sobre as áreas em que o esforço de auditoria deve ser enfatizado e sobre a escolha dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.

- 2) A diminuição do escopo dos Testes de Detalhes nas áreas de auditoria em que o risco e a materialidade forem baixos e quando o Auditor julgar ser suficiente a aplicação

de Procedimentos de Revisão Analítica.

3) Determinar no momento da revisão final dos papéis de trabalho se as Demonstrações Contábeis estão razoavelmente apresentadas.

Com base na literatura pesquisada, que inclui pesquisas realizadas nos EUA, as conclusões básicas quanto ao uso das Técnicas de Revisão Analítica são as seguintes:

- a) As Técnicas de Revisão Analítica quando aplicadas com o objetivo de dirigir a atenção do Auditor, mostraram-se bastante eficientes, pois, através delas pode ser detectada de maneira significativa a necessidade de efetuar ajustes nos Registros Contábeis (Kinney, 1979).
- b) Mostram-se mais eficiente do que outros procedimentos de auditoria, que inclusive são mais onerosos (Hylas, Robert E. & Ashton, Robert H., 1982).
- c) Para muitos Auditores, deverão ser utilizadas em todas as auditorias como um teste substantivo dada a sua eficiência para detectar erros ou irregularidades em relação a outras técnicas de auditoria (Cook, John W., 1983).

- d) Para a *National Commission on Fraudulent Financial Reporting*, o uso das Técnicas de Revisão Analítica deveria ser enfatizado, pois provaram ser eficientes na detecção de Fraudes (Cook, Michael J., 1985).

A premissa básica da aplicação das Técnicas de Revisão Analítica no exame das Demonstrações Contábeis é que o Auditor pode razoavelmente esperar que as relações entre os dados existam ou continuem a existir quando não houver condições em contrário conhecidas.

O exame das Demonstrações Contábeis deverá ser efetuado por pessoas adequadamente treinadas e capazes (Primeira Norma Geral de Auditoria) e tem como objetivo a emissão de Parecer que ateste sobre a sua confiabilidade. Esta atividade, envolve o risco de que o Auditor possa falhar inconscientemente, certificando Demonstrações Contábeis que contenham erros materiais ou irregularidades não detectadas. Este risco, é o produto de riscos não controlados porém avaliados pelo Auditor, e de riscos por ele diretamente controlados. Parte da análise do Risco de Auditoria poderá ser efetuada através da execução de Procedimentos de Revisão Analítica.

O sistema de controle interno deverá ser estudado e avaliado para determinar o risco a ele associado (Segunda Norma de Trabalho de Campo). Quanto mais eficiente, menor o risco de que contribua para a existência de inexatidões nas Demonstrações Contábeis. Esta avaliação servirá ao Auditor co

como base para determinar a natureza, extensão e época dos testes substantivos. No entanto, dado que, o AICPA sugeriu que na avaliação do Risco de Auditoria, seja considerado o risco que independe do SCIC e do próprio processo de auditoria, pode-se concluir, que a extensão do trabalho de campo é influenciada pelos resultados tanto da análise parcial do risco de auditoria feita pela Revisão Analítica como do estudo e avaliação do SCIC.

Os testes substantivos, aplicados para verificar as afirmações da administração quanto aos saldos das contas que constam nas Demonstrações Contábeis, fornecem as evidências comprobatórias requeridas pela Terceira Norma de Trabalho de Campo. Estes testes poderão ser executados, através do uso de Procedimentos de Revisão Analítica.

No que diz respeito à emissão do Parecer, além do anteriormente mencionado, a literatura recomenda que seja feita uma revisão geral dos resultados obtidos com a auditoria para determinar a razoabilidade total das Demonstrações Contábeis. Esta revisão final, também poderá ser feita com o auxílio de Técnicas de Revisão Analítica.

III.5 - VARIÁVEIS DA PESQUISA E DEFINIÇÕES OPERACIONAIS

1. VARIÁVEIS DA PESQUISA

Objetivando-se responder as questões da pesquisa, as variáveis foram classificadas em categorias de modo a facilitar

litar a sistematização dos dados obtidos, e reduzir assim, os problemas comumente encontrados nos trabalhos que utilizam o método de estudo de casos. A operacionalização das variáveis visa delimitar os comportamentos anotados durante as entrevistas, de forma a confrontar os casos estudados com as categorias definidas no quadro de referência teórico*. As categorias de variáveis foram:

A - Variáveis Explanatórias/Características das Empresas

- a) Origem da Empresa;
- b) Tipos de Serviços Prestados;
- c) Qualificação do Auditor;
- d) Programas de Treinamento;
- e) Sofisticação dos Recursos Materiais.

B - Variáveis que Integram as Técnicas de Revisão Analítica

- a) Cálculo do Risco de Auditoria;
- b) Procedimentos de Revisão Analítica que fazem parte da Análise do Risco de Auditoria
- c) Procedimentos de Revisão Analítica utilizados como Teste Substantivo de Auditoria.

*GOOD, W.J. & HATT, P.K. Métodos em Pesquisa Social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969. p. 427-9.

- d) Procedimentos de Revisão Analítica utilizados na Fase de Revisão Final de Auditoria.

2. DEFINIÇÕES OPERACIONAIS

2.1. AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS, ATRAVÉS DAS QUAIS SE OBJETIVA INFORMAR A RESPEITO DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS EMPRESAS DE AUDITORIA E SUA PROVÁVEL INFLUÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA, SERÃO OPERACIONALIZADAS DA SEGUINTE MANEIRA:

1. Origem da Empresa - Abrange não somente a origem de cada empresa pesquisada, mas também, o seu tempo de atuação no Brasil (Questão 1/2, 1ª P.).

2. Tipos de Serviços Prestados - Refere-se à diversificação dos serviços prestados e à participação de cada um deles na formação das Receitas Totais da firma (Questão 3, 1ª P.).

3. Qualificação do Auditor - Inclui a qualificação profissional do pessoal lotado na área de auditoria externa e a política de cargos que vigora na empresa para este pessoal (Questão 4/5, 1ª P.).

4. Programas de Treinamento - Procurou-se obter informações gerais sobre os programas de treinamento implantados e mais especificamente sobre aqueles concernentes à Revisão Analítica, bem como a origem, tempo e objetivos da implementação dessas técnicas (Questão 6/9, 1ª P.).

5. Sofisticação dos Recursos Materiais - Inclui as ferramentas de computação que a empresa dispõe, tais como: microcomputadores e softwares (Questão 10/12, 1^a P.).

2.2. AS VARIÁVEIS QUE INTEGRAM AS TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA E A SUA OPERACIONALIZAÇÃO É EXPLANADA A SEGUIR:

a) Cálculo do Risco de Auditoria

Serão operacionalizada da seguinte forma:

1. Critério utilizado para avaliar o Risco de Auditoria (Questão 1/5, Ponto I, 2^a P.).
2. Políticas adotadas quanto aos riscos controláveis pelo Auditor (Questão 6, Ponto I, 2^a P.).
3. Verificação do Risco de Auditoria assumido pela empresa (Questão 7/8, Ponto I, 2^a P.).
4. Verificação do processo de avaliação do Risco de Auditoria para clientes antigos (Questão 9, Ponto I, 2^a P.).
5. Verificação do processo de avaliação do Risco de Auditoria para clientes novos (Questão 10, Ponto I, 2^a P.).

6. Análise da percepção da firma em relação ao cálculo do Risco de Auditoria (Questão 11, Ponto I, 2^a P.).

Procura-se verificar se faz parte da abordagem da auditoria de cada empresa pesquisada, avaliar o Risco de Auditoria com o objetivo de classificá-las em termos de proximidade ou afastamento em relação à literatura especializada.

As diretrizes gerais sobre o Risco de Auditoria foram fornecidas pelo AICPA, através dos SAS Nº 39 e 47 datadas de Junho de 1981 e Dezembro de 1983 respectivamente.

Este risco deverá ser considerado para efeitos de planejamento da auditoria e desenho dos procedimentos a que esta se limitará, com vistas a obter as evidências comprobatórias requeridas pela Terceira Norma de Trabalho de Campo. O Risco de Auditoria, é o produto de quatro riscos: risco inerente, risco do SCIC, risco dos Testes de Detalhe e risco dos Procedimentos de Revisão Analítica. Cada um destes riscos poderá ser expresso em termos quantitativos e não-quantitativos e o critério para determiná-los é uma questão de julgamento do Auditor.

Quando o Risco de auditoria é avaliado quantitativamente, os riscos são atribuídos em função de um nível qualitativo de determinação, que poderá variar de acordo com as políticas de cada empresa. (Guy & Carmichael 1986). O mesmo poderá ser válido para avaliá-lo qualitativamente, diferenciando

do-se apenas pelo fato de risco ser determinado através de termos, como baixo moderado ou alto, não se levando em conta o risco de detecção (Camichael & Willingham, 1987).

A existência do risco inerente e do risco do SCIC independe da execução de uma auditoria, porém, o Auditor deverá avaliar o grau em que estes poderão contribuir para que as Demonstrações Contábeis contenham erros materiais ou irregularidades. Com base nestas avaliações, o Auditor planeja os níveis de risco para os testes substantivos de auditoria (Testes de Detalhe e Procedimentos de Revisão Analítica) de forma a poder alcançar o Risco de Auditoria por ele desejado, aceitando que há uma relação diretamente proporcional entre os resultados dessa avaliação e o escopo dos testes substantivos.

b) Procedimentos de Revisão Analítica que fazem parte da Análise do Risco de Auditoria

Serão Operacionalizadas como a seguir:

1. Verificação da existência de práticas que visem identificar e avaliar o risco operacional do cliente (Questão 1/6, Ponto II, 2ª P.).
2. Verificação da existência de práticas que visem analisar e avaliar o risco financeiro do cliente (Questão 7/10, Ponto II, 2ª P.).
4. Verificação da existência de práticas que vi-

sem identificar e avaliar o risco de mercado do cliente que negocia as suas ações em bolsa (Questão 11/12, Ponto II, 2^a P.).

4. Verificação da existência de práticas que vissem analisar e avaliar a integridade da administração do cliente (Questão 13/14, Ponto II, 2^a P.).

5. Verificação da existência de práticas que objetivam analisar e avaliar os controles organizacionais do cliente (Questão 15/16, Ponto II, 2^a P.).

6. Avaliação total do risco inerente (Questão 17, Ponto II, 2^a P.).

7. Verificação da utilização de recursos computacionais para avaliar o risco inerente (Questão 18, Ponto II, 2^a P.).

8. Análise da percepção da empresa quanto à inclusão do risco inerente no cálculo do Risco de Auditoria (Questão 19, Ponto II, 2^a P.).

Objetiva-se classificar as empresas de auditoria em termos de proximidade ou afastamento em relação aos Procedimentos de Revisão Analítica referenciados na literatura para se fazer considerações sobre o risco inerente.

A análise do risco inerente poderá ser efetuada como parte da análise de Risco de Auditoria (AICPA, SAS Nº 47, Dezembro 1983), para propósitos de planejamento (AICPA, SAS Nº 23, Outubro 1978). O risco inerente a ser analisado poderá incluir a consideração dos seguintes fatores: risco operacional, risco financeiro, risco de mercado, integridade da gerência e revisão dos controles organizacionais. Tais considerações poderão ser feitas através do método de análise de risco (Blocher & Willingham, 1985).

Através do método de análise de risco, são pesquisados os pontos críticos do cliente e analisada a sua posição de liquidez e rentabilidade em relação aos anos anteriores e às empresas do mesmo ramo. Esta última análise poderá ser efetuada com o uso de índices ou indicadores financeiros ou ainda fazendo inferências sobre a tendência dos mesmos e dos fluxos de caixa. Esta avaliação juntamente com a do controle interno, servirá de base para determinar o escopo do trabalho de campo, isto é, dos testes substantivos de auditoria.

Para que os resultados obtidos com a análise de índices financeiros sejam mais eficientes, esta deverá levar em conta certos fatores relevantes conforme abordados na literatura (Blocher & Willingham, 1985 e McCullers, 1982).

c) Procedimentos de Revisão Analítica Utilizados Como Teste Substantivo de Auditoria

Serão operacionalizados da seguinte maneira:

1. Verificação do perfil profissional dos responsáveis pela aplicação da Revisão Analítica Substantiva (Questão 1, Ponto III, 2^a P.).
2. Verificação da política adotada pela empresa para determinar o grau de confiança que irá depositar na Revisão Analítica Substantiva (Questão 2, Ponto III, 2^a P.).
3. Verificação dos métodos de análise de tendência utilizados pelas firmas de auditoria (Questão 3/4, Ponto III, 2^a P.).
4. Verificação dos métodos de análise de relações utilizados pelas firmas de auditoria (Questão 5/7, Ponto III, 2^a P.).
5. Verificação dos modelos de testes de razoabilidade utilizados pelas firmas de auditoria (Questão 8/9, Ponto III, 2^a P.).
6. Análise da percepção da empresa em relação ao uso da Revisão Analítica Substantiva (Questão 10, Ponto III, 2^a P.).

Com estes componentes das Técnicas de Revisão Analítica procura-se classificar as empresas de auditoria em termos de proximidade ou afastamento quanto ao uso dessas técnicas como teste substantivo de auditoria, tendo-se como parâme-

tro o referenciado na literatura.

A Revisão Analítica Substantiva poderá incluir uma série de comparações entre os dados financeiros e operacionais do cliente para examinar os saldos finais de contas específicas das Demonstrações Contábeis (AICPA, SAS Nº 23, Outubro 1978).

Estas comparações poderão ser operacionalizados através dos métodos de análise de tendências, análise de relações e testes de razoabilidade, dependendo dos tipos de contas a serem analisadas. Cada um destes métodos inclui uma diversidade de técnicas quantitativas simples e/ou avançadas, que podem ser aplicadas com o auxílio de microcomputador. (Blocher & Willingham 1985, White 1983 e Davis 1986).

d) Procedimentos de Revisão Analítica Utilizados na Fase de Revisão Final de Auditoria

Serão operacionalizados como:

1. Procedimentos aplicados (Questão 1, Ponto IV, 2ª P.).
2. Decisões tomadas (Questão 2, Ponto IV, 2ª P.).
3. Comunicação dos resultados da aplicação de Técnicas de Revisão Analítica (Questão 3, Ponto IV, 2ª P.).

4. Verificação das principais características operacionais dos clientes que causam problemas de auditoria (Questão 4, Ponto IV, 2ª P.).

5. Análise da percepção dos usuários das Técnicas de Revisão Analítica (Questão 5, Ponto IV, 2ª P.).

O objetivo da análise deste componente é similar aos anteriores.

Na fase final da auditoria, o Auditor deverá considerar novamente a questão do Risco de Auditoria (AICPA SAS Nº 47, 1983).

Na fase final da auditoria, o Auditor poderá avaliar a adequabilidade das Demonstrações Contábeis tomadas como um todo através de Procedimentos de Revisão Analítica (AICPA, SAS Nº 23, 1978), levando em consideração o Risco de Auditoria (AICPA, SAS Nº 47, 1983). Os procedimentos utilizados poderão incluir os relacionados à análise do risco inerente e à análise de contas específicas (Blocher & Willingham 1985).

Na fase final da auditoria, o Auditor poderá ter uma série de informações relevantes como resultado da aplicação das Técnicas de Revisão Analítica, as quais, poderão ser encaminhadas ao cliente em caráter de recomendações (Cattan 1981).

Na literatura estrangeira, foram observadas algumas evidências empíricas e opiniões de profissionais a respeito de problemas de auditoria, uso atual e provável tendência no futuro das Técnicas de Revisão analítica. Isto é discutido no Capítulo II, especialmente nas páginas 90/97 e, quando pertinente, serão comparadas com a percepção das firmas de auditoria, produto da utilização de tais técnicas.

III.6 - CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS EMPRESAS

A Lei nº 6.385 de 07/12/76 no seu artigo 26 dispõe que:

"Somente as empresas de Auditoria Contábil ou Auditores Contábeis Independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários, poderão auditar para os efeitos desta lei, as Demonstrações Financeiras de companhias abertas e das instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários".*

Para fins deste trabalho, optou-se por realizar a pesquisa junto a empresas que tivessem sua sede ou filial na cidade do Rio de Janeiro, devido às limitações de ordem temporal e financeira. É de ressaltar, que nessa cidade, a representatividade das empresas de auditoria no Brasil é bastante grande.

De acordo com a relação de Auditores Independentes Pessoa Jurídica - Sede - Filial, fornecida em dezembro de

*Brasil, Lei das Sociedades por Ações - Lei 6404 de 15.12.76, São Paulo, Ed. Atlas, 1985. p. 168.

1987 pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 26 das 34 empresas de auditoria no Brasil têm sede ou filial na cidade do Rio de Janeiro.*

Uma vez que, conforme o abordado no capítulo II, o uso de Técnicas de Revisão Analítica para fins de Auditoria parece ser relativamente novo, após a identificação do número de empresas de auditoria localizadas na cidade do Rio de Janeiro, procurou-se saber quais destas empresas haviam incorporado na sua metodologia de trabalho o uso de tais procedimentos, com o objetivo de definir as empresas que poderiam ser alvo da pesquisa. Face a isto, procedeu-se ao envio de cartas a todas essas empresas para verificar: se faziam uso de Procedimentos de Revisão Analítica, se estariam dispostas a colaborar com a pesquisa e, se as entrevistas poderiam ser realizadas na cidade do Rio de Janeiro, e assim, constituir o número de casos estudados das empresas que respondessem favoravelmente à carta. Nessa carta, também era explicado o teor da pesquisa e sua situação no programa de mestrado, no qual a pesquisadora se encontrava engajada como aluna.

As cartas dirigidas às 26 empresas, foram preparadas pelo ISEC/FGV, e entregues pessoalmente pela pesquisadora. Ao chegar à empresa, ao primeiro contato com a recepcionista, era solicitada a presença específica de algum Sócio, Diretor, ou

*Brasil, Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Relação de Auditores Independentes - Pessoa Jurídica - Sede - Filial, dez. 1987, p. 1-25.

Gerente da firma* - quando previamente tivesse sido indicado por Professores ou outros profissionais - para que recebesse a carta em nome da empresa, os números dos telefones de contato e acusasse o recebimento da carta mediante assinatura no livro de Protocolo do ISEC-FGV que levava a pesquisadora. Nos casos em que nenhum nome foi indicado, adotou-se o mesmo procedimento. Somente em duas empresas a carta foi deixada com a recepcionista a pedido de um daqueles profissionais de quem fora requerida a presença. Por outro lado, o recebimento da carta não foi acusado no Livro de Protocolo do ISEC/FGV por todas as empresas, devido à incompatibilidade de horários entre as necessidades da pesquisadora e as da referida instituição.

Por ocasião da entrega da primeira carta, um Auditor interessou-se pela leitura dos nomes das empresas que constavam no Livro de Protocolo. Este fato resultou numa contribuição fornecida à pesquisadora, pois foi-lhe indicado que duas daquelas empresas recentemente tinham-se unido para formar uma só e que outras seis embora com razão social diferente, eram na realidade somente três empresas. Uma vez confirmada esta informação, o número das empresas que poderiam ser alvo da pesquisa ficou reduzido a vinte e duas.

*O nível de Gerente, Diretor ou Sócio era requisitado por serem considerados os mais indicados para conceder a entrevista e por serem preferíveis neste estudo dada a natureza das perguntas do questionário.

Das 22, somente 7 confirmaram (por telefone) a sua participação na pesquisa. Entretanto duas dessas empresas solicitaram que antes de marcar a data da entrevista lhes fosse entregue o questionário que precisariam responder. Posteriormente ao atendimento desta exigência, uma das empresas em questão, comunicou através de carta dirigida ao ISEC/FGV que não participaria da pesquisa devido à indisponibilidade de tempo. A outra, após reiteradas tentativas da pesquisadora no sentido de marcar a entrevista, informou que o questionário tinha sido enviado à sede da empresa para que fosse respondido, no entanto, este não foi devolvido.

Dessa forma, o número de casos a serem estudados ficou constituído de cinco empresas - três de origem estrangeira e duas de origem nacional.

III.7 - MÉTODO DE COLETA DE DADOS

Para coletar os dados necessários ao desenvolvimento deste estudo, aplicaram-se questionários através de entrevista pessoal conduzida pela própria pesquisadora.

Segundo Gomes:

"A necessidade de aprofundamento, associada às deficiências notadas no método de coleta de dados através de questionários remetidos pelo correio - índice de mortandade muito grande - fez com que se optasse pela aplicação de questionários através de entrevista pessoal conduzida pelo próprio pesquisador".*

*GOMES, Josir Simeone. op. cit., p. 86.

A escolha do método, se justifica por diversas razões:

- 1) A utilização de questionário possibilitaria sistematizar as respostas e explorar ao máximo a obtenção de informações importantes sobre o objeto da pesquisa, o que não aconteceria, através da utilização exclusiva de um roteiro de entrevista.
- 2) A presença da pesquisadora contribuiria para a correta interpretação das questões por parte dos entrevistados, evitando com isto as possíveis distorções das respostas, acarretadas pela falta de controle sobre a apresentação das perguntas e registro das respostas, o que não aconteceria utilizando-se exclusivamente o questionário.

Escolhido o método de coleta de dados partiu-se para a estruturação do questionário que possibilitasse respostas às perguntas da pesquisa, apresentadas neste capítulo. O questionário foi estruturado da seguinte forma:

Foram feitas duas grandes divisões. A primeira procurava reunir informações sobre as características gerais da empresa. A segunda destinava-se à coleta de informações sobre os Procedimentos de Revisão Analítica utilizados pelas empresas durante todo o processo de auditoria, visando descre-

vê-los e conhecer a percepção dos entrevistados em virtude das experiências por eles vividas decorrentes da sua aplicação. O questionário foi composto, na sua maioria, de perguntas abertas, já que, procurava-se obter descrições detalhadas para melhor poder contextualizar a empresa, e melhor conhecer os procedimentos de auditoria empregados por cada uma.

Também foram coletados dados secundários, durante a realização das entrevistas, através de consultas aos Manuais de Auditoria que as empresas pesquisadas colocaram a disposição da pesquisadora, para uma melhor compreensão dos tipos e da forma em que são utilizados os Procedimentos de Revisão Analítica.

III.8 - PRÉ-TESTE E REVISÃO FINAL DO QUESTIONÁRIO

Na elaboração do questionário, foram seguidas as seguintes fases:

- 1) Redação da versão preliminar do questionário, que foi submetida a pré-teste, através de contatos informais junto aos seguintes especialistas: Professores, Pesquisadores e Auditores.
- 2) Redação de uma versão intermediária submetida a uma nova apreciação daqueles especialistas, objetivando determinar a sua adequação e o tempo consumido na entrevista.

3) Revisão final do questionário.

Essas três fases que antecederam o trabalho de campo final, foram de fundamental importância pois permitiram a detecção dos seguintes problemas: falta de sequência lógica no ordenamento de algumas perguntas, questões formuladas de forma dúbia, questões que poderiam induzir a respostas não pertinentes, questões que induziam à mesma resposta. Adicionalmente, a constatação de que o tempo médio necessário para responder ao questionário seria de quatro horas, foi fundamental, pois, as pessoas que concederiam as entrevistas pediram este dado para marcar a(s) data(s) e hora(s) da sua realização.

É de ressaltar, que devido à intenção da pesquisadora, em cruzar as respostas do questionário para obter uma melhor base de julgamento sobre as informações fornecidas pelas empresas, as perguntas número 6, 10, 12, 14 e 16 da segunda parte, ponto II, embora sejam repetitivas - pois estão relacionadas com a análise de um mesmo componente de risco de auditoria - fizeram parte do questionário. Entretanto, para efeitos da discussão dos casos, percebeu-se que tendo sido iguais as respostas de tais questões, seria melhor evidenciá-las uma única vez, para não tornar a leitura cansativa. Esta providência foi tomada no capítulo seguinte, após descrever as informações relativas à pergunta 15 da mesma parte do questionário.

III.9 - TRABALHO DE CAMPO

Após concluída a revisão final do questionário, foi desenvolvido o trabalho de campo. Este se iniciou com a verificação dos endereços e telefones das 26 empresas de auditoria com sede ou filial da cidade do Rio de Janeiro, constantes na relação de auditores independentes - pessoa Jurídica da Comissão de Valores Mobiliários, para fornecê-los ao ISEC/FGV a fim de que fosse elaborada a carta de apresentação e preparado o Livro de Protocolo.

Conforme mencionado no tópico III.6 deste capítulo, as cartas foram distribuídas pela própria pesquisadora e ao todo cinco empresas concederam a entrevista, representadas por quatro Gerentes, um Diretor e três Sócios. O tempo que estes profissionais têm de trabalho na empresa, excluindo-se um que tem seis meses e outro que tem 19 anos, varia entre 10 e 12 anos.

As entrevistas iniciaram-se aproximadamente um mês após a entrega das cartas. A marcação do dia e horário das entrevistas, ocorreu, inicialmente, através de contato telefônico.

Durante a realização da entrevista foi entregue uma cópia do questionário ao entrevistado, ficando a outra com a entrevistadora. Todos os entrevistados fizeram uma leitura prévia de todo o questionário na presença da entrevistadora, para dar início ao fornecimento das respostas. Isto foi

muito válido pois possibilitou aos entrevistados um entendimento do trabalho como um todo e o esclarecimento de alguns pontos importantes. Também, foi sugerido pela entrevistadora que ao invés de se preencher o questionário a mão poderia ser utilizado um gravador. Todos concordaram com isto, porque agilizaria a entrevista. Por outro lado permitiu à pesquisadora a obtenção de respostas muito ricas em detalhes.

A duração de cada entrevista variou entre quatro e seis horas. Somente em uma empresa, a entrevista foi concluída de uma só vez. Nas restantes foram necessárias três visitas para se concluir a entrevista. Das cinco empresas pesquisadas, em três foram entrevistados um executivo por empresa, sendo que, nas outras duas houve a participação de dois executivos por empresa.

Em uma das empresas pesquisadas, na primeira entrevista, ocorreu a leitura total e resposta parcial do questionário. O entrevistado, que é Sócio da empresa, manifestou que posteriormente marcaria uma data para que o questionário fosse recolhido pela pesquisadora. Por motivos de tempo, o questionário foi respondido integralmente por um Gerente, que uma semana mais tarde efetuou a sua devolução. Entretanto a pesquisadora solicitou ao Gerente a concessão de entrevista, já que, o questionário foi respondido de forma inadequada, isto é, percebiam-se erros de interpretação dos quesitos e questões respondidas de forma muito suscinta e com o uso de termos típicos da empresa que impossibilitavam o aproveitamento de grande parte dos dados. A entrevista foi concedida. Este

fato permitiu à pesquisadora confirmar as afirmações de Gomes (1983) e a validade, do método de coleta de dados que fora escolhido.

Em outra das empresas, a entrevistadora, acreditando que as pilhas do gravador estivessem esgotadas pediu ao entrevistado para ligar o mesmo numa tomada. O resultado foi desastroso, pois no mesmo dia, ao tentar transcrever a entrevista, verificou-se que tinha ocorrido uma interferência na gravação, ocasionada talvez pelos aparelhos de ar-condicionado existentes na empresa. A este respeito, a atitude do entrevistado foi louvável, pois ao tomar conhecimento do fato mostrou-se muito compreensivo, respondendo inclusive, com a maior boa vontade, as questões que tinham sido prejudicadas.

Outro ponto importante a salientar refere-se à maneira cordial, aberta e ao espírito de cooperação dos entrevistados, notado na condução das entrevistas. Além dos fatos mencionados nos parágrafos precedentes, todos se mostraram bastante interessados em participar da pesquisa, não demonstrando preocupação com o tempo de duração da entrevista. Sem ~~som~~sombra de dúvida esta foi a mais grata surpresa para a pesquisadora, que fora os imprevistos, temia pela realização das entrevistas, face ao grande número de questões abertas associado ao tempo requerido para respondê-las e à natureza do trabalho do Auditor - normalmente o Auditor fica bastante tempo fora do escritório.

Concluído o trabalho de campo, foram remetidas car

tas de agradecimento aos entrevistados.

III.10 - ANÁLISE DE DADOS

Tendo em vista o pequeno número de casos a serem estudados e a natureza exploratória desta trabalho, não houve necessidade de serem utilizados instrumentos auxiliares nas atividades de tabulação dos dados.

A análise dos dados dar-se-á através da descrição de cada caso separado, de forma a obter maior riqueza de detalhes sobre o assunto pesquisado. Assim sendo destinou-se um capítulo separado para as descrições dos casos estudados (Capítulo IV) e outro para a análise e interpretação dos mesmos (Capítulo V)*.

No Capítulo IV, procurou-se descrever da forma mais aproximada possível, o depoimento dos entrevistados, reproduzindo-se inclusive, alguns trechos da entrevista que refletem algumas facetas da prática da Auditoria.

No Capítulo V, os casos foram analisados tendo como parâmetro os fundamentos teóricos encontrados na literatura, relativos às Técnicas de Revisão Analítica aplicáveis no exame das Demonstrações Contábeis.

*Para efetuar a análise de dados foi utilizada a metodologia adotada por Gomes em sua tese de doutorado (COPPEAD/UFRJ - 1983).

III.11 - LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Devido à natureza exploratória deste estudo foi escolhida a metodologia sugerida pela literatura sobre métodos científicos em pesquisa social. Torna-se evidente que o método empregado limita as conclusões ao número de empresas de auditoria externa a serem pesquisadas, não devendo ser considerado além desta fronteira.

Outra limitação do estudo é decorrente do grau de confiabilidade das informações fornecidas pelos entrevistados, independentemente do uso de dados secundários (Manuais de Auditoria) para valorizar as respostas obtidas, pois, não foram utilizados Papéis de Trabalho de Auditoria, nem se fez um acompanhamento de alguma Auditoria que fosse executada por cada uma das empresas pesquisadas.

CAPITULO IV

RESULTADOS OBTIDOS

IV.1 - INTRODUÇÃO

No presente capítulo, constam as informações obtidas durante as entrevistas realizadas junto às cinco empresas de auditoria, em face das perguntas formuladas pela pesquisa.

Cada um dos casos apresenta informações agrupadas em duas categorias.

Na primeira categoria são descritas as características gerais das empresas.

Na segunda categoria são apresentadas as informações relacionadas às Técnicas de Revisão Analítica utilizadas pelas empresas na execução de trabalhos de Auditoria Financeira, conforme o plano de referência estabelecido.

Em virtude do compromisso com os entrevistados, procurou-se disfarçar os dados apresentados, de forma a dificultar a identificação das empresas pesquisadas. Assim as empresas serão apresentadas por código alfabético de "A" a "E".

Este capítulo se restringe à apresentação dos resultados obtidos, sem qualquer análise ou comentário sobre os mesmos.

EMPRESA "A"

I. CARACTERISTICAS GERAIS

A empresa "A" é de origem estrangeira e está radicada no Brasil há aproximadamente 70 anos. Atualmente opera nas áreas de auditoria externa, consultoria administrativa, consultoria de sistemas, consultoria fiscal e prestação de serviços especiais tais como: aquisições e "Merger". A contribuição em termos percentuais de cada uma dessas áreas na formação da Receita Total da empresa está em torno de 65%, 3%, 14%, 15% e 3% respectivamente.

O quadro de pessoal que efetua trabalhos pertinentes à área de auditoria externa, é formado por profissionais que ingressaram na empresa mediante processo de seleção. Para tal, exige-se que sejam estudantes do primeiro ao terceiro ano dos cursos de Ciências Contábeis, Economia ou Administração e que se comprometam a posteriormente obterem formação em Ciências Contábeis. Em média, 90% das pessoas admitidas são estudantes de Ciências Contábeis e o restante faz Economia ou Administração.

Para esta área, a empresa mantém um plano de carreira que prevê a ascensão profissional de um nível para o outro através de treinamento interno e do resultado obtido por ocasião das avaliações periódicas do desempenho das tarefas que a cada categoria compete executar.

O plano de cargos da empresa, que também leva em conta os requisitos obrigatórios à profissão de Auditor, é basicamente o seguinte:

	Requisito	Tempo na Empresa
Trainee		-
Auditor Júnior		1 ano
Auditor Semi-Sênior		2 anos
Auditor Sênior		4 anos
Gerente	CRC,	7 a 8 anos
Diretor (Sócio)	CRC, IBRACON, CVM	-

A empresa utiliza um sistema de avaliação formal para medir o desempenho do *staff** no campo. A avaliação das pessoas até o nível de Semi-Sênior é feita pelo Sênior, que por conseguinte é realizada pelo Gerente, a cada serviço efetuado no cliente. Para tal, são usados formulários de avaliação baseados no sistema de pontuação. A cada trabalho, a "performance" de cada participante é discutida. Semestralmente é feita uma apuração de todas as avaliações que permite a discussão da "performance" global de cada pessoa, e com base nisto, são decididas na época pertinente, questões relacionadas com promoções ou demissões de cargos.

*Para as empresas de auditoria pesquisadas o *staff*, ou seja, as categorias inferiores ao nível de gerente, seria o pessoal que está diretamente vinculado à execução do trabalho no campo. Já as categorias a partir de Gerente, são consideradas executivas e se caracterizam por não exercerem um trabalho contínuo no campo.

Segundo o entrevistado, não houve na empresa nenhum caso de demissão feita por causa da não conclusão do Curso de Ciências Contábeis, pois, todos se formaram antes de serem promovidos a Gerente. Quanto ao desempenho dos Gerentes, este é avaliado informalmente pelos Diretores.

O programa de treinamento para a área de auditoria externa inclui por categoria os seguintes tópicos:

Trainee: 6 a 7 semanas de treinamento, sendo que, 55% dos ensinamentos são sobre noções de Contabilidade e os outros 45% sobre noções de Auditoria.

Auditor Júnior: Procedimentos de Auditoria e Auditoria de algumas áreas específicas das Demonstrações Contábeis.

Auditor Semi-Sênior: o mesmo programa anterior mas de forma a cobrir todas as áreas das Demonstrações Contábeis.

Auditor Sênior: questões complexas sobre Auditoria de todas as áreas das Demonstrações Contábeis e outros aspectos relacionados à supervisão, à revisão de papéis de trabalho e à avaliação de pessoal.

Gerentes: cursos ministrados pelos Diretores da firma e por profissionais externos sobre: assuntos técnicos da atualidade, administração, marketing e desenvolvimento da firma.

Sócios: reunião anual de Sócios dos escritórios da América Latina com duração de uma semana e Reunião anual de Sócios dos escritórios do Brasil.

A "performance" do *staff* nos cursos de treinamento é avaliada pelos instrutores do curso que, por via de regra são os Gerentes da firma.

O treinamento geral da área de Auditoria inclui Procedimentos de Revisão Analítica. Estes conhecimentos são ministrados a partir do nível de Auditor Júnior até o de Auditor Sênior.

Para os Júniores, embora não executem Revisão Analítica, é feita uma menção superficial acompanhada de exemplos simples a respeito da análise vertical e análise horizontal, incluindo, análises setoriais.

No treinamento do Semi-Sênior, é abordada: 1) a análise horizontal, levando-se em conta índices inflacionários, índices de preços, índices de aumento salarial etc; 2) análise vertical comparada com as de outras empresas do mesmo ramo; 3) correlacionamento de contas e; 4) discussões com o pessoal do cliente que ocupa cargos em níveis hierárquicos a partir de Contador.

No programa dirigido para Sênior são abordados os mesmos tópicos anteriores com maior grau de profundidade.

Os Procedimentos de Revisão Analítica que a empresa utiliza nos seus trabalhos de Auditoria Externa, são oriundos de três fontes: 1) Manuais da Matriz; 2) literatura especializada, basicamente publicações do AICPA; 3) esforços da própria empresa no sentido de adaptar os dois anteriores às condições do Brasil. O resultado disto foi a elaboração de apostilas que datam de 1982.

A implementação das Técnicas de Revisão Analítica se deu em 1984, e através do seu uso a empresa procurava fundamentalmente tornar-se mais competitiva no mercado. Entretanto, a empresa dividiu o uso da Revisão Analítica em três fases de forma a alcançar objetivos técnicos diferentes, como descrito a seguir:

- 1) Revisão Analítica de Planejamento - é aplicada no primeiro ou segundo dia da primeira visita ao cliente com o objetivo de aferir o que tem acontecido (tendências, variações etc.) e por que tem acontecido, de forma a obter subsídios para planejar a auditoria.
- 2) Revisão Analítica Detalhada - É utilizada como base para alterar o planejamento inicial que já passou por uma Revisão Analítica ou para obter maior grau de segurança nas outras áreas de trabalho.
- 3) Revisão Analítica Final - É aplicada com o ob-

jetivo de avaliar a razoabilidade dos saldos finais das Demonstrações Contábeis.

Algumas das tarefas de auditoria são executadas com o auxílio de serviços de computação próprios ou de clientes.

Os equipamentos de propriedade da empresa são os seguintes:

- . 5 PC tipo XT da EBC
- . 2 APPLE
- . 1 CCE
- . 2 DIT Vídeo para processamento de texto
- . 3 Impressoras RIMA
- . 1 Impressora GRAFIT
- . 3 Máquinas REMINGTON usadas como impressoras
- . 1 Máquina IBM utilizada como impressora

A empresa também possui o seguinte programa desenvolvido internamente:

- . Programa para Correção Integral

Os *softwares* oriundos da matriz, são basicamente os seguintes:

- . Programa de seleção estatística de itens e conversão de Demonstrações Contábeis para moeda

estrangeira.

- . Programa para efetuar Revisão Analítica Substantiva. Os procedimentos que inclui são baseados em análise de regressão, mas, ainda não foram utilizados.
- . Programa para elaborar projeções financeiras. Este utiliza uma linguagem própria de programação.

II. TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA

1. CÁLCULO DO RISCO DE AUDITORIA

O Risco de Auditoria é avaliado pela empresa para efeitos de planejamento, sendo definido através dos termos: alto, baixo ou normal, procedendo o seu registro no documento denominado de memorândum de planejamento.

Os fatores incluídos na avaliação do Risco de Auditoria são: o risco inerente e o risco do SCIC. O risco inerente é classificado por área em função dos problemas de auditoria que o Auditor julga possíveis de acontecer. Já o risco do SCIC é classificado por área com base nos fluxogramas e questionários levantados.

As falhas decorrentes dos Testes de Detalhe não são avaliadas, por se considerar, que se estes não são adequa

damente escolhidos, aplicados e/ou interpretados, é por causa do risco inerente do cliente, particularmente suas características e seu histórico de erros. O que se faz em relação aos Testes de Detalhe é cruzar os seus resultados com os dados registrados no memorândum de planejamento. Nos casos em que os resultados apontarem mais erros do que os esperados, a classificação inicial do Risco de Auditoria é analisada e alterada, trazendo como consequência a tomada de novas decisões quanto à execução dos testes.

A responsabilidade pela avaliação global do Risco de Auditoria é do Sócio, do Gerente e do Sênior de cada serviço. Estes profissionais além dos requisitos requeridos para o cargo têm conhecimento do cliente, por já terem participado das auditorias anteriores ou pela revisão dos papéis de trabalho de anos anteriores.

Para definir a extensão ou o montante de Testes de Detalhe (testes substantivos) que serão aplicados, esta empresa considera o nível de materialidade determinada para cada cliente em particular e a avaliação do Risco de Auditoria em cada área ou conta.

O número de itens a serem testados é calculado em duas etapas: 1) encontra-se para cada conta o resultado correspondente ao nível (número) padrão de testes; 2) este resultado é reconsiderado à luz do Risco de Auditoria de cada conta. Dessa forma teríamos:

$$\text{Nível Padrão de Testes (NPT)} = \frac{\text{Montante da conta}}{\text{Nível de materialidade}}$$

Quando:

- 1) o Risco de Auditoria é normal, aplica-se NPT
- 2) o Risco de Auditoria é baixo, diminui o NPT a critério do Auditor, podendo inclusive, omitir os Testes de Detalhe se a conta for evidentemente imaterial.
- 3) o Risco de Auditoria é alto, aumenta o NPT a critério do Auditor.

Ao prestar serviços de auditoria financeira esta empresa costuma assumir um risco normal, no entanto, quando o cliente apresentar um risco de auditoria muito alto, o contrato poderá ser aceito, desde que o cliente se disponha a pagar o valor dos honorários, que, são diretamente afetados pelos riscos detectados.

Para avaliar o Risco de Auditoria em clientes antigos a empresa adota a seguinte estratégia:

- 1) considera o histórico de erros encontrados em anos anteriores;
- 2) executa a Revisão Analítica de Planejamento;

- 3) realiza entrevistas junto ao pessoal do cliente a partir do nível de Contador;
- 4) estuda e avalia o SCIC focalizando as modificações introduzidas;
- 5) executa a Revisão Analítica Detalhada.

Em clientes novos a estratégia empregada para avaliar o Risco de Auditoria é praticamente a mesma com exceção do primeiro e penúltimo item que são substituídos por: revisão dos papéis de trabalho da firma de auditoria anterior com autorização do cliente e, estudo e avaliação de todo o SCIC, respectivamente.

Com essa estratégia adotada em clientes antigos ou novos a empresa visa classificar o risco por área, e em função destes resultados determinar o volume de trabalho de campo e as horas requeridas para cada área, incluídos os procedimentos específicos para problemas localizados.

Esta empresa já rejeitou contrato de auditoria de novos clientes por causa do alto risco associado à emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis. Em clientes antigos, as causas de rejeição de contratos estão relacionados com problemas de natureza comercial: inadimplência, etc.

2 - PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA QUE FAZEM PARTE DA ANÁLISE DE RISCO DE AUDITORIA

Para classificar o risco inerente são avaliados o risco operacional, o risco financeiro, o risco de mercado, a integridade da gerência e os controles organizacionais.

Os procedimentos de Revisão Analítica utilizados para avaliar o risco operacional são:

- . análise de valores de Vendas (levando-se em conta a inflação) e quantidades vendidas dos últimos três anos, comparada também, com os dados dos concorrentes possuídos pelos clientes e/ou publicados em revistas com o objetivo de direcionar a atenção e obter conhecimento sobre o comportamento das vendas;
- . análise das quantidades de vendas mensais do ano sob auditoria acompanhada de entrevistas, com o objetivo de identificar sazonalidade nas vendas para detectar riscos de antecipação de vendas;
- . entrevistas para detectar riscos associados às atividades de expansão do cliente;
- . em alguns clientes diversificados, são selecionados os produtos com maior participação em ven

das para identificar os, produtos-chave na formação do lucro, com o objetivo de definir quais serão tratados com maior atenção nos testes de vendas e de custeio de vendas. Para isso, calcula-se a lucratividade bruta, e a relação Custo de Vendas/Vendas;

- . análise do relatório emitido pela área de consultoria fiscal da empresa denominado de "notícias fiscais" com o objetivo de detectar riscos advindos da emissão de leis.
- . entrevistas para detectar problemas decorrentes de compromissos restritivos.
- . análise do desempenho atual da empresa em relação aos últimos dois anos e aos concorrentes. Para isto é utilizada principalmente a análise vertical (a valores históricos). A análise horizontal, somente é utilizada em companhias que adotam correção integral ou outra moeda que não o Cruzado. Os índices mais utilizados para analisar a lucratividade são: margem líquida e retorno sobre o Patrimônio Líquido.

A empresa procura inferir de que forma os problemas detectados com os procedimentos anteriores podem afetar a continuidade do cliente. Adicionalmente, para esse mesmo fim, executa os seguintes procedimentos:

- . análise do nível de endividamento do cliente e das fontes de financiamento;
- . identificação dos compradores e fornecedores do cliente;
- . nos casos em que o cliente dependa de um comprador ou de um fornecedor, são analisadas as Demonstrações Contábeis dos mesmos;
- . análise dos índices de liquidez apresentados pelo cliente, em especial: liquidez corrente.

Quando é constatado que as características operacionais do cliente afetam a sua continuidade, normalmente é emitido um Parecer com Ressalva, exceto em casos especiais como: surgimento de alguma garantia (injeção de recursos) que assegure a continuidade do cliente etc.

Para avaliar o risco financeiro, esta empresa aplica os métodos de previsão de falência e de desastre financeiro fazendo uso da abordagem fundamentalista. Entretanto, em ambos os métodos são utilizados as mesmas medidas.

Dentre os indicadores-chave utilizados figuram:

- . identificação de atrasos sistemáticos no pagamento a fornecedores;

- . análise da destinação que o cliente dá aos empréstimos contratados;

- . análise do fluxo de caixa em clientes que os preparam (normalmente as empresas de grande porte, incluídas as que não são de capital aberto).

Os índices mais utilizados são:

- . liquidez, lucratividade e atividade.

Para melhorar a eficiência das análises feitas com base em índices financeiros é feito um expurgo ou reclassificação de contas quando as vistorias superficialmente feitas sobre as Demonstrações Contábeis indicarem esta necessidade.

Sempre que o cliente tiver a sua Contabilidade em dólares ou de acordo com a correção integral, os índices financeiros ou as análises vertical e horizontal, são baseados nessas informações. Caso contrário, os responsáveis por estas análises poderão tentar improvisar alguma coisa para obter uma comparação mais próxima da realidade, dependendo da estrutura do resultado da empresa nos últimos anos.

A análise de índices financeiros do cliente é feita levando em consideração o comportamento dos mesmos, as características operacionais do cliente, sua relação com a matriz se for o caso e, a situação econômica do mercado.

Para avaliar o risco de mercado são utilizados os seguintes procedimentos:

- . acompanhamento de qualquer tipo de disputa pelo controle acionário do cliente com o objetivo de detectar irregularidades nas Demonstrações Contábeis;
- . consideração de publicações nos jornais sobre previsões de lucro do cliente, com o objetivo de dirigir a atenção para contas específicas, tais como: Provisões, etc.

A integridade da administração do cliente é avaliada, embora consideram muito difícil a descoberta de fraudes praticadas pelos mesmos. O procedimento utilizado é o seguinte:

- . análise do histórico de erros do cliente com o objetivo de detectar se nos últimos anos têm ocorrido erros constantes nas Demonstrações Contábeis, ou qualquer procedimento estranho.

Quanto aos controles organizacionais do cliente, estes são considerados de forma superficial por ocasião do estudo e avaliação do SCIC com o objetivo de detectar a possibilidade de erros não-intencionais nas Demonstrações Contábeis.

Além das análises anteriores que visam avaliar o

risco inerente, a empresa utiliza Procedimentos de Revisão Analítica Detalhada para analisar contas específicas das Demonstrações Contábeis que apresentarem indícios de problemas por ocasião do levantamento elaborado para planejamento geral. O objetivo destes procedimentos é melhorar a eficiência do planejamento e obter melhor base para julgamento.

Os procedimentos utilizados são basicamente os seguintes:

- . comparação do Balanço e da Demonstração de Resultados com as demonstrações do ano anterior;
- . para as contas que a partir da análise anterior apresentem variações significantes é feita uma análise detalhada através de índices financeiros, quando na análise global apresentarem indícios de problemas. As principais contas analisadas e os índices calculados são:
 - Estoques: usando o índice de rotação de Estoques e como consequência a rotação de Contas a Pagar para comparar com o prazo médio das Contas a Receber;
 - Contas a Receber: usando o índice de rotação das mesmas para alcançar alguns objetivos de auditoria.

- . Cômputo de relações para analisar contas específicas da Demonstração de Resultado (exemplo: Despesas de Juros / Empréstimos, Contas de Despesas / Vendas, etc.).
- . Elaboração de previsões a respeito do saldo que algumas contas da Demonstração de Resultados de veriam apresentar. Para isto são efetuados cálculos simples utilizando-se as operações matemáticas básicas e levando-se em consideração os índices econômicos que as afetam (OTN, URP, etc.). Como exemplo de contas estimadas mencionaram: Folha de Pagamento e Despesas de Depreciação. Segundo a empresa, 80% da Revisão Analítica Detalhada é feita através destes procedimentos.

Para determinar se uma conta está apresentada razoavelmente ou não a partir dos resultados obtidos com a Revisão Analítica Detalhada, são usados vários parâmetros em função das características do cliente. Os parâmetros são:

- . 3% do Patrimônio Líquido;
- . 5% do Lucro Antes do Imposto de Renda;
- . 1% dos Ativos Totais; ou,
- . 5% do valor dos índices.

A avaliação do risco inerente e os resultados da Revisão Analítica Detalhada influenciam o volume de testes substantivos a serem aplicados e a escolha de testes especí-

ficos para problemas localizados.

A avaliação do risco inerente é operacionalizada a partir de um roteiro denominado de "checklist" sobre riscos de auditoria. O "checklist" tem os seguintes blocos: situação dos negócios, situação da administração do cliente, circunstâncias de auditoria geral e assuntos contábeis. Cada bloco contém uma série de quesitos a serem identificados através dos diversos instrumentais usados para avaliar o risco inerente. Para cada quesito existe um espaço a ser preenchido com a palavra "sim ou não". Os "sim" são explicados através de memorândum anexo ao "checklist". Este é preparado pelo Gerente, revisado pelo Sócio e lido pelo Sênior de cada serviço.

Na análise do risco inerente e dos outros Procedimentos de Revisão Analítica Detalhada não são utilizados serviços de computação.

Quanto às vantagens e desvantagens de se avaliar o risco inerente do cliente, o entrevistado comentou que não somente apresenta vantagens, mas também é essencial, por permitir um conhecimento das características do cliente, o qual, é necessário para conduzir a auditoria de forma eficiente e eficaz.

Complementamente o entrevistado manifestou:

"Quem não avaliar o risco inerente, estará assumindo um Risco de Auditoria inaceitável... pela experiência que eu tenho é nessa

avaliação do risco inerente feita com os instrumentais de Revisão analítica e entrevistas, que a gente detecta os maiores problemas, e não na avaliação do SCIC, nem na revisão dos papéis de trabalho do ano anterior, isto porque a situação da empresa no ano sob auditoria pode ser completamente diferente à do ano anterior devido à mudança da situação do mercado".

3 - PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS COMO TESTE SUBSTANTIVO

Esta empresa não inclui no seu exame de auditoria, a utilização de Procedimentos de Revisão Analítica Substantivos. No entanto, mencionaram, que foi estudada a possibilidade de dar um grau de confiança precípua à Revisão Analítica, concluindo que, face à situação econômica do país, que tem permitido a existência de diversos índices que afetam as Demonstrações Contábeis, tal uso seria inviável, pois, precisaria ser muito longa e detalhada sendo portanto mais econômico usar Testes de Detalhe.

Atualmente, a empresa está com planos de efetuar um outro estudo com o objetivo de analisar a viabilidade de utilizar a Revisão Analítica como teste substantivo nas auditorias realizadas em clientes que elaboram as Demonstrações Contábeis em valores constantes (correção integral).

4 - PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS NA FASE DE REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE AUDITORIA

Na fase final da auditoria é feita uma análise de variações nas Demonstrações Contábeis comparativas com o objetivo de avaliar a razoabilidade do comportamento das contas.

Este procedimento é aplicado principalmente às Demonstrações Contábeis comparativas elaboradas com base na correção integral ou em dólares.

Quando esta análise apontar variações significativas não explicadas, é realizada uma investigação das causas das variações.

Os problemas relevantes que tenham sido encontrados no decorrer da auditoria, através da utilização de Procedimentos de Revisão Analítica e de outros procedimentos de auditoria são comunicados, quando pertinente, no Parecer, e via de regra, na carta denominada de relatório comentário que é endereçada ao cliente.

Segundo a empresa, a Revisão Analítica tem-lhes possibilitado fazer sugestões ao cliente, especialmente nos casos em que este atravessa dificuldades financeiras não tão sérias quanto a falência.

Quanto às características operacionais das empresas brasileiras que mais propiciam problemas de auditoria, foi citado que as empresas prestadoras de serviços para o governo normalmente têm problemas de caixa e de capital de giro devido à burocracia e à falta de pagamento pontual por parte do governo.

Finalmente, o entrevistado fez o seguinte comentário em relação à experiência vivida, em decorrência do uso

dos Procedimentos de Revisão Analítica:

"Eu considero que a Revisão Analítica é brilhante, porque se não mostrar problemas, no mínimo fica-se conhecendo mais sobre o cliente e o setor em que este opera, permitindo que o Auditor possa entender o cliente a nível de negócios e não a nível de Contabilidade simplesmente... Adicionalmente acredito que precisamos de mais literatura nacional. Basicamente, o conhecimento sobre Revisão Analítica provém das grandes empresas de auditoria e de alguns profissionais isolados".

EMPRESA "B"

I. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Trata-se de empresa de origem estrangeira operando no Brasil há 27 anos. As suas áreas de atuação são: auditoria externa, consultoria administrativa/financeira, consultoria de sistemas, consultoria fiscal e avaliações para compra. Cada uma destas áreas contribui para a formação das Receitas Totais da firma em: 45%, 5%, 20%, 20% e 10% respectivamente.

Os profissionais que executam os trabalhos de auditoria externa, obtêm o seu ingresso na empresa mediante processo de seleção, desde que sejam estudantes de qualquer curso universitário e assumam compromisso de se formarem em Ciências Contábeis. Das pessoas selecionadas, em média, 40% cursam Ciências Contábeis, 10% Administração, 30% Economia e 20% são de outras áreas.

A política de cargos vigente na empresa para estes profissionais possibilita o seu desenvolvimento, levando em conta o bom desempenho no trabalho e o treinamento interno. O tempo de carreira aproximado, requerido para atingir um determinado nível, assim como, outros requisitos obrigatórios à profissão, são mostrados a seguir:

Requisito		Tempo na empresa
Trainee		-
Assistente		1 ano
Semi-Sênior		2 a 3 anos
Sênior		4 a 6 anos
Supervisor	CRC	7 a 9 anos
Gerente	Idem	10 a 12 anos
Gerente Sênior	CRC, IBRACON, CVM	12 a 14 anos
Diretor (Sócio)	CRC, IBRACON, CVM	-

O desempenho de cada membro do *staff* é avaliado a cada trabalho efetivo no campo. As avaliações dos níveis de Semi-Sênior, Assistente e Trainee são feitas pelo Sênior ou pelo Supervisor. A do Sênior é feita pelo Supervisor, e a deste pelo Gerente. A "performance" dos executivos da empresa é avaliada informalmente pelos Sócios, pois somente para o *staff* existem formulários padrões de avaliação, que são discutidos a cada trabalho e posteriormente utilizados para definir a questão das promoções, na época pertinente (duas reuniões por ano).

O programa de treinamento previsto para o pessoal de auditoria externa, abrange as áreas de Auditoria e Contabilidade, informática, impostos e *banking*, focalizando empresas comerciais, manufatureiras e Instituições Financeiras. O treinamento para cada categoria inclui os seguintes tópicos:

Trainee - programas de novos Contadores e Auditores, trabalhando com supercalc.

Assistente - programa I de Contadores e Auditores e conceitos avançados de microcomputador.

Semi-Sênior, Sênior e Supervisor - Contabilidade e Auditoria, conceitos avançados de microcomputador e curso de impostos.

Gerente, Gerente Sênior e Sócio - Cursos avançados de microcomputador, atualização de impostos e outros assuntos que sejam novidade.

O treinamento na área de *banking* não está alocado a nenhuma categoria em particular. Este é um curso adicional, ministrado ao pessoal que executa trabalhos em Instituições Financeiras.

A empresa aborda os Procedimentos de Revisão Analítica nos seus cursos de treinamento, desde o nível de Trainee, até o de Supervisor. No entanto, limitou-se a informar que o conteúdo do programa é aquele que consta nos seus Manuais de Auditoria e que o mesmo varia à medida que o pessoal vai assumindo maiores responsabilidades.

Os Procedimentos de Revisão Analítica que estão sendo utilizados pela empresa são oriundos dos Manuais da Matriz, e a sua implementação data de 1981, tendo sofrido sua última revisão em 1986.

A sua implementação se deu com o objetivo principal de aumentar a eficácia do planejamento e minimizar o tempo

incorrido com os Testes de Detalhe. A empresa utiliza os Procedimentos de Revisão Analítica, em quatro níveis, para os quais, persegue certos objetivos intermediários, como especificado a seguir:

- 1) Revisão Analítica Global - É aplicada durante o segundo ou terceiro trimestre do ano fiscal do cliente com o objetivo de desenvolver a estratégia global de auditoria através da identificação de áreas potencialmente problemáticas.
- 2) Revisão Analítica Detalhada - É aplicada no terceiro trimestre ou se o cliente for pequeno, junto com a Revisão Analítica Global. O objetivo desta é identificar itens-chaves e áreas que requerem ênfase de auditoria ou áreas onde os procedimento podem ser limitados.
- 3) Testes Diretos - São usados na fase de execução do programa de auditoria como teste direto principal ou em combinação com outros procedimentos para suporte da razoabilidade dos saldos das contas. Nos casos em que o saldo não se apresenta razoável, possibilita à empresa corrigir o enfoque preliminar da auditoria.
- 4) Revisão Final das Demonstrações Contábeis Gerais - É executada próxima ou na conclusão do trabalho de campo com o objetivo de determinar

a adequabilidade dos saldos auditados das Demonstrações Contábeis e para obter subsídios para a preparação da reunião de encerramento com o cliente.

Na execução de auditorias esta empresa utiliza serviços de computação próprios e de clientes. Os equipamentos próprios consistem de:

- . 4 PC tipo XT da MICROTEC, dos quais, dois são com disco rígido
- . 2 Impressoras EMILIA PC.

Os programas desenvolvidos na própria empresa são os seguintes:

- . Conversão de Demonstrações Contábeis para moedas estrangeiras.
- . Correção monetária integral.

Os programas oriundos da matriz são descritos a seguir:

- . Seleção aleatória de amostragem.
- . Análise de negócios. Este programa permite avaliar o desempenho operacional do cliente com base num modelo

financeiro inspirado nos conceitos de análise financeira inicialmente desenvolvidos pela *Dupont Company*. Este modelo converte informações básicas das Demonstrações Contábeis dos últimos cinco anos numa estrutura analítica de trabalho e produz relatórios e gráficos que permitem efetuar parte da Revisão Analítica Global e Detalhada no cliente mediante a análise das seguintes medidas:

- a) O inter-relacionamento dos componentes-chave de rentabilidade - margem operacional, rotação de ativos, solvência e administração de impostos - e seu efeito sobre o retorno sobre investimentos da empresa;
- b) Outros índices para medir o desempenho operacional do cliente, incluindo estrutura de custos e fluxo de caixa;
- c) O desempenho do cliente em relação a seu ramo de atividades e aos principais concorrentes (estas medidas são opcionais).

Este programa é um dos instrumentos utilizados pela empresa para elaborar o plano global de auditoria, e o processamento do mesmo é a primeira providência tomada no início dos trabalhos com os clientes.

. Memorandum de coordenação de auditorias. Este *software* é um editor de textos que serve para definir o plano

global de auditoria. Sua utilização é posterior à do *software* descrito anteriormente. Através deste programa são registradas algumas informações que justificam a adoção de um determinado enfoque de auditoria face à avaliação dos efeitos que os fatores ambientais possam ter sobre o cliente e outras informações, tais como, data, idioma, moeda, Princípio Contábil, etc, do Parecer de Auditoria a ser emitido.

. Análise de risco específico. Este programa é utilizado para avaliar o sistema de controle interno contábil do cliente. O primeiro *input* do programa são os dados das Demonstrações Contábeis no formato dos ciclos operacionais que a empresa considera ao fazer tal avaliação. Os *softwares* contêm informações sobre os atributos-chave de controle, isto é, sobre os procedimentos que o cliente deveria observar para atingir os objetivos de controle e, o Auditor, deverá indicar através das palavras "sim" ou "não", a observância de tais atributos, assim como, se o risco é baixo ou alto para cada área avaliada. O programa aloca uma determinada pontuação para cada "sim" ou "não" do Auditor, e emite independentemente de sua própria avaliação dos riscos para cada área. No caso em que as avaliações não coincidam, o programa chama a atenção do Auditor pedindo-lhe uma explicação sobre o porquê da sua avaliação. Este programa gera o memorândum de riscos específicos que serve como base para desenvolver o enfoque preliminar de auditoria - identificar as áreas onde os esforços serão minimizados ou enfatizados - e conseqüentemente, elaborar o programa de auditoria para cada área. Este último dado é colocado através do microcomputador no memorândum de riscos específicos.

Software para processar papéis de trabalho. É um sistema orientado através de menus que contém os seguintes recursos:

- a) processa papéis de trabalho de auditoria;
- b) permite efetuar comparações de índices previamente escolhidos pelo Auditor, para um período de até cinco anos;
- c) elabora Demonstrações Contábeis Combinadas;
- d) elabora Demonstrações Contábeis Consolidadas.

A empresa também dispõe de um pacote pronto de origem estrangeira:

- SUPERCALC 3. É uma planilha eletrônica com poderosa capacidade gráfica.

II. TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA

1. CÁLCULO DO RISCO DE AUDITORIA

Esta empresa avalia o Risco de Auditoria para efeitos de planejamento, classificando-o através dos termos: baixo, moderado ou alto. Tal avaliação é registrada no papel de trabalho denominado análise de riscos específica.

Os fatores incluídos para avaliar o Risco de Auditoria são: o risco inerente, o risco de controle e o risco de detecção (risco associado aos Testes de Detalhe e aos Procedimentos de Revisão Analítica Substantivos). Somente aos dois primeiros fatores é atribuído um peso para efeito de avaliação. O risco inerente é classificado por área em função dos problemas potenciais de auditoria detectados. Para avaliar o SCIC, são identificados atributos-chave para cada área analisada, que irão garantir o bom ou o mau funcionamento do sistema de controle.

O risco de detecção é levado em conta refletindo-se na natureza, período e extensão do esforço de auditoria, pois é isto que determina a margem do risco de detecção. Entretanto, a única análise efetuada em relação a este risco, consiste no exame da evidência de cada teste considerando-se que: os procedimentos baseados em evidências de fontes externas à organização do cliente são mais competentes que aqueles que se utilizam de evidências geradas pelo próprio cliente. Adicionalmente, conforme os testes substantivos são executados, o programa de auditoria é avaliado; quando são descobertos erros onde não eram esperados, o programa é alterado.

O Risco de Auditoria é avaliado pelos executivos da empresa encarregados do serviço. Todos são Contadores, com experiência profissional e conhecimento do cliente e de seus ramos de negócios.

Para estabelecer a base que determinará a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria substanti

vos a empresa considera a avaliação da probabilidade de erro material de cada área (Risco de Auditoria) e o erro tolerável (ET).

A probabilidade de erro material é o resultado da combinação do risco inerente e do risco de controle detectados no cliente, como demonstrado a seguir:

Risco Inerente	Risco de Controle	Probabilidade de erro material
Alto	Alto	Alta
Alto	Baixo	Moderada
Baixo	Alto	Moderada
Baixo	Baixo	Baixa

O ET é o montante do erro monetário que pode existir numa área específica de auditoria sem fazer com que as Demonstrações Contábeis como um todo estejam materialmente erradas quando esta quantia é acrescida de erros em outras contas. Normalmente a empresa usa 50% da materialidade planejada para cada cliente, como ponto de partida para determinar o ET. A estimativa da materialidade é questão de julgamento do Auditor, sendo determinada para cada cliente em função da natureza do negócio, dos seus resultados operacionais e da sua posição financeira. Entretanto, o escopo dos testes é determinado a critério dos responsáveis, face à determinação da probabilidade de erro material e do ET.

A margem de risco de detecção que a empresa aceita, varia em função da avaliação do risco inerente e do risco

do SCIC. Quanto maiores forem esses riscos, menor será o risco de detecção aceito.

A empresa tem como praxe assumir um Risco de Auditoria normal, porém, se o cliente apresentar um risco muito alto, a proposta poderá ser aceita desde que o cliente concorde com os honorários que estarão diretamente relacionados com o volume de trabalho necessário em função daquele risco.

Ao prestar serviços de auditoria a clientes antigos ou novos a empresa emprega uma estratégia na qual esta implícita a obtenção de entendimento sobre os negócios e ramo de atividade do cliente. Em clientes antigos a estratégia consiste em:

- 1) Efetuar uma Revisão Analítica Global para obter uma indicação preliminar de mudanças no ambiente dos negócios do cliente. Estes procedimentos poderão incluir comparações entre:
 - . resultados de operações e posição financeira do período corrente e de períodos anteriores;
 - . resultados reais e orçamentos;
 - . índices financeiros e operacionais internos e aqueles apresentados pelo ramo de atividade do cliente em geral;

. Índices e/ou contas considerados importantes, referentes a um período de 3 a 5 anos, com o objetivo de analisar suas tendências e inter-relacionamentos.

- 2) Considerar os fatores ambientais externos e internos que afetam o cliente, para determinar a possibilidade de erros materiais ou irregularidades e o grau de dificuldade que pode ser encontrado na obtenção de provas suficientes de auditoria, conforme a seguinte orientação:

Fatores Externos

- a) Condições do ramo de atividade do cliente: econômicas, concorrências, Práticas Contábeis;
- b) Exigências em matéria de regulação: federais, estaduais, municipais, estrangeiras;
- c) Obrigações sobre emissão de relatórios: credores.

Fatores Internos

- a) Características da administração: fraudes e controles organizacionais;

b) Características financeiras;

c) Características operacionais: administração, vendas, produção ou serviços e, financiamentos.

3) Aplicar Revisão Analítica Detalhada de contas e transações para confirmar ou contestar as expectativas formadas em função dos procedimentos anteriores. Esta inclui os mesmos Procedimentos de Revisão Analítica Global e comparações semelhantes de dados operacionais tais como: unidades produzidas, unidades vendidas, número de empregados, número de horas trabalhadas etc, porém, os dois tipos de Revisão Analítica se diferenciam quanto à natureza das informações utilizadas, à extensão das comparações e ao período coberto pelas comparações como mostrado no quadro nº 1.

4) Efetuar a documentação e avaliação do SCIC.
(Atualização).

Para avaliar o Risco de Auditoria em clientes novos a empresa emprega a mesma estratégia, mas, documenta e avalia o SCIC integralmente, assim como, acrescenta a aplicação de procedimentos específicos tais como:

. revisão das atas e minutas das reuniões desde

QUADRO Nº 1

Itens de Diferenciação	Tipos de Procedimentos	
	Revisão Analítica Global	Revisão Analítica Detalhada
INFORMAÇÕES	Demonstrações Contábeis Intermediárias e índices financeiros globais e operacionais de alto nível.	Vários níveis detalhados, por exemplo: divisão, localidade, centro de custos, linha de produtos, segmento.
EXTENSÃO DAS COMPARAÇÕES	Comparações de itens da Linha das Demonstrações Contábeis, por exemplo: Inventários, Despesas Gerais e Administrativas.	Componentes de itens da linha das Demonstrações Contábeis por exemplo: Matéria-Prima, Produtos em Processo, Produtos Acabados, composição de Despesas Gerais e Administrativas.
PERÍODO COBERTO	Comparações ano a ano e tendências durante um período de 5 anos.	Comparações trimestrais ou mensais de atividades correntes ou anteriores.

a fundação da empresa, se possível;

- . preparação de sumário da movimentação do Patrimônio Líquido desde a fundação da empresa, se possível;
- . comunicação com o Auditor Antecessor;
- . revisão das declarações de Imposto de Renda de vários anos anteriores.

As estratégias descritas anteriormente permitem à empresa elaborar um programa de auditoria que detalhe o escopo dos testes substantivos para cada conta em particular.

Esta empresa já registrou casos em que deixou de apresentar proposta para prestar serviços de auditoria a clientes novos devido à constatação preliminar de um alto risco inerente, que impossibilitava inclusive, a realização de uma auditoria.

2. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA QUE FAZEM PARTE DA ANÁLISE DE RISCO DE AUDITORIA

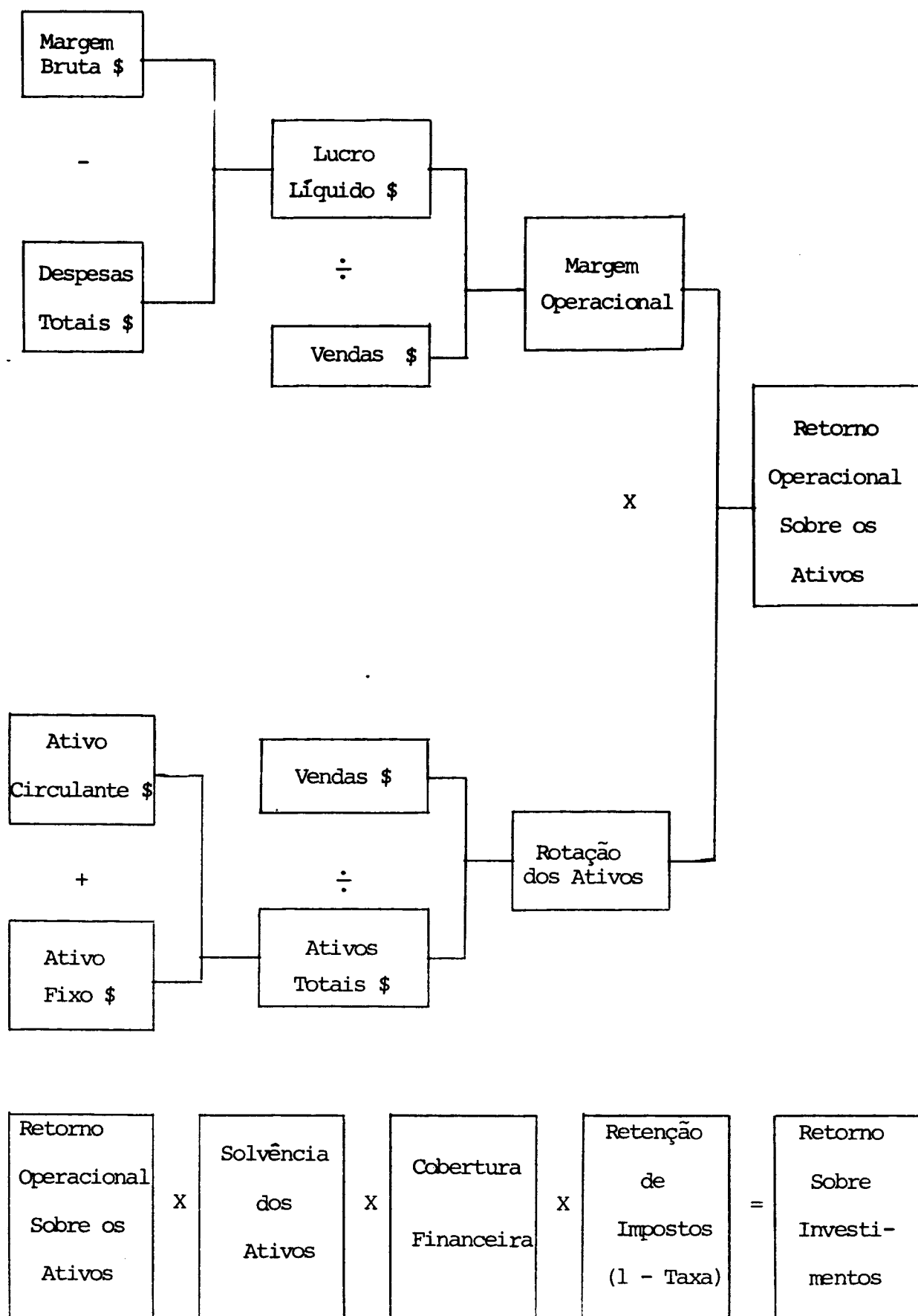
Para classificar o risco inerente esta empresa avalia o risco operacional, o risco financeiro, o risco de mercado, a integridade da administração e os controles organizacionais, através de: 1) Procedimentos de Revisão Analítica Global; 2) análise de fatores ambientais e, 3) Procedimentos de Revi-

são Analítica Detalhada, sendo que, através dos primeiros inferem sobre riscos genéricos; com os segundos procuram detectar questões genéricas e/ou risco associado à contas e transações específicas e; com o terceiro somente este último.

O risco operacional é analisado por ocasião da execução da Revisão Analítica Global que começa com a obtenção das Demonstrações Contábeis Intermediárias do cliente e respectivos dados financeiros para serem comparados em termos de valores e relações percentuais (análise vertical), com aqueles do ano anterior e com as informações de final de ano focalizando a análise comparativa das Despesas Operacionais. Simultaneamente a esta revisão são calculados índices para os últimos 3 a 5 anos que correspondam à categoria de índices de atividade, lucratividade, liquidez e solvência, de forma a analisar o desempenho operacional. Neste sentido a empresa primeiro toma a iniciativa de indagar junto ao cliente quais as contas, índices ou inter-rêlacionamentos que considera mais importantes para monitorar as suas operações.

Também são feitas comparações de valores e índices do cliente com os dos concorrentes e do setor nos casos em que as informações sejam comparáveis e sobretudo quando o cliente atua num ramo de atividade especializada - Bancos, Companhias de Seguro, etc.

Outro procedimento de Revisão Analítica Global é a aplicação do modelo financeiro sobre a análise de negócios que tem a seguinte estrutura:



Adicionalmente, quando o cliente elabora o orçamento, é efetuada uma comparação deste com os resultados operacionais do ano anterior e com as informações financeiras interinas do ano corrente, assim como, efetuada uma análise das principais revisões que tenha sofrido o orçamento durante o ano, desde que o processo orçamentário inclua um estudo da experiência operacional atual e passada da empresa e das condições gerais e específicas do seu ramo de atividade e os orçamentos historicamente tenham-se mostrado realistas.

A análise dos fatores ambientais está circunscrita aos fatores externos e à análise das características operacionais que fazem parte das considerações sobre fatores internos, conforme descrito neste capítulo.

Quanto aos fatores externos relativos ao ramo de atividade do cliente, a empresa analisa as condições econômicas para identificar aquelas que têm influenciado o setor historicamente, e os indicadores econômicos que possam ser associados às operações do setor. Já a análise das condições da concorrência visam identificar os principais concorrentes do cliente e questões de mercado: participação, avanços tecnológicos, mercadológicos ou de fabricação de produtos por parte do cliente em relação aos concorrentes. Finalmente as práticas contábeis do ramo do cliente visam verificar a validade das utilizadas pelo cliente, a viabilidade de efetuar comparações setoriais e, a existência de qualquer pronunciamento emitido pela CVM, IBRACON ou CRC.

O segundo fator ambiental externo concernente às exigências em matéria de regulação, procura avaliar o impacto que as leis de maneira geral podem ter sobre o cliente e consequentemente sobre suas Demonstrações Contábeis.

O terceiro e último fator analisado é a obrigação de emitir relatórios para credores. Exigências deste tipo podem influenciar o comportamento da administração e causar problemas de auditoria, por exemplo: omitir a evidenciação sobre cláusula restritiva de contrato de empréstimo pode acelerar a data de vencimento e criar problemas de liquidez.

A análise das condições ambientais externas em empresas comerciais ou industriais é direcionada para quatro elementos operacionais da seguinte forma:

- 1) Administração: aspectos de controle e suporte das atividades operacionais;
- 2) Vendas: questões relacionadas com comercialização, distribuição, faturamento e cobrança;
- 3) Produção: Análise de aspectos ligados à aquisição e conversão de recursos em produtos ou serviços;
- 4) Financiamentos: Análise da administração de recursos financeiros, enfatizando o uso do fluxo de caixa quando disponível pelo cliente.

Quanto aos Procedimentos de Revisão Analítica Detalhada, para avaliar o risco operacional ou qualquer outro risco, a empresa considera impraticável fazer uma especificação dos procedimentos comuns a todas as auditorias, uma vez que, as informações disponíveis para executá-los variam de cliente para cliente. Nesta empresa compete ao Auditor Responsável, determiná-los à luz das orientações gerais já mencionadas na descrição da estratégia para avaliar o Risco de Auditoria e fazendo uso do seu bom senso.

Nos casos em que os resultados da aplicação dos procedimentos anteriores constatem risco de continuidade, a empresa se reúne com a administração do cliente para discutir os achados. Em último caso, se medidas corretivas não forem tomadas, poderá ser emitido um Parecer com Ressalva à continuidade.

Para avaliar o risco financeiro esta empresa concentra suas revisões em: lucratividade, liquidez e suficiência de capital. Entretanto, os métodos que usa não são diferenciados quanto ao seu objetivo, isto é, prever falência ou desastre financeiro. As abordagens utilizadas são: a de indicadores-chave que é operacionalizada através da análise do fator interno denominado características financeiras e; a fundamentalista, por meio dos instrumentais da Revisão Analítica Global e Detalhada.

Em primeiro lugar a empresa faz inferências através da Revisão Analítica Global na forma descrita para o ris-

co operacional. Também usa indicadores-chave que correspondem aos seguintes questionamentos:

- . Qual a tendência do fluxo de caixa gerado pelas operações?
- . Quais as razões para diferenças entre o fluxo de caixa gerado e o lucro líquido?
- . Quem financia as necessidades de caixa a curto prazo do cliente?
- . O cliente prevê necessidades de caixa a longo prazo? etc.

Também poderá ser aplicado uma Revisão Analítica Detalhada a critério do Auditor.

Para melhorar a eficiência das abordagens anteriores, isto é, ao analisar valores ou índices das Demonstrações Contábeis, a empresa considera:

- . as mudanças nos níveis de preços. Sempre que o cliente tenha a Contabilidade em dólares ou de acordo com a correção integral, estas informações servirão de base para aplicar a Revisão Analítica, caso contrário, ao fazer análise de variações é levada em conta a OTN do período sob análise.

- . distorções nas tendências devido a acontecimentos específicos: greves, venda ou aquisição de uma empresa, mudanças na estratégia de comercialização ou capitalização.

A análise do risco de mercado é feita pela empresa através dos seguintes procedimentos:

- . identificação do papel que os proprietários desempenham em função da sua participação acionária;
- . análise das situações em que o cliente pretende vender parte ou todo o negócio.

A integridade da administração também é avaliada. Para isto são usados os seguintes indicadores-chave:

- . ênfase excessiva em atingir o lucro orçado por ação.
- . pressão excessiva na nova gerência para superar resultados;
- . emissão de notícias ou comunicações excessivamente otimistas aos acionistas;
- . tendência de erros substanciais nas estimativas financeiras;

- . gratificação sustancial através de participação nos resultados financeiros.

Quanto aos controles organizacionais, a empresa considera a probabilidade que erros ou irregularidades nas Demonstrações Contábeis possam aumentar causados por problemas como:

- . número insuficiente de funcionários da área Contábil ou de CPD, e pessoal mal-treinado ou inexperienced;
- . dependência de poucos empregados;
- . relatórios financeiros incompletos ou atrasados;
- . deficiências graves, e não corrigidas, no SCIC.

A avaliação do risco inerente influencia o volume de testes substantivos a serem aplicados e a escolha de testes específicos para problemas localizados.

Tal avaliação é operacionalizada da seguinte forma: em primeiro lugar é efetuada a Revisão Analítica Global. Os documentos, tais como Demonstrações Contábeis Intermediárias, cópias de análises do cliente etc, em que se basearam estes procedimentos, são anexados ao memorândum de planejamento. Neste último é feito um resumo das análises efetuadas e dos riscos potenciais detectados. A seguir, os resultados da aná-

lise dos fatores ambientais internos e externos que denotarem riscos genéricos, são documentados no memorândum de planejamento, no entanto, se tais fatores afetam contas e transações específicas, a documentação é feita no memorândum de riscos específicos apropriado. Finalmente, é aplicada a Revisão Analítica Detalhada que poderá confirmar ou contestar os achados decorrentes das análises anteriores. Esta é documentada no memorândum de riscos específicos pertinente.

Os procedimentos de Revisão Analítica Global e Detalhada, são aplicados com o auxílio dos serviços de computação.

Os *softwares* empregados para facilitar o cômputo de índices e outros tipos de análises das Demonstrações Contábeis são: análise de negócios, programa para processar papéis de trabalho e SUPERCALC 3.

Os *softwares* que auxiliam no sentido de registrar informações referentes à análise de risco inerente são: memorândum de coordenação de auditorias, análise de riscos específico e *software* para processar papéis de trabalho.

Esta avaliação do risco inerente é considerada pela empresa muito vantajosa, porque permite detectar problemas de maneira eficaz e desenvolver uma melhor comunicação com o cliente.

3. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS COMO TESTE SUBSTANTIVO

No exame de auditoria, esta empresa utiliza Procedimentos de Revisão Analítica como testes substantivos. A aplicação desses Procedimentos fica sob a responsabilidade do Sênior encarregado do trabalho de campo conforme especificações do Gerente e do Sócio.

O grau de confiança a ser depositado nos Procedimentos de Revisão Analítica substantivos, ou seja, para que a empresa os considere como a base principal da conclusão sobre a adequabilidade dos saldos de contas, deverão fornecer evidências persuasivas. Isto acontece quando os resultados dos Procedimentos de Revisão Analítica indicarem um saldo que é considerado isento de erros materiais.

Os Métodos de Revisão Analítica que a empresa considera como possíveis fornecedores de evidências persuasivas, são aqueles que geralmente estabelecem uma relação entre dados independentes. A seguir são mostrados alguns exemplos deste tipo:

- . Provisão para Contas Incobráveis. Fazendo a referência com o Agíng de Contas a Receber, dias de Vendas em Contas a Receber, ou análise histórica das porcentagens de baixa de Contas a Receber;

- . Custo Padrão de Inventário. Comparando o padrão atual com o padrão do ano anterior, ajustado pela taxa de inflação;
- . Conteúdo da Matéria-Prima nos Produtos em Processo e Produtos Acabados. Relacionando a Matéria-Prima colocada em produção e as quantidades vendidas com os fatores-padrão de rendimento;
- . Mão-de-Obra e Despesas Gerais no Inventário Final. Relacionando mão-de-obra efetiva e Despesas Gerais para o ano (reduzido por fábrica ociosa, ineficiências e outros custos não-inventariáveis) ao material, colocado na produção (considerando o efeito de mudanças na posição dos produtos);
- . Despesas Gerais no Inventário Final. Relacionando as Despesas Gerais efetivas para o ano, com a efetiva Mão-de-Obra Direta (presumindo a existência de relatórios confiáveis de Mão-de-Obra Direta).
- . Valorização de Inventários de Produtos Acabados. Com referência ao preço de venda, menos o Custo de Venda com a margem bruta normal.
- . Perdas de Produção. Relacionando o fator-padrão de perda com o de medida de material processado,

e aplicando o resultado ao preço da perda por unidade.

- . Provisões para Depreciação. Fazendo referência ao saldo do Ativo, ao efeito de adições e baixas e à taxa média de Depreciação.
- . Despesas da Folha de Pagamento. Fazendo referência ao número médio de empregados e ao pagamento médio por período.
- . Despesas de Comissão. Fazendo referência às taxas de Comissão sobre as Vendas.
- . Provisões para Comissões e Royalties. Fazendo referência às condições de acordo e datas de pagamento.
- . Contribuições Sociais a Pagar. Fazendo referência à folha de pagamento aplicável e à taxa de contribuição do ano anterior.
- . Despesas de Juros e Relativa Provisão. Fazendo referência à dívida média pendente e à taxa de juros pela média ponderada e datas de pagamento.
- . Receita de Investimentos. Relacionando as quantidades médias investidas a uma taxa média de juros ou rendimentos.

O parâmetro da empresa para determinar a Revisão Analítica como sendo persuasiva é que a diferença entre seus resultados e o saldo registrado nos Livros Contábeis do cliente seja inferior ao erro tolerável. Caso contrário, é feita uma indagação junto ao cliente que no caso de não ser convincente, implicaria na ampliação dos testes de saldos ou classe de transações.

Para executar a Revisão Analítica Persuasiva esta empresa não utiliza serviços de computação.

A empresa considera a Revisão Analítica Substantiva muito eficiente, especialmente, para testar a razoabilidade de contas cujos saldos correspondem a estimativas como é o caso da Provisão para Devedores Duvidosos. Também foi mencionado que em determinadas circunstâncias a Revisão Analítica é o único método de teste, como é o caso das situações em que o cliente não tenha um sistema de custo de inventário eficaz. Neste sentido, a estimativa das Despesas de fabricação no Inventário Final pode ser feita relacionando-se as Despesas de Fabricação reais com a de Mão-de-Obra Direta Real - se os registros de Mão-de-Obra forem confiáveis.

4. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS NA FASE DE REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE AUDITORIA

Na fase final da auditoria esta empresa efetua uma Revisão Global das Demonstrações Contábeis comparativas e de índices selecionados com o objetivo de se assegurar a respei-

to da adequação dos valores finais e de obter subsídios para preparar a reunião de encerramento do cliente.

Nos casos em que forem identificadas tendências ou inter-relacionamentos que não sejam razoáveis procura obter explicações e, se for preciso, executa outros procedimentos de auditoria.

Dependendo da natureza dos problemas detectados pelas Técnicas de Revisão Analítica de todos os níveis, a comunicação destes, poderá se dar através do Parecer ou da carta de recomendações dirigida ao cliente. Foi manifestado que esta última aponta muitas contribuições decorrentes da aplicação de Técnicas de Revisão Analítica, destacando inclusive, que a estratégia deles de solicitar à administração os relatórios, análises ou inter-relacionamentos que considerem mais críticos para avaliar o desempenho das operações, não somente os deixa mais aptos para avaliar possíveis riscos envolvidos, mas também, permite-lhes questionar a utilidade dos dados que a administração usa e oferece sugestões para o aperfeiçoamento de análises operacionais e medições de lucratividade.

Quanto às características operacionais das empresas brasileiras que mais causam problemas de auditoria foram mencionadas a estrutura familiar e a falta de controles internos adequados.

Finalmente com relação à utilização dos Procedimentos de Revisão Analítica de maneira geral, a filosofia da

empresa é:

"ênfatizã-los em todas as fases da auditoria, uma vez que podem aumentar a eficácia do planejamento e minimizar o tempo empregado com Testes de Detalhe".

EMPRESA "C"

I. CARACTERÍSTICAS GERAIS

A empresa "C" é de origem estrangeira, radicada no Brasil há 30 anos. As áreas em que opera são: auditoria externa, consultoria administrativa, consultoria de sistemas e consultoria fiscal, das quais, a primeira contribui com 65% para a formação da Receita Total e as restantes com 35%.

As pessoas lotadas na área de auditoria externa, são recrutadas mediante processo de seleção, desde que sejam estudantes universitários dos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Economia e assumam o compromisso de se formarem em Ciências Contábeis. Em média, das pessoas admitidas 70% fazem o curso de Ciências Contábeis, 20% o curso de Administração e 10% o curso de Economia.

A empresa adota uma política de cargos que permite a ascensão de categoria em função do desempenho de cada pessoa e de treinamento oferecido internamente. O tempo que o profissional poderá precisar permanecer na empresa para atingir um determinado nível e outros requisitos obrigatórios relacionados à natureza do cargo são demonstrados a seguir:

<u>Requisito</u>		<u>Tempo na empresa</u>
Auxiliar B		-
Auxiliar A		1 ano
Assistente B		2 anos
Assistente A		3 anos
Supervisor B		4 anos
Supervisor A		5 anos
Gerente	CRC	6 a 8 anos
Superintendente	CRC, IBRACON, CVM	8 a 12 anos
Diretor (Sócio)	CRC, IBRACON, CVM	-

A empresa avalia o desempenho de cada membro do *staff* através de formulários padrões, em cada fase de trabalho efetivo no campo. As fases são: (1) avaliação de controle interno; (2) avaliação de pré-balanço e; (3) avaliação de balanço. A avaliação dos Auxiliares e Assistentes é feita pelo Supervisor e a deste, pelo Gerente responsável do serviço. O desempenho de Gerentes e Superintendentes é analisado informalmente pelos Diretores.

O acompanhamento do desempenho de todo o pessoal lotado na área de auditoria é feito através de um Gerente de Auditoria que tem a responsabilidade de controlar e avaliar esse pessoal e, através do Diretor de Pessoal. Diariamente as avaliações são discutidas, assinadas pelos interessados e aprovadas pelo Gerente do Serviço. Estas são encaminhadas ao Gerente de Pessoal que poderá remetê-las ao Diretor de Pessoal quando se apresentarem problemáticas. Semestralmente são formados comitês para avaliar o desempenho global do *staff*

em cada fase do trabalho de campo. No caso de ser o primeiro comitê do ano, os resultados são informados a cada profissional e ao pessoal com mau desempenho é dado um prazo para melhorar. No próximo comitê são tomadas as seguintes decisões: as pessoas que estavam muito bem e assim continuaram ascendem de nível; as que estavam indo bem, obtêm a promoção normal ; as que continuaram com mau desempenho são demitidas.

Em relação ao treinamento do pessoal da área de auditoria, esta empresa proporciona em torno de 80 horas por ano de treinamento formal para cada profissional. A cada ano são definidas as metas de educação específicas para cada nível e, posteriormente são comparadas as realizações de cada nível com as metas estabelecidas.

Os seminários programados para as diversas categorias profissionais no período 1988/1989 são os seguintes:

Auxiliar B: introdução à metodologia de trabalho da empresa, conceitos básicos de Contabilidade e introdução à Auditoria.

Auxiliar A: noções básicas de impostos, Contabilidade, avaliação de controle interno e procedimentos de auditoria para algumas áreas das Demonstrações Contábeis.

Assistente B: o programa anterior com maior grau de profundidade, adicionado de tópicos como: planejamento do trabalho, cartas de recomendações etc.

Assistente A: o programa anterior com maior grau de aprimoramento, incluindo uma discussão profunda sobre os Princípios Contábeis brasileiros e norte-americanos, consolidações e conversão das Demonstrações Contábeis para moeda estrangeira.

Supervisor: supervisão dos trabalhos de Auditoria, preparação de relatórios de Auditoria, introdução à amostragem estatística, Auditoria de computador e discussão de problemas complicados de Auditoria e Contabilidade.

Gerente, Superintendente, Diretor: seminário de três dias para discutir os desenvolvimentos nas áreas de Auditoria e Contabilidade ocorridos no último ano no Brasil. Seminário de três dias sobre princípios e modernas técnicas de vendas de serviços profissionais. Reuniões mensais para tratar de assuntos técnicos recentes.

Cada participante do *staff* da firma tem o seu desempenho avaliado através de formulário preenchido pelo instrutor do curso. Os participantes também preenchem outro formulário dando a sua opinião sobre o curso. Estes formulários são controlados pelo Gerente de Auditoria responsável pelo treinamento, que também prepara um relatório no qual resume as realizações de cada participante, comparado com os padrões desejados. Este relatório serve de base ao comitê de desenvolvimento profissional e ao comitê técnico para preparar o plano de treinamento básico para o ano seguinte.

O treinamento básico para todos os profissionais

de auditoria inclui Procedimentos de Revisão Analítica que são abordados de acordo com as responsabilidades de cada categoria.

Os Procedimentos de Revisão Analítica que a empresa utiliza são oriundos dos Manuais da Matriz. A sua implementação se deu em 1983 na matriz, sendo que no Brasil, devido ao tempo requerido para treinar o pessoal, optaram por fazê-lo numa base rotativa à razão de um terço por ano, tendo sido totalmente implementados em 1987. Segundo o entrevistado, com a adoção de Técnicas de Revisão Analítica a empresa refez todo o enfoque de trabalho que vinha sendo utilizado, o qual refletia um extremo conservadorismo e trazia como principal consequência o excessivo trabalho de auditoria e a perda de competitividade no mercado. Nesse novo enfoque, os serviços de auditoria são efetuados avaliando basicamente os riscos de cada conta das Demonstrações Contábeis com o objetivo primordial de agilizar tais trabalhos.

A empresa usa Procedimentos de Revisão Analítica em três etapas da auditoria, sendo que, em cada uma persegue diversos objetivos intermediários como especificado a seguir:

- 1) No planejamento com o objetivo de (a) obter um entendimento dos negócios do cliente, (b) identificar se podem ocorrer erros materiais de auditoria em certas contas, e (c) determinar a natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem executados.

2) Na execução dos testes de saldos, em combinação com os Testes de Detalhe, tanto para examinar contas de Balanço como de Resultado como para a auditoria de contas relacionadas com dados e contas relacionadas com julgamentos, com o objetivo de tirar conclusões sobre a viabiliidade das assertivas individuais nas Demonstrações Contábeis.

3) Na conclusão da Auditoria ou próximo a ela, para avaliar a razoabilidade das Demonstrações Contábeis, determinando se as relações entre os elementos dessas Demonstrações estão de acordo com as expectativas formadas.

Ao executar trabalhos de Auditoria a empresa utiliza recursos computacionais próprios ou de clientes.

Os equipamentos que a empresa possui consistem de:

- . 4 Micros de 16 bits, compatíveis com IBM-PC
- . 4 Impressoras

Também possui um programa oriundo da matriz para seleção aleatória de itens e estratificação de amostras e, os seguintes pacotes prontos estrangeiros:

- . Lotus 1, 2, 3 (Planilha de dados)
- . WP (processador de textos)

. Dbase III (Banco de dados)

II. TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA

1. CÁLCULO DO RISCO DE AUDITORIA

Esta empresa efetua a avaliação do Risco de Auditoria qualitativamente para efeitos de planejamento, constando a mesma no plano de abordagem (documento no qual é registrada a evolução da auditoria, começando por suposições até a constatação dos fatos).

Para avaliar o Risco de Auditoria é incluído o risco inerente e o risco do SCIC. As considerações sobre o risco inerente são feitas com o objetivo de avaliar o risco de distorções em contas significativas face à avaliação do risco do SCIC. O risco do SCIC é avaliado para cada conta significativa através da identificação de sete pontos-chave de controle focalizando a existência de controles detectivos ao invés de controles preventivos. Em relação aos testes substantivos, embora o risco deles decorrente não seja avaliado, são planejados de forma a garantir a suficiência do enfoque de auditoria. Os resultados obtidos são analisados podendo levar à aplicação de outros ou mais testes.

O Risco de Auditoria é avaliado pelo Gerente e o Sócio de cada serviço, em função das considerações inclusas no plano de abordagem. Estes profissionais são Contadores com experiência e possuem conhecimento sobre o ramo de negócios do cliente.

A extensão em que os testes substantivos serão aplicados é definida em função do risco de distorções determinado para cada conta significativa das Demonstrações Contábeis e da materialidade. Este risco é avaliado após a obtenção dos resultados apurados na avaliação do SCIC. Face a isto os responsáveis planejam o escopo de auditoria levando em conta que existe uma relação diretamente proporcional entre este e a avaliação de risco.

A empresa não tem uma definição quanto ao Risco de Auditoria que poderia assumir. Se o cliente apresentar um determinado risco que carece de um nível maior de exame, isto implicaria no aumento do custo do serviço pelo volume de trabalho necessário.

A estratégia adotada para avaliar o Risco de Auditoria em clientes antigos é a seguinte:

- 1) Aplicação de Procedimentos de Revisão Analítica que não se utilizam de dados contábeis, com o objetivo de atualizar o entendimento sobre os negócios do cliente, isto é, sobre a operação como um todo.
- 2) Aplicação dos seguintes Procedimentos de Revisão Analítica às Demonstrações Contábeis para destacar relações entre os principais dados financeiros e não-financeiros:

. comparar os dados financeiros mensais ou tri

mestrais (a nível de Demonstração Contábil e conta de Razão Geral) com (1) montantes dos períodos anteriores e (2) montantes do plano de lucros.

. calcular os índices relevantes das Demonstrações Contábeis intermediárias e comparar com (1) índices do ano anterior ou orçados (2) índices recentes dos concorrentes ou índices compostos para todo o setor.

. comparar dados não financeiros, isto é, volume de vendas e produção, número de empregados por setores, matrículas (para escolas) , com respectivos dados no ano anterior ou com orçamentos.

. comparar *Common-size* Balanço e Demonstração de Resultados com as Demonstrações similares em períodos anteriores.

3) Determinar contas ou grupos de contas significativas e, relacionar os achados, produto das análises anteriores.

4) Considerar os problemas históricos que afetam cada conta significativa através da revisão dos papéis de trabalho.

5) Efetuar Procedimentos de Revisão Analítica

que consistem na identificação das fontes de informações que afetam as contas significativas - dados rotineiros, dados não-rotineiros e processos de julgamento - para direcionar o estudo e avaliação do SCIC em cada uma dessas fontes de dados.

- 6) Estudo e avaliação do SCIC (atualização) dando ênfase aos controles detectivos. O objetivo desta avaliação é determinar o grau de risco associado às contas a causa dos controles existentes: (1) Para uma conta em que exista processo de dados rotineiros e seja verificado que há controles detectivos bons, o grau de risco será praticamente zero. (2) Em dados não-rotineiros (operações atípicas) a margem de risco começa a crescer. (3) Os processos de julgamento (contingências etc.) são considerados de alto risco, sujeitos a um fator de aumento ou redução do risco em função do funcionário do cliente que tomou a decisão: Pessoa a nível de *staff*, gerência ou diretoria.

A estratégia empregada em clientes novos, continua sendo a mesma empregada para clientes antigos, com apenas duas modificações:

- 1) Os papéis de trabalho são solicitados ao Auditor Predecessor, quando julgam necessário.

- 2) Para os Procedimentos de Revisão Analítica e SCIC é feito o primeiro levantamento.

Com estas estratégias procuram determinar o escopo dos testes substantivos para cada conta significativa por categoria de dados: rotineiros, não-rotineiros e processos de julgamento.

Em clientes novos já houve rejeição de proposta para prestar serviços de auditoria devido ao curto prazo em que o cliente requeria a realização do trabalho.

2. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA QUE FAZEM PARTE DE ANÁLISE DE RISCO DE AUDITORIA

Para avaliar o risco inerente do cliente esta empresa considera o risco operacional, o risco financeiro, o risco de mercado e os controles organizacionais.

Em relação ao risco operacional, em primeiro lugar procuram identificar: as atividades do cliente, a produção de mercado, os concorrentes, leis que podem lhes afetar, os principais clientes, as principais matérias-primas dos fornecedores, a localização da fábrica, o desenvolvimento de novos produtos, as participações em outras empresas, o nível do pessoal do cliente, a rotação de pessoal, as pessoas-chave em controles etc.

A seguir, é feita uma comparação dos números do ano corrente com os de anos anteriores, mês a mês, fazendo-se

uma apuração de percentuais de variações e desta maneira são identificadas as flutuações na lucratividade ou liquidez do cliente, ou os desvios das médias ou tendências do setor. As variações encontradas a partir destes procedimentos são explicadas com o subsídio de conversas mantidas com a administração do cliente de forma a emitir um posicionamento sobre a situação do cliente em relação ao mercado e inferir possíveis problemas de auditoria.

Nos casos em que a partir da análise de risco operacional sejam identificados problemas de continuidade são efetuadas discussões com a cúpula do cliente. Com base nisto e nos eventos relevantes subsequentes poderá ser emitido um Parecer com Ressalva ou não à continuidade.

O risco financeiro é avaliado através dos métodos de previsão de falência e de desastre financeiro utilizando a abordagem de indicadores-chave e a fundamentalista. Entretanto, para fazer inferências sobre o risco financeiro a empresa enfatiza a obtenção e a utilização de informações que não estejam baseadas nos números das Demonstrações Contábeis do cliente.

Os índices utilizados para detectar problemas tanto de falência como de desastre financeiro são: índices de liquidez e lucratividade.

Os principais indicadores-chave são: capital de giro negativo, resultado operacional negativo, etc. Adicionalmente poderá ser analisado o fluxo de caixa do cliente,

quando este permitir o acesso e for elaborado satisfatoriamente.

Esta empresa não efetua nenhum tratamento sobre as Demonstrações Contábeis do cliente, no sentido de tornar a aplicação dos métodos de previsão de falência e desastre financeiro mais eficientes.

A análise do risco de mercado consiste na verificação da aderência, das companhias abertas onde são executados os trabalhos às disposições de caráter legal que as afetam.

Em relação à integridade da administração, esta empresa não tem nenhum procedimento definido para fazer tal avaliação, pelo fato de os trabalhos de auditoria que realizam não terem como objetivo a descoberta de fraudes.

A avaliação dos controles organizacionais é feita a nível de observação com o objetivo de obter uma visão geral sobre o ambiente de controle e conseqüentemente dirigir a atenção para possíveis problemas de auditoria.

Além das análises mencionadas, que visam avaliar o risco inerente, a empresa utiliza Técnicas de Revisão Analítica ao planejar a abordagem para a auditoria de contas específicas, de forma a melhorar a eficiência e eficácia da mesma por meio da identificação de questões significantes através do uso de índices financeiros relevantes, e já que os índices são variados e diferenciados para cada conta, foi fornecido

cido o seguinte exemplo para ilustrar o método e a forma em que é usado.

Ao planejar a abordagem de auditoria para Contas a Receber, o Auditor poderá fazer uma comparação do número de dias de Vendas a Receber e/ou a percentagem de Contas a Receber vencidas para o ano corrente com as dos anos anteriores. Se esses procedimentos apresentarem um aumento significativo e inesperado no número de dias a receber ou na percentagem de Contas a Receber vencidas, o Auditor consideraria a necessidade de aplicar procedimentos mais amplos, para avaliar a possibilidade de recebimento de Contas a Receber, dos que ele aplicou nos anos anteriores. Se os Procedimentos de Revisão Analítica indicarem reduções inesperadas, os procedimentos de avaliação da possibilidade de recebimento poderão ser reduzidos.

Todas as análises anteriores influenciam a extensão dos testes substantivos a serem executados e a escolha de testes específicos para problemas localizados.

A avaliação de todos os riscos analisados, isto é, do risco inerente, é operacionalizada da seguinte forma: no plano de abordagem constam as Demonstrações Contábeis do cliente com a respectiva identificação das contas significativas. Para cada conta são feitas as diversas considerações conforme procedimentos contemplados na estratégia utilizada para avaliar o risco de auditoria. Para os tópicos desta estratégia, que não estão baseados em dados Contábeis, o Gerente do Serviço desenvolve um *Checklist* conforme as peculia-

ridades do cliente e as respostas são avaliadas no plano de abordagem.

Para efetuar a análise do risco inerente, a empresa utiliza microcomputadores fazendo uso do Lotus 1, 2, 3, do WP e do Dbase III.

Na visão desta empresa a avaliação do risco inerente é muito importante, já que:

"Quanto melhor for a análise feita, menor será o risco assumido pelas empresas de auditoria. Adicionalmente propicia um me-lhor conhecimento das atividades do cliente".

3. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS COMO TESTE SUBSTANTIVO

Esta empresa inclui no seu exame de Auditoria Procedimentos de Revisão Analítica como teste substantivo. A responsabilidade pela sua aplicação é do Sênior encarregado do trabalho de campo, com a aprovação da gerência e conseqüentemente do Sócio.

Para determinar o grau de confiança a ser depositado na Revisão Analítica Substantiva a empresa se baseia na confiabilidade das informações disponíveis, na análise histórica das contas e na conjuntura econômica do país. Os procedimentos utilizados são: análise de relações e testes de razoabilidade.

O método de análise de relações é mais freqüentemente usado como teste substantivo de contas de Resultado do que em contas de Balanço.

Para as contas relacionados com dados é feito basicamente uma comparação do saldo do ano corrente com o saldo do ano anterior levando-se em conta a inflação, para verificar as flutuações ocorridas. Para as contas com menor probabilidade de conter erros materiais para a auditoria e para contas que tenham menor significado, por exemplo: em Despesas Antecipadas e em muitas contas de despesas individuais este poderá ser o único procedimento aplicado quando estas não apresentarem flutuações anormais. O mesmo procedimento poderá ser utilizado, como base para estimar o saldo provável de uma conta de Resultado, por exemplo: em função da variação apresentada pelo Imobilizado Técnico é estimado o efeito sobre as Despesas de Depreciação.

Para a Demonstração de Resultados e para o Balanço Patrimonial também é feita uma análise vertical com o objetivo de à luz do histórico da empresa e do bom-senso, determinar alguma anormalidade.

Adicionalmente, a metodologia da empresa considera a possibilidade de que o Auditor ao decidir sobre os procedimentos de Revisão Analítica Substantivos apropriados, analise se pode usar qualquer dos procedimentos desse tipo aplicados pelo cliente, tais como as relações que o cliente computa entre os resultados reais e orçados, seus procedimentos para monitorar os principais pressupostos subjacentes ao seu or

çamento (por exemplo preços das matérias-primas e os níveis de produção), e seus procedimentos para identificar os motivos para seus resultados operacionais diferirem dos resultados de seus concorrentes.

Quanto aos Procedimentos de Revisão Analítica aplicados para estimar certos saldos de contas relacionados com julgamentos, já que, muitas vezes os clientes também os usam, a empresa costuma aproveitá-los quando o SCIC dos processos de julgamento for adequado, limitando-se apenas a avaliar a confiabilidade dos dados e a revisar cuidadosamente a razoabilidade do cálculo do Procedimento de Revisão Analítica do cliente e o uso que este faz dele. Na execução do trabalho, isto poderá acontecer, quando por exemplo o cliente calcular sua Provisão para Devedores Duvidosos usando porcentagens históricas de Contas a Receber no fim do ano em relação às contas baixadas como incobráveis no ano anterior. Por outro lado, também poderão ser desenvolvidos Procedimentos de Revisão Analítica de modo a fazer um cálculo independente daquele elaborado pelo cliente.

Os resultados obtidos com os procedimentos anteriores poderão suscitar a decisão de fazer mais testes, dependendo das características das contas analisadas e da variação encontrada.

Embora estes Procedimentos de Revisão Analítica Substantivos não incluam comparações setoriais, nos casos em que a empresa as adota, são utilizados dados disponíveis a partir de publicações.

O método de testes de razoabilidade é aplicado especialmente para as contas de Resultado, com o objetivo de determinar a adequabilidade do saldo evidenciado. Estes procedimentos consistem na combinação de dados financeiros e operacionais através de cálculos matemáticos simples. Algumas das contas que esta empresa costuma estimar e o respectivo teste de razoabilidade executado são mostrados a seguir:

- 1) Contas a Receber em empresas de energia elétrica: número de consumidores residenciais multiplicado pela conta média mensal, desde que (a) a maioria dos clientes pague suas contas em aproximadamente 30 dias e (b) os controles sobre as Contas a Receber sejam eficazes;
- 2) Despesas de Depreciação: montante do Ativo Imobilizado em quantidade de OTNs multiplicado pela taxa de depreciação;
- 3) Despesas de Aluguel: valor do aluguel previsto no contrato multiplicado pelo número de meses a que se refere. Outras variáveis poderão ser incluídas no caso de pagamento de juros por atrasos etc.

O julgamento do Auditor quanto aos testes de razoabilidade também é influenciado pelas características da conta estimada e pela variação encontrada.

Para aplicar este método a empresa não se vale de

serviços de computação.

De maneira geral, a utilização de Procedimentos de Revisão Analítica como testes substantivos é considerada pela empresa bastante vantajosa porque podem auxiliar a melhorar a eficiência, eliminando Testes de Detalhe desnecessários.

4. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS NA FASE DE REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE AUDITORIA

Na fase final da auditoria são executados os Procedimentos de Revisão Analítica definidos pela empresa para serem aplicados às Demonstrações Contábeis do cliente. Com esta revisão procuram detectar anormalidades de última hora, as quais, se constatadas, poderão dar lugar a maiores investigações, dependendo da materialidade e dos riscos envolvidos.

Os principais problemas detectados a partir da aplicação de Procedimentos de Revisão Analítica são comunicados aos clientes verbalmente ou através de carta de recomendações.

Quanto aos problemas de auditoria decorrentes das características operacionais das empresas brasileiras, foi manifestado que a maioria deles está ligada de uma forma genérica às deficiências dos controles internos, comuns a todo tipo de empresa, seja grande ou pequena, com estrutura familiar ou não. No entanto, mencionaram que nestes últimos, a ocorrência de problemas de auditoria é maior.

Em relação à utilização de Técnicas de Revisão Analítica em todas as fases de auditoria, a empresa, dentro de seu programa de treinamento, faz referência ao seguinte:

"O uso potencial das Técnicas de Revisão Analítica em um serviço pode ser virtualmente ilimitado e restrito somente pela experiência, conhecimento e engenho do Auditor; pelo setor ou pelos negócios do cliente; e pelas necessidades do serviço. O Auditor exerce cuidado ao usar as Técnicas de Revisão Analítica, já que seu valor como ferramenta de auditoria depende de sua capacidade para interpretar seus resultados".

EMPRESA "D"

I - CARACTERISTICAS GERAIS

A empresa "D" é de origem nacional, opera no mercado há 12 anos, dedicando-se atualmente à prestação de serviços de auditoria externa, consultoria administrativa/sistemas e consultoria fiscal. Cada uma destas áreas contribui para a formação das Receitas Totais da empresa em 35%, 35% e 30% respectivamente.

Os profissionais que atuam na área de auditoria externa são recrutados mediante processo de seleção. Para tal, a empresa exige que os candidatos sejam estudantes dos cursos de Ciências Contábeis, Economia e Administração, porém, no momento da escolha dos candidatos é dada a preferência aos estudantes de Ciências Contábeis por estar a continuidade da carreira de Auditor obrigatoriamente ligada à conclusão desse curso. Em média, das pessoas recrutadas anualmente, 50% cursam Ciência Contábeis e o restante, Economia ou Administração.

Esta empresa mantém uma política de cargos para o pessoal da auditoria externa que possibilita o desenvolvimento profissional ao longo do tempo utilizando-se dos mecanismos de treinamento interno e acompanhamento da "performance" no trabalho. A estrutura de cargos vigente na empresa e outros fatores a ela relacionados são demonstrados a seguir:

	<u>Requisito</u>	<u>Tempo na empresa</u>
Trainee		—
Assistente		1 ano
Semi-Sênior		2 a 4 anos
Sênior		4 a 6 anos
Supervisor		5 a 8 anos
Gerente	CRC	7 a 8 anos
Diretor	CRC, IBRACON, CVM	—
Sócio (Diretor)	CRC, IBRACON, CVM	—

A avaliação do desempenho no trabalho é feita informalmente pelos executivos da empresa. As pessoas que mantiverem um desempenho suficiente, normalmente são promovidas após a permanência mínima de tempo na hierarquia anterior. Na entrevista foi manifestado que as pessoas com desempenho insuficiente não são demitidas, mas a própria carreira acaba eliminando-as quando constatarem que não foram promovidas no tempo máximo em que a empresa costuma fazê-lo.

O programa de treinamento existente para a área de auditoria é segmentado por nível de categoria profissional, consistindo basicamente no seguinte:

Trainee: quando ingressa na firma, tem treinamento de quatro semanas sobre Contabilidade básica e uma semana de noções de Auditoria. Seis meses depois lhes é ministrado outro curso de duas semanas sobre Auditoria.

Assistente, Semi-Sênior, Sênior e Supervisor: cursos com duração de duas a três semanas sobre Auditoria e Contabilidade.

Gerente e Diretor: (1) seminários sobre assuntos novos. Estes, normalmente são montados para venda ao público e aproveitados internamente; (2) reuniões técnicas e; (3) curso de inglês obrigatório. Este é o único impartido por empresas externas.

O programa de treinamento não inclui Procedimentos de Revisão Analítica. Segundo o entrevistado, já tiveram intenção de preparar cursos para serem incorporados ao treinamento do *staff*, mas, devido à carência de material em português a idéia não foi concretizada. Na atualidade, a discussão dos Procedimentos de Revisão Analítica está restrita aos Gerentes e Diretores da firma.

As Técnicas de Revisão Analítica utilizadas pela empresa, segundo o depoimento, não tiveram por origem nenhum tipo de literatura, elas foram o produto de uma série de questionamentos levantados por Diretores e Gerentes a partir da enorme dificuldade que a empresa estava tendo para competir no mercado com outras firmas de auditoria.

Os problemas de perda de competitividade começaram a sensibilizá-los no momento em que, embora considerando-se de menor porte, perdiam para empresas de grande porte as concorrências de prestação de serviços de auditoria, pelo fato de cobrarem honorários maiores. O anterior, acresci-

do ao período de recessão que enfrentavam em 1982, originou uma reciclagem interna na empresa a nível de Diretores e Gerentes, no sentido de encontrar um caminho que possibilitasse trabalhar mais barato e apresentar para o cliente um Parecer de Auditoria que não estivesse comprometido qualitativamente, isto é, onde não deixassem de cumprir procedimentos básicos de auditoria.

A partir dessa experiência de debater os problemas enfrentados, durante um período maior de seis meses, o grupo chegou à seguinte conclusão:

"Nós precisamos passar a fazer a avaliação das Demonstrações Contábeis do cliente com base nas áreas que podem ser consideradas problemáticas, transferindo o esforço de auditoria para as chamadas áreas de potenciais riscos e reduzindo esses esforços nas áreas onde o risco envolvido é menor e onde não se comprometa o cliente, isto é, não se deixe o cliente a descoberto. Face a isto, todos os trabalhos de auditoria serão precedidos de uma análise crítica do cliente, feita através de diversos instrumentos que denominaremos de análise de risco".

No entanto, foi mencionado ter sido esse processo bastante difícil pelo fato de grande parte dos executivos da empresa serem oriundos de firmas de auditoria de origem estrangeira, nas quais, há muitos anos assimilaram padrões antigos de auditoria que conduziam à aplicação de um procedimento de auditoria somente para cumprir com uma norma e não necessariamente porque estivessem relacionados com a análise de riscos.

Após a decisão de mudar a metodologia de trabalho e definir os meios de como fazê-lo, a empresa constatou, através de conversas mantidas por um dos seus Diretores com outros profissionais de auditoria dos EUA, que nesse país estavam adotando a mesma metodologia e que as

técnicas utilizadas eram denominadas de Revisão Analítica.

A implementação dos Procedimentos de Revisão Analítica começou a ser feita em 1984, mas, ainda não foi concretizada. O motivo alegado é que a empresa reconhece a dificuldade de alguns executivos mudarem, em curto prazo, a sua forma ortodoxa de pensar a auditoria.

Os Procedimentos de Revisão Analítica que a empresa vem usando no exame das Demonstrações Contábeis tem como objetivo primordial, a prestação de serviços a preços mais reduzidos para tornar-se mais competitiva no mercado, porém, há objetivos intermediários, ligados às diferentes fases em que a empresa os aplica:

- 1) Análise de riscos: tem como objetivo detectar as áreas de riscos potenciais e com base nisso e na avaliação do SCIC, determinar o escopo de auditoria;
- 2) Teste de saldos. Para obter um maior grau de segurança a respeito da razoabilidade dos saldos de determinadas contas das Demonstrações Contábeis;
- 3) Na conclusão do trabalho com objetivo de formar a opinião da auditoria.

Algumas das atividades pertinentes à Auditoria,

são executadas com o auxílio do computador, utilizando os equipamentos do cliente. Esta atividade está limitada à realização de testes em clientes que usam exaustivamente a computação, em especial, quando os sistemas são integrados.

Nesta empresa, já houve intenções de usar o microcomputador na execução de outras tarefas de auditoria. Para tal, foi montada uma experiência-piloto para elaborar os papéis de trabalho de um cliente, utilizando um *software* importado e um microcomputador tipo PC (de propriedade da empresa e destinado ao processamento da sua contabilidade) que foram levados até as instalações do cliente. Esta experiência não teve continuidade pelos seguintes motivos alegados:

- 1) necessidade de trienar a equipe; e
- 2) que nem todos os clientes possuem equipamento disponível para uso do Auditor.

No entanto, a empresa tem planos de utilizar intensivamente microcomputadores nas tarefas de auditoria dentro de cinco a seis anos, especialmente, pela grande diversidade de *softwares* que existem no mercado internacional para essa finalidade. Também, foi enfatizado que a concretização deste plano está condicionada ao fato de que no Brasil, sejam desenvolvidos microcomputadores compactos, bastante portáteis e de fácil transporte.

Os *softwares* que a empresa possui são basicamente os seguintes:

- . Dois pacotes importados para teste de informações dentro do sistema e um para fazer papéis de trabalho de auditoria.
- . Programas desenvolvidos na empresa para testar coisas específicas no sistema de alguns clientes.

II. TECNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA

1. CÁLCULO DO RISCO DE AUDITORIA

Esta empresa faz a avaliação do Risco de Auditoria para efeitos de planejamento, definindo-o através dos termos baixo, alto ou moderado. A mesma é documentada no papel de trabalho denominado de análise de risco.

Na avaliação do Risco de Auditoria são incluídos dois elementos: risco inerente e risco do SCIC. O risco inerente é classificado por área das Demonstrações Contábeis detalhando-o para cada conta, em função dos problemas potenciais que o auditor detectar. O risco do SCIC é determinado por área com base na qualidade e observância dos controles existentes no cliente, fazendo uso de questionários. As falhas decorrentes dos Testes de Detalhe e da Revisão Analítica Substantiva não são avaliadas, mas, os resultados com eles obtidos são analisados para avaliar a suficiência do enfoque de auditoria.

A responsabilidade pela avaliação do Risco de Auditoria é do Gerente e do Diretor responsável pelo serviço. Normalmente o Gerente faz a avaliação do risco e o Diretor a homologa, mas, em clientes novos, complexos quanto ao seu tamanho, operações etc, ou em clientes antigos problemáticos, o Sócio delega algumas tarefas para o Gerente e outras são executados diretamente por ele. O perfil destes profissionais é aquele necessário para fazer jus ao cargo e conhecimento sobre o ramo e os negócios do cliente.

Quanto a definição da extensão em que os testes de auditoria substantivos serão executados é levada em conta a avaliação do Risco de Auditoria e a materialidade das contas. O escopo planejado é absolutamente dependente dos responsáveis pelo contrato, considerando apenas, que este será diretamente proporcional à avaliação do Risco de Auditoria.

Na prestação de serviços de auditoria, esta empresa assume qualquer Risco de Auditoria, desde que seja possível executar o trabalho, pois, o risco é transformado em horas de serviço.

Para avaliar este risco em clientes antigos, a empresa utiliza a estratégia descrita a seguir:

- 1) Análise do tipo de risco que o cliente apresenta em função do seu histórico com o objetivo de indicar os responsáveis pela avaliação

do Risco de Auditoria;

- 2) Revisão dos problemas de Auditoria e Contabilidade identificados no ano anterior com o objetivo de identificar onde potencialmente os trabalhos devem ter mais atenção. Problemas de Auditoria são fatores de execução de procedimentos, problemas de Contabilidade são os erros inconscientes ou propósitos cometidos pelo cliente;
- 3) Entrevista com os principais executivos do cliente;
- 4) Análise global das Demonstrações Contábeis com o objetivo de determinar contas significativas e analisar riscos;
- 5) Estudo e avaliação dos novos procedimentos de controle interno ou dos que sofreram modificações;
- 6) avaliação dos controles internos já levantados e conhecidos;

Em clientes novos a estratégia utilizada é a seguinte:

- 1) Análise do tipo de risco que o cliente apre-

sentada em função da sua complexidade com o objetivo de escolher os responsáveis por essa avaliação;

2) Revisão das Demonstrações Contábeis de anos anteriores, pelo menos a do último ano, com o objetivo de conhecer o cliente;

3) Entrevistas com os principais executivos do cliente para conhecer a empresa sob o ângulo das pessoas que não vivem sob o ângulo da Contabilidade. Para justificar tal postura, o entrevistado comentou:

"a educação do Auditor de Parecer é voltada para o Contábil, ou seja, para as Demonstrações Contábeis, quando na verdade a Contabilidade é um registrador final das coisas que já aconteceram. Então nós partimos com base nisso, para a adoção de uma postura um pouco diferente, em relação a essa educação convencional que nós tivemos... para analisar riscos é necessário conhecer as fontes porque são estas que dão o "input" para a Contabilidade registrar";

4) Análise global das Demonstrações Contábeis com o objetivo de determinar contas significativas e analisar riscos;

5) revisão dos papéis de trabalho do Auditor Predecessor quando justificado por assuntos específicos relevantes;

6) Estudo e avaliação do SCIC.

A partir destas estratégias procuram determinar o escopo de testes substantivos para cada conta das Demonstrações Contábeis.

Esta empresa já rejeitou proposta de prestar serviços de auditoria a clientes novos, por falta de capacidade física para atendê-los.

2. PROCEDIMENTOS DE REVISAO ANALITICA QUE FAZEM PARTE DA ANALISE DE RISCO DE AUDITORIA

Para classificar o risco inerente esta empresa avalia através de Técnicas de Revisão Analítica o risco operacional, o risco financeiro, o risco de mercado e os controles organizacionais.

Ao avaliar o risco operacional considera em primeiro lugar o efeito que as legislações vigentes podem ter sobre o cliente. A prioridade dada a este item se deve a dois fatores:

- 1) às mudanças constantes na legislação; e
- 2) à falta de atualização profissional dos Contadores de grande parte dos clientes.

Em segundo lugar são analisados outros aspectos de caráter legal, tentando verificar inclusive, se o cliente tem algum tipo de restrição em virtude de compromissos assu-

midos com terceiros.

Também, são efetuadas entrevistas com o diretor da área de vendas e o diretor da área industrial. A entrevista com o primeiro visa conhecer as políticas de vendas, questões de desenvolvimento e problemas de produto, assim como problemas de mercado. A partir desta entrevista, a empresa tem descoberto problemas que a própria Contabilidade do cliente não estava registrando, como é o caso de produtos obsoletos. Com o diretor industrial, no início, procuravam conhecer melhor o cliente, no entanto, obtiveram excelentes retornos a respeito de custo, possibilitando-lhes conhecer como o custo do cliente é formado fisicamente. Com base nisso, às vezes tem-se levantado dúvidas a respeito da adequação do sistema de custo à realidade da linha de produção.

Adicionalmente a empresa analisa o desempenho do cliente em termos de lucratividade a partir de: (1) comparações entre as Demonstrações Contábeis do período corrente e a de anos anteriores para analisar o comportamento do patrimônio do cliente; (2) análise da tendência dos seguintes índices para os últimos cinco anos: retorno sobre o Patrimônio Líquido, retorno sobre Investimentos.

Quando as análises anteriores denotarem risco de continuidade, procedem com a comparação da lucratividade do cliente com a de todas as empresas do mesmo ramo para os últimos quatro ou cinco anos.

Em relação à análise de lucratividade acrescentaram que, há um tempo atrás, utilizavam o termômetro de Kanitz especialmente em clientes novos. Este deixou de ser usado devido a problemas relacionados à sua interpretação.

Quando através da análise de risco operacional constatam problemas de continuidade no cliente, a empresa procura saber junto a este, quais as providências que está tomando para superar a situação. Finalmente, com base no conjunto de informações reunidas através dos procedimentos descritos e nos fatos subsequentes à execução da auditoria, a empresa poderá ou não emitir um Parecer com ressalva à continuidade.

Na avaliação do risco financeiro a empresa usa o método de previsão de falência e o método de desastre financeiro utilizando a abordagem de indicadores-chave e a fundamentalista, da seguinte forma:

Em primeiro lugar são utilizados os índices de liquidez corrente, seca e total. A seguir usam os seguintes indicadores-chave, independentemente da qualidade dos índices: grande quantidade de atraso nos pagamentos (especialmente impostos), títulos em protesto e composição das dívidas levando-se em conta o vencimento das mesmas e o prazo de realização dos Ativos.

Quando a análise de indicadores-chave detectar potencialidade de problemas financeiros, a empresa procede à análise da evolução dos índices de liquidez, atividade e lucrara

tividade para o período de 4 a 5 anos e se disponível, é analisado o fluxo de caixa. Também, estabelecem comunicação com o(s) Advogado(s) do cliente. Com estes procedimentos objetivam obter uma melhor base para julgamento, mas, se o risco financeiro for constatado com os indicadores-chave, estes não são executados.

O termômetro de Kanitz também, foi utilizado para avaliar o risco financeiro dos clientes.

Para melhorar a eficiência dos métodos de previsão de falência e previsão de desastre financeiro, esta empresa somente faz um expurgo de contas nas Demonstrações Contábeis. Mencionaram ainda, que não tomam a iniciativa de colocar as Demonstrações Contábeis em valores da data base, já que os honorários cobrados não comportam esse custo.

A análise de risco de mercado feita pela empresa está voltada para analisar o cumprimento da sociedade em relação às normas das empresas de capital aberto.

Por outro lado, a abordagem de auditoria não contempla a tentativa de analisar a possibilidade da administração do cliente de cometer irregularidades - as fraudes descobertas têm sido acidentais. A justificativa dada é a de que o trabalho ficaria muito oneroso e provavelmente cliente nenhum o pagaria.

quanto aos controles organizacionais do cliente, estes são analisados e avaliados de forma menos detalhada que o SCIC.

Todas as análises anteriores influenciam a extensão dos testes substantivos a serem executados ou poderão levar à escolha de procedimentos específicos para problemas localizados.

A avaliação global do risco inerente é operacionalizada da seguinte forma: no memorândum de risco são relacionados as Demonstrações Contábeis do ano corrente, nas quais, é aplicada, uma análise vertical para determinar as contas e grupos de contas significativas. Depois, são relacionados todos os achados em função da aplicação dos outros Procedimentos de Revisão Analítica, seguindo o formato das Demonstrações Contábeis. Entretanto, a empresa não dispõe de nenhum roteiro para orientar as entrevistas realizadas ou os outros tipos de procedimentos a serem executados.

Conforme mencionado pelo entrevistado, não é utilizado nenhum tipo de *software* para efetuar a análise do risco inerente.

As vantagens e desvantagens que a empresa tem sentido em relação à análise do risco inerente estão refletidas neste comentário:

"Ao avaliar o risco inerente, nós temos tornado o trabalho mais inteligente e como decorrência isso o torna mais econômico em alguns casos ... às vezes nós acabamos descobrindo, ao fazer essa análise, que não podíamos reduzir as horas do cliente, tínhamos até que aumentá-las ... quanto às desvantagens nos citaríamos a dificuldade de dar treinamento sobre os instrumentais que usamos para avaliá-los, pois, para aplicá-los efetivamente a experiência é básica e requer bom senso, e isso não se transfere".

3. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS COMO TESTE SUBSTANTIVO

Esta empresa inclui no seu programa de auditoria Procedimentos de Revisão Analítica como testes substantivos. O responsável pela sua aplicação é o Sênior encarregado do trabalho de campo, conforme aprovação do Gerente e do Sócio.

O grau de confiança depositado nestes procedimentos está intimamente relacionado com a previsibilidade da conta ou da relação, tendo em vista os dados utilizados e o comportamento histórico das mesmas. Os Procedimentos de Revisão Analítica utilizados pela empresa são: análise de relações e testes de razoabilidade.

O método de análise de relações é usado principalmente para a Demonstração de Resultados com o objetivo de detectar alguma anormalidade nos saldos das contas. É aplicado às contas que estão relacionadas historicamente e mantêm um comportamento linear. As relações mais usadas são: Custos das Mercadorias Vendidas/Vendas, Encargos de Salários/Salários, Despesas de Vendas/Vendas, etc. Estes procedimentos abrangem uma análise comparativa mês a mês.

Ainda em relação a este método a empresa efetua comparações mensais entre os valores das Demonstrações Contábeis do ano corrente com os do ano anterior, levando em conta a inflação.

Os resultados obtidos com os métodos anteriores poderão dar lugar a investigações profundas através de outros procedimentos. Esta decisão é tomada em função da característica da conta examinada à luz da variação encontrada.

Na aplicação destes procedimentos não são utilizados dos serviços de computação.

Embora, o uso de análise de relações como teste substantivo não abranja comparações setoriais, nos casos em que são incluídas, os dados em que se baseiam consistem em Balanços publicados no mercado.

O método de testes de razoabilidade é aplicado com o objetivo de formar sentimento a respeito da razoabilidade de saldos que constam na Demonstração de Resultados. Para tal, são identificados os dados que possam ser combinados de forma a poder estimar o valor de uma conta, com base somente, em cálculos simples, fazendo uso das operações matemáticas básicas.

Algumas das contas estimadas e o respectivo procedimento utilizado, são mostradas a seguir:

- 1) Folha de Pagamento. (Quantidade de OTN's da Folha de Pagamento do mês 1 (hum) multiplicado por 13);
- 2) Comissões de Vendas. (Total das Vendas multiplicado pela percentagem média paga em comissão).

As decisões tomadas a partir dos resultados obtidos da aplicação de testes de razoabilidade são influenciadas pelos mesmos fatores mencionados para a análise de relações.

Na execução de testes de razoabilidade não são utilizados serviços de computação.

Esta empresa considera que as Técnicas de Revisão Analítica Substantiva somente têm vantagens, em especial, os testes de razoabilidade. Este teste é o mais utilizado por ser o que lhes dá maior segurança em relação a saldos de contas, uma vez que o restante dos testes são feitos por amostragem.

4. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS NA FASE DE REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE AUDITORIA

Na fase final da auditoria é feito um recálculo de índices quando existe algum fato que preocupe, caso contrário, somente procedem à comparação da análise de risco inicial com os resultados dos procedimentos com o objetivo de

formar a opinião de auditoria. Ocasionalmente é feita uma com paração visual entre os saldos das contas das Demonstrações Contábeis pré-auditoria e pós-auditoria para verificar se hou ve alguma mudança significativa.

Os principais problemas detectados através da apli cação dos Procedimentos de Revisão Analítica em todas as fa ses da auditoria, tais como continuidade, provisões não cons- tituídas, pendências judiciais não conhecidas, etc., são dis- cutidos com o cliente e comunicados formalmente através da carta de recomendações, ou caso não sejam resolvidos, através do Parecer de Auditoria.

Segundo a empresa, as entrevistas com os princi- pais executivos do cliente têm sido muito ricas a nível de po der contribuir com sugestões para o cliente, no sentido de que estes possam utilizar a Contabilidade como instrumento de tomada de decisão. Adicionalmente foi mencionado que muitas sociedades limitadas, de capital fechado e similares, contra- tam os seus serviços de auditoria por causa do subproduto que fornecem.

De forma geral, a experiência de trabalho ~~tem~~-lhes mostrado que as características operacionais do cliente que mais propiciam problemas de auditoria, em ordem de importân- cia, são as seguintes:

- 1) a falta de atualização das empresas de médio e pequeno porte em relação às alterações da legislação. Este problema é atribuído às empresas porque consideram que ao Contador é dado um conjunto de atribuições bastante grande que o impedem de se atualizar;
- 2) a falta de definição de procedimentos e políticas administrativas e contábeis;
- 3) a estrutura familiar não-profissionalizada. Segundo o depoimento esta característica não é operacional, mas, levada para o ambiente da empresa interfere no operacional ao misturar-se aos aspectos pessoais os profissionais acarretando diversos desmandos que acabam gerando erros e incompetência.

Finalmente, em relação à utilização de Técnicas de Revisão Analítica nas diversas fases da auditoria, foi comentado que com a análise de risco estão obtendo excelentes resultados e que a tendência é enfatizar sua utilização, assim como, usar no futuro procedimentos que se utilizem de uma base quantitativa forte com o auxílio de microcomputadores.

EMPRESA "E"

I. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Trata-se de empresa de origem nacional radicada no Brasil há aproximadamente 51 anos. Dedicase na atualidade à prestação de serviços de auditoria externa e consultoria fiscal, sendo a contribuição destes para a formação da Receita Total da firma, em torno de 90% a 10% respectivamente.

Os profissionais lotados na área de auditoria externa são recrutados através de processo de seleção, sendo exigido que estejam cursando o segundo ou terceiro ano do curso de Ciências Contábeis. Há aproximadamente quatro anos atrás, também eram contratados estudantes dos cursos de Economia e Administração desde que se comprometessem a posteriormente cursarem Ciências Contábeis, mas, segundo o depoimento, esta prática acabou, já que, comprovaram ao longo do tempo que depois de formados não se interessavam em obter o bacharelado em Ciências Contábeis.

Para o pessoal lotado na área de auditoria existe uma política de cargos que se utiliza dos mecanismos de treinamento interno e avaliação da performance no trabalho de cada profissional. A estrutura de cargos vigente na empresa e outros fatores com esta relacionados são demonstrados a seguir:

	<u>Requisito</u>	<u>Tempo na Empresa</u>
Trainee		-
Auxiliar		1 ano
Assistente		2 anos
Sênior		3 anos
Supervisor		5 a 6 anos
Gerente	CRC	7 a 9 anos
Diretor	CRC, IBRACON, CVM	-

A empresa utiliza um sistema de avaliação formal para medir o desempenho do *staff* no campo. O Sênior avalia as categorias inferiores à dele, o Supervisor avalia o Sênior, que por sua vez é avaliado pelo Gerente. Todas estas avaliações são feitas através do preenchimento de questionários, a cada trabalho efetuado. As mesmas vão sendo arquivadas na pasta de cada profissional para posteriormente servirem de base à tomada de decisões sobre promoções, demissões ou permanências no cargo. Estas decisões são tomadas em reunião especial, da qual participam Gerentes, Diretores e Sócios. Por outro lado, foi manifestado, que os Gerentes da firma poderão ser promovidos ao cargo de Diretor a critério dos Sócios, que são basicamente, pessoas da família.

O programa de treinamento para o pessoal lotado na área de auditoria externa é fornecido anualmente. Este inclui os seguintes tópicos por categoria:

Trainee, Auxiliar e Assistente: Módulos 1, 2, e 3 sobre Contabilidade, Auditoria e aspectos fiscais, respectivamente.

Sênior e Supervisor: Questões avançadas sobre Contabilidade, Auditoria e aspectos fiscais. Porém, a ênfase é dada aos ensinamentos que visam capacitá-los a administrar o trabalho de campo.

Gerentes, Diretores e Sócios: Assuntos técnicos novos. O treinamento se processa a partir de debates com participação das três categorias.

O treinamento geral da área de auditoria inclui Procedimentos de Revisão Analítica. Esta matéria é ministrada às categorias de Trainee até Sênior, diferenciando-se a mesma quanto ao grau de aprofundamento. Foi enfatizado, no entanto, que para a empresa a Revisão Analítica consiste "no estudo do sistema de controle interno através de fluxograma para poder avaliar o seu grau de eficiência e com base nisso diminuir ou aumentar os testes de procedimentos"*.

Os Procedimentos de Revisão Analítica atualmente utilizados são oriundos de outra empresa de auditoria de origem estrangeira com a qual formara sociedade há cerca de 20 anos. Nesta mesma época ocorreu a implementação destes e outros procedimentos de auditoria a fim de atender às determinações da associada estrangeira, no entanto, tais procedimentos precisaram ser adaptados às necessidades do Brasil. Anos depois, a sociedade foi dissolvida, mas a empresa ainda conti-

*Para atender aos objetivos desta pesquisa todas as referências feitas pela empresa sobre as Técnicas de Revisão Analítica, seguem as considerações explícitas no questionário.

nua usando as práticas que lhe foram transferidas. Os Procedimentos de Revisão Analítica são usados pela empresa para atender a dois objetivos técnicos:

- 1) Adquirir conhecimento sobre questões que possam afetar o cliente;
- 2) Validar os saldos das Demonstrações Contábeis de maneira mais rápida quanto os seus resultados não apresentarem grandes discrepâncias.

Na prestação de serviços de auditoria a empresa utiliza os serviços de computação do cliente e os de outra empresa de consultoria que pertence à mesma família proprietária desta empresa de auditoria. Estes serviços somente são utilizados quando os clientes têm a sua Contabilidade integrada em computador, ocasião em que os trabalhos são efetuados com a participação das duas empresas.

Os *softwares* utilizados em auditorias fazem parte do patrimônio da empresa de consultoria e os mesmos consistem tanto de programas adquiridos no exterior como desenvolvidos internamente, para testar a segurança do sistema do cliente. Também possuem vários programas desenvolvidos internamente para serem comercializados, dentre os quais figuram: correção integral completa e simplificada, análise financeira etc..

II. TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA

1. CALCULO DO RISCO DE AUDITORIA

O Risco de Auditoria é avaliado pela empresa para efeito de planejamento sendo definido através dos termos: alto baixo ou normal. Esta avaliação é documentada no memorândum de planejamento.

Na avaliação do Risco de Auditoria a empresa somente considera os problemas ligados ao sistema de controle interno contábil, mas, procura informar-se sobre aspectos que dizem respeito ao risco inerente, embora isto não influencie o escopo do trabalho de campo a ser executado. O risco do SCIC é avaliado por área com base nos fluxogramas e questionários levantados.

A responsabilidade pela avaliação deste risco é do Sênior, do Gerente e do Diretor de cada serviço. Além dos requisitos que cada um destes profissionais deve preencher para fazer jus ao cargo, detêm conhecimentos sobre o cliente, por tê-los sob sua responsabilidade durante muitos anos.

A extensão em que os testes de auditoria substantivos serão aplicados, depende da avaliação do SCIC segundo critério dos responsáveis pelo serviço, levando em conta a materialidade.

Na prestação de serviços de auditoria externa esta empresa costuma assumir qualquer risco desde que o cliente não seja mal conceituado no mercado. A implicação que haveria em auditar um cliente que apresente um alto Risco de Auditoria seria a aplicação de um volume maior de testes.

O Risco de Auditoria é avaliado em clientes antigos conforme a seguinte estratégia:

- 1) revisão da pasta permanente para identificar o histórico de erros do cliente;
- 2) considerar questões de atualidade relacionadas ao cliente;
- 3) estudo e avaliação do SCIC dirigido para as áreas em que se processou alguma modificação.

Ao auditar clientes novos a estratégia empregada para avaliar o Risco de Auditoria é a seguinte:

- 1) revisão do Parecer e carta de recomendações emitidos pelo Auditor Anterior. mencionaram ainda, que no passado solicitavam os papéis de trabalho do Auditor Anterior, mas que decidiram não mais fazê-lo em virtude da falta de cooperação de algumas firmas de auditoria. A empresa acredita que os motivos para essas negativas se encontram na possível interpretação de que na solicitação dos papéis de trabalho

esta implícita alguma desconfiança quanto à qualidade do serviço prestado, já que, é de se esperar que os problemas graves do cliente sejam mencionados no Parecer, ou caso contrário na carta de recomendações;

- 2) considerar questões de atualidade relacionadas ao cliente;
- 3) estudar e avaliar o SCIC do cliente.

As estratégias anteriores objetivam determinar a quantidade de testes a serem executados em cada área.

Esta empresa já rejeitou proposta de prestar serviços de auditoria em clientes novos devido a imagem que têm no mercado. Para isto a empresa se baseia em notícias publicadas em jornais.

2. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA QUE FAZEM PARTE DA ANÁLISE DO RISCO DE AUDITORIA

Esta empresa faz algumas considerações sobre o risco inerente, não chegando porém, a avaliar a possibilidade de que possa causar inexatidões nas Demonstrações do cliente. Os riscos considerados são: o risco operacional, o risco financeiro, o risco de mercado e os controles organizacionais.

Em relação ao risco operacional, procuram estar informados sobre as leis que afetam aos clientes. Para tal

a empresa conta com a área de impostos que prepara resumos sobre esta matéria e os envia ao Diretor e Gerente responsáveis por cada carteira de clientes.

Também é feita uma leitura diária dos jornais, especialmente da parte econômica, a fim de obter informações sobre a tendência dos diversos setores da economia.

Mencionaram também, que nas reuniões periódicas com a diretoria do cliente poderão surgir questões relacionadas às suas características operacionais, não se traduzindo porém numa análise. Os pontos discutidos são registrados em ata e anexados aos papéis de trabalho.

Nos casos em que for detectado que as características operacionais indicam problemas de continuidade, é convocada uma reunião com o cliente para alertá-lo e indagar sobre as medidas que estão sendo tomadas para reverter a situação. Finalmente, com base em outros fatores e em fatos subsequentes à auditoria, poderá ser emitido um Parecer com Ressalva à Continuidade.

As considerações sobre o risco financeiro são feitas pela empresa através da utilização de indicadores-chave denominados de *going concern*. Para tal, o Gerente ou Diretor faz uma leitura criteriosa do Balanço para identificar:

. dívidas mais altas que os recebíveis;

- . Prejuízos Acumulados que estão corroendo o Patrimônio Líquido;
- . pagamento de fornecedores fora do prazo.

Esta empresa não tem nenhum procedimento destinado a melhorar a eficiência das considerações feitas com o uso de indicadores-chave quando o cliente elabora os Relatórios Contábeis em Valores históricos.

As considerações feitas sobre o risco de mercado dizem respeito à preocupação da empresa em conhecer toda a normatização relativa às sociedades de capital aberto para poder conduzir o cliente ao seu efetivo cumprimento.

A possibilidade de que a administração do cliente pratique fraudes não é levada em consideração por esta empresa, porque partem do pressuposto que todos os clientes que aceitam auditar são honestos.

Em relação aos controles organizacionais do cliente, se existir algum risco devido à falta de treinamento dos funcionários, ou ausência de rodízio, sobretudo do pessoal que lida com valores etc., são feitas algumas sugestões ao cliente. Entretanto, os erros potenciais que estas deficiências podem ocasionar não são avaliados por considerarem que qualquer erro aparece nos testes.

Nenhuma das considerações anteriores influenciam as decisões sobre o escopo dos testes substantivos a serem

aplicados. Os problemas de continuidade detectados poderão dar lugar a uma ressalva no Parecer.

As considerações sobre o risco inerente são feitas pelo Gerente ou Diretor. Mas, segundo o depoimento, isto é muito subjetivo uma vez que:

"cada gerente é uma cabeça, um julgamento isolado... não temos nenhum parâmetro, nem técnica fixada".

Os riscos detectados, normalmente não são documentados. Quanto às reuniões com a Diretoria, estas ficam registradas em ata e acontecem somente quanto for observado algum problema. Adicionalmente, mencionaram que o cliente as vezes solicita reuniões para discutir problemas relacionados à concorrência etc..

Para efetuar as considerações sobre o risco inerente não são utilizados serviços de computação.

Quanto as vantagens e desvantagens destas considerações sobre o risco inerente, mencionaram que:

"são de fundamental importância porque permitem visualizar uma série de coisas sem precisar de reunião, mas as reuniões com a diretoria são prudentes para as auditorias, no intuito de colher informações, trocar idéias e para eles sentirem que o Auditor está interessado. No entanto, o trabalho normal sempre é executado em qualquer cliente".

3. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS COMO TESTE SUBSTANTIVO

Na prestação de serviços de auditoria são utilizados Procedimentos de Revisão Analítica como teste substantivo. Estes são aplicados pelo Assistente ou o Sênior em cada área, conforme planejado pelo Gerente e Diretor do serviço.

O grau de confiança depositado na Revisão Analítica Substantiva depende do risco apresentado pelo SCIC. A empresa utiliza dois tipos de procedimentos: análise de relações e testes de razoabilidade.

A análise de relações é usada somente na Demonstração de Resultados. Para tal é feita uma análise das flutuações ocorridas no ano corrente em relação ao ano anterior, detalhando-as inclusive, a nível mensal, para observar a evolução das contas no exercício, e em relação ao mês similar do ano anterior. Nesta análise é excluído o efeito inflacionário. Adicionalmente é feita uma análise vertical para a Demonstração de Resultados do ano corrente, comparando-a com as dos últimos dois anos.

Em função dos resultados obtidos a partir dos procedimentos anteriores poderão ser executados outros procedimentos de auditoria dependendo da conta analisada e a correspondente flutuação apresentada, segundo o critério do Auditor.

Ao aplicar a análise de relações a empresa não usa serviços de computação nem efetua comparações setoriais.

O método de testes de razoabilidade é bastante usado por esta empresa para avaliar a adequabilidade dos saldos de algumas contas da Demonstração de Resultados. Estes testes consistem na elaboração de estimativas pelo Auditor a respeito do saldo de algumas contas, a partir da combinação de dados financeiros e operacionais a serem comparadas aos respectivos saldos apresentados pelo cliente. As estimativas são feitas através de cálculos simples utilizando-se das operações matemáticas básicas. Dentre as contas testadas desta forma figuram: Despesas de Depreciação, Aluguel, Encargos com a folha de pagamento, conta de luz etc..

Em função dos resultados obtidos a partir dos testes de razoabilidade poderão ser tomadas outras decisões a critério do Auditor, dependendo da conta analisada e da diferença encontrado.

Para executar os testes de razoabilidade não utilizam serviços de computação.

Esta empresa considera os Procedimentos de Revisão Analítica substantivos bastante vantajosos porque ajudam a localizar problemas rapidamente e com base nos seus resultados pode ser omitido o exame documental de certas contas.

4. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS NA FASE DE REVISÃO FINAL

Esta empresa não aplica nenhum procedimento de Revisão Analítica na fase final da auditoria.

Os problemas detectados a partir das Técnicas de Revisão Analítica que a empresa usa são comunicados somente no Parecer nos casos em que a continuidade do cliente esteja afetada.

Em relação às características operacionais das empresas brasileiras que mais propiciam problemas de auditoria foi mencionado que:

- 1) as empresas ligadas ao Estado do Rio de Janeiro apresentam muitos problemas de auditoria devido a omissões, negligência e falta de interesse dos funcionários. Adicionalmente mencionaram que provavelmente isto ocorre por causa do plano de cargos e salários vigente nessas empresas, o qual, não leva em conta o bom ou mau desempenho do funcionário;
- 2) falta de atualização das empresas sobre a legislação vigente. Manifestaram ainda o seguinte:

" Existe uma grande dependência dos clientes em relação à solução de problemas Contábeis... mas isto, não pode ser considerado por nós como uma deficiência do técnico, porque para nós é fácil acompanhar a legislação. Esta quando sai hoje a gente já está sabendo há muito tempo. Também o Contador fica tão envolvido com a Contabilidade que não está tão atualizado quanto o Auditor.

O comentário feito em relação à utilização das Técnicas de Revisão Analítica nas diversas fases de auditoria é o descrito a seguir:

"Nos gostaríamos de sempre melhorar a nossa qualidade técnica do trabalho... gostaríamos que tudo funcionasse conforme está aí nessas perguntas do questionário, gostaríamos de aplicar isso na íntegra, mas infelizmente, aqui no Brasil não dá para fazer, devido à especulação exagerada do mercado. Existem diversos índices que afetam as Demonstrações Contábeis, e às vezes nem podem ser considerados porque as empresas os desobedecem, como é o caso do CIP. Adicionalmente, em relação à análise de relações que nós fazemos, agora, com a correção integral, vai ser uma beleza".

CAPÍTULO V

ANÁLISE DOS RESULTADOS

V.1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS EMPRESAS DE AUDITORIA

O quadro nº 1 apresenta um sumário das características gerais das empresas.

Das cinco empresas pesquisadas, três ("A", "B" e "C") são de origem estrangeira e duas ("D" e "E") são nacionais. O tempo que estas empresas atuam no mercado brasileiro, com exceção de duas, apresenta-se bastante variável, sendo que a mais nova, com 12 anos, é nacional; outras duas de origem estrangeira têm 27 e 30 anos e; as mais antigas são, uma de origem nacional e outra de origem estrangeira com 51 e 70 anos respectivamente.

Os dados relativos aos tipos de serviços prestados mostram que as empresas "A", "B", "C" e "D" são altamente diversificadas. A empresa "E" somente opera nas áreas de audiditoria externa e consultoria fiscal. Em todas as empresas, são os serviços de auditoria externa os que mais contribuem para a formação de suas receitas. Em segundo lugar, embora não muito distanciada da consultoria fiscal aparece a consultoria de sistemas. Percebe-se, assim, uma grande demanda de serviços de consultoria de sistemas por parte das empresas brasileiras, provocada talvez, pela crescente utilização de computadores no processamento das informações.

QUADRO Nº 1
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS EMPRESAS

EMPRESAS CARACTERÍSTICAS	A	B	C	D	E
1. ORIGEM	ESTRANGEIRA	ESTRANGEIRA	ESTRANGEIRA	NACIONAL	NACIONAL
1.1 Tempo de Atuação	70 ANOS	27 ANOS	30 ANOS	12 ANOS	51 ANOS
2. TIPOS DE SERVIÇOS PRESTADOS	Auditoria Ext. 65% Consult. Adm. 3% Consult. Sist. 14% Consult. Fiscal 15% Avaliação e "Merger" 3%	Auditoria Ext. 45% Cons. Adm./Fin. 5% Cons. Sistemas 20% Consult. Fiscal 20% Aval. p/compra 10%	Auditoria Ext. 65% Consult. Administ. 35% Consult. Sist. 35% Consult. Fiscal	Auditoria Ext. 35% Consult. Adm./Sist. 35% Consult. Fiscal 30%	Auditoria Externa 90% Consult. Fiscal 10%
3. QUALIFICAÇÃO DO AUDITOR	No início da carreira, estudantes do 1º ao 3º ano dos cursos de: Contabilidade 90% Adm. e Economia 10%	No início da carreira estudantes de: Contabilidade 40% Administração 10% Economia 30% Outras áreas 20%	No início da carreira estudantes de: Contabilidade 70% Administração 20% Economia 10%	No início da carreira estudantes de: Contabilidade 50% Administração e Economia 50%	No início da carreira estudantes do 2º a 3º ano de: Ciênc. Contábeis 100%
3.1 Política de Cargos	Utiliza sistema formal de avaliação de desempenho para o "staff" Categoria Anos na Empresa Trainee - Júnior 1 Semi-sênior 2 Sênior 4 Gerente=CRC 7 a 8 Diretor (Sócio)	Utiliza sistema formal de avaliação de desempenho para o "staff" Categoria Anos na Empresa Trainee - Assistente 1 Semi-sênior 2 a 3 Sênior 4 a 6 Supervisor 7 a 9 Gerente=CRC 10 a 12 Gerente-sênior 12 a 14 Diretor (Sócio)	Utiliza sistema formal de avaliação e de desempenho para o "staff" Categoria Anos na Empresa Auxiliar B - Auxiliar A 1 Assistente B 2 Assistente A 3 Supervisor B 4 Supervisor A 5 Gerente=CRC 6 a 8 Superintend. 8 a 12 Diretor (Sócio)	Utiliza sistema informal de avaliação de desempenho Categoria Anos na Empresa Trainee - Assistente 1 Semi-sênior 2 a 4 Sênior 4 a 6 Supervisor 5 a 8 Gerente=CRC 7 a 8 Sócio (Diretor)	Utiliza sistema formal de avaliação de desempenho para o "staff" Categoria Anos na Empresa Trainee - Auxiliar 1 Assistente 2 Sênior 3 Supervisor 5 a 6 Gerente=CRC 7 a 9 Diretor
4. PROGRAMA DE TREINAMENTO	Política de Treinamento Permanente incluindo Revisão Analítica Para o "staff": Contabilidade e Auditoria Para os Executivos: assuntos técnicos de atualidade, administração, "marketing", desenvolvimento da firma, reunião anual dos sócios a nível nacional e internacional	Política de Treinamento Permanente incluindo Revisão Analítica Para o "staff": Contabilidade, Auditoria, noções e conceitos avançados de microcomputadores, impostos e "banking". Para os executivos: conceitos avançados de microcomputadores, impostos, novidades técnicas.	Política de Treinamento Permanente incluindo Revisão Analítica Para o "staff": Contabilidade e Auditoria, impostos, Auditoria em computadores. Para os executivos: seminários nacionais da empresa, seminários de "marketing" e assuntos técnicos recentes.	Política de Treinamento Permanente. Não inclui Revisão Analítica. Para o "staff": Contabilidade e Auditoria. Para os Executivos: seminários sobre assuntos novos, reuniões técnicas e Inglês.	Política de Treinamento Permanente incluindo Revisão Analítica. Para o "staff": Contabilidade, Auditoria e impostos. Para os executivos: assuntos técnicos novos.
4.1 Origem, Tempo e Objetivos de Implementação da Revisão Analítica	Manuais da matriz Literatura especializada Própria empresa 4 anos, com objetivo de tornar-se mais competitiva no mercado: 1) Revisão Analítica de Planejamento 2) Revisão Analítica/Detalhada 3) Revisão Analítica Final	Manuais da matriz 7 anos com objetivo de aumentar a eficácia da auditoria 1) Revisão Analítica Global 2) Revisão Analítica/Detalhada 3) Testes Diretos 4) Revisão Final	Manuais da matriz 1 ano (início há 4 anos) com objetivo de tornar-se mais competitiva no mercado 1) Planejamento 2) Testes de Saldos 3) Revisão Final	Debates com a participação de Gerentes, Diretores e Sócios Início há 4 anos, com objetivo de tornar-se mais competitiva no mercado: 1) Análise de Risco 2) Testes de Saldos 3) Conclusão do Trabalho	Outra empresa de auditoria 20 anos para atender a exigências feitas por uma associada estrangeira: 1) Conhecer o Cliente 2) Testes de Saldos
5. SOFISTICAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS	"Hardware": 10 microcomputadores 4 impressoras 4 máq. escr. (Imp.) "Software" próprio: Seleção estatística e conversão de Dem. Cont. para moeda estrangeira correção integral Revisão Analítica Substantiva (sem uso) Projeções financeiras	"Hardware": 4 microcomputadores 2 impressoras "Software" próprio: Conversão de dem. fin. p/moeda estrangeira Seleção estatística Análise de negócios Editor de texto Análise de risco específico Papéis de trabalho Super calc 3 Correção monetária integral	"Hardware": 4 microcomputadores 4 impressoras "Software" próprio: Lotus 1,2,3 WP DBase III	Não dispõe de "hardware" para uso da área de auditoria "Software" próprio: Teste de sistemas Papéis de trabalho (sem uso)	Não dispõe de "hardware" p/ utilização em auditorias "Software" disponível: Teste de sistemas Correção integral Análise financeira, etc.

Quanto à qualificação do Auditor, as empresas "A", "C" e "D", têm os seus quadros de profissionais inicialmente formados de maneira preponderante, por estudantes de Contabilidade*. Entretanto há participação de pessoas que fazem outros cursos afins, como é o caso de Economia e Administração. A empresa "B", além dos cursos citados, também inclui no seu quadro de profissionais, estudantes de outros cursos. A empresa "E" diferencia-se das demais pelo fato de somente recrutar estudantes de Contabilidade.

Em relação à política de cargos, os dados relativos aos níveis hierárquicos, com exceção da empresa "E" que atualmente não oferece a possibilidade de acesso ao topo da carreira (Sócio) sugerem uma relativa similaridade entre todas as empresas pesquisadas. Assim, percebe-se que apesar destas empresas apresentarem pequenas variações quanto ao título e ao tempo médio de cada categoria, em todas elas, o quadro de pessoal sugere a estrutura da equipe que costumam formar para executar um serviço de Auditoria Financeira, a qual poderá apresentar diferenças em função do tamanho do cliente. Esta peculiaridade quanto à política de cargos poderá ser atribuída ao fato destas empresas se caracterizarem por oferecerem a possibilidade de ascensão funcional até o nível mais elevado na hierarquia da empresa, a todos os empregados.

* O exercício da função de Auditor Independente esta inicialmente vinculado ao cumprimento do requisito de ser Contador e estar registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

As empresas "A", "B", "C" e "E" utilizam um sistema de avaliação de desempenho formal para o "staff" e informal para os Gerentes e Diretores, o que condiciona aos resultados obtidos a continuidade de cada funcionário no cargo. Destas, destacam-se as empresas "A", "B" e em especial a "C" por fornecerem ao "staff" o *feedback* do desempenho em cada trabalho, possibilitando-lhes o reforço ou correção de seus comportamentos.

As informações relativas às duas variáveis analisadas nos parágrafos precedentes, mostraram um achado, que parece-nos interessante: A empresa "E" que é a única a vedar atualmente a possibilidade de um funcionário se transformar em Sócio, também é a única que não está mais aceitando estudantes de Economia ou Administração para integrar o seu quadro de pessoal.

Com referência aos programas de treinamento geral, oferecidos na área de auditoria externa para os níveis de "staff", as empresas "A" e "D" incluem cursos de Auditoria e Contabilidade. A empresa "E" além destes, inclui o curso sobre impostos. As empresas "C" e "B" destacam-se já que, a primeira oferece além desses cursos o de Auditoria em torno do computador e, a segunda, os de microcomputadores e "banking". Somente o programa de treinamento formal da empresa "D" não inclui cursos específicos sobre Revisão Analítica. Em todas as empresas estudadas, o treinamento oferecido para os executivos versa sobre temas técnicos da atualidade. Além disso, os

dados referentes à empresa "A" e "C" refletem um interesse em capacitar os executivos quanto a questões administrativas. A empresa "D" é a única a oferecer curso de inglês aos seus executivos, para o qual, contratou os serviços de uma empresa especializada.

No que diz respeito às origens dos Procedimentos de Revisão Analítica, todas as empresas de procedência estrangeira, "A", "B" e "C", os buscaram, basicamente nos Manuais de Matriz e os implementaram há quatro, sete e um ano respectivamente. Das duas nacionais, na empresa "D" foram desenvolvidos internamente em virtude do esforço empreendido pelos próprios executivos, no sentido de encontrar um caminho que lhes permitissem competir, em termos de preços, sem sacrificar a qualidade do produto, com outras firmas de auditoria. Já na empresa "E" os Procedimentos de Revisão Analítica utilizados, foram implementados há 20 anos e tiveram origem na cultura transferida por outra empresa de auditoria de procedência estrangeira, com quem mantivera sociedade.

Quanto aos objetivos perseguidos com a implementação de Procedimentos de Revisão Analítica, os dados refletem que as empresas "A", "B", "C" e "D" os encontraram como resposta à demanda dos clientes por auditorias que traduzam uma melhor relação custo-benefício, ao passo que os da empresa "E" não refletem nenhum objetivo traçado por ela mesma. As empresas "B", "C" e "D" utilizam a Revisão Analítica nas três fases de auditoria, ao passo que a empresa "A", somente os emprega nas fases de planejamento e revisão final, e, a empresa

"E", nas fases de planejamento e de trabalho de campo. Todas as empresas estudadas procuram alcançar objetivos diferenciados, conforme a fase em que os aplicam.

Finalmente, com relação à sofisticação dos recursos materiais, as empresas "A", "B" e "C" de origem estrangeira, dispõem de *hardware* próprio, constituído de microcomputadores e impressoras. As empresas "D" e "E" embora possuam equipamento do mesmo tipo, não os utilizam como ferramenta de auditoria, pois a primeira somente o usa para processar a sua Contabilidade e a segunda embora possa ter acesso ao equipamento da outra empresa de consultoria de sistemas, ainda não explora essa possibilidade. Quanto ao *software* disponível, as empresas "A", "B" e "C" utilizam três tipos: 1) destinados à execução de auditorias em clientes com processamento eletrônico de dados; 2) destinados a agilizar as tarefas de auditoria e 3) destinados à comercialização. A empresa "D" somente utiliza o primeiro e segundo tipo e a "E" o primeiro e terceiro tipo. Entretanto, na empresa "D", os serviços de computação não estão sendo utilizados para agilizar o processo de auditoria devido às dificuldades de treinar o pessoal e de transportar os equipamentos até o cliente.

V.2 - TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA

1. CÁLCULO DO RISCO DE AUDITORIA

O quadro nº 2, apresenta um sumário das variá-

247
QUADRO Nº 2
CÁLCULO DO RISCO DE AUDITORIA

EMPRESAS ITENS	ESTRANGEIRAS			NACIONAIS	
	A	B	C	D	E
1. CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA AVALIAR O RISCO DE AUDITORIA	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação formal qualitativa para cada área, feita pelo sócio, gerente e o sênior do serviço. • Inclui RI e RC. • O escopo de testes é definido assim: NPT = Montante da conta / nível de material. • Se, RA for normal aplica NPT • Se, RA for baixo diminui NPT • Se, RA for alto aumenta NPT 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação formal qualitativa para cada área feita pelos executivos do serviço. • Inclui RI, RC e RD. • O escopo de testes é definido com base em RA e ET, a critério do Auditor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação formal qualitativa para cada área feita pelo gerente e o sócio do serviço. • Inclui RI e RC. • O escopo dos testes é definido para as contas significativas em função do risco de distorções, a critério do Auditor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação formal qualitativa para cada conta feita pelo Gerente e o Diretor do Serviço. • Inclui RI e RC. • O escopo dos testes é definido em função de RA e da materialidade, a critério do Auditor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação formal qualitativa para cada área, feita pelo sócio, Gerente e Sênior do Serviço. • Inclui RC. • O escopo dos testes é definido em função da avaliação do SCIC a critério do Auditor.
2. POLÍTICAS ADOTADAS QUANTO AOS RISCOS CONTROLÁVEIS PELO AUDITOR	<ul style="list-style-type: none"> • Não avalia. • Apenas cruza os resultados dos testes com a avaliação de RA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não atribui peso ao RD, somente considera a segurança do procedimento face à fonte de dados necessários para executá-lo e cruza os resultados com a avaliação de R.A. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não avalia. • Os resultados dos testes são confrontados com a avaliação de RA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não avalia. • Apenas cruza os resultados dos testes com RA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não avalia.
3. VERIFICAÇÃO DO RISCO DE AUDITORIA ASSUMIDO PELA EMPRESA	Normalmente, variável.	Normalmente, variável.	Normalmente, variável.	Normalmente, variável.	Normalmente, variável.
4. VERIFICAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO RISCO DE AUDITORIA PARA CLIENTES ANTIGOS	<p>A estratégia adotada utiliza-se dos seguintes instrumentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Histórico de erros • Revisão Analítica de Planejamento • Entrevistas com os principais executivos do cliente • Revisão do SCIC • Revisão Analítica Detalhada 	<p>A estratégia adotada consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Efetuar Revisão Analítica Global 2) considerar fatores ambientais externos e internos 3) aplicar Revisão Analítica Detalhada 4) Revisão do SCIC 	<p>A estratégia utilizada consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) aplicar Procedimentos de Revisão Analítica não-quantitativos 2) aplicar Procedimentos de Revisão Analítica às Demonstrações Contábeis 3) determinar contas significativas 4) histórico de erros 5) aplicar Revisão Analítica para identificar dados rotineiros, não-rotineiros e processos de julgamento 6) revisão do SCIC direcionada para os controles detectivos 	<p>A estratégia utilizada consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) analisar o risco do cliente em função do histórico de erros para confirmar os responsáveis pela avaliação de RA 2) identificação dos problemas de Auditoria e Contabilidade do ano anterior 3) entrevistas com os principais exec. do cliente 4) análise global das Demonstrações Contábeis 5) revisão do SCIC 	<p>A estratégia utilizada consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) revisar o histórico de erros 2) considerar questões de atualidade relacionadas com o cliente 3) revisão do SCIC
5. VERIFICAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO RISCO DE AUDITORIA PARA CLIENTES NOVOS	<p>A estratégia utiliza-se dos seguintes instrumentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação com Auditor Antecessor • Revisão Analítica de Planejamento • Entrevistas com os principais executivos do cliente • Estudo e avaliação do SCIC • Revisão Analítica Detalhada 	<p>A estratégia adotada consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) efetuar Revisão analítica Global 2) considerar fatores ambientais externos e internos 3) aplicar Revisão Analítica Detalhada 4) Estudo e avaliação do SCIC 5) Outros procedimentos específicos. 	<p>A estratégia utilizada consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) aplicar Procedimentos de Revisão Analítica não-quantitativos 2) aplicar Procedimentos de Revisão Analíticas às Demonstrações Contábeis 3) determinar contas significativas 4) comunicação com o Auditor Antecessor 5) aplicar Revisão Analítica para identificar dados rotineiros, não-rotineiros e processos de julgamento 6) estudo e avaliação do SCIC direcionado para os controles detectivos 	<p>A estratégia utilizada consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) analisar o risco do cliente em função da sua complexidade para escolher os responsáveis pela avaliação de RA 2) revisão das Demonstrações Contábeis de anos anteriores 3) entrevistas com os principais exec. do cliente 4) análise global das Demonstrações Contábeis 5) comunicação com o Auditor Predecessor 6) estudo e avaliação do SCIC 	<p>A estratégia utilizada consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) revisão do Parecer e carta de recomendações do Auditor Predecessor 2) considerar questões de atualidade relacionadas com o cliente 3) estudo e avaliação do SCIC
6. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA FIRMA EM RELAÇÃO AO CÁLCULO DO RISCO DE AUDITORIA	Permite classificar o risco por área para determinar o volume de testes e procedimentos específicos para problemas localizados em cada área.	Permite elaborar o programa de auditoria para cada conta. Em clientes novos a empresa deixou de efetuar serviços em virtude do RI ser constatado preliminarmente como muito alto.	Permite elaborar o programa de auditoria para cada conta significativa por categoria de dados.	Permite elaborar o programa de auditoria para cada conta das Demonstrações Contábeis	Permite elaborar o programa de auditoria para cada área. Em clientes novos a empresa deixou de efetuar serviços por causa da imagem que estes tem no mercado.

veis utilizadas na análise deste primeiro componente das Técnicas de Revisão Analítica.

A partir das informações contidas no quadro dois, pode-se notar que todas as empresas pesquisadas se baseiam na avaliação de Risco de Auditoria (RA) para desenhar os procedimentos de auditoria substantivos. Entretanto, embora todas tenham sistematizada a avaliação do Risco de Auditoria, nenhuma delas têm parâmetros objetivos definidos, para classificar o risco e determinar o escopo dos testes de auditoria.

Quanto ao critério para avaliar o Risco de Auditoria, todas as empresas o fazem de forma qualitativa, com a participação basicamente de executivos e o documentam nos papéis de trabalho de auditoria. As empresas "A", "C" e "D" incluem na determinação do Risco de Auditoria o risco inerente (RI) e o risco de controle (RC). Além desses, a empresa "B" inclui o risco de detecção (RD). Já a empresa "E", somente inclui o risco de controle. Nas empresas "B", "C", "D" e "E" com base nesta avaliação e nas considerações de materialidade, os principais responsáveis pela auditoria definem o escopo dos testes a serem executados. Neste sentido, a empresa "A" apresenta uma variação, já que utiliza uma fórmula que permite ao Auditor determinar o número de itens a serem testados para cada conta, quando o Risco de Auditoria é normal.

Com relação às políticas adotadas quanto aos riscos controláveis pelo Auditor pode-se perceber que somente a empresa "B" o avalia formalmente, ao passo que as empresas "A", "C" e "D", embora não adotem esse processo, modificam os seus

programas de auditoria quando os resultados dos testes apontam maior quantidade de erros do que os esperados. Diferentemente dessas empresas, a empresa "E", não evidenciou nenhuma providência tomada com relação ao risco decorrente da aplicação de procedimentos de auditoria.

O Risco de Auditoria que todas as empresas costumam assumir apresenta-se como variável, pois segundo os depoimentos, se um cliente apresentar um risco muito alto a auditoria é executada desde que o cliente arque com os custos, que nesses casos aumentam, por causa do maior volume de testes requerido para se emitir o Parecer com razoável segurança.

Analisando os dados relativos à verificação do processo de avaliação do Risco de Auditoria em clientes antigos e novos, observa-se que as empresas "A", "B", "C" e "D", utilizam basicamente duas ferramentas para efeitos de planejamento da auditoria: Procedimentos de Revisão Analítica e estudo e avaliação do SCIC. Dessa forma, todas elas reconhecem a existência de riscos não-controláveis pelo Auditor mas que independem da qualidade do SCIC, embora não utilizem uma nomenclatura comum para denominar as ferramentas que empregam.

Diferentemente das empresas acima, a empresa "E", embora aplique alguns procedimentos de Revisão Analítica no planejamento da auditoria, não explora, através desses, outras possibilidades, além de informar-se a respeito dos clientes, deixando de avaliar o possível impacto que certos achados possam ter sobre as Demonstrações Contábeis, tomadas como um to-

do, baseando o seu exame somente na avaliação do SCIC do cliente. Adicionalmente, esta empresa não utiliza nenhuma nomenclatura específica para denominar os procedimentos mencionados.

Também pode-se observar, que as empresas "A" e "B", de origem estrangeira, na sua estratégia de avaliar o Risco de Auditoria, são as únicas que incorporam a utilização de Procedimentos de Revisão Analítica em dois níveis: global e detalhado, ao passo que, a empresa "C", de origem estrangeira, dentro da sua metodologia de trabalho também apresenta características únicas no que diz respeito à "visão analítica" de efetuar primeiramente procedimentos que objetivam determinar as contas ou grupos de contas significativas, relacionando os riscos potenciais a elas associados e depois identificam para cada conta o tipo de fontes de informações que as afetam, - rotineiras, não-rotineiras e processos de julgamento - para direcionar o estudo e avaliação do SCIC e ainda, no estudo e avaliação dos controles, a preocupação maior são os controles detectivos. Com esta estratégia, a empresa "C", não somente determina o escopo de auditoria, mas procura adequar os procedimentos substantivos a cada categoria de dados.

Quanto à empresa "D", observa-se que também incorpora Procedimentos de Revisão Analítica na sua estratégia de avaliar o Risco de Auditoria, aos quais ela denominou de Análise de Risco. Entretanto a empresa "D", diferentemente da empresa "A" e "B" e similarmemente à empresa "C", não emprega Procedimentos de Revisão Analítica Detalhada.

Finalmente, analisando a percepção do pessoal das firmas em relação ao cálculo do risco, todas foram unânimes em ressaltar a vantagem que lhes permite elaborar o Programa de Auditoria para cada área ou conta das Demonstrações Contábeis. As únicas a relatar casos de rejeição de contratos de clientes novos que podem ser associados com a noção de Risco de Auditoria foram as empresas "A", "B" e "E".

Relacionando-se estas informações com algumas das características gerais resumidas no quadro nº 1, percebe-se que as únicas empresas a utilizar Técnicas de Revisão Analítica em nível detalhado, as empresas "A" e "B", são de origem estrangeira, seus procedimentos são oriundos da matriz e fornecem treinamento sobre Revisão Analítica. A empresa "C", que também apresenta estas características e teve condições de treinar o pessoal ao longo de três anos para implementar totalmente as Técnicas de Revisão Analítica, embora somente utilize tais técnicas a nível global, inclui na sua abordagem de avaliação do Risco de Auditoria, técnicas do tipo que não foram encontradas em nenhuma outra das empresas pesquisadas.

Já a empresa "D", que somente utiliza Técnicas de Revisão Analítica caracterizadas como de nível global ainda não implementadas totalmente nem incluídas no treinamento fornecido ao "staff", é de origem nacional e descobriu a partir de debates internos o uso potencial dessas técnicas na prestação de serviços de Auditoria Financeira.

A única firma a não analisar as possíveis impli-

cações que os resultados dos poucos Procedimentos de Revisão Analítica aplicados poderão apontar em relação às Demonstrações Contábeis do cliente, é de origem nacional e manifestou tê-los implementado há 20 anos em virtude de exigências de sua ex-associada estrangeira, permanecendo até a época sem nenhuma alteração.

Dessa forma começa-se a perceber que a origem da empresa é um fator importante como explicador das diferenças encontradas entre as firmas de auditoria pesquisadas em relação à utilização de Técnicas de Revisão Analítica. Gomes, na sua tese de mestrado, referindo-se ao exercício das atividades de Auditoria Externa no Brasil, já detectara e explicara algumas peculiaridades associadas às empresas de origem estrangeira e nacional, afirmando que:

"Enquanto as primeiras desenvolvem programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal técnico de alto nível, valendo-se de pacotes de treinamento importados de países desenvolvidos e adaptados às peculiaridades brasileiras, realizando para tanto vultosos investimentos. Os componentes do outro segmento não tem condição de desenvolver estes programas por não disporem nem de recursos financeiros suficientes, nem tão pouco de equipes de treinamento adequadas"*.

As conclusões que podem ser tiradas da análise desse componente são: que as empresas "A", "B", "C" e "D" avaliam o Risco de Auditoria conforme o mencionado na literatura, isto é, efetuam a avaliação de forma qualitativa e incluem os

* GOMES, Josir Simeone. Recrutamento e Formação de Pessoal Técnico em Firmas de Auditoria no Brasil - Um Estudo de Caso - COPPEAD/UFRJ, Rio de Janeiro, Out. 1978, p. 111, Tese de Mestrado.

componentes pertinentes neste tipo de abordagem: o risco inerente, o risco de controle e a análise dos resultados obtidos com os procedimentos, comparando-os com a análise de risco feita para efeitos de planejamento. O mesmo não acontece com a empresa "E" já que não inclui nessa avaliação, o risco inerente.

No que diz respeito às ferramentas para avaliar o Risco de Auditoria, as empresas "A", "B", "C" e "D", incluem a utilização de Procedimentos de Revisão Analítica considerados eficazes na literatura. A empresa "C" utiliza alguns procedimentos não mencionados na literatura mas que parecem ideais sobre o ângulo da eficiência e da eficácia em Auditoria, pois vislumbra-se a possibilidade de despertarem no Auditor a preocupação com os riscos, na medida em que estão direcionados para associar os riscos potenciais de Auditoria a cada conta e em função da natureza das fontes de dados que as caracterizam, possibilitando assim uma escolha mais acertada do tipo de procedimentos para testar a adequabilidade dos saldos das contas. Por outro lado, a empresa "E", não demonstra preocupação, com os aspectos vistos como importantes na literatura ao não utilizar pelo menos, as Técnicas de Revisão analítica que há muito tempo atrás lhe foram transferidas, para avaliar de forma mais abrangente o Risco de Auditoria.

2. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA QUE FAZEM PARTE DA ANÁLISE DO RISCO DE AUDITORIA

No Quadro nº 3, estão relacionados os principais

PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA QUE FAZEM PARTE DA ANÁLISE DO RISCO DE AUDITORIA

EMPRESAS ITENS	ESTRANGEIRAS			NACIONAIS	
	A	B	C	D	E
1. VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PRÁTICAS QUE VISEM IDENTIFICAR E AVALIAR O RISCO OPERACIONAL DO CLIENTE	<p>Avaliado nas áreas de vendas, produção, estrutura organizacional, matéria legal e outras obrigações restritivas.</p> <p>Procedimentos utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Revisão Analítica de Planejamento Análise de indicadores-chave Comparação de dados não-financeiros Análise horizontal Análise vertical Índices financeiros 	<p>Avaliado nas áreas de vendas, produção, estrutura organizacional, matéria legal, obrigações restritivas e Práticas Contábeis.</p> <p>Procedimentos utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Revisão Analítica Global Análise horizontal Análise vertical Índices financeiros Modelo financeiro Análise de orçamento Análise de Fluxo de Caixa Análise de Indicadores-chave Revisão Analítica Detalhada 	<p>Avaliado nas áreas de vendas, produção, estrutura organizacional, matéria legal, obrigações restritivas.</p> <p>Procedimentos utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Revisão Analítica de Planejamento Análise de indicadores-chave Análise horizontal Análise vertical Índices financeiros Análise do orçamento 	<p>Avaliado nas áreas de vendas, produção, estrutura organizacional, matéria legal, obrigações restritivas.</p> <p>Procedimentos utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Análise de Risco; Análise de indicadores-chave Análise vertical Análise horizontal Índices financeiros 	<p>Considerações nas áreas de vendas e matéria legal</p> <p>Procedimentos utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Leitura de jornais e boletins internos Reuniões com o cliente
2. VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PRÁTICAS QUE VISEM ANALISAR E AVALIAR O RISCO FINANCEIRO DO CLIENTE	<p>Utilização conjunta do método de previsão de falência e de saque financeiro</p> <p>Procedimentos utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Análise de indicadores-chave incluindo análise do Fluxo de Caixa Índices financeiros Cuidados tomados na análise de Balanços: Reclassificação de contas (nem sempre) Utilizar balanços em moeda forte ou correção integral Atualizar balanços (nem sempre) 	<p>Utilização conjunta do método de previsão de falência e de saque financeiro</p> <p>Procedimentos utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Revisão Analítica Global (idem) Revisão Analítica Detalhada Cuidados tomados na análise de balanços: Utilizar balanços em moeda forte ou correção integral Atualizar Balanços Fatores únicos que afetam o cliente ou os concorrentes 	<p>Utilização conjunta do método de previsão de falência e de saque financeiro</p> <p>Procedimentos utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ênfase a aplicação de procedimentos que não se utilizem das Demonstrações Contábeis do cliente Revisão Analítica de Planejamento incluindo análise de Fluxo de Caixa Cuidados tomados na análise de Balanços: Nenhum 	<p>Utilização conjunta do método de previsão de falência e de saque financeiro</p> <p>Procedimentos utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Índices financeiros (liquidez) Análise de indicadores-chave Eventualmente, a análise de índices é estendida para o período de 4 a 5 anos Cuidados ao analisar Balanços: Expurgo de contas Análise de prazo de vencimento das dívidas e realização de ativos 	<p>Aplicação do método "going concern" que se utiliza de indicadores-chave a serem identificados numa "leitura criteriosa" do balanço</p> <ul style="list-style-type: none"> os resultados não afetam o escopo de testes substantivos Cuidados para ler o Balanço: Nenhum
3. VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PRÁTICAS QUE VISEM AVALIAR O RISCO DE MERCADO PARA CLIENTES QUE NEGOCIAM AS SUAS AÇÕES EM BOLSA	Identificação de pontos críticos a partir da análise de indicadores-chave	Identificação de pontos críticos a partir de indicadores-chave	Avaliação voltada para a verificação da aderência destes clientes: às normas específicas que os afetam	Avaliação voltada para a verificação da aderência destes clientes, às normas específicas que os afetam	Conhecer toda a normatização relativa a este tipo de clientes, para conduzi-los ao seu cumprimento
4. VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PRÁTICAS QUE VISEM ANALISAR E AVALIAR A INTEGRIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DO CLIENTE	Identificação de pontos críticos a partir da história da auditoria	Identificação de pontos críticos a partir de indicadores-chave incluindo a história da auditoria	Não avalia	Não avalia	Não avalia
5. VERIF. DA EXISTÊNCIA DE PRÁT. QUE OBJETIVAM ANALISAR E AVALIAR OS CONTROLES ORGANIZACIONAIS DO CLIENTE	Avaliação superficial por ocasião do Estudo e avaliação do SCIC	Identificação de pontos críticos a partir de indicadores-chave	Avaliação superficial para obter uma visão geral sobre o ambiente de controle	Avaliação superficial por ocasião do estudo e avaliação do SCIC	Avaliação superficial com o objetivo de fazer algumas sugestões ao cliente
6. AVALIAÇÃO TOTAL DO RISCO INERENTE	Avaliação formal operacionalizada através de "checklist". Os riscos detectados são explicados através de memorandum	Avaliação formal. As análises efetuadas e os riscos detectados são documentados em memorandum diferenciados em função da ferramenta utilizada e do risco detectado: geral ou específico	Avaliação formal operacionalizada a partir do plano de abordagem com utilização de "checklist" preparado especificamente para cada cliente	Avaliação formal operacionalizada a partir do memorandum de risco onde são relacionados os riscos detectados	Considerações a nível informal
7. VERIFICAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS COMPUTACIONAIS PARA AVALIAR O RISCO INERENTE	Não utiliza	Para analisar balanços: <ul style="list-style-type: none"> Análise de negócios Papéis de trabalho Supercalc 3 Para registrar informações: <ul style="list-style-type: none"> Editor de texto Análise de riscos específicos Papéis de trabalho 	Para analisar balanços: <ul style="list-style-type: none"> Lotus 1,2,3 Dbase III (Banco de dados) Para registrar informações: <ul style="list-style-type: none"> WP (processador de textos) 	Não utiliza por dificuldades de treinar a equipe e transportar os microcomputadores	Não utiliza
8. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA EMPRESA QUANTO À INCLUSÃO DO RISCO INERENTE NO CÁLCULO DO RISCO DE AUDITORIA	<p>Essencial para conduzir a Auditoria de forma eficiente e eficaz</p> <p>Permite detectar mais problemas em comparação com a avaliação do SCIC</p> <p>Não avaliar o risco inerente implica em assumir um risco de auditoria inaceitável</p>	<p>Vantajas por permitir detectar problemas rapidamente</p> <p>Permite desenvolver uma melhor comunicação com o cliente</p>	<p>Quanto melhor for a análise de risco inerente, menor será o risco assumido pelas empresas de auditoria</p> <p>Permite conhecer melhor o cliente</p>	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> A Auditoria é dirigida de forma mais inteligente tornando-se mais econômica em alguns casos <p>Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de dar treinamento sobre revisão Analítica 	Permite conhecer cliente sem precisar de reunião

Procedimentos de Revisão Analítica que as empresas utilizam para avaliar o risco inerente dos clientes. Os mesmos, fazem parte da estratégia para determinar o Risco de Auditoria.

Quanto às providências que devem ser tomadas para avaliar o risco operacional, a literatura recomenda que se tente identificá-lo em pelo menos cinco áreas: vendas, produção, estrutura organizacional, matéria legal e outras obrigações restritivas. De todas as empresas estudadas, somente a empresa "E" não toma tais providências, já que além de considerar apenas duas áreas, não aproveita os resultados dos procedimentos aplicados para planejar a auditoria. Por outro lado a empresa "B" toma providências adicionais ao incluir a análise de Práticas Contábeis. Quanto aos tipos de procedimentos utilizados pelas empresas que efetivamente avaliam o risco operacional, percebe-se que todas elas utilizam os procedimentos contemplados no método de análise de risco, diferenciando-se porém, quanto à diversidade de técnicas usadas e ao nível de detalhamento das análises. Assim, a empresa "B" destaca-se positivamente em relação às empresas "A", "C" e "D" por fazer uso de um modelo financeiro, por analisar o fluxo de caixa e ainda, por aplicar Procedimentos de Revisão Analítica Detalhada sempre que o cliente disponha das informações requeridas. Além disso, a empresa "B", em relação à empresa "A" e "D", também faz análise de orçamento.

Com relação à avaliação do risco financeiro do cliente, verifica-se que as empresas "A", "B", "C" e "D" utilizam os mesmos procedimentos para fazer inferências sobre proble-

mas de falência e desastre financeiro. Dos tipos de procedimentos empregados por estas empresas temos que: a empresa "B", apesar de incluir todos os aspectos recomendados na literatura, o modelo financeiro que usa, diferentemente do modelo Altman, não fornece parâmetros objetivos para julgamento sobre continuidade; As empresas "A" e "C", incluem análise de relações, análise de fluxo de caixa e identificação de indicadores-chave, no entanto, a empresa "C" dá preferência às informações que não são produzidos pelo Sistema de Informações Contábeis do cliente; A empresa "D" somente utiliza indicadores-chave e analisa índices financeiros focalizando os de liquidez, mas não tem um procedimento padrão de compará-los com os do setor como acontece com as empresas "A", "B" e "C".

Diferentemente das empresas acima, na empresa "E" a avaliação do risco financeiro é feita informalmente, através da identificação de pontos críticos orientada pelo uso de indicadores-chave que recebem a denominação de *going concern*, mas, não foi verificada a prática de considerar a possibilidade do cliente ficar motivado a introduzir inexatidões nos Registros Contábeis, quando problemas financeiros forem detectados.

Em termos de utilização satisfatória das Demonstrações Contábeis para efeitos da análise de relações, constatou-se que somente as empresas "B" e "D" adotam procedimentos padrões para melhorar a eficiência de tais análises, das quais, a empresa "B", adota medidas mais completas. Por outro lado, a

empresa "A", nos casos em que não dispõe de Demonstrações Contábeis em valores de data base, procura fazer algumas adaptações sempre que a estrutura do resultado da empresa for consistente nos últimos anos. Já as empresas "C" e "E" não tomam nenhuma providência. Provavelmente, a preferência da empresa "C" em analisar o risco financeiro através de procedimentos que não se utilizem das informações contidas nas Demonstrações Contábeis, possa ter alguma relação com o fato de não tomarem nenhuma medida para melhorar a eficiência do método de análise de relações.

Quanto à avaliação do risco de mercado, verificou-se que somente as empresas "A" e "B" adotam práticas que estão relacionadas com a literatura, ao passo que as empresas "C", "D" e "E" associam este risco somente à necessidade de que o cliente cumpra a normatização específica que a afeta. A este respeito, na empresa "C", um dos entrevistados assim se manifestou:

"Além disso, não tem nenhuma análise predeterminada, mas é claro que quando se trata de uma empresa de capital aberto a gente tem um cuidado muito maior, pois o risco para nós Auditores é muito maior que quando se audita uma empresa familiar, etc."

Já na empresa "D" o comentário foi o seguinte:

"O risco de mercado que nós consideramos, é se o cliente está cumprindo com as determinações da CVM... Nós temos essa preocupação para não expor o cliente e não nos expor... Agora, num mercado onde a Bolsa é especulativa eu entendo que outro tipo de avaliação não contribui. Num mercado onde a Bolsa é utilizada com um instrumento de capitalização e movimentação de riquezas entre pequenos investidores, como na Inglaterra, por exemplo, eu acho que outros tipos de análises devem produzir algum resultado... No Brasil, isso é difícil..."

Finalmente, o entrevistado da empresa "E" mencionou:

"Quando nós auditamos uma S.A. já que ela é toda regulamentada pela CVM, a nossa preocupação é maior porque a CVM tem-se mostrado atuante, tem enviado cartas às empresas depois dos Balanços fornecidos a ela, sobre críticas, e isso preocupa aos Auditores, porque não queremos ser chamados a atenção pela CVM".

Os depoimentos acima citados sugerem uma certa preocupação com as atividades de fiscalização da CVM. Adicionalmente, o entrevistado da empresa "D", mostrou-se um pouco cético, em acreditar que ao acompanhar e analisar certos fatos decorrentes das características que apresentam as empresas brasileiras que negociam as suas ações na Bolsa, possam ser descobertos problemas potenciais de auditoria, ao passo que, as empresas "A" e "B" deram indícios do contrário.

No que diz respeito à utilização de procedimentos que visem avaliar a integridade da administração do cliente, foi verificado que somente nas empresas "A" e "B" adota-se tal prática, sendo que os procedimentos da empresa "B" são mais abrangentes. Nas outras empresas onde isto não ocorre, foi dado como justificativa: empresa "C" - os serviços prestados não objetivam a descoberta de fraudes; empresa "D" - os clientes não suportariam os custos e; empresa "E" - pressupõem que todos os clientes são honestos. Em uma destas empresas, a pergunta contemplada no questionário, deu lugar a um discurso que não apareceu nos outros entrevistados, e que parece refletir uma certa resistência ao fato de que surja alguma norma que

responsabilizasse o Auditor pela detecção e comunicação de fraudes, assim como também sugere que se isto ocorrer, o Auditor terá de introduzir mudanças nas Práticas de Auditoria:

"Quando no Brasil for exigido descobrir fraudes, eu estou pensando a abandonar a carreira, porque é uma responsabilidade que o Auditor não pode assumir, por um motivo muito simples, todo o trabalho do Auditor está calcado em amostragem... se o certificado estiver considerando que as Demonstrações Contábeis não contêm fraudes, eu não posso fazer auditoria por amostragem ou, até o trabalho pode ser por amostragem, mas uma amostragem colossal, não como é feita agora, e quem é que paga essa auditoria?... Eu até gostaria que isso ocorresse, porque aí nós transformaríamos o trabalho de mil em cinco mil horas. Agora, as empresas pagariam essa auditoria, se hoje a gente já encontra dificuldades?... Eu como investidor, acionista, gostaria de exigir isso do Auditor... O Auditor pode melhorar o instrumental de auditoria, aumentar testes, aumentar Técnicas de Auditoria, criar outras... Agora tudo isso vai reverter em um considerável ônus para o cliente".

No tocante à avaliação dos controles organizacionais do cliente, todas as empresas o fazem de maneira superficial em comparação com o estudo e a avaliação do SCIC. Somente a empresa "B" descreveu alguns indicadores-chave que utiliza neste sentido.

Na fase de planejamento, em que o risco inerente é avaliado, as empresas "A" e "C" também costumam aplicar outros Procedimentos de Revisão Analítica.

A empresa "A", os denomina de Revisão Analítica Detalhada, objetivando com a sua aplicação melhorar a eficiência do planejamento e obter melhor base para julgamento. Levando em consideração as observações relativas ao quadro nº 2, esta prática parece semelhante com a abordagem não quantitativa

de avaliar o Risco de Auditoria, denominada de: Determinação Qualitativa Separada (Blocher e Carmichael 1987). Os Procedimentos de Revisão Analítica Detalhada desta empresa, são aqueles comumente usados como Revisão Analítica Substantiva: análise de relações e testes de razoabilidade que consistem em modelos simples, que utilizam como variável dependente a conta do balanço e se baseiam em cálculos modestos.

Já a empresa "C", os denomina de Revisão Analítica de Planejamento, mas também visa melhorar a eficiência e eficácia do planejamento. A prática desta empresa parece estar associada à determinação qualitativa combinada (Blocher e Willingham 1987). Estes Procedimentos de Revisão Analítica consistem basicamente na utilização de índices financeiros para analisar contas específicas, os quais, também podem ser usados como teste substantivo de auditoria.

Com relação à forma como o risco inerente é avaliado verificou-se que as empresas "A", "B", "C" e "D" utilizam processo formal. Destas, a empresa "A" utiliza "checklist" padronizado e na "C" o mesmo é preparado para cada cliente pelos responsáveis da avaliação do Risco de Auditoria. Todas estas empresas, preparam memorandos para documentar os riscos descobertos, mas percebe-se um certo refinamento na sistemática adotada pela empresa "B". Quanto à empresa "E", esta não avalia efetivamente o risco inerente, e as considerações que efetua são a nível informal. A este respeito o próprio entrevistado manifestou: "Cada Gerente é uma cabeça, um julgamento

isolado... não temos nenhum parâmetro, nem técnica fixada".

Analisando a utilização de recursos computacionais para avaliar o risco inerente, pode-se verificar que somente as empresas "B" e "C" aplicam os Procedimentos de Revisão Analítica e preparam alguns relatórios com o auxílio de microcomputador, sendo que o seu uso na empresa "B" é mais diversificado. Relacionando esta variável com algumas informações contidas no Quadro nº 1, pode-se observar que as empresas "B" e "C" de origem estrangeira, são as únicas que integram no seu programa de treinamento formal cursos de informática, sendo que a empresa que os utiliza mais intensivamente inicia os cursos a partir do nível de Trainee até o de Sócio e, a empresa "C" que os utiliza de forma moderada, somente fornece o treinamento na categoria de Supervisor.

Finalmente, analisando a percepção dos Auditores entrevistados quanto à inclusão do risco inerente no cálculo do Risco de Auditoria, nas empresas "A", "B", "C" e "D" que avaliam este risco e se valém basicamente de Técnicas de Revisão Analítica e da avaliação do SCIC, os entrevistados voluntariamente concentraram seus comentários em:

a) necessidade de se avaliar o risco inerente para não correr um alto Risco de Auditoria. A seguir são reproduzidos os depoimentos obtidos nas empresas (os quatro depoimentos obedecem a seguinte ordem: empresas "A", "B", "C" e "D"):

"Avaliar o risco inerente é essencial... como eu já disse toda Auditoria se comporta dependendo das características da empresa que está sendo auditada. Sem avaliar o risco inerente se corre o risco de ter um monte de riscos não detectados.... Você estaria assumindo um Risco de Auditoria inaceitável".

"Numa oportunidade, em visita preliminar a um cliente novo, constatamos um risco inerente altíssimo que impossibilitava até a realização da auditoria.

"Quanto melhor for a análise feita, menor será o risco assumido pelas empresas de auditoria".

"O que nos levou a fazer a análise de risco foi inicialmente o aspecto econômico. As vezes nós acabávamos descobrindo, ao fazer essa análise, que não podíamos reduzir horas do cliente, tínhamos até que aumentá-las... À medida que se faz a análise, vai-se alterando totalmente a classificação do risco, porque dá um feedback, porque conhecendo certos problemas, imagina-se que possa haver mais erros".

b) Eficiência das Técnicas de Revisão Analítica através das quais operacionalizam o conceito de risco inerente ressaltando na Revisão Analítica a qualidade de permitir conhecer o cliente. As falas reproduzidas a seguir, acompanham a mesma ordem das anteriores:

"O que agora eu vou te dizer não é normal, não acontece assim, mas se alguém me diz, escolha um destes vários instrumentos de Auditoria, e eu fosse obrigado a escolher só um, eu escolheria avaliar o risco inerente, ou seja, Revisão Analítica, porque é nessa avaliação que a gente detecta os maiores problemas".

"Nos é permitido detectar problemas de maneira eficaz e desenvolver uma melhor comunicação com o cliente".

"A Revisão Analítica possibilita o conhecimento dos negócios do cliente e isso é muito importante, inclusive para avaliar o risco dos controles, porque isso afeta, se a empresa está num setor que vai bem na economia, ela tem uma tendência natural a melhorar os controles internos, se ela se encontra num setor que está em declínio, há uma tendência natural a de missões de pessoas-chave, a acúmulo de funções, você não vai ter segregação adequada de funções. Então esse conhecimento é muito importante para avaliar o risco de controles".

"Quando nos decidimos por essa avaliação de risco, achávamos que seria importante, agora estamos convencidos de que é".

Essas percepções dos entrevistados, que se referem à eficiência da Revisão Analítica são similares a algumas conclusões baseadas em pesquisas norte-americanas, já mencionadas no plano de referência.

Outros comentários sobre o risco inerente e o uso de Revisão Analítica, feitos pelos entrevistados das empresas "E" e "D" de origem nacional, evidenciam de certa forma o contraste entre uma empresa que continua apegada aos "velhos Padrões de Auditoria" e outra que partiu para a "modernização" (a primeira fala é da empresa "E" e a segunda da empresa "D"):

"São de fundamental importância porque dão condições de visualizar uma série de coisas sem precisar de reunião, mas ter reuniões com a diretoria é prudente para as auditorias, para colher informações, para trocar ideias e para eles sentirem que o Auditor está interessado. No entanto, o trabalho normal sempre é feito com qualquer cliente".

"... a análise de risco nos dá um potencial de erros, de problemas. A entrevista com os principais executivos é muito importante, porque se você foi discutir com o Contador, você não vai descobrir problemas, o Contador quer saber de fechar o Balanço, ele vai lançar, fazer balancete, porque é isso que lhe é cobrado. Por isso, nessa análise de risco é fundamental

voce conhecer as outras áreas, porque a Contabilidade é fim, então se tem risco voce tem que conhecer nas fontes, porque a área comercial é que dá o "input" para a Contabilidade registrar venda, a área industrial dá o "input" para a Contabilidade registrar o custo... Não adianta pegar o balanço e discutir com o Contador, ele acaba não sabendo nem como aquilo deu entrada. Num enfoque tradicional de auditoria é isso que se faz, voce chega na Contabilidade e pede para o Contador, me dá o balanço, me dá as conciliações, voce não sai da frente dele. O processo ortodoxo é isso. Para nós foi muito difícil fazer essa mudança de comportamento... Todos nós somos oriundos de outra empresa de auditoria de origem estrangeira... Dentro dos padrões ortodoxos em que aprendemos, nos ensinavam uma série de procedimentos que realmente não tinham nada a ver com o risco, era o procedimento pelo procedimento, a razão do procedimento era cumprir uma norma, independente de que aquele esforço não fosse proporcional ao retorno, proporcional ao produto que desenvolveu...".

Por outro lado, nestas duas falas está refletida a posição invertida entre as empresas que usam de maneira efetiva a Revisão Analítica e a da empresa "E" que apenas faz considerações a nível informacional: as que utilizam, objetivam detectar áreas com problemas potenciais, ao passo que a empresa "E" vê como vantajoso se evitar reuniões com o cliente.

As conclusões a serem tiradas sobre este segundo componente das Técnicas de Revisão Analítica são que as empresas "A" e "B" são as que mais se aproximam quanto à utilização de procedimentos considerados eficazes na literatura, sendo que na empresa "B" percebe-se certa vantagem já que as Técnicas de Revisão Analítica utilizadas na fase de planejamento parecem refletir um enfoque melhor estruturado, dispõe de um modelo financeiro e se valem do auxílio de microcomputadores para aplicar grande parte dos procedimentos. Das três empresas restantes, as empresas "C" e "D", situam-se numa posição intermediária, mas bastante diferenciada das empresas "A" e

"B", por não avaliarem a integridade da administração, aspecto importante visto na literatura. Entre essas, a empresa "C" se destaca de forma positiva porque o seu enfoque de Técnicas de Revisão Analítica de Planejamento parece estar melhor estruturado, utiliza mais tipos de procedimentos e os aplica com ajuda do microcomputador. Finalmente a empresa "E" se encontra muito afastada da literatura vista como eficaz sobre Revisão Analítica, por não preencher os requisitos mínimos em termos de variáveis e por não aproveitar o uso potencial dos poucos procedimentos que aplica.

Adicionalmente, a percepção dos Auditores no que diz respeito à avaliação do risco inerente ressalta a importância de se avaliar eficientemente o Risco de Auditoria para efeitos de planejamento e o papel significativo que desempenham as Técnicas de Revisão Analítica neste aspecto.

3. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS COMO TESTE SUBSTANTIVO DE AUDITORIA

O Quadro nº 4 apresenta um sumário dos Procedimentos de Revisão Analítica utilizados como teste substantivo de auditoria. Como pode ser visto, somente as empresas "B", "C", "D" e "E" depositam confiança na Revisão Analítica a ponto de utilizá-la como teste substantivo em combinação com os Testes de Detalhe ou ainda, como substitutos destes. Assim, os comentários seguintes, salvo indicação explícita ao contrário, correspondem às empresas "B", "C", "D" e "E".

QUADRO Nº 4
PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS COMO TESTE SUBSTANTIVO DE AUDITORIA

EMPRESAS ITENS	ESTRANGEIRAS			NACIONAIS	
	A	B	C	D	E
1. VERIFICAÇÃO DO PERFIL DOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA REVISÃO ANALÍTICA SUBSTANTIVA	Não aplicável	Sênior encarregado do trabalho de campo: · Contador ou formando em contabilidade · 4 a 6 anos de experiência em Auditoria	Sênior encarregado do trabalho de campo: · Contador ou formando em Contabilidade · 4 a 5 anos de experiência em Auditoria	Sênior encarregado do trabalho de campo: · Contador ou formando em Contabilidade · 4 a 6 anos de experiência em Auditoria	Assistente ou sênior de cada área · Contador ou formando em Contabilidade · 2 a 3 anos de experiência em Auditoria
2. VERIFICAÇÃO DA POLÍTICA ADOPTADA PELA EMPRESA PARA DETERMINAR O GRAU DE CONFIANÇA QUE IRÁ DEPOSITAR NA REVISÃO ANALÍTICA SUBSTANTIVA	Não aplicável	São aplicados quando fornecem evidências persuasivas: · Procedimentos que estabelecem uma relação entre dados independentes · A diferença entre a previsão do auditor e o saldo registrado nos livros do cliente deverá ser menor que o erro tolerável	Confiabilidade das informações disponíveis Análise histórica das contas Conjuntura econômica	Previsibilidade da conta ou relação Dados utilizados Comportamento histórico das contas	Avaliação do SCIC
3. VERIFICAÇÃO DOS MÉTODOS DE ANÁLISE DE TENDÊNCIAS UTILIZADOS PELAS FIRMAS DE AUDITORIA	Não utilizada	Não utilizada	Não utilizada	Não utilizada	Não utilizada
4. VERIFICAÇÃO DOS MÉTODOS DE ANÁLISE DE RELAÇÕES UTILIZADOS PELAS FIRMAS DE AUDITORIA	Não utiliza	Aplicação especialmente para analisar contas específicas da demonstração de resultados. Tipos de procedimentos: · Análise de índices financeiros combinada com outros procedimentos Não utiliza microcomputador	Aplicado especialmente para analisar contas específicas da Demonstração de Resultados Tipos de procedimentos: · Análise de índices financeiros · Análise horizontal mensal · Análise vertical de percentagens mensais Não utiliza microcomputador	Aplicação especialmente para analisar contas específicas da Demonstração de Resultados Tipos de procedimentos: · Análise de índices financeiros · Análise vertical de percentagens mensais · Análise horizontal mensal Não utiliza microcomputador	Aplicado somente para analisar contas específicas de Demonstração de Resultados Tipos de procedimentos: · Análise horizontal mensal · Análise vertical de percentagens, anual Não utiliza microcomputador
5. VERIFICAÇÃO DOS MODELOS DE TESTES DE RAZOABILIDADE UTILIZADOS PELAS FIRMAS DE AUDITORIA	Não utiliza	Aplicado para estimar contas da demonstração de resultados utilizando diversos dados operacionais Tipos de procedimentos: · Modelos de variáveis, simples ou complexas, que utilizam como variável dependente a conta do balanço e, se baseiam em cálculos modestos Não utiliza microcomputador	Aplicado para estimar contas específicas da Demonstração de Resultados Tipos de procedimentos: · Basicamente, modelos de variáveis simples, que utilizam como variável dependente a conta do balanço e, se baseiam em cálculos modestos Não utiliza microcomputador	Idem	Idem
6. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA EMPRESA EM RELAÇÃO AO USO DA REVISÃO ANALÍTICA SUBSTANTIVA	· Através de um estudo interno concluíram que devido a existência de diversos índices que afetam as Demonstrações Contábeis, seria mais econômico usar Testes de Detalhe, pois a Revisão Analítica precisaria ser muito longa e detalhada · Futuramente pode ser aplicada em clientes que usam correção integral	· Muito eficiente para testar contas associadas com processos de julgamento: provisão para devedores duvidosos · Em determinadas circunstâncias é o único método de teste: quando o cliente não dispõe de sistema de custo de inventário eficaz	· Podem ser aproveitados os procedimentos de Revisão Analítica usados pelo cliente para: computar relações entre resultados reais e orçados, monitorar as principais estimativas incluídas no orçamento, analisar as diferenças entre seus resultados operacionais e os de concorrentes e para estimar contas relacionadas com julgamentos · Elimina Testes de Detalhe desnecessários	· Os testes de razoabilidade proporcionam maior segurança sobre o saldo de uma conta já que a maioria dos testes de auditoria são feitos por amostragem	· Ajuda a localizar problemas rapidamente · Em função dos resultados pode ser omitido o exame documental de certas contas

O item 1 do citado quadro refere-se ao perfil dos responsáveis pela aplicação dos testes, que, como pode ser visualizado, nas empresas "B", "C" e "D" é o Senior, que pertence à categoria de "staff", tem conhecimento Contábil e experiência profissional que oscila entre quatro e seis anos, ao passo que na empresa "E" o responsável poderá ser o Assistente ou o Senior, os quais poderão ter o seu perfil diferenciado em relação às das outras empresas, quanto à experiência profissional - dois a três anos.

Em relação à política adotada pela empresa para determinar o grau de confiança a ser depositado na Revisão Analítica Substantiva percebe-se que os dados fornecidos pela empresa "B" indicam que estão sendo usados como substitutos dos Testes de Detalhe*. Nas empresas restantes o seu uso parece estar direcionado para reduzir os Testes de Detalhe, isto é, os Testes de Revisão Analítica não são utilizados como teste principal. Adicionalmente pode ser verificado que a empresa "E" somente se baseia na avaliação do SCIC para definir o grau de confiança a ser depositado na Revisão Analítica, ao passo que as empresas "B", "C", e "D" fazem além dessas, os outros tipos de avaliações sugeridas pela literatura.

Quanto aos métodos de análise de tendências, foi constatado que nenhuma das empresas pesquisadas os utilizam.

* Para Carmichael & Willighan (1987), isto parece acontecer quando a Revisão Analítica utilizada produz evidência persuasiva essencialmente equivalente à persuasão produzida pelos Testes de Detalhe.

No tocante aos métodos de análise de relações foi verificado que as empresas "B", "C" e "D" os aplicam tanto para o Balanço Patrimonial, como para a Demonstração de Resultados, sendo que nesta última, são mais extensivamente aplicados. A empresa "E" somente aplica esse método para a Demonstração de Resultados. Quanto aos tipos de procedimentos utilizados temos que: a empresa "B" utiliza índices financeiros selecionados, associados a outros procedimentos, na avaliação de contas específicas a fim de obter as evidências persuasivas; a empresas "C" e "D" utilizam índices financeiros selecionados, análise vertical e análise horizontal e; a empresa "E" somente utiliza análise vertical e horizontal. Nenhuma destas empresas utiliza microcomputadores como ferramenta auxiliar para aplicar o método de análise de relações a contas específicas das Demonstrações Contábeis.

No que diz respeito aos modelos de testes de razoabilidade pode-se constatar que todas as empresas procuram elaborar previsões através de cálculos modestos, a respeito do saldo que contas específicas da Demonstração de Resultados deveriam apresentar. Com exceção da empresa "B" que incorpora no modelo mais de uma variável independente, os modelos utilizados pelas outras empresas podem ser caracterizados como sendo de variáveis simples. Além disso através da descrição detalhada do capítulo de resultados, pode-se perceber que a empresa "B" oferece maiores indícios de aproveitamento das capacidades do método de testes de razoabilidade. Por outro lado nenhuma destas empresas ao empregar este método utiliza microcomputadores.

Finalmente, analisando a percepção da empresa em relação ao uso da Revisão Analítica como teste substantivo de auditoria, com exceção de uma empresa que considera inviável o seu uso, as restantes ressaltam a sua eficiência em comparação inclusive aos Testes de Detalhe, a sua eficácia e a possibilidade de aproveitamento dos procedimentos do tipo que tenham sido usados pelo cliente.

Na única empresa que não usa Revisão Analítica Substantiva, por considerar inviável o seu uso, deram como justificativa a questão da relação custo-benefício dentro do contexto inflacionário do país. Entretanto, o depoimento reproduzido a seguir parece refletir certa dose de conservadorismo ou até de ocorrência de certos problemas apontados na literatura*.

"A empresa não tem feito Revisão Analítica Substantiva, porque nós a um tempo atrás fizemos um estudo pensando em passar a adotá-la, a lhe dar um grau de confiança, mas em função das características que nós temos aqui no Brasil, com variações tão grandes, com coisas tão sem sentido, achamos que não é o momento e que não é adequado usar Revisão Analítica substantiva, pois a situação econômica do país não o permite, ou pelo menos ela seria tão longa e tão detalhada que não seria viável, seria muito mais fácil fazer Testes de Detalhe... Nós usamos análise de relações e testes de razoabilidade, só que a utilizamos com o objetivo de nos dar mais informação e base para julgamento, mas não para depositar confiança".

A empresa "B" ressalta a eficiência da Revisão Analítica Substantiva, para testar contas que envolvem estimativas, assim como uma qualidade condizente com as afirmações

* Segundo Blocher e Willingham (1985), para muitos auditores todo o uso potencial da revisão analítica não tem sido aproveitado devido, entre outras coisas, à falta de entendimento sobre a forma em que é corretamente aplicada e sobre o grau de confiança que nela pode ser depositado.

de Cook (1983): "... e em alguns casos os Procedimentos de Revisão Analítica podem ser o único método de teste. Por exemplo, se o cliente não mantiver um Sistema de Custo de Inventário eficaz, a estimativa das Despesas de Fabricação no Inventário Final pode ser feita relacionando-se as Despesas de Fabricação Reais com a Mão-de-Obra Direta Real, supondo-se é claro, registros de Mão-de-Obra confiáveis".

Por outro lado, a empresa "C" parece sugerir que os Procedimentos de Revisão Analítica, potencialmente permitem a prestação de serviços de auditoria a custos mais reduzidos, porque possibilitam a eliminação de Testes de Detalhes e, quando pertinente, o aproveitamento dos procedimentos do mesmo tipo que o cliente emprega para monitorar as suas operações e estimar os saldos de contas que requerem julgamento.

Finalmente, para as empresas "D" e "E" os Procedimentos de Revisão Analítica Substantiva não somente são eficazes como também lhes proporcionam maior grau de certeza quanto à adequabilidade dos saldos de algumas contas em que estes são aplicados:

"Na Demonstração de Resultados têm uma utilidade enorme pois o melhor teste é o de razoabilidade, porque todos os outros testes são só para se ter uma amostra de que as coisas estão acontecendo na companhia e são contabilizados na conta certa... imagina ver 10 ou 20 lançamentos numa conta de 6000 lançamentos, o que significa mais é a razoabilidade e os 10 ou 20, para ter um suporte de que algumas transações que revisei estão na conta certa, ele é mais uma corroboração de controle interno para ver se a documentação é boa e hábil. Agora o que forma a minha opinião é a razoabilidade, o sentimento de que aquilo faz sentido..."

"... em função dos resultados a gente pode omitir o exame documental de algumas contas, faz um teste mais rápido e obtém uma segurança razoável, que nos leva a trabalhar menos na conta se não houver grandes discrepâncias, aliás este é o objetivo".

Como vemos, estes últimos depoimentos das empresas "D" e "E" sugerem que provavelmente, também no Brasil "a tendência atual no processo de auditoria é incrementar a confiança na indagação, observação e análise ao invés de na inspeção de documentos que sirvam de suporte a um número significativo de transação individuais..." (Biggs, 1982).

As conclusões que podem ser tiradas da análise deste componente são: as empresas "B", "C", "D" e "E" que utilizam Revisão Analítica como teste substantivo de auditoria, somente estão empregando parcialmente os procedimentos quantitativos simples considerados eficazes na literatura, já que nenhuma delas utiliza os procedimentos quantitativos simples que fazem parte do método de análise de tendências. Na empresa "E", percebe-se um certo distanciamento das outras empresas porque omite a utilização de índices financeiros, ao passo que na empresa "B" foram encontrados indícios de uma posição vantajosa em relação às empresas "C", "D" e "E", por estar utilizando modelos de testes de razoabilidade de variáveis complexas e, a Revisão Analítica de maneira geral, como teste substantivo principal e em combinação com os Testes de Detalhe, embora tenha-se limitado a fornecer informações somente sobre os primeiros, por serem os métodos basicamente os mesmos. Nenhuma das empresas se vale de microcomputadores para aplicar estes testes. Ademais nenhuma das empresas utiliza os tipos de procedimentos

quantitativos avançados, isto é, baseados em métodos estatísticos, que a literatura sugere como eficazes dentro dos métodos de análise de tendências e testes de razoabilidade, o que as priva, portanto, das vantagens proporcionadas por estes procedimentos no sentido de obterem previsões mais precisas que permitem inclusive, mensurar objetivamente o erro da previsão e, de agilizarem o processo de auditoria em virtude da possibilidade de aplicá-los com ajuda do microcomputador. Finalmente, os tipos de contas em que as empresas enfatizam o uso da Revisão Analítica Substantiva e as percepções dos entrevistados, são condizentes com a literatura pesquisada.

4. PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS NA FASE DE REVISÃO FINAL DA AUDITORIA

O Quadro nº 5 apresenta um sumário das variáveis utilizadas na análise deste último componente das Técnicas de Revisão Analítica, incluindo até questões relacionadas com o uso desta técnica, em todo o processo de auditoria.

Analisando-se as informações contidas no item 1 do citado quadro pode-se perceber que no tocante aos procedimentos aplicados, excluindo a empresa "E" que não os utiliza, as empresas "A", "B", "C" e "D" apresentam práticas de certa forma diferenciadas. As empresas "A" e "B" os aplicam às Demonstrações Contábeis comparativas, mas, destaca-se a empresa "B" por incluir basicamente todos os procedimentos quantitativos simples que aplica na fase de planejamento e por adotar es

QUADRO Nº 5
PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS NA FASE DE REVISÃO FINAL DA AUDITORIA

EMPRESAS ITENS	ESTRANGEIRAS			NACIONAIS	
	A	B	C	D	E
1. PROCEDIMENTOS APLICADOS	Procedimentos: . Análise horizontal aplicada às Demonstrações Contábeis comparativas elaboradas conforme a correção integral ou em dólar. Objetivo: . Avaliar a razoabilidade do comportamento das contas.	Procedimentos: . Revisão Global das Demonstrações Contábeis comparativas e de índices selecionados Objetivo: . Avaliar a adequação dos saldos finais . Preparar-se para a reunião final com o cliente.	Procedimentos: . Análise horizontal . Análise vertical . Análises de índices financeiros relevantes . Comparação de dados operacionais Objetivo: . detectar anormalidades de última hora	Procedimentos: . Comparação da análise de risco inicial com os resultados dos procedimentos . Recálculo de índices em casos preocupantes . Comparação visual (ocasional) das Demonstrações Contábeis pré-auditoria e pós-auditoria Objetivo: . Formar opinião de auditoria.	Não utiliza
2. DECISÕES TOMADAS	Variações significativas são investigadas	Variações significativas são investigadas Outros procedimentos podem ser executados	Variações significativas são investigadas		Não aplicável
3. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA	Parecer Relatório comentário: sugestões ao cliente nos casos de análises operacionais e medições de lucratividade	Verbalmente Carta de recomendações	Parecer Carta de recomendações: sugestões para que o cliente utilize a Contabilidade como instrumento de tomada de decisão	Parecer	Não aplicável
4. VERIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DOS CLIENTES QUE CAUSAM PROBLEMAS DE AUDITORIA	Empresas prestadoras de serviços para o governo . problemas de caixa . problemas de capital de giro	Empresas com estrutura familiar Falta de controles adequados	Empresas com estrutura familiar Deficiências: controles internos	Falta de atualização das empresas de meio e pequeno porte em relação às alterações da legislação Falta de definição de políticas administrativas e contábeis Estrutura familiar não profissionalizada	Empresas ligadas ao Estado do Rio de Janeiro: omissões, negligências e falta de interesse dos funcionários Falta de atualização das empresas sobre a legislação vigente
5. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DAS TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA	. É brilhante. Se não mostrar problemas, ao menos permite conhecer o cliente a nível de negócios e não de contabilidade simplesmente	. Devem ser enfatizados em todas as fases da auditoria por serem eficientes e eficazes	. O seu uso é limitado e restrito em função da experiência, conhecimento e engenho do Auditor, e do setor ou negócios do cliente . O seu valor como ferramenta de Auditoria depende da capacidade do Auditor para interpretar os seus resultados.	. Face aos resultados obtidos com a análise de risco a tendência da empresa é enfatizar sua utilização . Futuramente pretendem usar procedimentos quantitativos avançados com o auxílio de computador	. Gostaríamos de aplicar Revisão Analítica na íntegra, mas no Brasil é impossível . A correção integral tornará a análise de relações mais vantajosa

sa prática em todas as auditorias, devido talvez a que, conforme as informações relacionadas no quadro nº 3, na falta de Demonstrações Contábeis em moeda constante, sempre têm a preocupação de atualizá-las por conta própria, o que nem sempre acontece na empresa "A". Já a empresa "C", aplica Revisão Analítica somente às Demonstrações Contábeis do ano auditado, mas, embora os aplique em todas as auditorias e utilize grande parte dos procedimentos quantitativos simples que costuma usar na fase de planejamento, talvez não efetue uma análise tão significativa como a da empresa "B" ou até como a da empresa "A", pois conforme as informações relacionadas no quadro nº 3, não toma nenhuma providência quando as Demonstrações Contábeis do cliente estão em valores históricos. Quanto à empresa "D", o procedimento padrão e os ocasionais que aplica, parecem estar voltados para adquirir um conhecimento cada vez maior do cliente e para verificar a eficiência da Revisão Analítica (Análise de Risco) quanto à indicação de problemas potenciais de auditoria face aos resultados obtidos com os testes substantivos executados.

Com relação às decisões tomadas decorrentes dos resultados da Revisão Analítica final, três das empresas que os aplicam, as empresas "A", "B" e "C", procuram encontrar explicações para as variações significativas encontradas. Na empresa restante, empresa "D", não foi registrado nenhum comentário a este respeito, mas, os dados do item 1 do citado quadro parecem sugerir que além de servirem de base para formar a Opinião de Auditoria, podem afetar algumas das decisões a serem tomadas para efeitos de planejamento de futuras audito-

rias, no respectivo cliente.

Como conclusão das variáveis analisadas acima, observa-se que as empresas "A", "B", "C" e "D" adotam procedimentos quantitativos simples de Révisão Analítica final, os quais, em alguns aspectos, aproximam-se dos recomendados pela literatura, sendo que, entre elas, a empresa "B" se destaca. Parece também, que as informações e as circunstâncias em que os procedimentos são aplicados pelas empresas "A" e "B", estão de certa forma relacionadas com algumas exigências legais no que diz respeito à publicação das Demonstrações Contábeis do exercício auditado e, com outras práticas adotadas para melhorar a eficiência da Revisão Analítica.

Confome o item 3, do quadro nº 5 as empresas "A", "B" e "D" comunicam os resultados obtidos na aplicação de Técnicas de Revisão Analítica, utilizando-se do Parecer ou da carta de recomendações, ao passo que na empresa "C" é feito verbalmente ou através da carta de recomendações e na empresa "E" somente através do Parecer. Estas diferenças encontradas, talvez possam residir na experiência de cada empresa em relação aos tipos de problemas encontrados em seus clientes e, no caso específico da empresa "E", a utilização única do Parecer pode estar relacionada com as informações contidas no quadro nº 3, no que diz respeito à avaliação do risco financeiro e à não exploração das potencialidades da Revisão Analítica como ferramenta de planejamento.

A utilização do Parecer e em especial da carta de recomendações, (devido à diversidade de problemas passíveis de detecção além do de continuidade) são os procedimentos amplamente recomendados pela literatura. Nas empresas "A", "B" e "D" os entrevistados ressaltaram a grande contribuição que os Procedimentos de Revisão Analítica lhes permitem fornecer a título de recomendações, sendo que na empresa "D" surgiu a seguinte informação adicional:

"O que a gente pode sugerir ao cliente é que ele adote alguns procedimentos que nós conhecemos e que poderão melhorar a "performance" dele... às vezes o cliente contrata, por causa do subproduto, como é o caso das limitadas, empresas de capital fechado etc.".

Analisando-se as informações relativas às características operacionais dos clientes que as empresas pesquisadas consideram como principais causadoras de problemas de auditoria, pode-se observar que embora as percepções das empresas possam estar influenciadas pelos tipos de clientes que cada uma tem, coincidentemente, três das cinco características operacionais foram mencionadas com uma frequência maior do que um. As deficiências de controle interno e a estrutura familiar não profissionalizada foram apontadas por três das cinco empresas; a falta de atualização das empresas com relação à legislação que as afeta foi mencionada por duas das cinco empresas e; as empresas prestadoras de serviços para o governo e as empresas ligadas ao Estado do Rio de Janeiro, foram apontadas uma única vez, por duas das empresas estudadas. Vale ressaltar que todas as características operacionais foram referidas livremente pelos entrevistados.

Finalmente para encerrar este capítulo, gostaríamos de relacionar a percepção dos usuários das Técnicas de Revisão Analítica, quando pertinente, com o quadro nº 6, a seguir, pois estes depoimentos junto com outros que serão reproduzidos, destacam percepções mais globais, que parecem reforçar alguns aspectos das características gerais das empresas que sugerem possíveis explicações para as diferenças encontradas entre as empresas, em termos de proximidade ou afastamento, em relação à utilização de Técnicas de Revisão Analítica consideradas eficazes no processo de auditoria.

No quadro nº 6, são resumidos os achados relativos às Técnicas de Revisão Analítica usadas nas três fases da auditoria pelas empresas e suas características gerais.

Conforme o citado quadro observa-se que todas as empresas utilizam Revisão Analítica na fase de planejamento. Entretanto, nas empresas "A", "B" e "C" de origem estrangeira, foram encontrados procedimentos mais próximos daqueles considerados eficazes e inclusive foram constatadas algumas inovações, sendo que, destas empresas, a que mais se destacou foi a empresa "B", seguida da empresa "A" e por último poderíamos situar a empresa "C", já que embora tenha apresentado inovações em termos de procedimentos não-quantitativos, as suas inferências sobre risco inerente são incompletas. Já a empresa "D", encontra-se numa posição intermediária mas bastante privilegiada em relação à empresa "E" pois, embora não aplique a Revisão Analítica (Análise de Risco) em todas as auditorias devido a problemas ligados com o fator humano, desenvol-

QUADRO Nº 6
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS EMPRESAS DE AUDITORIA E DO GRAU
DE UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA NO PROCESSO DE AUDITORIA

FASES DA AUDITORIA E TIPOS DE PROCEDIMENTOS UTILIZADOS	Planejamento • PNQ recomendados • PQS (Extensivamente) Trabalho de Campo • Não utiliza Revisão Final • Aplicação parcial de PQS às Dem. Cont. comparativas com base na correção integral ou dólar		Planejamento • PNQ recomendados • PQS com microcomputador Trabalho de Campo • Utilização parcial de PQS • Não utiliza PQA Revisão Final • Aplicação parcial de PQS às Dem. Cont. comparativas		Planejamento • Utilização parcial de PNQ recomendados • Outros PNQ • PQS com microcomputador Trabalho de Campo • Utilização parcial de PQS • Não utiliza PQA Revisão Final • Aplicação parcial de PQS às Dem. Cont. correntes		Planejamento • Utilização parcial de PNQ recomendados • PQS Trabalho de Campo • Utilização parcial de PQS • Não utiliza PQA Revisão Final • Aplicação parcial e ocasional de PQS às Dem. Cont. correntes		Planejamento • Utilização parcial de PNQ sem considerar os resultados Trabalho de Campo • Utilização parcial de PQS • Não utiliza PQA Revisão Final • Não utiliza	
	A		B		C		D		E	
EMPRESAS Características	A		B		C		D		E	
1. ORIGEM	ESTRANGEIRA		ESTRANGEIRA		ESTRANGEIRA		NACIONAL		NACIONAL	
1.1 Tempo de Atuação	70 ANOS		27 ANOS		30 ANOS		12 ANOS		51 ANOS	
2. TIPOS DE SERVIÇOS PRESTADOS	Auditoria Ext. 65% Consult. Adm. 3% Consult. Sist. 14% Consult. Fiscal 15% Avaliação e "Merger" 3%		Auditoria Ext. 45% Cons. Adm./Fin. 5% Cons. Sistemas 20% Consult. Fiscal 20% Aval. p/compra 10%		Auditoria Ext. 65% Consult. Administ. 35% Consult. Sist. 35% Consult. Fiscal		Auditoria Ext. 35% Consult. Adm./Sist. 35% Consult. Fiscal 30%		Auditoria Externa 90% Consult. Fiscal 10%	
3. QUALIFICAÇÃO DO AUDITOR	No início da carreira, estudantes do 1º ao 3º ano dos cursos de: Contabilidade 90% Adm. e Economia 10%		No início da carreira estudantes de: Contabilidade 40% Administração 10% Economia 30% Outras áreas 20%		No início de carreira estudantes de: Contabilidade 70% Administração 20% Economia 10%		No início de carreira estudantes de: Contabilidade 50% Administração e Economia 50%		No início da carreira estudantes do 2º a 3º ano de: Ciênc. Contábeis 100%	
3.1 Política de Cargos	Utiliza sistema formal de avaliação de desempenho para o "staff" Categoria Anos na Empresa Trainee - Júnior 1 Semi-sênior 2 Sênior 4 Gerente=CRC 7 a 8 Diretor (Sócio)		Utiliza sistema formal de avaliação de desempenho para o "staff" Categoria Anos na Empresa Trainee - Assistente 1 Semi-sênior 2 a 3 Sênior 4 a 6 Supervisor 7 a 9 Gerente=CRC 10 a 12 Gerente-sênior 12 a 14 Diretor (Sócio)		Utiliza sistema formal de avaliação e de desempenho para o "staff" Categoria Anos na Empresa Auxiliar B - Auxiliar A 1 Assistente B 2 Assistente A 3 Supervisor B 4 Supervisor A 5 Gerente=CRC 6 a 8 Superintend. 8 a 12 Diretor (Sócio)		Utiliza sistema informal de avaliação de desempenho Categoria Anos na Empresa Trainee - Assistente 1 Semi-sênior 2 a 4 Sênior 4 a 6 Supervisor 5 a 8 Gerente=CRC 7 a 8 Diretor Sócio (Diretor)		Utiliza sistema formal de avaliação de desempenho para o "staff" Categoria Anos na Empresa Trainee - Auxiliar 1 Assistente 2 Sênior 3 Supervisor 5 a 6 Gerente=CRC 7 a 9 Diretor	
4. PROGRAMA DE TREINAMENTO	Política de Treinamento Permanente incluindo Revisão Analítica Para o "staff": Contabilidade e Auditoria Para os Executivos: assuntos técnicos de atualidade, administração, "marketing", desenvolvimento da firma, reunião anual dos sócios a nível nacional e internacional		Política de Treinamento Permanente incluindo Revisão Analítica Para o "staff": Contabilidade, Auditoria, noções e conceitos avançados de microcomputadores, impostos e "banking". Para os executivos: conceitos avançados de microcomputadores, impostos, novidades técnicas.		Política de Treinamento Permanente incluindo Revisão Analítica Para o "staff": Contabilidade e Auditoria, impostos, Auditoria em computadores. Para os executivos: seminários nacionais da empresa, seminários de "marketing" e assuntos técnicos recentes.		Política de Treinamento Permanente. Não inclui Revisão Analítica. Para o "staff": Contabilidade e Auditoria. Para os Executivos: seminários sobre assuntos novos, reuniões técnicas e Inglês.		Política de Treinamento Permanente incluindo Revisão Analítica. Para o "staff": Contabilidade, Auditoria e Impostos. Para os executivos: assuntos técnicos novos.	
4.1 Origem, Tempo e Objetivos de Implementação da Revisão Analítica	• Manuais da matriz Literatura especializada Própria empresa • 4 anos, com objetivo de tornar-se mais competitiva no mercado: 1) Revisão Analítica de Planejamento 2) Revisão Analítica/Detalhada 3) Revisão Analítica Final		• Manuais da matriz • 7 anos com objetivo de aumentar a eficácia da auditoria 1) Revisão Analítica Global 2) Revisão Analítica/Detalhada 3) Testes Diretos 4) Revisão Final		• Manuais da matriz • 1 ano (início há 4 anos) com objetivo de tornar-se mais competitiva no mercado 1) Planejamento 2) Testes de Saldos 3) Revisão Final		• Debates com a participação de Gerentes, Diretores e Sócios • Início há 4 anos, com objetivo de tornar-se mais competitiva no mercado: 1) Análise de Risco 2) Testes de Saldos 3) Conclusão do Trabalho		• Outra empresa de auditoria • 20 anos para atender a exigências feitas por uma associada estrangeira: 1) Conhecer o Cliente 2) Testes de Saldos	
5. SOFISTICAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS	"Hardware": 10 microcomputadores 4 impressoras 4 máq. escr. (imp.) "Software" próprio: • Seleção estatística e conversão de Dem. Cont. para moeda estrangeira • correção integral • Revisão Analítica Substantiva (sem uso) • Projeções financeiras		"Hardware": 4 microcomputadores 2 impressoras "Software" próprio: • Conversão de dem. fin. p/moeda estrangeira • Seleção estatística • Análise de negócios • Editor de texto • Análise de risco específico • Papéis de trabalho • Super calc 3 • Correção monetária integral		"Hardware": 4 microcomputadores 4 impressoras "Software" próprio: • Lotus 1,2,3 • WP • DBase III		Não dispõe de "hardware" para uso da área de auditoria "Software" próprio: • Teste de sistemas • Papéis de trabalho (sem uso)		Não dispõe de "hardware" p/ utilização em auditorias "Software" disponível: • Teste de sistemas • Correção integral • Análise financeira, etc.	

ve uma estratégia de avaliar o Risco de Auditoria que em vários aspectos se aproxima da literatura podendo ser equiparada inclusive com as empresas de origem estrangeira, o que não acontece com a empresa "E".

Na fase de trabalho de campo somente as empresas "B", "C", "D" e "E" utilizam a Revisão Analítica Substantiva, no entanto, todas se encontram afastadas em relação à literatura, uma vez que se limitam a utilizar parcialmente os tipos de procedimentos que podem ser categorizados como quantitativos simples, omitindo o uso dos procedimentos mais avançados que se baseiam em cálculos ou modelos estatísticos. Destas empresas, quem mais se destacou foi a empresa "B", por utilizá-los como Teste Direto e em combinação com Testes de Detalhe, assim como, pelos tipos de procedimentos que usa. Em posição intermediária situam-se as empresas "C" e "D" seguidas pela empresa "E", já que esta última embora igualmente que às empresas "C" e "D", somente utilize a Revisão Analítica Substantiva em combinação com os Testes de Detalhe, não faz uso de índices financeiros.

Já na fase de revisão final da auditoria, somente as empresas "A", "B", "C" e "D" utilizam parcialmente os procedimentos quantitativos simples considerados eficazes na literatura, mas nenhuma delas mostrou explicitamente a preocupação em reavaliar a posição de continuidade do cliente. Destas empresas quem mais se destacou, foi a empresa "B".

Vale ressaltar que tais empresas, deram indícios de terem práticas de certa forma diferenciadas, quanto à aplicação da Revisão Analítica Final.

Com relação às diferenças encontradas entre as empresas, no que diz respeito à utilização de Técnicas de Revisão Analítica no processo de auditoria, alguns pontos que poderiam ser considerados como relevantes são a origem, o tempo e objetivos de implementação das técnicas, assim como o fornecimento de treinamento.

Dessa forma, pode-se observar que as empresas que mais se destacaram são as de origem estrangeira que por sua vez implementaram as Técnicas de Revisão Analítica a partir dos Manuais da Matriz. Já o caso das empresas nacionais é diferente. No entanto, uma delas, a empresa "D", praticamente se equipara às de origem estrangeira e observando-se as origens de seus procedimentos e outras variáveis explanatórias que se são relacionadas a seguir percebe-se que apesar da carência de certos fatores, sempre é possível evoluir, desde que existam pessoas suficientemente envolvidas com os objetivos da organização. Com relação à outra empresa nacional, a empresa "E", que por sua vez, é a empresa que menos se aproxima da literatura, verificou-se que os procedimentos que utiliza são oriundos de uma ex-associada estrangeira, mas, a explicação para encontrar-se em posição tão distanciada das demais empresas, parece residir na ausência de objetivos próprios que a motivassem a implementá-los, pois como foi visto, simplesmente atenderam a uma imposição decorrente da formação de uma associação.

Diferentemente da empresa "E", as empresas "A", "B", "C" e "D", implementaram a Revisão Analítica com o objetivo de tornarem-se mais competitivas no mercado, sendo que o principal efeito invariavelmente relatado por estas empresas, foi a mudança no enfoque de trabalho caracterizada fundamentalmente pela execução do exame com base na análise de riscos. Na empresa "D" no comentário do entrevistado sobre o objetivo principal que pretendiam alcançar com o uso da Revisão Analítica, aparecem sinais de que as características inerentes a cada empresa de certa forma influenciam a obtenção de uma situação privilegiada no mercado, e, de que as necessidades experimentadas podem converter-se na força que leva ao desenvolvimento:

"... Nós trabalhamos num meio extremamente competitivo, onde a gente trabalha é um mercado dominado substancialmente por empresas de grande porte que detêm tecnologia etc... Então elas têm uma série de vantagens materiais extraordinárias, e o que sentimos na prática era uma necessidade de executar trabalhos com honorários que pudessem nos tornar competitivos no mercado... Então o que inspirou a empresa a adotar essa linha foi realmente a necessidade e, eu diria para você até o seguinte: ainda que esse assunto não tivesse sido levantado no resto do mundo, nós estaríamos fazendo isso, não porque estaríamos criando uma tecnologia, mas porque para nós isso foi necessário, nasceu de uma necessidade de sobrevivência."

Um outro fator que parece influenciar o grau de proximidade ou afastamento em relação a literatura sobre Revisão Analítica é o tempo de implementação das técnicas e o fornecimento de treinamento sobre as mesmas. Observando-se os dados do quadro nº 6 percebe-se que a empresa que mais se destacou, a empresa "B", os implementou totalmente há seis anos;

a empresa que se situa em segundo lugar, a empresa "A", (levando-se em conta que também usa na fase de planejamento os procedimentos quantitativos simples que as outras empresas usam no trabalho de campo) os implementou há quatro anos; a empresa "C", há um ano, mas levou três anos para implementá-los devido a questões de treinamento e; a que está por último, a empresa "D", (considerando que a empresa "E" é um caso singular) iniciou a sua implementação há quatro anos, não a tendo concluído ainda no sentido de que nem todos os responsáveis pelos serviços de auditoria adotam a nova metodologia de trabalho. Ademais, a empresa "B" que parece ser a única a usar a Revisão Analítica Detalhada, conforme os delineamentos encontrados na literatura, mencionou que seus manuais sofreram uma revisão em 1986.

O treinamento também sugere certos motivos para as diferenças encontradas entre as empresas. No caso específico da empresa "D", o fato de não terem formalizado a Revisão Analítica a nível de treinamento, pode acrescentar problemas aos que está experimentando, em termos de não aderência dos futuros Gerentes, Diretores e Sócios à metodologia implantada, seja por resistência às mudanças ou por dificuldades de assimilação das Técnicas de Revisão Analítica. Esta empresa argumentou que uma das desvantagens das diversas Técnicas de Revisão Analítica é a dificuldade de dar treinamento, uma vez que "para aplicá-los efetivamente a experiência é básica, e isso não se transfere".

A importância atribuída às capacidades do Auditor, também foi ressaltada pela empresa "C":

"O uso potencial dos Procedimentos de Revisão Analítica em um serviço pode ser virtualmente ilimitado e restrito somente pela experiência, conhecimento e engenho do Auditor... Seu valor como ferramenta de auditoria depende da capacidade do próprio Auditor para interpretar seus resultados."

Nos depoimentos obtidos nas empresas citadas acima, percebe-se a grande valorização que é dada à competência profissional, o que de certa forma confirma, junto com as outras observações feitas, que o grau de utilização das Técnicas de Revisão Analítica está relacionada com a qualificação do Auditor e o treinamento que este recebe na firma de auditoria. (ver p.107-8, item III.3). Outros possíveis problemas ligados ao treinamento e as conseqüentes diferenças encontradas entre as firmas de origem estrangeira e nacional, são apontadas nas seguintes falas (a primeira fala é da empresa "A" e a segunda é da empresa "D" de origem nacional):

"... Acredito que falta literatura nacional. Basicamente o conhecimento sobre Revisão Analítica provém das grandes empresas de auditoria e de alguns profissionais isolados".

"Nessas discussões nossas, eu vejo que a gente levou um tempo muito grande, porque nós já podíamos ter assimilado muita coisa do exterior, mas na verdade nós não tínhamos de onde assimilar".

Esta última fala, além de retratar a experiência pela qual a empresa passou, parece sugerir uma postura diferente em relação à crença que parece existir na empresa "E" de que os conhecimentos oriundos de outros países não têm aplicabilidade no Brasil:

"O Brasil é um país muito complicado para o Auditor, por causa da inflação, e a Revisão Analítica é sofisticada demais para a nossa realidade... a Revisão Analítica parece mais técnica de americano, eu até duvido que outras empresas a estejam utilizando... no momento em que nós vivemos, nesse estado de coisas, esse tipo de preocupação do Auditor seria até secundário... agora, nós não somos contrários ao uso da Revisão Analítica, gostaríamos de sempre melhorar a qualidade técnica do trabalho, não somos contrários a isso, gostaríamos que tudo funcionasse conforme está aí, nessas perguntas do questionário."

As observações acima também denotam que a inflação é um fator que perturba alguns Auditores ou empresas de auditoria.

Além das considerações anteriores, as informações que constam no quadro nº 6, sugerem que a quantidade de recursos materiais disponíveis nas empresas não é um fator fortemente influenciador do grau de utilização de Técnicas de Revisão Analítica e de microcomputadores nas atividades da auditoria. Entretanto este último parece estar relacionado ao treinamento fornecido na empresa.

Finalmente, a demanda por parte dos clientes que parece existir em relação à prestação de serviços de sistemas, sugere que se continuar em ascendência provavelmente pode ocorrer um uso intensivo do microcomputador para aplicar os procedimentos quantitativos simples e incorporar procedimentos quantitativos avançados na execução de Auditorias Financeiras.

CAPÍTULO VI

SUMÁRIO, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E
SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

VI.1 - SUMARIO

O presente estudo procurou investigar a existência de práticas nas firmas de auditoria no Brasil, quanto ao uso de Técnicas de Revisão Analítica, haja visto, a carência de evidências empíricas que propiciem uma base científica para a julgamento do grau de utilização dessas técnicas e conseqüentemente da incorporação dentro da metodologia de trabalho de providências que visem reduzir a possibilidade de se emitir um Parecer de Auditoria tecnicamente errado.

De forma a contribuir para um melhor conhecimento do assunto, foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória, em cinco empresas de auditoria - três de origem estrangeira e duas de origem nacional.

Para alcançar os objetivos pretendidos nesta pesquisa inicialmente realizou-se uma revisão da literatura, onde foram estudadas as Técnicas de Revisão Analítica passíveis de utilização durante todo o processo de execução de uma Auditoria Financeira e, por último, definido o plano de referências que norteou este estudo.

Devido às características e propósitos desta pesquisa, adotou-se o método de estudo de casos por vislumbrar-se a possibilidade de obter maior riqueza de detalhes que resultaria em maior conhecimento do assunto.

Os dados para elaborar os casos foram reunidos mediante um questionário contendo em grande parte questões abertas, aplicado através de entrevista pessoal conduzida pela própria pesquisadora. Alguns dos dados foram extraídos de documentos fornecidos para consulta pelas empresas.

O esquema analítico constou da descrição dos casos estudados, com base nos depoimentos dos entrevistados e em informações reunidas a partir dos documentos disponíveis, seguida de uma análise qualitativa onde se procurou relacionar os resultados obtidos no trabalho de campo com o plano de referência desenvolvido.

Restringindo-se o campo de observação aos casos estudados e as limitações do estudo, mencionados no capítulo III, os resultados obtidos são apresentados a seguir para um melhor conhecimento das Técnicas de Revisão Analítica que estão sendo usadas pelas empresas de auditoria no Brasil.

Os resultados obtidos nesta pesquisa sugerem que as Técnicas de Revisão Analítica incorporadas à metodologia de trabalho nas cinco empresas de auditoria - sob a ótica do Risco de Auditoria - não atendem, em diversos aspectos, aos fundamentos teóricos que nortearam este estudo.

Resumindo-se os principais resultados, foi verificado que:

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS EMPRESAS

Em todas as empresas o pessoal responsável pela aplicação das Técnicas de Revisão Analítica atende ao perfil requerido para tal, no entanto, uma das empresas, de origem nacional, não desenvolveu programa formal de treinamento sobre essas técnicas.

CALCULO DO RISCO DE AUDITORIA

Somente quatro empresas incluem na sua avaliação qualitativa do Risco de Auditoria os dois componentes de riscos que são controlados pela administração, mas que devem ser avaliados pelo Auditor: o risco inerente e o risco do SCIC, sendo que, a outra empresa, de origem nacional, apenas inclui este último. Entretanto, foi só uma dessas empresas de origem estrangeira que denotou preocupação em avaliar totalmente o Risco de Auditoria ao definir políticas que reconhecem a possibilidade do Auditor falhar na escolha dos testes substantivos.

PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA QUE FAZEM PARTE DA ANÁLISE DO RISCO DE AUDITORIA

Somente quatro das empresas estudadas desenvolvem uma estratégia de avaliação formal do risco inerente direcionada para a determinação do possível impacto que os riscos potenciais detectados podem causar nas Demonstrações Contábeis do cliente. Dessas empresas - apenas uma de origem estrangeira usa satisfatoriamente os Procedimentos de Revisão Analítica re

comendados na literatura para efeitos de planejamento, pois nas outras, embora apliquem procedimentos, poderão não ser identificados alguns dos possíveis riscos relevantes existentes no cliente, inclusive o de continuidade por omitirem todos ou um dos seguintes fatores:

- a) utilização de procedimentos para descobrir possíveis riscos associados às empresas de capital aberto, independentemente daqueles que visem analisar o cumprimento da normatização que as afeta;
- b) avaliação da tendência da administração do cliente em cometer fraudes;
- c) procedimento padrão e suficientemente eficiente para considerar o efeito da inflação sobre Demonstrações Contábeis elaboradas em valores históricos.

Outro ponto importante que pode ser observado foi o de que, embora todas as empresas disponham de microcomputadores e *software* passíveis de uso para executar Procedimentos de Revisão Analítica, somente em duas empresas verificou-se o uso dessas ferramentas de *cômputo*. Estas empresas são de origem estrangeira.

PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS COMO TESTE SUBSTANTIVO

Somente quatro das empresas estudadas – duas de origem estrangeira e duas nacionais – utilizam a Revisão Analítica como teste substantivo de auditoria. Estas empresas utilizam pelo menos um dos três métodos referenciados na literatura. Três das empresas utilizam dois métodos, análise de relações e testes de razoabilidade. Nenhuma das empresas utiliza o método de análise de tendências. Ademais, nenhuma das empresas usa os tipos de procedimentos quantitativos avançados abrangidos pelo método de testes de razoabilidade e, é claro, pelo de análise de tendências.

PROCEDIMENTOS DE REVISÃO ANALÍTICA UTILIZADOS NA FASE DE REVISÃO FINAL DA AUDITORIA

Somente quatro das empresas pesquisadas – três de origem estrangeira e uma nacional – utilizam Procedimentos de Revisão analítica na fase de revisão final da auditoria. Os resultados sugerem que nesta fase a preocupação das empresas está concentrada em detectar erros nas contas, não estendendo-se para a reavaliação da posição de continuidade do cliente.

As cinco empresas estudadas forneceram informações a respeito das características operacionais das empresas brasileiras que mais causam problemas de auditoria e sobre a experiência no uso das Técnicas de Revisão Analítica.

VI.2. CONCLUSÕES

As práticas existentes nas cinco firmas de auditoria pesquisadas, quanto ao uso de Técnicas de Revisão Analítica, em alguns aspectos se relacionam com aqueles pontos vistos como relevantes, na literatura estudada, mas, quando vistas sob o ângulo da sua utilização em todo o processo de auditoria, demonstraram não darem a suficiente atenção à necessidade de se executarem todos os procedimentos que possibilitem reduzir ao máximo o Risco de Auditoria e conseqüentemente melhor atender aos usuários do Parecer.

Para prestar serviços de auditoria dentro dos melhores padrões de qualidade, o planejamento adequado dos mesmos constitui uma necessidade ainda maior quando se sabe que o exame é feito por amostragem e das dificuldades de se avaliar objetivamente os riscos associados a todos os testes substantivos a serem executados. Assim, efetuar uma avaliação crítica e completa do risco inerente torna-se imprescindível dada a sua existência independentemente da eficiência do SCIC, porém, neste trabalho verificou-se que com exceção de uma empresa, o risco inerente não está sendo avaliado ou o está parcialmente e/ou as Técnicas de Revisão Analítica não são eficientemente aplicadas. Estes problemas assumem proporções maiores ao obter-se indícios de que o escopo dos testes é definido conforme critério subjetivo do Auditor, ao invés de, em amostragem probabilística.

Somando-se aos problemas mencionados, aparece uma

contradição notada nas firmas de auditoria: todas foram unânimes em admitir que assumem risco alto de auditoria, pois este é transformado em horas de trabalho devido à necessidade de se executar maior número de testes, no entanto, quase todas as empresas admitiram ter implementado as Técnicas de Revisão Analítica como resposta aos problemas de competitividade que estavam enfrentando em termos de honorários.

Como teste substantivo de auditoria, além dos Testes de Detalhe estão sendo usados Procedimentos Quantitativos Simples de Revisão Analítica, o que é muito importante, haja visto, que o exame é feito por amostragem, e tais procedimentos permitem testar os saldos de algumas contas com base nas previsões elaboradas que via de regra, caracterizam-se por representarem um cálculo global. Entretanto, pelo mesmo motivo torna-se necessário que também sejam usadas as Técnicas de Revisão Analítica avançadas baseadas em cálculos matemáticos estruturados, referenciadas na literatura. A não utilização destas técnicas priva as firmas de auditoria de auferir suas vantagens: maior confiabilidade nas previsões face a sua precisão e bases objetivas para julgamento.

Na fase de revisão final o uso de Técnicas de Revisão Analítica torna-se de grande utilidade na medida em que podem ajudar a detectar problemas de auditoria não descobertos nas fases anteriores. Isto implica, sob o ponto de vista do Risco de Auditoria, que limitar os procedimentos à finalidade de descobrir contas com saldos finais anormais não é suficiente, já que os resultados dos testes substantivos pode-

rão trazer como consequência a elaboração de ajustes nas contas das Demonstrações Contábeis e, conseqüentemente, a reavaliação da posição de continuidade do cliente, nesse momento, é da maior relevância.

A não utilização de microcomputadores, como ferramenta auxiliar à execução de Técnicas de Revisão Analítica, pela maioria das empresas estudadas, especialmente quando dispõem desses recursos, resulta não somente na sua sub-utilização, mas também, na perda de oportunidade de aumentar a eficiência e a eficácia da auditoria, pois como foi mostrado no capítulo II, com o uso de microcomputadores é possível aumentar a quantidade e qualidade (análise de regressão etc.) dos Procedimentos de Revisão Analítica, sem que isto incorra necessariamente, comparado a outros meios, em um ônus maior.

Ao relacionar essas conclusões com as perguntas da pesquisa, os seguintes comentários podem ser efetuados:

1) quanto à questão 1 (página 106): as empresas de auditoria externa que foram pesquisadas utilizam parcialmente as Técnicas de Revisão Analítica consideradas eficazes pela literatura.

2) quanto à questão 2 (página 107): as empresas de origem estrangeira, foram as que mais se aproximaram das Técnicas de Revisão Analítica, relacionadas na literatura, comparando-se com as nacionais. Entretanto, a empresa "D" destaca-se da outra nacional, equiparando-se a uma das estrangeiras.

As evidências obtidas nesta pesquisa levam a concluir pela constatação da não-exploração de todo o potencial das Técnicas de Revisão Analítica e pela detecção dos problemas apontados por Blocher e Willingham (1985) como explicadores dessa situação:

- a) falta de entendimento geral a respeito do que seja Revisão Analítica – para a maioria das empresas esta consiste somente dos tipos de comparações mencionadas no SAS Nº 23 e em um caso, foi confundida com Auditoria Analítica.
- b) falta de entendimento sobre a forma de sua aplicação correta – os efeitos da inflação nem sempre são levados em conta ou são vistos como uma realidade perturbadora e difícil de transpor.
- c) falta de entendimento sobre a confiança que pode ser-lhe atribuída – a inflação vivida nos últimos tempos no Brasil tem inibido uma empresa de utilizar a Revisão Analítica Substantiva.

Face ao anteriormente exposto, é importante destacar, que parece existir carência de emissão de pronunciamento sobre as Técnicas de Revisão Analítica pelos órgãos de classe do Brasil. Por outro lado, as declarações feitas pelo AICPA através do SAS Nº 23 de 1978, foram no sentido de orientar e não de exigir o uso dessas técnicas, no entanto, em 1988, após concluída a revisão bibliográfica deste estudo, foram emiti-

dos uma série de pronunciamentos pelo AICPA, que vieram a substituir outros, onde novas responsabilidades são atribuídas aos Auditores: aplicar em todas as auditorias procedimentos de Revisão Analítica nas fases de planejamento e revisão final, detectar e comunicar erros e irregularidades, obtenção de conhecimento em todas as auditorias sobre os controles organizacionais, o Sistema Contábil e procedimentos de controle, aplicar procedimentos para descobrir atos ilegais praticados pelos clientes e considerar a habilidade do cliente de continuar como uma empresa em andamento explicitando-o no Parecer. Também foram dadas orientações a respeito da utilização da Revisão Analítica como teste substantivo e sobre a auditoria de estimativas contábeis.*

Com base nisso, o grau de utilização das Técnicas de Revisão Analítica pelas firmas de auditoria pode ser considerado como aceitável, levando-se em conta também que a sua implementação pelas empresas mais próximas da literatura varia entre quatro e sete anos atrás e que a literatura existente e a normatização nacional pertinente ainda é carente. Ademais, também pode ser concluído pelo realçamento da importância que as Técnicas de Revisão Analítica irão desempenhar no cumprimento das novas responsabilidades atribuídas aos Auditores do exterior e conseqüentemente no melhor atendimento às necessidades de informações relevantes dos usuários das Informações Contábeis.

*DAN, M., GUY & SULLIVAN, Jerry D. The Expectation GAP Auditing Standards. Journal of Accountancy, New York, 165 (4): 36-46, Apr. 1988.

Adicionalmente, algumas evidências reunidas nesta pesquisa, como a eficiência atribuída pelas empresas às Técnicas de Revisão Analítica utilizadas, as intenções de informatizar o processo de auditoria, as vantagens vislumbradas com o uso da correção integral em empresas de capital aberto e as preocupações notadas em algumas empresas no sentido de fornecer treinamento, atualizar os Manuais de Auditorias e partir para procedimentos mais sofisticados de Revisão Analítica, de notam a tendência de que o grau e o tipo de Técnicas de Revisão Analítica usados pelas empresas de auditoria possa ser intensificado no futuro.

Por outro lado, percebe-se que a maior parte das empresas de auditoria pesquisadas estão dirigindo sua atenção para a prestação de Serviços de Consultoria. Se continuarem com esta es tratêgia, o uso de Técnicas de Revisão Analítica deverá aumentar, uma vez que chamam a atenção para aspectos não detectados pela auditoria tradicional.

Como se pode observar, os achados também levam a concluir sobre a importância de se fazer pesquisas no sentido de que elas podem contribuir para estabelecer relações entre a teoria e a prática, motivar o uso de técnicas mais evoluídas, para tomar providências quanto a redução do Risco de Auditoria, e para quebrar o ceticismo de alguns profissionais que acreditam que as técnicas oriundas de outros países não têm aplicabilidade no Brasil.

Finalmente, os requerimentos da auditoria moderna refletem a necessidade de os profissionais terem uma visão mais abrangente que a proporcionada quando o Curso de Ciências Contábeis somente é direcionado para o "como fazer" Contabilidade e "como fazer" Auditoria na Contabilidade.

VI.3. RECOMENDAÇÕES

PARA AS EMPRESAS DE AUDITORIA

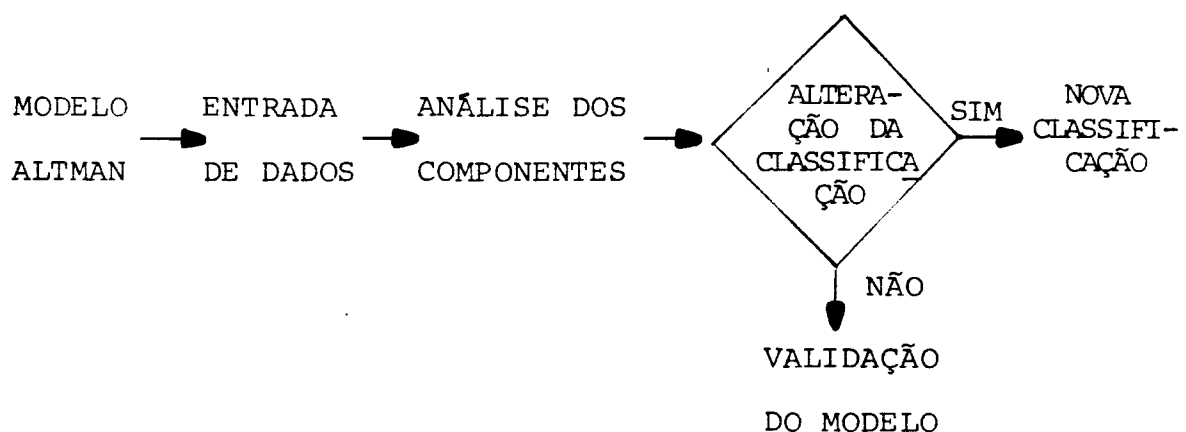
Sabendo-se do papel importante que os usuários das Informações Contábeis atribuem à Auditoria Financeira devido a sua função primordial de dar confiabilidade às afirmativas da administração, é fundamental que as empresas de auditoria utilizem procedimentos que proporcionem maior segurança de que não vai ser expressa uma opinião sobre Demonstrações Contábeis que contenham problemas materiais não detectados no exame.

As Técnicas de Revisão Analítica, como visto na revisão de literatura e nos próprios resultados da pesquisa, além de serem menos onerosas do que outros tipos de procedimentos de auditoria tem dado sobretudo, evidências de serem eficientes para alertar o Auditor sobre a possibilidade de que certos erros ou irregularidades existam no cliente, para testar certos tipos de contas e, para concluir sobre a razoabilidade total dos Relatórios Contábeis.

Assim, recomenda-se que sejam tomadas maiores providências para efeitos de planejamento, no sentido de avaliar os riscos inerentes a cada cliente de forma mais eficiente, através da inclusão completa de todos os fatores que contribuem para a sua existência e, da tomada de medidas para que os resultados das técnicas de Revisão Analítica não levem a interpretações errôneas, de forma que os testes substantivos a

serem executados correspondam aos riscos considerados existentes no cliente.

Para fins de planejamento, a avaliação da posição de continuidade do cliente é de fundamental importância e, neste sentido, o uso do modelo Altman pode ser de grande valia, pois reduziria o grau de subjetividade envolvido no julgamento das evidências reunidas. Adicionalmente, considerando-se que o Auditor tem acesso a informações relevantes do cliente e que pressupõe conhecimento das limitações inerentes à Contabilidade, poderá obter maiores benefícios desse modelo e fornecer algumas contribuições, já que, parece possível que o Auditor tomando como ponto de partida o modelo Altman, analise os componentes do modelo, podendo alterar a própria classificação numérica – que determina a susceptibilidade à falência – em função dos itens examinados. As seguintes etapas, podem ser sugeridas para tal experimento:



Para testar os saldos das Contas das Demonstrações Contábeis é recomendável que sejam utilizadas as Técnicas de Revisão Analítica alicerçadas em métodos matemáticos

estruturados de forma a obter estimativas mais precisas que também forneçam o erro provável do procedimento e bases objetivas para julgamento. Com isto, evidentemente que o Risco de Auditoria poderá ser reduzido.

Na fase de revisão final, é indispensável que as empresas utilizem as Técnicas de Revisão Analítica em todas as Auditorias. Implícito nesta recomendação encontra-se a reavaliação da posição de continuidade do cliente em decorrência das situações de pré-auditoria e pós-auditoria, normalmente, apresentarem diferenças.

Reconhecendo-se as vantagens e potencialidades do microcomputador, o processo de informatização que está ocorrendo no meio empresarial e a necessidade de utilizar procedimentos mais precisos que minimizem o Risco de Auditoria, recomenda-se que seja dado o devido valor ao uso de microcomputador e *softwares* especializados.

Outro ponto a ser considerado refere-se à carência de literatura sobre Técnicas de Revisão Analítica. As empresas de auditoria de origem estrangeira e nacional poderão promover o intercâmbio de conhecimentos, na procura de alcançar um objetivo comum: melhor atender aos usuários do Parecer.

Finalmente, a carência de normas específicas relacionadas ao Risco de Auditoria e com o exercício das atividades de auditoria não deve ser um obstáculo para as empresas de auditoria deixarem de efetuar procedimentos que possam me-

lhorar a qualidade dos serviços prestados.

PARA OS ÓRGÃOS DE CLASSE

Os diversos aspectos abordados ao longo deste estudo sugerem a necessidade de que sejam emitidos pronunciamentos sobre Padrões de Auditoria. Em países como os EUA, percebe-se a preocupação em fornecer diretrizes às firmas de auditoria para a execução do exame e, em aprimorá-las continuamente para acompanhar a evolução do conhecimento e melhor atender aos usuários dos serviços de auditoria externa, dentre os quais figuram os investidores.

PARA A COMUNIDADE ACADEMICA

Sabendo-se que a situação política, social e econômica afeta as empresas e conseqüentemente, suas Demonstrações Contábeis e, sabendo-se que o profissional de Ciências Contábeis precisa ter capacidade de discernir não só esses efeitos, mas também, questões internas a cada organização, - adequação e cumprimento de políticas e procedimentos, aspectos ligados às áreas de produção, vendas, finanças, matéria legal etc. - por que também causam impacto naqueles relatórios, parece oportuno recomendar, que os currículos das Universidades sejam elaborados e atualizados periodicamente, de forma a possibilitar a adequada formação do Contador a essa realidade que demanda a necessidade de que sejam transferidos aos futuros profissionais, os conhecimentos requeridos para o exercício de suas funções dentro dos melhores padrões de qualidade possível.

A inclusão de Técnicas de Revisão Analítica no currículo de Ciências Contábeis ou na Cadeira de Auditoria, parece-nos imprescindível por encontrar utilidade prática, refletida em ser um dos meios de alcançar o objetivo de melhor atender aos usuários das informações contábeis, para o profissional que atua como auditor externo, interno, contador, consultor de empresas etc.

PARA AS EMPRESAS BRASILEIRAS

Alguns dos achados desta pesquisa sugerem que as empresas brasileiras poderão melhorar a qualidade das Informações Contábeis e, por extensão, obter uma possível redução nos preços dos serviços de Auditoria Financeira, através da: ênfase no treinamento de seus funcionários; ênfase na melhoria dos controles internos; promoção de uma melhor comunicação entre as diversas áreas com os quais a Contabilidade interage e; implantação de um departamento fiscal que possibilite o acompanhamento das diversas leis que as afetam.

VI.4. SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Espera-se que os achados desta pesquisa despertem a atenção de pesquisadores sobre a importância da aplicação dos conhecimentos disponíveis na literatura a respeito das Técnicas de Revisão Analítica, para a eficiente avaliação e redução do Risco de Auditoria.

Devido ao fato de as Técnicas de Revisão Analíti-

ca para fins de auditoria terem surgido há relativamente poucos anos e de que se observa na literatura especializada um constante desenvolvimento das mesmas, consideramos oportuno recomendar que este estudo seja reaplicado, utilizando outra metodologia e considerando outras questões tais como: inclusão de maior número de empresas, tamanho das empresas pesquisadas, tipos e tamanhos dos clientes auditados por essas empresas.

As Técnicas de Revisão Analítica também são passíveis de utilização na auditoria interna de empresas privadas e públicas. Desse modo, é sugerida a realização de estudos nessas empresas, usando uma abordagem de Técnicas de Revisão Analítica que seja pertinente.

Neste trabalho, foi visto que em 1988 o AICPA emitiu uma série de pronunciamentos que sem sombra de dúvida irão melhorar a qualidade das auditorias nos EUA. Assim, parece propício sugerir que seja realizada uma pesquisa que procure comparar essas regulamentações com as existentes no Brasil.

Os achados deste estudo também denotam uma certa preocupação ou preferência das firmas de auditoria em formar o Auditor. Isto parece refletir-se nas suas políticas de cargos associada às políticas de treinamento. Dessa forma, parece oportuno recomendar a realização de uma pesquisa que procure investigar as causas e os reflexos de tal prática.

B I B L I O G R A F I A

01. ALTMAN, Edward I., Financial Ratios, Discriminant Analysis and the Prediction of Corporate Bankruptcy. The Journal of Finance, New York XXIII (4): 589-609, Sept. 1968.

02. _____. Corporate Financial Distress: A Complete Guide to Predicting, Avoiding, and Dealing With Bankruptcy, New York, John Wiley & Sons, 1983.

03. ALTMAN, Edward I., & MCGOUGH, Thomas P. Evaluation of a Company as a going Concern. The Journal of Accountancy, New York, 138 (6): 50-7, Dec. 1974.

04. AMERICAN Institute of Certified Public Accountants (AICPA). Audit Sampling. New York, June 1981, p. 1-15. (Statement on Auditing Standards, 39).

05. _____. Audit Risk and Materiality in Conducting an Audit. New York, Dec. 1983, p. 1-13 (Statement on Auditing Standards, 47).

06. _____. Professional Standards, New York, Vol. A., 1986.

07. AUDITING Concepts Committee. Report of Committee on Basic Auditing Concepts. The Accounting Review, Menasha, Wisconsin, 47: 25, 1972. Supplementar.

08. BERNSTEIN, Leopold A. A Ratio Change and Trend Analysis: Handbooks for Auditors, New York, McGraw Hill, 1971.

09. BERNSTEIN, Leopold A. Financial Statement Analysis, Irwin, Homewood, 1978.
10. BIGGS JR., Sheridan C. Perspectives in Auditing for the 1980s and Beyond. Journal of Accountancy, New York, 153 (5): 93-104, May 1982.
11. BLOCHER, Edward & WILLINGHAM, John J. Analytical Review: A Guide to Evaluating Financial Statements. New York, McGraw-Hill, 1985.
12. _____. Approaching Analytical Review. CPA Journal, March 1983, p. 24-32.
13. BRASIL, Lei das Sociedades por Ações - Lei 6404 de 15.12.76, São Paulo, Ed. Atlas, 1985.
14. BRASIL, Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Instrução nº 64 de 195.5.87.
15. _____. Relação de Auditores Independentes - Pessoa Jurídica - Sede - Filial, dez. 1987.
16. CARMICHAEL, D.R. & WILLINGHAM, John J. Auditing Concepts and Methods: A guide to Current Auditing Theory and Practice, New York, McGraw-Hill, Fourth Edition, 1987.
17. CATTAN, Heffes Gabriel. Um Enfoque Moderno Aplicado a la Auditoria de Estados Financeiros, México, Editorial Diana, 1981.

18. COOK, Michael J. Two years of Progress in Financial Accounting and Reporting – February 1985 to January 1987. Journal of Accountancy, New York, 163 (6): 96-108, June 1987.
19. COOK, John W. & WINKLE, Gary M. Auditoria, Filosofia e Técnica, São Paulo, Editora Saraiva, 1979.
20. DAMIÃO, Vitória Ferreira. Explicação de Insolvências num Modelo Macroeconômico: um Estudo Exploratório, COPPEAD/UFRJ, Rio de Janeiro, Fev. 1984, Tese de Mestrado.
21. DAN, M., Guy & SULLIVAN, Jerry D. The Expectation GAP Auditing Standards. Journal of Accountancy, New York, 165 (4): 36-46, Apr. 1988.
22. DEFLIESE, Philip L., JAENICKE, Henry R., SULLIVAN, Jerry D., e GNOSPELIUS, Richard A. Montgomery's Auditing, New York, John Wiley & Sons, Tenth Edition, 1984.
23. ELIZABETSKY, Roberto. Um Modelo Matemático para a decisão no Banco Comercial. (Trabalho apresentado ao Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP, 1976).
24. FENTON, JR., Edmundo D. & DAVIS, Michael P. Micros in Accounting, Journal of Accountancy, 161(6): 134-141, June 1986.
25. FRANCO, Hilário & MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil, São Paulo, Editora Atlas, 1982.
26. FRANCO, Hilário. Contabilidade Industrial: com Apendice de Contabilidade Agrícola, São Paulo, Editora Atlas, 1982.

27. GOOD, W.J. & HATT, P.K. Métodos em Pesquisa Social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.
28. GOMES, Josir Simeone. Recrutamento e Formação de Pessoal Técnico em Firms de Auditoria no Brasil - Um Estudo de Caso, COPPEAD/UFRJ, Rio de Janeiro, Out. 1978. Tese de Mestrado.
29. _____. Um Estudo Exploratório sobre Controle Gerencial em Empresas Estatais Brasileiras, COPPEAD/UFRJ, Rio de Janeiro, Out. 1983, Tese de Doutorado.
30. GUY, Dan M., & CARMICHAEL, D.R. Audit Sampling: An Introduction to Statistical Sampling in Auditing, New York, John Wiley & Sons, Second Edition, 1986.
31. GUY, Dan M., & SULLIVAN, Jerry D. The Expectation GAP Auditing Standards. Journal of Accounting, New York, 165(4): 36-46, April 1988.
32. HOGARTH, Robin M., & MAKRIDAKIS, Spyros. Forecasting and Planning: An Evaluation, Management Science, Providence, Rhode Island, 27 (2): 115-38, Feb. 1981.
33. HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2^a ed., 1986.
34. HYLAS, Robert E. & ASHTON, Robert H. Audit Detection of Financial Statement Errors. The Accounting Review, LVII(4):751-65, Oct. 1982.

35. KANITZ, Stephen Charles. Como Prever Falências. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.
36. KELL, Walter G., BOYNTON, William C., & ZIEGLER, Richard E. Modern Auditing, New York, John Wiley & Sons, Third Edition, 1986.
37. KERLINGER, F. V. Foundation of Behavioral Research, Holt Rinehart and Winstons, Inc., 2^a ed., 1973.
38. KINNEY JR., William R., The Predictive Power of Limited Information in Preliminary Analytical Review: An Empirical Study. Journal of Accounting Research, Baltimore, 17: 148-165, 1979. Supplement.
39. KINNEY JR., William R., & FELIX JR., William L. Analytical Review Procedures, Journal of Accountancy, New York, 149: (4): 98-109, Oct. 1980.
40. KOHLER, Erick L. Dicionário para Contadores, México, Editora Uteha, 1974.
41. LARGAY III, James A. & STICKNEY, Clyde P. Cash flows, Ratio Analysis and the W. T. Grant Company Bankruptcy, Financial Analysis Journal, New York, 36 (4): 51-4, July/Aug. 1980.
42. LEV, Baruch. Financial Statement Analysis: A New Approach, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1974.

43. LEV, Baruch. Discussion of The Predictive Power of Limited Information in Preliminary Analytical Review: An Empirical Study. Journal of Accounting Research, Baltimore, 17:166-68. 1979, Supplement.
44. MAKRIDAKIS, Spyros & WINKLER, Robert L. Averages Forecast: Some Empirical Results. Management Science, Providence, Rhode Island, 29 (9): 987-96, Sept. 1981.
45. MANN, Peter H. Métodos de Investigação Sociológica, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1970.
46. MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa, São Paulo, Editora Atlas, 1986.
47. MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica, São Paulo, Editora Atlas, 1984, V. I.
48. MATIAS, Alberto Borges. Contribuição às Técnicas de Análise Financeira: um Modelo de Concessão de Crédito. (Trabalho apresentado ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia e Administração do USP, 1978).
49. McCULLERS, Levis D. & SCHROEDER, Richard C. Accounting Theory, New York, John Wiley & Sons, 1982.
50. ROBERTSON, Jack C., & DAVIS, Frederick G. Auditing, Plano, Texas, Business Publications, Third Edition, 1982.
51. SILVA, José Pereira da. Análise de Decisão de Crédito, São Paulo, Editora Atlas, 1987.

52. SPIECEL, Murray R. Estatística, São Paulo, McGraw-Hill, 1984.
53. STEVENSON, William J. Estatística Aplicada à Administração, São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1981.
54. TABOR, Richard H., & WILLIS, James T. Empirical Evidence on the Changing Role of Analytical Review Procedures. Auditing: A Journal of Practice & Theory, 4 (2): 94-109, Spring 1985.
55. TAYLOR, Donald H. & GLEZEN, William G. Auditing: Integrated Concepts and Procedures, New York, John Wiley & Sons, Second Edition, 1982.
56. THOMAS, William C. & HENKE, Emerson O. Auditing: Theory and Practice, Boston, Mass., Kent Publishing, 1983.
57. WALLACE, Wanda A. Analytical Review: Misconceptions, Applications and Experience - Part I. CPA Journal, p. 24-37, Jan. 1983.
58. _____. Auditing, New York, MacMillan Publishing, 1986.
59. WHITE JR., Clinton E. The Microcomputer as an Audit tool. The Journal of Accountancy, New York, 156 (6): 116-20, Dec. 1983.

ANEXOS

ANEXO I

ISEC/315/88

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1988.

Prezados Senhores

A Fundação Getulio Vargas, através do seu Instituto Superior de Estudos Contábeis - ISEC, está desenvolvendo uma pesquisa de campo de natureza exploratória na área de Auditoria no programa do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis.

A nossa aluna do Programa de Mestrado, MARITHA VICENTA DOBLADO ANDARA, está engajada em um projeto de pesquisa que procura comparar os procedimentos de auditoria de revisão analítica delineados na literatura com os utilizados pelas empresas de auditoria no Brasil.

Para que este estudo seja realizado faz-se necessário contar com a colaboração de empresas de auditoria que utilizem procedimentos de revisão analítica no exame das Demonstrações Financeiras.

Assim sendo, solicitamos a colaboração de V.Sas. no sentido de conceder-nos uma entrevista pessoal, na cidade do Rio de Janeiro, em data e horário a serem delineados por V.Sas., através de documento de confirmação que será recolhido pela própria pesquisadora.

Informamos, outrossim, que todas as informações prestadas por V.Sas. serão consideradas estritamente confidenciais; os resultados dessa pesquisa serão apresentados de forma agregada, para evitar que as respostas individuais sejam identificadas.

Agradecendo desde já sua colaboração,

ATENCIONSAMENTE,

Iberê Gilson

Coordenador do Mestrado

ANEXO II

ISEC/001/89

Rio de Janeiro, RJ, 29 de março de 1989.

Prezados Senhores,

Agradecemos a atenção de V.Sas., em haver concedido uma entrevista a nossa pesquisadora, MARTHA VICENTA DOBLADO ANDARA. A colaboração de V.Sas. foi de vital importância para o sucesso de nosso trabalho.

Oportunamente teremos prazer em enviar-lhe os resultados da pesquisa em que V.Sas., colaboraram.

Estamos a sua disposição na Fundação Getulio Vargas - Instituto Superior de Estudos Contábeis - ISEC.

Atenciosamente,

Iberê Gilson

Coordenador do Mestrado

ANEXO III

TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA USADAS PELAS EMPRESAS DE AUDITORIA
EXTERNA

Por meio deste questionário procura-se coletar dados sobre as técnicas de revisão analítica que estão sendo utilizadas pelas empresas de auditoria quando do exame normal das demonstrações financeiras que tem por finalidade a emissão do parecer de auditoria.

Este trabalho está acoplado ao projeto de pesquisa na área de auditoria desenvolvido pelo programa de mestrado em Ciências Contábeis do Instituto Superior de Estudos Contábeis (ISEC) da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro.

As informações fornecidas pela empresa serão consideradas estritamente confidenciais. Com relação à análise das respostas, os resultados serão apresentados de forma agregada para evitar que respostas individuais sejam identificadas.

DATA ____/____/____

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

TELEFONE: _____ RAMAL: _____ CEP: _____

NOME DO ENTREVISTADO: _____

CARGO: _____

TEMPO DE TRABALHO NA EMPRESA: _____

INSTRUÇÕES GERAIS

- As perguntas deste questionário estão divididas em dois grandes grupos:

PRIMEIRA PARTE: CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMPRESA

SEGUNDA PARTE: TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA

- Há dois Tipos de Perguntas: Abertas e Fechadas;
- As perguntas Abertas deverão ser respondidas por extenso e para as Fechadas bastará indicar a resposta com um X;
- Se necessário, poderão ser marcadas mais de uma opção, e
- Alguns Conceitos que consideramos necessários para os propósitos desta pesquisa, são explicitados ao longo do questionário. Portanto, pedimos que por favor, os mesmos sejam lidos atentamente antes de serem fornecidas as respostas.

PRIMEIRA PARTE: CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMPRESA

1) Qual a origem da empresa?

- () Nacional
() Estrangeira

2) Tempo de atuação no Brasil: _____

3) Por favor, indique as áreas em que a empresa opera e a sua percentagem de contribuição na formação de receitas.

ÁREAS	% DE RECEITAS
AUDITORIA EXTERNA CONSULTORIA ADMINISTRATIVA CONSULTORIA DE SISTEMAS CONSULTORIA FISCAL OUTRA(S). FAVOR ESPECIFICAR	

4) Qual a distribuição em termos de formação profissional do pessoal lotado na área de auditoria externa?

5) Qual a política de cargos que vigora na empresa para o pessoal da área de auditoria externa?

6) Existe na empresa alguma política de treinamento de pessoal?

- () NÃO. (Passar para p. 8)
() SIM. Por favor, descreva essa política e as áreas que abrangem.

7) O programa de treinamento para a área de auditoria inclui procedimentos de revisão analítica?

- () NÃO.

() SIM. Por favor, mencione o conteúdo desse programa e o nível hierárquico do pessoal para quem é dirigido.

8) Qual a origem dos procedimentos de revisão analítica utilizados pela empresa?

() Manuais da Matriz

() Literatura especializada

() Outras empresas de auditoria

() Outro(s). Por favor especificar. _____

9) Há quanto tempo foram implementados e com que objetivos?

10) A empresa utiliza serviços de computação para efetuar atividades pertinentes a uma auditoria de demonstrações financeiras?

() NÃO. (Passar para p. nº 12).

() SIM.

11) De quem são os serviços de computação utilizados?

() Cliente

() Bureaux de Serviços

() Próprio. Por favor, descreva o equipamento que possui.

12) Quanto ao software de que a empresa dispõe, por favor mencione se o mesmo é:

() Programa(s) desenvolvido(s) na empresa

() Programa(s) oriundo(s) da Matriz

() Pacote(s) pronto(s) nacional(is)

() Pacote(s) pronto(s) estrangeiro(s)

() Outro(s). Por favor, especificar.

Por favor, mencione em que consistem estes programas.

SEGUNDA PARTE: TÉCNICAS DE REVISÃO ANALÍTICA

I - Cálculo do Risco de Auditoria

Para efeitos das seguintes perguntas acreditamos que seja oportuno tecer algumas considerações:

O risco de auditoria é a possibilidade de que o auditor possa inconscientemente falhar ao certificar demonstrações financeiras que contêm erros materiais ou irregularidades não detectadas no processo de auditoria.

Os resultados da avaliação do risco de auditoria podem ser expressos de forma qualitativa ou quantitativa, usando por exemplo, termos tais como: baixo, moderado, alto ou percentagens respectivamente. Esta avaliação é o produto de:

a) riscos que independem de uma auditoria, como é o caso do risco inerente (risco influenciado por fatores externos, características inerentes à empresa e às contas do balanço etc.) e do risco associado com o Sistema de Controle Interno Contábil. (S.C.I.C.);

b) riscos inerentes ao processo de auditoria, como é o caso das falhas em que o auditor possa incorrer a partir dos procedimentos de auditoria utilizados.

1) Quando da prestação de serviços de auditoria financeira a empresa faz uma avaliação do risco de auditoria para efeitos de planejamento?

() NÃO. (Passar para p. nº 11)

() SIM. Por favor, especifique se tal avaliação é registrada nos papéis de trabalho do auditor e se é feita qualitativa ou quantitativamente.

- 2) Quais dos itens abaixo relacionados a empresa considera como elementos que contribuem ao risco de auditoria por ela avaliado?
- ☐ Risco inerente
 - ☐ Problemas ligados ao sistema de controle interno contábil
 - ☐ Falhas decorrentes dos testes de detalhe
 - ☐ Falhas decorrentes dos procedimentos de revisão analítica
 - ☐ Outros(s). Por favor, especifique.
- 3) Qual o critério utilizado pela empresa para determinar o peso do(s) item(ns) indicado(s) na pergunta anterior?
- 4) Existe na empresa alguém(s) com a responsabilidade específica de analisar e avaliar o risco de auditoria?
- ☐ NÃO.
 - ☐ SIM. Por favor, especifique o(s) cargo(s) e o(s) perfil(s) profissional(is) responsável(is), assim como, a forma em que tal avaliação é operacionalizada.
- 5) Qual a política adotada pela empresa quanto à definição da extensão em que os testes de auditoria substantivos serão aplicados?
- 6) O risco que a empresa considera como aceitável para esses testes é padronizado para todos os contratos?
- ☐ SIM. Por favor, mencione esse risco e os principais fatores que estão por trás dessa padronização
 - ☐ NÃO. Por favor, mencione os níveis de riscos e as circunstâncias as quais são aplicáveis
- 7) Qual o risco de auditoria que a empresa tem como praxe assumir?
- 8) Existem circunstâncias perante as quais esse risco varia?
- ☐ NÃO.
 - ☐ SIM. Por favor, mencione as circunstâncias e o risco assumido

- 9) A empresa tem como prática se basear nos papéis de trabalho de anos anteriores para avaliar o risco de auditoria quando da prestação de serviços a um cliente antigo?
- () NÃO.
- () SIM. Por favor, comente.
- 10) Existe na empresa alguma estratégia definida para avaliar o risco de auditoria ao prestar serviços a um cliente novo?
- () NÃO.
- () SIM. Por favor, descreva essa estratégia e os objetivos pretendidos com a mesma.
- 11) Já houve casos em que a empresa rejeitou proposta de prestar serviços de auditoria financeira a cliente(s) novo ou antigo(s)?
- () NÃO.
- () SIM. Por favor, comente as causas de tal rejeição.

II. Procedimentos de Revisão Analítica que Fazem Parte da Análise do Risco de Auditoria

- 1) A empresa analisa as características operacionais do cliente que podem suscitar a ocorrência de erros materiais ou irregularidades nas demonstrações financeiras?

() NÃO. (Passar para a p. nº 7)

() SIM.

- 2) Quais dos itens abaixo relacionados a empresa considera ao analisar as características operacionais do cliente?

() A tendência na performance das vendas

() Fatores relacionados com as atividades de expansão do cliente

() Fatores relacionados com a diversificação dos produtos e/ou serviços

() Os efeitos que as leis federais, estaduais etc. podem ter sobre o cliente

() Os efeitos de outras matérias de caráter legal, por ex.: marcas e patentes, licenças de exploração etc.

() Possíveis restrições advindas de compromissos contraídos com empregados, clientes, arrendadores etc.

() O desempenho em termos de lucratividade que a empresa vem tendo nos últimos anos

() O desempenho em termos de lucratividade que a empresa vem tendo em relação ao das empresas do mesmo ramo de negócios

() Outros. Por favor, especificar.

- 3) Em que consiste a análise que é feita sobre o(s) item(s) anteriormente selecionado(s) e qual(is) o objetivo(s) da mesma?

- 4) De alguma maneira a empresa procura identificar a possibilidade de que as características anteriores coloquem em risco a continuidade da empresa?

() NÃO. Por favor, comente os motivos.

() SIM. Por favor, descreva as providências tomadas pela empresa quando esse risco é constatado.

5) Para analisar as características operacionais do cliente, a empresa utiliza questionários?

() NÃO. Por favor, mencione de que forma porcedem para avaliar as características analisadas.

() SIM. Por favor, descreva em que consiste o questionário e de que forma é processada a avaliação das respostas.

6) Os resultados decorrentes da análise das características operacionais do cliente influenciam de alguma maneira o processo de auditoria?

() NÃO.

() SIM. Por favor especifique de que maneira influenciam.

7) Ao realizar uma auditoria, a empresa avalia a habilidade que o cliente tem para cumprir com as dívidas contraídas?

() NÃO. (Passar para a p. nº 11)

() SIM.

Para os propósitos das próximas perguntas utilizamos as seguintes definições:

- Abordagem de Indicadores-chave. Consiste na detecção de problemas financeiros a partir da identificação de certos indicadores-chave. Como exemplo desses indicadores temos: deficiência de liquidez, problemas encontrados ao analisar o fluxo de caixa da empresa, etc.

- Abordagem Fundamentalista. Consiste na detecção de problemas financeiros a partir da utilização de índices financeiros ou modelos baseados em índices financeiros.

- Método de Previsão de Falência. Procura avaliar a possibilidade de que a firma sob auditoria descontinue as operações em virtude de problemas financeiros.

- Método de Previsão de Desastre Financeiro. Procura avaliar a possibilidade do cliente enfrentar problemas financeiros menos severos do que a falência.

Dadas estas definições, apresentamos as seguintes perguntas:

8) Dentre os métodos relacionados, quais são utilizados pela empresa para fazer inferências sobre a situação financeira do cliente? Por favor comente os métodos e as abordagens utilizadas.

() Método de Previsão de Falência

() Método de Previsão de Desastre Financeiro

() Outro(s). Por favor especificar.

9) A empresa adota algum tipo de medidas com a finalidade de melhorar a eficiência dos métodos e abordagens anteriores?

() NÃO.

() SIM. Por favor, descreva as medidas adotadas.

10) A empresa costuma avaliar os resultados obtidos com os métodos empregados?

() NÃO.

() SIM. Por favor, comente em que consiste esta avaliação e as principais decisões tomadas.

11) Na auditoria de empresas de capital aberto é analisado o risco de mercado?

() NÃO. (Passar para p. nº 13)

() SIM. Por favor comente.

12) Os resultados decorrentes desta análise têm efeitos sobre a condução da auditoria?

() NÃO.

() SIM. Por favor, descreva esses efeitos.

13) Faz parte da abordagem de auditoria avaliar a tendência da administração do cliente quanto ao cometimento de fraudes?

() NÃO. (Passar para p. nº 15)

() SIM. Por favor, comente.

14) De que forma esta avaliação influencia as atividades desenvolvidas durante a auditoria?

Para responder à seguinte pergunta, favor considerar este conceito:

- Controles Organizacionais. Consistem nas políticas e procedimentos administrativos implantados com a finalidade de reduzir inexatidões materiais nas demonstrações financeiras.

15) É feito um estudo e avaliação dos controles organizacionais do cliente?

() NÃO. (Passar para a p. nº 17)

() SIM. Por favor, comente.

16) De que forma esta avaliação se reflete nas outras atividades desenvolvidas na auditoria?

17) A empresa costuma fazer uma avaliação global do risco inerente?

() NÃO.

() SIM. Por Favor, comente.

18) A empresa utiliza serviços de computação para executar os procedimentos mencionados nas respostas anteriores?

() NÃO.

() SIM. Por favor, mencione o tipo de software e para que é utilizado.

19) Face às experiências decorrentes das auditorias realizadas, por favor descreva as principais vantagens e/ou desvantagens de se analisar o risco inerente da empresa.

III. Procedimentos de Revisão Analítica Utilizados como Teste

Substantivo

Testes substantivos, são procedimentos de auditoria aplicados com o objetivo de verificar as afirmações da administração em relação aos saldos das contas individuais apresentadas nas demonstrações financeiras.

Dada a definição acima, por favor responda à seguinte questão:

1) A empresa inclui no seu exame a utilização de procedimentos de revisão analítica como teste substantivo de auditoria?

() NÃO. (Passar para o ponto IV deste questionário)

() SIM. Por favor, mencione o(s) cargo(s) e o(s) perfil(s) profissional(is) do(s) responsável(is) pela aplicação destes procedimentos.

2) Em que se baseia a empresa para determinar o grau de confiança a ser depositado nos procedimentos de revisão analítica?

Como procedimentos de revisão analítica que podem ser usados para analisar contas individuais das demonstrações financeiras temos: Análise de Tendências, Análise de Relações e Testes de Razoabilidade.

Para efeitos das seguintes perguntas utilizar as seguintes definições:

A análise de tendência consiste na análise das mudanças ocorridas em contas individuais das demonstrações financeiras, baseando-se em períodos contábeis passados. Este processo envolve basicamente três fatores: 1) Previsão do valor da conta sob análise; 2) Comparação do valor previsto com o valor que consta nos livros contábeis; 3) julgamento.

Este processo pode ser executado a partir da utilização de diversos métodos que variam em função da quantidade de variáveis usadas para elaborar a previsão e da forma em que é avaliado o erro que poderá conter a previsão, isto é, se é calculado subjetiva ou objetivamente.

Feitas estas considerações, por favor responda as seguintes questões:

3) A sua empresa utiliza análise de tendências para testar a razoabilidade de contas específicas das demonstrações financeiras?

() NÃO. (Passar para a p. nº 5)

() SIM. Por favor, comente o(s) método(s) usado(s).

4) A empresa utiliza serviços de computação para aplicar este método?

() NÃO.

() SIM. Por favor, especifique em que consiste o software utilizado.

Para responder à pergunta nº 5, fornecemos o seguinte conceito:

- Análise de Relações: Consiste na comparação das relações entre as contas das demonstrações financeiras. Poderá ser usada tanto para comparar o desempenho atual do cliente com o seu desempenho no passado (análise de Série Temporal), como para comparar o desempenho do cliente em relação a seus concorrentes (Análise setorial). Dentre os tipos de análise financeira temos: Análise de índices financeiros e análise vertical.

5) A empresa utiliza análise de relações para avaliar a razoabilidade dos saldos das contas individuais que figuram nas demonstrações financeiras do cliente?

() NÃO. (Passar para a p. nº 8)

() SIM. Por favor, comente o(s) tipo(s) de análise financeira utilizado(s).

6) A empresa utiliza serviços de computação para aplicar este método?

() NÃO.

() SIM. Por favor, especifique em que consiste o software utilizado.

7) Ao fazer análises setoriais, em que tipo de dados a empresa se baseia? Por favor comente.

() Dados disponíveis a partir de publicações

() Catálogo próprio de índices setoriais desenvolvido por meio de computador

() Outro. Favor especificar.

Para responder à pergunta nº 8, por favor leve em conta as seguintes considerações:

- Teste de Razoabilidade: Consistem na combinação de variáveis para obter uma estimativa sobre o provável valor que uma determinada conta das demonstrações financeiras poderia apresentar. Na utilização deste tipo de testes estão implícitos três fatores: previsão, comparação e julgamento.

Vários são os modelos que podem ser utilizados para testar a razoabilidade de uma conta, sendo que os mesmos se diferenciam em função de dois aspectos:

1) o elemento objeto de previsão (o saldo da conta ou a mudança no saldo da conta em relação ao ano anterior)

2) o número de fatores financeiros e operacionais que servirão de input ao modelo (variáveis).

8) A empresa utiliza testes de razoabilidade para analisar contas específicos das demonstrações financeiras?

() NÃO. (Passar para a pergunta nº 10)

() SIM. Por favor, comente os modelos utilizados.

- 9) A empresa utiliza serviços de computação para aplicar este método?
- () NÃO.
- () SIM. Por favor, mencione em que consiste o software utilizado.
- 10) Quais as principais vantagens e/ou desvantagens encontradas na utilização de procedimentos de revisão analítica como teste substantivo de auditoria?

IV. Procedimentos de Revisão Analítica Utilizados na Fase de Revisão Final do Processo de Auditoria

- 1) A empresa utiliza procedimentos de revisão analítica para fazer uma revisão geral das demonstrações financeiras, antes de emitir o parecer de Auditoria?

() NÃO. (Passar para a p. nº 3)

() SIM. Por favor, descreva o processo de revisão e o(s) objetivo(s) do mesmo.
- 2) Os resultados desta revisão afetam de alguma forma as decisões do auditor?

() NÃO.

() SIM. Por favor, descreva a forma em que esses resultados afetam as decisões do auditor.
- 3) São informados aos clientes ou outros usuários os problemas detectados a partir da aplicação dos procedimentos de revisão analítica nas diversas fases da auditoria?

() NÃO.

() SIM. Por favor, mencione os principais problemas detectados e de que forma são comunicados.
- 4) Pela sua experiência em auditoria, como e quais as características operacionais das empresas brasileiras que mais propiciam problemas de auditoria?
- 5) Você gostaria de fazer algum comentário em relação à utilização da revisão analítica nas diversas fases de auditoria?

MUITO OBRIGADO.